



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

BRUNO MOURE CICERO

**PROMETEU ACORRENTADO: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E
INDÚSTRIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL (1950 A 2012)**

PALMAS - TO

2014

BRUNO MOURE CICERO

**PROMETEU ACORRENTADO: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E
INDÚSTRIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL (1950 A 2012)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre.

Orientador: Dr. Célio Antônio Alcântara Silva.

PALMAS - TO

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C568p Cicero, Bruno Moure.
Prometeu acorrentado: Acumulação de capital e indústria na Região Norte do Brasil (1950 a 2012). / Bruno Moure Cicero. – Palmas, TO, 2014.
225 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2014.
Orientador: Célio Antonio Alcantara Silva
1. Desenvolvimento Regional. 2. Indústria no Norte. 3. Economia Regional. 4. Acumulação de Capital Industrial. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BRUNO MOURE CÍCERO

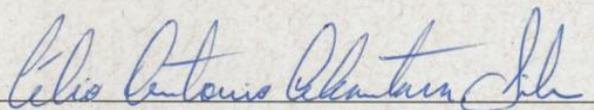
**PROMETEU ACORRENTADO: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E INDÚSTRIA
NA REGIÃO NORTE DO BRASIL (1950 A 2012)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.

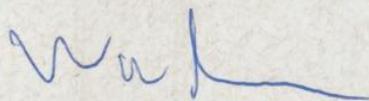
Orientador: Prof. Dr. Célio Antônio Alcântara
Silva

Aprovado em 28/11/2014.

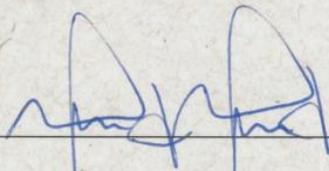
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Célio Antônio Alcântara Silva (Orientador)



Prof. Dr. Waldecy Rodrigues



Prof. Dr. Alivinio Almeida

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, e principalmente, ao meu orientador professor Dr. Célio Antonio Alacantara Silva, pelo imensurável esforço em tornar este trabalho possível, mesmo diante dos incontáveis obstáculos que se apresentaram durante dessa jornada, muitos dos quais eu mesmo criei. Certa vez, em uma banca de defesa de monografia de um amigo surgiu o “debate” sobre qual a ordem de importância que deveria ser dado as pessoas que seriam agradecidas ao final de um trabalho dessa importância, na oportunidade esse amigo foi questionado do porque de não ter agradecido primeiramente ao seu orientador.

No meu caso não tenho dúvidas da importância que meu orientador desempenhou durante a formulação desta dissertação, mas principalmente no meu desenvolvimento como pesquisador, crítico e acadêmico, digo com toda a segurança que esse trabalho não seria possível sem sua enorme contribuição, que em muito ultrapassou suas obrigações institucionais de orientador. Por esses motivos, e outros mais, sou muito agradecido pela oportunidade de desenvolver esse trabalho sobre sua orientação professor.

Agradeço a minha família pelo constante apoio durante minha vida acadêmica, mesmo em face dos problemas que sempre surgiam. Assim agradeço principalmente o meu pai, não por diminuir a importância dos demais, mas sim por ter sido o maior incentivador do caminho que busco, mesmo dada a ironia do destino.

Agradeço aos meus amigos e amigas da UFT, que desde a graduação estiveram ao meu lado, em especial aqueles que me ajudaram direta e indiretamente na formulação dessa dissertação, como a Mariza por enfrentar junto os vários problemas que se apresentaram durante o mestrado, a Railene pela grande ajuda que desempenhou durante a fase de maior desespero que enfrentei para finalizar a dissertação. De fato todos aqueles que estiveram presentes durante minha jornada foram imprescindíveis para meu “sucesso”.

Também não poderia esquecer os demais amigos que sempre estiveram presentes, em especial ao Kaimã por tudo que sempre fez, inclusive produzindo o meu milésimo abstract. Muita coisa passou durante essa longa jornada de mestrado.

Por fim agradeço também aos demais professores que desempenharam papel importante na minha formação acadêmica. Em especial ao professor Dr. Cid Olival Feitosa por toda a contribuição durante suas orientações e por ter gentilmente cedido importante material necessário para a formulação deste trabalho.

O objetivo não era me alongar tanto, principalmente pelo fato de que as pessoa que agradeço já sabem sua importância, ou pelo menos assim espero. Porém, precisava gastar outra página, pois estava com medo de perder a bendita formatação, o que provavelmente acarretaria na não entrega desta dissertação.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos das políticas de desenvolvimento regional adotadas pelo governo brasileiro, a partir da década de 1970, sobre a dinâmica industrial da Região Norte do País e seus Estados, especificamente sobre a sua indústria de transformação. Para tal, foi feito um resgate histórico, levantando dados e informações acerca da economia do Norte do país, visando aquilatar as consequências de tais políticas no desenvolvimento econômico. Durante o período analisado, a atividade industrial na Região apresentou pequeno grau de desenvolvimento, destacando-se apenas a alteração estrutural promovida a partir da consolidação da Zona Franca de Manaus. Foi observada também grande concentração produtiva nos estados do Amazonas e Pará. Inicialmente, as indústrias observadas estavam diretamente ligadas à base agrícola ou faziam uso da oferta de matérias-primas locais. Com o passar dos anos essa configuração inicial apresentou modificações apenas em Manaus. Alguns setores revelaram aumento de participação no conjunto da indústria de transformação nos estados, em especial a montagem de equipamentos eletrônicos e de comunicação na indústria manauara.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Indústria no Norte; Economia regional; Acumulação de Capital Industrial.

ABSTRACT

The objective of the present study is to analyze the effect of regional development politics adopted by the Brazilian government starting in 1970, the industrial dynamic of the northern region of the country and its states and specifically its transformation industry. To fulfill this task historical data was procured and information regarding the economy of the northern part of the country was collected as to assess the consequences of such politics in the economical development. During the period in question, the regions industrial activity presented a small degree of development, highlighting only the structural alteration promoted by the consolidation of the free zone of the city of Manaus. Also, a large production concentration in the states of Amazonas and Para were observed. Initially, the observed industries were directly linked with the agricultural base or took advantage of the use of local material. As the years went by the initial configuration presented change only in Manaus. Some sectors revealed an increase of participation in the states transformation industries, especially in the assembly of electronic equipment and the communication industry.

Key Words: Regional development; Northern industry; Regional economy; Accumulation of industrial capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 4. 1. NORTE: Distribuição (%) do PIB da indústria extrativa mineral e da indústria de transformação pelas microrregiões 1970/1975.....	142
Figura 4. 2. NORTE: Distribuição (%) do PIB da indústria extrativa mineral e da indústria de transformação pelas microrregiões 1980/1985.....	144
Figura 4. 3. NORTE: Distribuição (%) do PIB da indústria extrativa mineral e da indústria de transformação pelas microrregiões - 1996.....	145
Gráfico 4. 1. REGIÃO NORTE: Distribuição das importações pelos estados da Região Norte entre os anos de 1991 e 2013 (%)......	148
Gráfico 4. 2. REGIÃO NORTE: Distribuição das exportações pelos estados da Região Norte entre os anos de 1991 e 2013 (%)......	149
Gráfico 4. 3. REGIÃO NORTE: Participação da Região Norte nas exportações e importações do Brasil entre 1991 e 2013 (%)......	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 2. 1. BRASIL, REGIÕES E ESTADOS: Indústria de transformação: participação regional 1970 - 2004 (%).	48
Tabela 3. 1. PARÁ: Participação percentual dos produtos na exportação.	71
Tabela 3. 2. MARANHÃO: Participação percentual dos produtos na exportação.	72
Tabela 3. 3. BRASIL E REGIÕES: Área, população e densidade demográfica das regiões do Brasil.	97
Tabela 3. 4. BRASIL E REGIÕES: Censo industrial, variações percentuais entre 1950 e 1960.	98
Tabela 3. 5. AMAZÔNIA: Economia Amazônica 1962.	103
Tabela 3. 6. AMAZÔNIA: Projeção da economia Amazônica 1971.	103
Tabela 3. 7. AMAZÔNIA: Investimento setorial induzido para 1967-1971.	106
Tabela 3. 8. AMAZÔNIA: Quadro geral dos investimentos considerando ICOR de 2,5 (Valores relativos).	108
Tabela 3. 9. AMAZÔNIA: Quadro geral dos investimentos considerando ICOR de 3,0 (Valores relativos).	109
Tabela 3. 10. AMAZÔNIA: Taxas de formação de capital.	110
Tabela 3. 11. AMAZÔNIA: Fontes de recursos (Valores relativos).	111
Tabela 3. 12. AMAZÔNIA: Estrutura do produto industrial (Valores relativos).	113
Tabela 3. 13. AMAZÔNIA: Coeficientes de localização das indústrias em 1959.	114
Tabela 3. 14. AMAZÔNIA: Crescimento do PIB por gênero da indústria (valores relativos).	116
Tabela 3. 15. AMAZÔNIA: Aplicação dos investimentos por gênero da indústria (valores relativos).	117

Tabela 3. 16. AMAZÔNIA: Fontes de recursos para investimentos na indústria (%).....	118
Tabela 3. 17. AMAZÔNIA: Produção industrial - 1968.....	120
Tabela 3. 18. AMAZÔNIA: Alocação dos Investimentos*	121
Tabela 3. 19. AMAZÔNIA LEGAL: Distribuição espacial dos incentivos fiscais liberados pela SUDAM - 1965-1983 (%)	128
Tabela 4. 1. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 1950 - 1960*.....	132
Tabela 4. 2. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.....	135
Tabela 4. 3. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1980*.....	136
Tabela 4. 4. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.....	138
Tabela 4. 5. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.....	140
Tabela 4. 6. REGIÃO NORTE: Participação relativa do PIB por setores da economia (1985-2009 a preços de 2000).....	146
Tabela 4. 7. NORTE: Fator agregado das exportações 1991 - 2013 (valores relativos).....	151
Tabela 4. 8. NORTE: Fator agregado das importações 1991 - 2013 (valores relativos).	152

Tabela 4. 9. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960.	153
Tabela 4. 10. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.	155
Tabela 4. 11. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1980*.	158
Tabela 4. 12. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005*.	159
Tabela 4. 13. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) – 2012.	161
Tabela 4. 14. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.	163
Tabela 4. 15. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.	165
Tabela 4. 16. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1980*.	167
Tabela 4. 17. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.	168

Tabela 4. 18. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.....	169
Tabela 4. 19. AMAPÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.....	172
Tabela 4. 20. AMAPÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.....	176
Tabela 4. 21. AMAPÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.....	177
Tabela 4. 22. AMAPÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.....	178
Tabela 4. 23. RONDÔNIA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.....	179
Tabela 4. 24. RONDÔNIA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1975*.....	180
Tabela 4. 25. RONDÔNIA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.....	182
Tabela 4. 26. ACRE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.....	184

Tabela 4. 27. ACRE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1980*.....	185
Tabela 4. 28. ACRE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.....	186
Tabela 4. 29. RORAIMA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.....	187
Tabela 4. 30. RORAIMA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.....	188
Tabela 4. 31. TOCANTINS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.....	191
Tabela 4. 32. TOCANTINS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.....	192

LISTA DE SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

DEPLAN – Departamento de Planejamento

EUA – Estados Unidos da América

FINAM – Fundo de Financiamento da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GTDN – Grupos de Trabalhos para o Desenvolvimento do Nordeste

GV – Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios

ICOR – Incremental Capital-Output Ratio

IGP – Índice Geral de Preços

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JK – Juscelino Kubitschek

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MONTOR – Montreal Organização Industrial e Economia S/A

ONUUDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PD – Plano Diretor

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PGC – Programa Grande Carajás

PIA – Pesquisa Industrial Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PIM – Polo Industrial de Manaus

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PSI – Processo de Substituição de Importações

RADAM – Radar da Amazônia

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SIDERAMA – Companhia Siderúrgica da Amazônia

SNR – Sistema Nacional de Recenseamento

SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SPUMA – Indústria Química de Manaus S/A

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

URV – Unidade Real de Valor

VBP – Valor Bruto da Produção

VTI – Valor de Transformação Industrial

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	8
1.1 Dinâmica capitalista.....	8
1.2 Desenvolvimento econômico.....	13
1.3 Crises do sistema capitalista	19
1.4 Concentração produtiva	21
CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	25
2.1 Acumulação primitiva de capital e exclusivo metropolitano.....	25
2.2 Ascensão da dinâmica produtiva colonial no Brasil.....	29
2.3 Transição de uma economia colonial para uma economia capitalista exportadora. ..	30
2.4 Determinantes para a concentração produtiva	32
2.5 Industrialização e concentração produtiva regional.....	37
2.6 Desconcentração produtiva.....	45
2.7 Crise fiscal, inflação e reordenamento produtivo: Impactos da década perdida na dinâmica produtiva nacional.....	51
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO NORTE.....	67
3.1 Formação e transformações da Região Norte do Brasil.	67
3.2 Planos de desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.....	92
3.2.1 <i>Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971)</i>	95
3.2.2 <i>Diagnóstico das condições socioeconômicas da Região Norte, segundo o Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971.....</i>	97
3.2.3 <i>Estratégias de investimento</i>	104
3.2.4 <i>O projeto industrial no Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971).</i>	111

3.2.5	<i>I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)</i>	119
3.2.6	<i>II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)</i>	122
3.2.7	<i>III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985)</i>	126
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA INDUSTRIAL DA REGIÃO NORTE		129
4.1	Evolução da estrutura industrial do Norte (1950 – 2012).....	129
4.1.1	<i>Estrutura industrial do Norte entre os anos de 1950 e 1960</i>	130
4.1.2	<i>Década de 1970, transformações e crescimento</i>	133
4.2	Estrutura industrial do estado do Amazonas (1950 – 2012).....	152
4.3	Estrutura industrial do estado do Pará (1950 – 2012).....	162
4.4	Amapá e Rondônia, dinâmica extrativa (1950 – 2012)	170
4.4.1	<i>O estado do Amapá</i>	171
4.4.2	<i>O estado de Rondônia</i>	178
4.5	Acre, Roraima e Tocantins: análise das estruturas industriais (1950 – 2012).....	183
4.5.1	<i>Estado do Acre</i>	183
4.5.2	<i>Roraima</i>	187
4.5.3	<i>O estado do Tocantins</i>	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS		193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		196

INTRODUÇÃO

O processo de industrialização foi um dos mecanismos de dominação do capital que possibilitou a ampliação da produção em larga escala. As organizações e os diversos meios de produção sofreram grande alteração com o processo de industrialização, de modo a se observar o surgimento de um grande “organismo” produtivo, com cada vez mais trabalhadores e meios de acumulação de capital.

Nesse contexto, o processo de industrialização geralmente é visto como um caminho natural para o desenvolvimento pleno das relações capitalistas de produção, e em termos de políticas orientou os esforços para a busca do crescimento econômico em diferentes países do mundo, o que também repercutiu sobre a periferia, em especial no Brasil. Atentar-nos-emos, entretanto, na presente dissertação para a maneira como as relações capitalistas se desenvolvem.

Partindo do pressuposto de que a humanidade sempre buscou o conhecimento como uma forma de se libertar dos males, David S. Landes (2003) considera que o desenvolvimento tecnológico proveniente do processo de industrialização desacorrentou o homem, e que a busca pelo conhecimento é o princípio que move o desenvolvimento. Landes se inspirou no mito de Prometeu, o qual foi condenado a passar a eternidade acorrentado a uma montanha no Cáucaso, tendo seu fígado devorado dia após dia por ter apresentado o conhecimento ao homem após roubá-lo dos deuses.

De uma visão positiva, ou mesmo neutra, sobre a tecnologia, a técnica e seu domínio, contrasta-nos a posição de Marx (1996b, p. 275), para quem a industrialização não é um fenômeno que incide apenas de forma positiva sobre a humanidade:

Segue portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.

Na tragédia de Ésquilo (2005), que viveu no século V a.C., Cratos, a personificação do poder, busca sempre convencer Hefesto a cumprir a sentença de Prometeu, acompanhado pela lacedemônia personificação da violência, Bia. Assim, utilizando a metáfora de Marx (1996) a

partir da obra de Ésquilo, podemos considerar que a industrialização, de forma ambivalente, não apenas trouxe mudanças profundas e positivas para a história da humanidade, mas também se utilizou da força e da violência para acometê-la aos interesses do capital, que passou a condicionar uma enorme quantidade de pessoas a vender sua força de trabalho em troca de sua subsistência. Nesse contexto, a reprodução das próprias relações sociais não possibilita ao proletariado se libertar de sua condição subalterna.

Destarte, o desenvolvimento das forças produtivas a partir da industrialização tem seu princípio na acumulação primitiva, a partir de um longo processo de transição na Europa a partir da formação do *Ancien Régime*, responsável por dividir a população em dois grandes grupos. O primeiro, e maior, representava todos aqueles que vendiam sua mão de obra em troca de sua subsistência¹, desse modo, era a classe que possibilitava que o sistema continuasse em funcionamento. A segunda classe era representada pelos burgueses e detentores dos meios de produção que se apropriavam da força de trabalho da classe operária com o objetivo de ampliar suas margens de lucro. Assim, o chamado processo de acumulação primitiva teve origem ainda no mercantilismo com o desenvolvimento das relações de mercado do Antigo Regime, sendo responsável pelo processo de formação do sistema capitalista de produção.

A expropriação dos trabalhadores autônomos pelos agentes de mercado deu início ao processo de acumulação de capital e possibilitou o surgimento e aprimoramento de uma rede mercantil que foi a base para o surgimento do sistema capitalista.

A acumulação primitiva foi responsável por estruturar e fundamentar o capitalismo moderno. Esse processo de transformação da propriedade e da produção teve início ainda no antigo sistema e foi responsável pela tomada do poder pela burguesia. O processo de expropriação do produtor independente teve início já no final do século XV² e se intensificou nos séculos seguintes até culminar na Revolução Industrial (MARX, 2003).

O processo de acumulação primitiva de capital se utilizou ainda de outras maneiras de se perpetuar e possibilitar a transição do antigo regime para o capitalismo. O meio mais comum observado durante o mercantilismo foi a exploração comercial das colônias. Novais (1989) salienta o papel colonial na acumulação primitiva da metrópole. Por meio do

¹ É importante salientar que estas pessoas não possuíam, na época, alternativas para trabalhar, obrigando-as a se submeter ao processo que as exploravam.

² Esse processo teve início principalmente na Inglaterra. Outras economias europeias, como Portugal, exploravam suas colônias para obter a acumulação primitiva de capital.

mecanismo de monopólio colonial³, as metrópoles garantiam um padrão de comércio favorável aos seus interesses⁴ ampliando assim a sua acumulação de metais preciosos.

O desenvolvimento da atividade industrial possibilitou a condição de potência hegemônica para a Inglaterra, perpetuando um novo padrão econômico voltado para a produção de bens manufaturados em larga escala e voltados ao comércio internacional. Esse desenvolvimento gerou uma nova divisão internacional do trabalho que perpetuou desigualdades entre as economias mundiais.

A evolução da atividade industrial levou a um processo de concentração produtiva nos países mais avançados. Mesmo em pequeno número, as grandes indústrias eram responsáveis por empregar grande parte da mão de obra, bem como detinham grande parcela da produção. Este processo de concentração foi acelerando à medida que o capitalismo se desenvolvia nas grandes economias, tornando as grandes empresas cada vez mais importantes, configurando uma das características mais marcantes do sistema capitalista (LENIN, 1979).

Nas principais economias industriais do final do século XIX, a concentração industrial era uma característica marcante. Esse processo levou ao surgimento dos monopólios, que representou grande importância para o desenvolvimento do capitalismo em sua fase superior caracterizada pelo “imperialismo”. Apesar de poucas, essas grandes empresas, dominavam praticamente todos os ramos industriais⁵(LENIN, 1979).

Deste modo, amparado no ideal de progresso e crescimento econômico, perpetuou-se um padrão de acumulação de capital que era controlado pelas grandes potências industriais mundiais. Assim evidencia uma relação centro-periferia⁶, onde os países do centro econômico tendem a controlar os países com baixo grau de desenvolvimento capitalista (FURTADO, 1974).

Assim, ao buscar o padrão de desenvolvimento das grandes economias industriais, as economias atrasadas tendem a ampliar os processos de desigualdade interna e externa. Myrdal tenta mostrar que a causação circular cumulativa tende ampliar e não reduzir as desigualdades do sistema capitalista. Podemos considerar o caráter concentrador do capitalismo levando em

³ Ou exclusivo metropolitano.

⁴ Mais à frente buscaremos inserir o caso brasileiro nessa dinâmica de exploração do antigo regime, analisando o papel do Brasil na acumulação primitiva de capital de Portugal, bem como os reflexos que essa exploração teve na consolidação da economia brasileira.

⁵ Principalmente os mais importantes, ou seja, os de produção “pesada”.

⁶ Nesse contexto, o “centro” seriam as grandes economias industriais, e a “periferia” as economias atrasadas primário-exportadoras.

conta os graves problemas estruturais aos quais as economias periféricas estão submetidas, onde as desigualdades tenderiam a aumentar (FURTADO, 2000).

Até o começo do século XX a dinâmica produtiva nacional esteve pautada no modelo primário-exportador. Dentre os grandes ciclos produtivos, a produção de café tornou-se o principal meio de acumulação de capital do país. Com a crise internacional do fim da década de 1920, abandonou-se o modelo vigente e adotou-se um padrão urbano industrial de produção.

Com a industrialização do país, intensificou-se um processo de concentração produtiva no Sudeste brasileiro. À medida que o processo de industrialização se desenvolvia, aumentavam-se as desigualdades entre o centro e a periferia nacional. Ao fim da década de 1950 o governo brasileiro passa a estudar as raízes do processo de concentração regional produtiva e são tomadas providências para reverter esse processo.

Nas décadas de 1960 e 1970 são adotadas algumas medidas para o desenvolvimento regional, de certo modo estas ações proporcionaram ganhos para a periferia nacional. Neste contexto passou-se a observar a dinamização da produção no interior do país surgindo indústrias no Norte e Nordeste do país.

A industrialização do Norte foi impulsionada pelos incentivos fiscais concedidos pela Sudam, principalmente após a criação da Zona Franca de Manaus. Os programas federais de atração de indústrias para o Norte foram capazes de gerar a formação de um parque industrial na região de Manaus, porém, esse desenvolvimento produtivo ficou bastante concentrado a essa localidade.

Partindo das discussões mais amplas concernentes ao desenvolvimento industrial no mundo e à trajetória de industrialização brasileira, o presente trabalho buscará analisar como as políticas públicas para o desenvolvimento industrial no Norte brasileiro foram responsáveis pela efetiva consolidação do setor na região. Ainda propõe-se analisar até que ponto o desenvolvimento industrial ficou restrito à região da Zona Franca de Manaus, de que maneira essa industrialização gerou desenvolvimento socioeconômico e se houve dinamização entre todos os estados do Norte brasileiro.

Dessa maneira tentaremos mostrar como a industrialização da economia brasileira, com um padrão atrasado de desenvolvimento, contribuiu para perpetuar as desigualdades e

desequilíbrios regionais dentro de seu sistema econômico nacional, bem como não foi capaz de quebrar com o padrão preexistente no contexto produtivo internacional.

Dado o exposto, a questão fundamental que norteia o presente trabalho é: como a região Norte do Brasil foi afetada pelas políticas de desconcentração industriais promovidas pelo governo brasileiro, a partir da década de 1970?

A hipótese básica é que: o Estado brasileiro buscou induzir o desenvolvimento socioeconômico da periferia nacional, em especial a expansão da indústria nacional, chegando a afetar a Região Norte.

Este trabalho se justifica pela ausência de estudos que busquem aprofundar a análise das transformações que a indústria local sofreu durante a formação socioeconômica da região em questão, aquilatando as transformações que acarretaram sobre a estrutura produtiva regional. O desenvolvimento da indústria de transformação é uma ferramenta importante para a constatação da intensificação das relações capitalistas de produção em uma dada economia, sendo de suma importância para um diagnóstico mais profundo acerca do desenvolvimento regional.

O presente trabalho objetiva a análise das reais transformações que a dinâmica produtiva, em especial da estrutura da indústria de transformação da região Norte sofreu a partir das políticas do Governo Federal em levar o desenvolvimento para a periferia nacional. Desse modo, será analisada a evolução da atividade industrial, buscando sempre que possível a contraposição entre o Norte e o restante do país, bem como os impactos socioeconômicos regionais.

Para tal, no primeiro capítulo deste trabalho, faremos um esforço teórico em explicar o processo de formação e desenvolvimento do sistema capitalista de produção, avaliando os impactos e transformações ocorridas ao longo dos anos. No segundo capítulo analisaremos de que maneira mais específica o processo de formação da economia brasileira, com ênfase no seu processo histórico de dependência, buscando uma análise mais aprofundada sobre o processo de industrialização induzido no País a partir da década de 1930. Assim observaremos o processo de concentração regional produtiva, e as conseqüentes políticas de desconcentração produtivas adotadas pelo governo, principalmente a partir da década de 1970.

Depois de constatadas as transformações econômicas que a sociedade brasileira experimentou ao longo de sua história, no terceiro capítulo, buscaremos caracterizar a formação da Região Norte, com ênfase nas políticas de valorização apresentadas a partir da criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Por fim, no quarto capítulo, analisaremos a estrutura industrial do Norte, buscando observar o processo de evolução da atividade ao longo do tempo, e sua inserção na dinâmica regional.

Constatado o processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção e suas repercussões na formação econômica brasileira, bem como apresentadas as características que levaram a região Norte a ser uma área periférica ao desenvolvimento da economia brasileira, buscaremos o levantar dados empíricos sobre a dinâmica industrial do Norte, em dois períodos principais. O primeiro correspondente aos anos de 1950 e 1985, e o segundo de 1996 a 2012.

Essa periodização se faz necessária devido ao fato da alteração da base de dados, uma vez que até 1985 o Governo Federal promovia a realização dos Censos Econômicos. Essa metodologia é abandonada no final da década de 1980, portanto, no segundo período utilizaremos as Pesquisas Industriais Anuais (PIA empresa). Os problemas metodológicos para a socialização destas duas bases de dados distintas já foram abordadas em muitos trabalhos que se propõem a fazer esse tipo de análise, de forma sucinta, a solução para minimização dos problemas está na utilização dos valores relativos que demonstram a estrutura industrial no tempo, objeto de análise deste trabalho.

A utilização dos dados censitários merece explicações mais aprofundadas, dado que existem diferenciações metodológicas ao longo do tempo. A primeira ressalva que fazemos diz respeito ao fato de que as atividades produtivas se desenvolvem ao longo do tempo, sendo necessárias alterações quanto à classificação das atividades econômicas, portanto, em alguns casos certos ramos industriais foram incorporados a outros e surgiram novos métodos de fabricação. Essa condição não prejudicará a análise, porém, é importante levantar a questão.

Outro problema característico dos Censos Econômicos diz respeito à utilização do sigilo estatístico que passou a vigorar na metodologia do IBGE a partir do ano de 1970. Em alguns casos as informações não foram divulgadas com o intuito de proteger o produtor. Essa prática geralmente incide sobre atividades com pouquíssimas empresas ofertantes. Em alguns casos a análise perderá precisão, porém, sem maiores implicações para o objetivo do trabalho, uma vez que a utilização de valores relativos diminui as aproximações.

Com a utilização da PIA empresa, salientamos que tal fonte de dados consiste em pesquisa amostral, portanto não corresponde à realidade econômica da região em sua totalidade. Admitindo-se as implicações da utilização de fonte de dados amostrais, a análise parte da observação de alterações da estrutura produtiva, não no crescimento de indicadores específicos⁷.

No terceiro capítulo deste trabalho discutiremos os planos de desenvolvimento da Amazônia formulados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Para tal, analisaremos os relatórios de planejamento, constituindo-se, em alguns casos, fontes de dados primários.

Admite-se ainda a possibilidade de se utilizar outras fontes de dados secundários provenientes dos órgãos governamentais sempre que necessário o aprofundamento de algumas questões específicas.

⁷ Essa característica justifica mais uma vez a utilização de valores relativos em detrimento de dados absolutos, uma vez que, não seria possível comparar informações absolutas dos Censos e de pesquisa amostral.

CAPÍTULO I - INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo buscaremos introduzir os conceitos e as condições que regem o sistema capitalista, salientando a dinâmica produtiva e suas contradições inerentes. Faremos uma análise a partir da teoria do valor marxista demonstrando de que maneira ocorre o processo produtivo tipicamente capitalista na sociedade e a consequente acumulação de capital, gerando desenvolvimento do sistema como um todo.

Uma economia capitalista está fundamentada na acumulação de capital, onde esse processo ocorre através da produção e comercialização de mercadorias ou serviços. Para compreender como se deu o processo de desenvolvimento do sistema capitalista devemos primeiramente entender como se dá o processo de circulação de mercadorias na economia desde os primórdios do sistema em questão⁸, buscando uma análise baseada na teoria do valor de Karl Marx.

1.1 Dinâmica capitalista

Primeiro ponto a se levar em consideração é a diferença entre valor de uso e valor de troca das mercadorias. Marx (2000) propõe uma observação sobre essa condição a partir da análise de outras teorias onde o mesmo salienta as principais diferenças entre essas duas características.

Primeiramente faz-se necessário a exposição da chamada dicotomia da mercadoria apresentada no primeiro capítulo de *O capital* (2000). Em sua obra, Marx expõe que o valor de uso de uma mercadoria corresponde à qualidade da mercadoria em si, ou seja, as características únicas que proporcionam algum tipo benefício ao consumidor. O valor de uso da mercadoria se estrutura como uma espécie de centro de gravidade entre o bem e seu preço (MARX, 2000).

Marx (1996a, p. 166) sintetiza o conceito de valor de uso como:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o

⁸ É importante salientar a importância dos elementos pré-capitalistas no processo de desenvolvimento do sistema no mundo, porém essa condição será discutida à posteriori neste trabalho.

material de uma disciplina própria, a merceologia. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca.

O valor de troca de uma mercadoria é dado pelo confronto, no mercado, com outras mercadorias, definido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria. Assim, a proporção em que se dão as trocas tende a refletir a relação quantitativa de trabalho médio socialmente necessário para a fabricação do produto⁹. Assim as mercadorias assumem um duplo caráter, um relacionado ao seu valor de uso, forma natural, e outro relacionado ao seu valor de troca, forma de valor, ou seja, trabalho humano cristalizado na mercadoria (MARX, 2000).

Um bem possui valor apenas porque nele está objetivada uma quantidade de trabalho humano abstrato, ou seja, considera-se que para a fabricação de um bem qualquer, exista uma mesma quantidade de trabalho efetuado. É importante salientar que quanto maior a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um bem, maior será seu valor de troca e que o preço do produto é determinado pelo valor de troca. Regra geral que vale para os produtos passíveis de reprodução por parte do trabalho humano, mas não bens únicos, como por exemplo, obras de arte. Como já definido por Ricardo (1996, p. 24) em seus Princípios de Economia Política e tributação:

Algumas estátuas e quadros famosos, livros e moedas raras, vinhos de qualidade peculiar, que só podem ser feitos com uvas cultivadas em terras especiais das quais existe uma quantidade muito limitada, são todos desta espécie. Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los.

Suscetíveis, portanto, às oscilações da oferta e demanda, às flutuações de mercado, que incidem sobre a forma preço. Entretanto, os bens reprodutíveis a partir do trabalho humano tenderiam a ter como polo de atração fundamental o valor.

Podemos analisar ainda que o trabalho necessário para a produção de uma mercadoria qualquer, possui também duplo caráter. Marx (2000) considera que existe o trabalho útil ou concreto, que é o que dá qualidade à mercadoria. Ainda existe o trabalho abstrato que é o que efetivamente compõe o valor de troca da mercadoria.

⁹ “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso.” (MARX, 2000, p.167)

Marx (2000) busca mostrar de que maneira se deu o processo de desenvolvimento da sociedade desde o início do sistema capitalista de produção. As relações capitalistas de produção estão pautadas na exploração do trabalhador individual, que se viram obrigados a venderem sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção. Esse processo leva à acumulação de capital, a gênese do sistema.

A acumulação de capital pressupõe a extração de Mais-Valia por meio da exploração do trabalhador assalariado desprovido de seus meios de produção. Portanto, para que a produção capitalista ocorra, são necessárias ambas as mercadorias. Marx, para explicitar a lógica de acumulação, divide a produção entre o valor da força de trabalho, ou seja, o capital variável, a partir da massa de trabalhadores assalariados; e o valor dos meios de produção, ou seja, o capital constante, a partir da massa de meios de produção utilizados no processo produtivo (MARX, 2000).

É a parte variável desse capital que permite a extração de mais-valia. Se o capitalismo se insere num processo em que a necessidade de acumulação é sempre crescente, então, sempre será necessário extrair mais-valia do trabalhador de forma crescente. Acontece que, essa tendência se desdobra por meio do aumento da produtividade com a redução da parcela de capital variável presente na produção (MARX, 2000).

O capitalista extrai seu lucro com a produção através da exploração da mão de obra, obtendo um excedente no âmbito do processo produtivo, o que Marx (2000) chamou de Mais-valia. O processo de extração de Mais-Valia é caracterizado com o excedente de trabalho que é exigido de cada trabalhador após o pagamento de seus salários. Assim, os detentores dos meios de produção só iram produzir se conseguirem ampliar a extração de Mais-Valia.

Marx (2000) diagnosticou dois tipos diferentes de extração de Mais-Valia, a absoluta e a relativa. A Mais-Valia absoluta se caracteriza quando a jornada de trabalho do proletário é aumentada¹⁰, ampliando a margem de excedente do produtor. A extração de mais-valia relativa se caracteriza quando é alterada composição orgânica do capital produtivo, ou seja, a adoção de algum tipo de inovação no processo produtivo, ampliando a produtividade do trabalho, ou quando ocorrem mudanças organizacionais capazes de reduzir custos associados à mão de obra pela contração do trabalho necessário.

¹⁰ Considerando que não se altere o tipo de trabalho necessário para a produção da mercadoria.

A partir da extração da Mais-Valia é que a produção se torna relevante no sistema capitalista, desse modo o capital se reproduz ao longo do tempo. Porém, o dinheiro só se transformará em capital com a circulação de mercadorias na sociedade.

Marx (2000) considerou dois tipos de circulação de mercadorias na sociedade. A primeira corresponde à circulação simples¹¹ onde um indivíduo qualquer troca uma mercadoria qualquer por dinheiro, mero intermediário das trocas, cujo objetivo é adquirir outra mercadoria (M-D-M). Nesse esquema o indivíduo leva em consideração os valores de uso dos bens comercializados, portanto, esse processo só fará sentido considerando que o valor de uso da primeira mercadoria seja diferente do valor de uso da mercadoria final. A teoria considera que exista uma equivalência entre os valores de troca das mercadorias.

Esse processo de circulação consiste em uma abstração do esquema de troca de mercadorias em uma economia capitalista. Descreve, portanto, a metamorfose que a mercadoria e o dinheiro sofrem nas relações de trocas da economia. A primeira metamorfose¹² consiste na transformação da mercadoria em dinheiro¹³, ao passo que o dinheiro assume forma de mercadoria, ou adota valor de uso, para ser trocado por outro bem no mercado. Configurando assim a segunda metamorfose¹⁴, expresso no esquema da circulação simples (MARX, 2000, p.233 e 234). Caracterizado por dois movimentos:

Observando, agora, a metamorfose total de uma mercadoria, por exemplo, do linho, vemos, em primeiro lugar, que consiste em dois movimentos que se opõem e se completam, $M - D$ e $D - M$. Essas duas transformações contrapostas da mercadoria operam em dois processos sociais contrapostos do possuidor de mercadorias e se refletem em dois caracteres econômicos contrapostos do mesmo. Como agente da venda ele se torna vendedor, como agente da compra, comprador. Mas, como em cada transformação da mercadoria existem, ao mesmo tempo, as duas formas dela, forma mercadoria e forma dinheiro, apenas em polos contrapostos, assim o mesmo possuidor de mercadorias como vendedor se defronta com outro comprador e como comprador com outro vendedor. Como a mesma mercadoria percorre as duas transformações inversas sucessivamente — de mercadoria se torna dinheiro e de dinheiro mercadoria — assim o mesmo possuidor de mercadorias troca os papéis de vendedor e comprador. Esses não são, portanto, caracteres fixos, mas que mudam constantemente de pessoa dentro da circulação de mercadorias.

¹¹ Corresponde à uma espécie de exercício teórico que resgata de certo modo a perspectiva contida em Smith, A. *Uma investigação sobre as causas e a natureza da riqueza das Nações*, já que ele busca demonstrar que, mesmo em uma economia composta por produtores independentes, a possibilidade de crise é dada pela existência do dinheiro.

¹² Mercadoria – Dinheiro.

¹³ O que Marx (2000, p.229) chama de salto mortal da mercadoria.

¹⁴ Dinheiro – Mercadoria.

Assim, bastaria que certo grupo de indivíduos se negasse a alternar o papel de vendedores e compradores de mercadorias, através do entesouramento após o “salto mortal” da mercadoria, para que todo o processo social de trocas entrasse em paralisia.

Em uma economia capitalista, por outro lado, a esfera produtiva só será considerada relevante com a possibilidade de lucro para os detentores dos meios de produção. A partir do esquema de circulação simples, Marx (2000) analisa o processo de circulação de mercadorias no sistema capitalista de produção. O capitalista detentor do capital irá produzir uma mercadoria qualquer se ele conseguir vendê-la a um preço maior do que o investido inicialmente (D-M-D'). Essa condição irá satisfazer a necessidade de lucro do produtor. Note que esse processo de circulação de mercadorias está levando em consideração apenas os valores de troca das mercadorias e que consiste no processo de exploração da força de trabalho do proletariado. Essa relação só será considerada válida pelo produtor se $D' > D$.

Essa relação mostra uma contradição na forma como o capital é transformado, pois ele provém de fato da produção de mercadorias e não da circulação das mesmas. O capital não se origina da circulação, no entanto, ele necessita da circulação para se caracterizar, ou seja, a circulação apenas faz a transferência do dinheiro para o capital¹⁵.

Com o início do sistema de produção capitalista, a extração da mais-valia do trabalho caracteriza o processo de acumulação de capital por parte dos proprietários dos meios de produção. O emprego deste lucro pode levar a um processo de crescimento, Marx (2003) analisou essa relação e chegou à conclusão de que o capital se reproduz no tempo de duas principais maneiras, as chamadas reproduções simples e ampliada do capital.

De maneira sucinta, a reprodução simples do capital seria caracterizada quando as margens de lucro dos capitalistas são totalmente empregadas no consumo destes, ou seja, quando não existe o reinvestimento do capital na produção. Em condições normais uma economia que apresenta apenas um esquema de reprodução simples de capital não estaria em um processo de crescimento (MARX, 2003, p 200).

Marx busca sintetizar esse pensamento da seguinte forma:

Se essa *revenue*¹⁶ serve ao capitalista apenas como fundo de consumo ou é despendida com a mesma periodicidade com que é ganha, então tem lugar, permanecendo constantes as demais circunstâncias, reprodução simples. Embora

¹⁵ O que Marx (2000) chamou de processo de realização.

¹⁶ Renda.

esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certas características novas ou, antes, dissolve as características aparentes que possui como episódio isolado.

Por outro lado, considerando a elevação das margens de lucro dos detentores dos meios de produção e estes praticando o reinvestimento do capital diretamente na produção, caracteriza-se o processo de reprodução ampliada do capital. Uma economia que apresenta um esquema como descrito, pode se encontrar em estágios de crescimento econômico (MARX, 2000). Essa relação mostra o papel importante do investimento na garantia do crescimento econômico de sociedades capitalistas. A partir do esquema de reprodução ampliada em Marx, outros autores buscaram compreender o papel do investimento no processo de crescimento e acumulação capitalista.

Paul Sweezy (1962, p.112) busca analisar esse fato:

A conclusão inevitável é que a Reprodução Simples encerra uma abstração do que é mais essencial no capitalista, ou seja, sua preocupação em aumentar o capital. Ele realiza isso convertendo uma parte – frequentemente, a maior – de sua mais-valia em capital adicional. Esse capital adicional aumentando lhe proporciona ainda maior mais-valia, que ele por sua vez transforma em novo capital adicional, e assim por diante. Esse processo é conhecido como acumulação de capital e constitui a força motora do desenvolvimento capitalista.

Primeiro ponto a se levar em consideração é o papel do crescimento populacional na garantia do aumento do lucro dos capitalistas. No início do capitalismo o aumento das taxas de crescimento populacional garantia sempre uma grande oferta de mão de obra para a indústria, aumentando o exército industrial de reserva, possibilitando estabilidade nos níveis gerais de salários. Com isso também estava garantida a extração da mais-valia absoluta aos níveis mais elevados possíveis. Esta relação garantiu o crescimento econômico dos países nas primeiras fases do sistema capitalista de produção, porém, não se mostrou suficientemente capaz de manter elevadas taxas de crescimento econômico ao longo do tempo (DOBB, 1965).

1.2 Desenvolvimento econômico

Schumpeter (1982) buscou estudar os impactos dos investimentos sobre o crescimento econômico. A teoria do desenvolvimento econômico schumpeteriana busca analisar os efeitos dos ciclos econômicos na combinação das inovações para a criação de setores líderes na economia nacional, impulsionando assim o processo de crescimento. Essa relação está diretamente relacionada com o esquema da reprodução ampliada proposta por Marx. A diferença essencial é que, enquanto para Marx (2011) a mais valia extraordinária obtida a partir de uma inovação não pode ser considerada como a mola mestra propulsora do processo

acumulação industrial para Schumpeter (1982) ela é sua força motriz em essência, através do mecanismo de concorrência intercapitalista.

O desenvolvimento econômico se define, portanto, como uma mudança descontínua e espontânea nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca o estado de equilíbrio previamente existente. Ele resulta de mudanças revolucionárias, que alteram de uma vez por todas a situação anterior. Essas mudanças surgem na órbita da produção e não na do consumo¹⁷ e constitui simples adaptações, não um processo de desenvolvimento. São os produtores que exercem mudanças relevantes; induzindo os consumidores a consumir os novos produtos. A organização da produção, as novas formas de produzir e combinar diferentes insumos e habilidades, gerando novos produtos, ou os mesmos produtos com melhor qualidade e menor custo, constitui um dos elementos fundamentais do desenvolvimento.

À medida que novas combinações surgem de modo irreversível e descontínuo, há desenvolvimento. As novas combinações, no mundo não concorrencial, significam destruição de combinações anteriores¹⁸. Por outro lado, as novas combinações deslocam fatores de produção de atividades menos produtivas. Para sobreviver, as atividades não inovadoras precisam lançar mão de fatores desocupados, menos produtivos. Em síntese, o desenvolvimento consiste no emprego diferente dos recursos disponíveis, independentemente do ritmo do seu crescimento. Como exemplos de inovações, Schumpeter (1982) destaca: 1) a introdução de um novo produto; 2) a descoberta de um novo método de produção; 3) a abertura de um novo mercado, no país ou no exterior; 4) a descoberta de uma nova fonte de oferta de matéria-prima; 5) uma nova organização de qualquer indústria, como novo monopólio, ou fragmentação de uma oposição de monopólio.

Schumpeter (1982) enfatiza o lado da oferta, negligenciando a demanda. O autor busca levantar os efeitos do instinto empreendedor do empresário na promoção do desenvolvimento econômico e esses efeitos seriam transmitidos para os consumidores e a sociedade como um todo. Marx (2000) buscou estudar a necessidade que os capitalistas tinham de sempre ampliar sua acumulação de capital, por meio da exploração dos trabalhadores individuais. A essência do processo, para ele a fonte da acumulação, residiria na extração de mais-valia no processo

¹⁷ Schumpeter nega a importância das alterações dos gostos dos consumidores para deslocar a função de produção para um novo patamar, o que o justapõe em relação à perspectiva marginalista, cujo corolário é a teoria do consumidor.

¹⁸ Novas firmas podem implicar o fechamento de firmas antigas.

produtivo, base da lei do valor de Marx, não pela via da concorrência e seus desequilíbrios como no caso da perspectiva schumpeteriana. Para Marx, a despeito de o capitalista individual poder obter rendimentos a partir da mais-valia extraordinária por conta da introdução de uma inovação, do ponto de vista da dinâmica do sistema não haveria uma mudança significativa, já que os ganhos oriundos da inovação implicariam em perda de competitividade por parte do restante do empresariado.

De acordo com Marx (2000 p. 367):

Não examinaremos agora o modo como as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento dos capitais particulares, como se impõem coercitivamente na concorrência e surgem na consciência de cada capitalista sob a forma de motivos que o impelem à ação. Mas, desde já, está claro: a análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza íntima do capital, do mesmo modo que só podemos entender o movimento aparente dos corpos celestes depois de conhecer seu movimento verdadeiro, que não é perceptível aos sentidos.

Assim, para Marx a acumulação capitalista determina a dinâmica da concorrência, não o contrário. Assim, o sistema capitalista de produção passa a depender do processo de acumulação de capital, gerando o processo de concorrência e desenvolvimento. A teoria schumpeteriana se utiliza de alguns pressupostos que não poderiam ser observados na realidade, como a noção de equilíbrio geral.

Schumpeter considerava o pleno emprego e a concessão de empréstimos, isso resultaria na elevação dos preços dos fatores e deslocamento dos meios de combinações antigas, menos produtivas, para combinações novas, mais eficientes. Como as empresas não inovadoras desaparecem ou crescem a um ritmo mais lento, instaura-se um processo de destruição criadora. Pelo maior poder de mercado adquirido com as inovações, as empresas que as introduzem expandem sua produção a preços crescentes. No desenvolvimento schumpeteriano há, portanto, um processo inflacionário logo amenizado pelo surgimento de firmas concorrentes, produzindo bens diferenciados e adotando processos similares. Isso ocorre porque novos empresários imitam a ação dos pioneiros, adotando outras novidades, ou simplesmente copiando inovações já caídas no domínio público (SCHUMPETER, 1982).

O desenvolvimento schumpeteriano desenrola-se progressivamente, porque as inovações não se distribuem uniformemente no tempo; elas se manifestam mais intensamente em alguns períodos. O aparecimento dos inovadores abre o caminho para novos empreendimentos e facilita o surgimento de novos empresários. As dificuldades dos negócios tornam-se decrescentes pela ação dos pioneiros. Os empresários de capacidade mediana

podem entrar nos negócios com a remoção dos obstáculos iniciais. A abertura de um mercado externo, por exemplo, facilita as exportações tanto para as empresas do mesmo ramo, como para as de outros segmentos da economia. Os pioneiros dão o exemplo e são imitados. Eles sinalizam a existência de lucro em determinados setores e levam outros empresários a entrar no mesmo negócio ou em atividades correlatas (SCHUMPETER, 1982).

Para o aumento do efeito do aparecimento de novos empreendimentos: as novas combinações adicionam-se às antigas; a demanda empresarial projeta-se em todo o sistema econômico, através dos efeitos de encadeamento, de multiplicação e de aceleração, os negócios ampliam-se com preços crescentes; erros de previsão podem levar à superestimação dos investimentos, aumentando os efeitos referidos.

Uma característica interessante do desenvolvimento econômico mundial, ao longo do tempo, é de que o ritmo de expansão é desigual, tanto dentro das economias como em comparação entre os diferentes países (DOBB, 1965). Essa condição também foi observada por Schumpeter (1982) ao propor que o desenvolvimento econômico não se produz de maneira uniforme no tempo.

Esse processo desigual do desenvolvimento econômico se deve principalmente pelas flutuações que as economias passam ao longo do tempo, ou seja, a incidência das crises econômicas no capitalismo (DOBB, 1965). As crises do sistema estão ligadas diretamente às suas contradições, como apontou Marx (2000). As distorções provocadas pela desigualdade de renda que tendem a diminuir a capacidade de realização da mercadoria reduzem as margens de lucro dos capitalistas que passam a investir cada vez menos capital na produção, em uma condição onde a economia passa de um processo de reprodução ampliada de capital para uma reprodução simples.

Segundo Marx (2000), a necessidade crescente do capitalista em ampliar sua escala de acumulação de capital pode transformá-lo em um concentrador de dinheiro¹⁹. Desse modo esse dinheiro não gerará capital através da produção capitalista, tendendo a estagnar o processo de reprodução do capital. Por outro lado, a concorrência do setor produtivo, segundo Marx, tenderia à concentração produtiva ampliando ainda mais as desigualdades de renda da sociedade. Essa situação tenderia a diminuir o consumo e conseqüentemente reduziria a margem de lucro do capitalista, desencadeando uma crise do sistema.

¹⁹ Processo de entesouramento.

Marx (2000) procurou mostrar que a alteração da composição orgânica do capital nas indústrias poderia redundar em uma redução do lucro do capitalista e um consequente aumento da taxa de desemprego do setor. Mesmo que essa relação ocorra em apenas um dos departamentos da indústria, esse fato tende a gerar distorções em toda a economia, causando assim as crises do sistema.

Esse processo é desencadeado pela alteração da composição do capital orgânico nas indústrias, ou seja, na adoção de mais capital constante (tecnologia) no processo produtivo. Essa alteração gera uma distorção no valor das mercadorias, uma vez que, é a extração da Mais-Valia que constitui o valor propriamente dito, e essa será diminuída à medida que se diminui o capital variável (mão de obra) da produção. Porém, o autor expõe uma condição que diminuiria essa tendência decrescente da taxa de lucros a partir da análise da extração da Mais-valia relativa que amplia a produtividade do trabalho, essa relação voltaria a ampliar formação de capital na indústria (MARX, 2000).

Marx (2000) busca dividir a economia em dois grandes departamentos. O primeiro departamento consiste na produção de bens de capital²⁰ e o segundo departamento está vinculado à produção de bens de consumo para os trabalhadores e para os capitalistas. Kalecki (1987) ao analisar o processo de reprodução do capital (As equações marxistas de reprodução) busca fazer uma nova divisão departamental do setor produtivo, onde propõe a divisão do departamento II que seria responsável pela produção de bens de consumo para os capitalistas e o departamento III que produz bens de consumo para os trabalhadores.

Com base na observação dos departamentos da economia, destacamos o papel de indústrias chaves, ou como Perroux (1977) denomina indústrias motrizes na promoção do desenvolvimento de uma região. A concepção elaborada por Perroux parte da ideia de que desenvolvimento econômico se dá como um processo desigual nas diferentes regiões.

Para François Perroux (1977), o desenvolvimento de economias é expresso a partir da necessidade de concentração produtiva, principalmente em economias industriais. O autor busca salientar o papel de empresas líderes na promoção do crescimento econômico, que assim, passam a polarizar todo o processo de desenvolvimento regional.

O processo de desenvolvimento se dá de maneira desigual nos países, onde a tendência geral é a ampliação das desigualdades, na medida em que, as elevadas rendas dos países mais

²⁰ Bens de produção.

ricos garantem sempre a possibilidade de altos investimentos, em contrapartida os países mais pobres não possuem essa capacidade, uma vez que, sua renda quase sempre é destinada ao consumo. Essa condição impede o crescimento pleno das economias subdesenvolvidas, justo aquelas que deveriam ter maior investimento (MYRDAL, 1960).

Outro fato importante é que os países desenvolvidos normalmente apresentam índices mais estáveis de crescimento e a inovação tecnológica se propaga de maneira mais rápida do que nos países atrasados. Sem contar também que, de maneira geral, o crescimento populacional se dá de maneira mais acelerada nos países subdesenvolvidos e que estes apresentam grande desigualdade inter-regional, como por exemplo, uma população rural bastante empobrecida (MYRDAL, 1960).

Desse modo Myrdal (1960) busca refutar os ideais de economia estática onde toda e qualquer perturbação na sociedade geraria apenas reordenamentos na economia que tenderia ao equilíbrio no longo prazo. E passa a formular o princípio da causação circular e cumulativa, que, segundo o autor, ampliam as desigualdades internacionais.

Myrdal (1960) busca assim compreender os encadeamentos positivos que a instalação ou aparecimento de uma grande empresa provoca em uma região. Assim, do mesmo jeito que existem processos que desencadeiam o desenvolvimento, existem casos que afetam negativamente as diferentes regiões. Desse modo, a tendência geral é as regiões desenvolvidas atraírem os fatores que geram estímulos ao processo de desenvolvimento, ampliando assim as desigualdades.

O processo de crescimento econômico é um ramo da economia muito estudado, destacamos agora alguns modelos ortodoxos que buscam compreender empiricamente o processo de desenvolvimento econômico. Esse procedimento se faz necessário principalmente pelo fato do modelo Harrod-Domar ter sido utilizado pela SUDAM para projetar os investimentos necessários para o desenvolvimento da Amazônia Legal, como será apresentado no terceiro capítulo deste trabalho. Salientamos ainda, os problemas derivados da utilização de modelos, considerando os pressupostos utilizados e o fato de não se levar em consideração as transformações históricas características do processo de desenvolvimento econômico.

Após a publicação da Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter, surgiu na teoria econômica a necessidade de se incorporar a concepção de investimento como

elemento de destaque no processo de crescimento econômico. A partir dos pressupostos da teoria keynesiana, Harrod e Domar²¹ elaboraram o primeiro modelo de crescimento econômico, que prioritariamente visava compreender o papel do investimento no capital de uma localidade.

O modelo de crescimento denominado de Harrod-Domar se caracteriza principalmente pela sua grande simplicidade, onde se baseou em dois conceitos chaves: 1) do lado da oferta, na relação marginal do produto-capital, ou seja, em condições de crescimento, a variação do produto se dá através do aumento do investimento; 2) no lado da demanda, na propensão marginal a poupar (BRESSER-PEREIRA, 1975).

Desse modo o Modelo Harrod-Domar se caracteriza por uma concepção de Fio de Navalha, onde dado o pressuposto de que a produção ocorre sobre condições de proporções fixas. Essa condição originou e centralizou as críticas da economia *Neoclássica* a abordagem do modelo, de modo que para Solow e Shapiro, de fato a concepção não tratava de crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 1975).

1.3 Crises do sistema capitalista

Fato importante é que o desenvolvimento capitalista se apresenta por meio de ciclos econômicos, variações nas taxas de lucro que alteram o padrão de acumulação de capital na sociedade. Consideremos que existam quatro fases principais dos ciclos econômicos, a fase de expansão onde o lucro cresce em ritmo acelerado. Quando a economia passa a apresentar diminuição das taxas de lucro ela começa a entrar em um novo estágio denominado de Recessão até o ponto aonde os lucros chegam aos menores níveis possíveis na fase chamada de Depressão. Com o aumento dos investimentos a economia passa pela fase de Recuperação, retornando ao início do ciclo (KALECKI, 1987).

O objetivo principal do capitalista, como observado anteriormente, está na busca pelo lucro máximo, quando existe algum fator que leva à diminuição das taxas de lucro dos capitalistas isso acarretaria na diminuição dos incentivos para a produção gerando uma consequente diminuição na produção, diminuindo ou interrompendo a circulação de mercadorias na economia. Esse processo dá início às crises do sistema, quando a margem de

²¹ Harrod foi o pioneiro, publicando seus estudos em 1939, trabalho intitulado, “*An essay in dynamics theory*”. Posteriormente Domar publicou um trabalho que complementou os apontamentos e ajudou a sistematizar o modelo, seu trabalho foi intitulado “*Capital expansion, rate of growth and employment*” no ano de 1946.

lucro se extingue ou torna-se negativa, a economia encontra-se em um estágio de depressão (SWEEZY, 1962).

A saída da crise seria o aumento do investimento, porém como os incentivos para tal estão em declínio junto com a taxa de lucro, o capital privado tende a não ampliar o investimento ou reter capital esperando épocas mais favoráveis para o investimento. Sweezy (1962, p. 185) salienta dois tipos principais de crise econômica que de certo modo estão ligadas ao declínio da taxa de lucro, as crises ligadas à tendência decrescente da taxa de lucro e as crises de realização:

[...] Num exemplo²², temos de tratar de movimentos na taxa de mais-valia e na composição de capital, permanecendo intacto o sistema de valor; no outro²³, temos forças ainda não especificadas²⁴ que tendem a criar uma escassez geral da procura efetiva de mercadorias, não realmente no sentido de que a procura seja insuficiente para comprar todas as mercadorias oferecidas, mas de que é insuficiente para comprá-las todas a uma taxa de lucro satisfatória [...]

Kalecki (1987) e Keynes (1996) buscam analisar essa condição e definem o papel do Estado na garantia ou na promoção da recuperação econômica da nação. A diminuição da taxa de lucro acaba por diminuir o incentivo do capitalista na produção, interrompendo, em parte, a circulação de mercadorias na economia. Esse processo tende a ampliar a taxa de desemprego na economia diminuindo ainda mais o consumo, ampliando o processo de crise do sistema.

Mesmo que os empresários busquem diminuir os salários para evitar as demissões em massa, o resultado não seria tão diferente dado que a produção permaneceria em alta, considerando a diminuição da renda nacional devido à queda dos salários, isso provocaria uma diminuição do consumo agregado diminuindo o preço dos produtos, dando continuidade ao processo de crise. Mesmo que de alguma forma o setor produtivo se organize para evitar a queda dos preços dos produtos, seria pouco provável que os empresários ampliassem os investimentos produtivos, ou seja, a economia na melhor das hipóteses estaria estagnada (KALECKI, 1987). Não devemos esquecer que sustentar preços altos inibiria o consumo agregado, dada a diminuição dos salários, o que continuaria a diminuir as taxas de lucro.

De todo modo, assim como Schumpeter considera o investimento como o principal fator da garantia do crescimento econômico, Kalecki (1987) e Keynes (1996) demonstram o

²² Crises ligadas à tendência decrescente da taxa de lucro.

²³ Crises de realização.

²⁴ Sweezy (1962), em conformidade com a teoria marxista, salienta que as crises de realização são provocadas por uma desproporção entre os diversos ramos da produção, ou pelo subconsumo das massas.

papel do investimento na recuperação das crises econômicas. O problema está na dificuldade do setor privado em ampliar investimentos nessas condições.

Keynes (1996) por diversas vezes aponta o espírito animalesco²⁵ do empresário²⁶ como condição fundamental para o progresso econômico, porém, segundo o autor a saída das crises se dá através da atuação do Estado na economia. O problema está na dificuldade de se garantir formas de financiamento, dado o processo de crise sistêmico, assim, o Governo atua de modo a garantir o investimento na economia.

1.4 Concentração produtiva

O processo de desenvolvimento do capitalismo gerou cada vez mais alterações na composição orgânica do capital levando ao crescimento do capital constante em comparação com o capital variável. Principalmente no que diz respeito à parte fixa do capital constante, ou seja, máquinas e equipamentos. Com isso a tendência é a ampliação no volume médio da unidade produtiva que conseqüentemente conduz a economia para duas formas de organização produtiva (SWEEZY, 1962).

A primeira tendência é a concentração do capital, uma vez que os capitalistas tentaram sempre aumentar a quantidade de capital controlada, buscando a ampliação da sua acumulação. Por outro lado, existe ainda possibilidade da redistribuição e reorganização de capitais previamente existentes em uma região, esse processo foi denominado por Marx como a centralização do capital (SWEEZY, 1962).

Ainda referente à centralização, Sweezy (1962, p.300) indica que "... [a centralização] é o método mais rápido de ampliar a escala de produção..." dado que esse processo torna mais rápido os avanços do setor produtivo, como observado na experiência histórica.

Lênin (1979) busca analisar o processo de desenvolvimento industrial que levou a um processo de concentração produtiva nos países mais avançados. Mesmo em pequeno número, as grandes indústrias eram responsáveis por empregar grande parte da mão de obra, bem como detinham grande parcela da produção. Este processo de concentração foi acelerando à medida que o capitalismo se desenvolvia nas grandes economias, tornando as grandes

²⁵ "Animal spirit".

²⁶ Neste ponto existe bastante similaridade com a proposta Schumpeteriana do espírito selvagem do capitalista e o que Marx definiu como a necessidade de sempre buscar a ampliação de exploração da força de trabalho.

empresas cada vez mais importantes, configurando uma das características mais marcantes do sistema capitalista.

Nas principais economias industriais do final do século XIX, a concentração industrial era uma característica evidente. Esse processo levou ao surgimento dos monopólios, que representou grande importância para o desenvolvimento do capitalismo em sua fase superior caracterizada pelo “imperialismo”. Apesar de poucas, essas grandes empresas, dominavam praticamente todos os ramos industriais²⁷. Essa condição levava a concentração do poder nas mãos de poucas empresas nacionais que dominavam o mercado interno. Com o passar do tempo algumas destas empresas passaram a se alojar em outros países dominando estas economias e ampliando seus lucros (LÊNIN, 1979).

Com o crescimento do poder das grandes empresas, começavam a surgir cada vez mais aglomerados de indústrias²⁸, desse modo, apareceram as primeiras indústrias que produziam em vários ramos, desde a extração da matéria-prima, a sua transformação, até a produção do bem final. Essa configuração se tornou desleal para as pequenas empresas que perdiam grande parte dos lucros com a compra de insumos básicos para a produção e não tinham como aguentar a concorrência com as grandes empresas, principalmente em épocas de crise (LÊNIN, 1979).

As crises tiveram papel importante para a garantia do surgimento e fortalecimento das grandes empresas, possibilitando também a aparição dos monopólios. Existiram também outros fatores que contribuíram para o fortalecimento desta configuração produtiva, como a falta de uma legislação que controlasse o poder dos grandes aglomerados industriais. Porém, uma das principais características que possibilitaram o fortalecimento das grandes empresas foi a atuação do capital financeiro no sistema produtivo (LÊNIN, 1979).

A concentração de fato levou a um processo de articulação do capital financeiro com o capital industrial. Os grandes capitalistas necessitavam deste dinheiro para viabilizar os grandes investimentos para a busca da hegemonia produtiva, deste modo surgiu um novo fator que começava a ganhar força no sistema capitalista, os agentes que lucravam com a produção sem necessariamente participar diretamente do processo produtivo, as grandes oligarquias financeiras (LÊNIN, 1979).

²⁷ Principalmente os mais importantes, ou seja, os de produção “pesada”.

²⁸ Trustes, cartéis, entre outras formas de cooperação.

Lênin (1979) nos mostra que se caracterizaram novas forças no processo de tomadas de decisões dos investimentos para ampliação da capacidade produtiva. Desse modo as decisões passaram a ser tomadas muito mais devido aos interesses dos conglomerados financeiros do que decididos pelos detentores dos meios de produção industriais. Essa condição retira importância da figura do empreendedor como exposto na Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter (1997). O empresário se torna um rentista a partir do período marcado pelo capitalismo monopolista.

Essa importância delegada ao capitalista nas tomadas de decisão esteve exposta na teoria marxista, no processo de reprodução ampliada, e pode ser aplicado apenas às fases iniciais do sistema capitalista, período onde não existia tamanha concentração produtiva e imperava a intensa concorrência nos setores produtivos. O processo de desenvolvimento do sistema capitalista separou, ou desvinculou o proprietário dos meios de produção da gerência da empresa, principalmente com o advento das grandes empresas que passam a constituir sociedades anônimas, e suas necessidades de ampliação da escala de produção.

Segundo Marx (1996, p. 380 e 381) os próprios capitalistas passam a ser então expropriados, através da concentração de capital:

O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista mata muitos outros. Paralelamente a essa centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista.

Ante a falta de regulação por parte do Estado o capital financeiro passou a ampliar mais seu espaço no sistema capitalista. A alta rentabilidade do setor gerou estímulo para o surgimento desenfreado de oligarquias financeiras e desestimulou o setor produtivo, aumentando ainda mais o poder das grandes empresas e principalmente possibilitando o surgimento e consolidação do monopólio (LÊNIN, 1979).

A nova fase do capitalismo ficou marcada pela exportação de capitais e pelo grande crescimento do sistema financeiro que não mais conseguia aumentar seus lucros explorando apenas o sistema produtivo interno. Se o antigo capitalismo se baseava no mercado de bens, essa nova fase possibilitou nova partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas a

partir de uma intensificação do fluxo financeiro. As decisões de investimento passaram a abordar a economias atrasadas onde existia a possibilidade de ampliar a produção e os lucros do sistema financeiro. Desse modo a economia começava a se tornar global (LÊNIN, 1979).

O imperialismo consistiu em uma fase de transição do capitalismo, onde a produção fragmentada característica das fases iniciais da industrialização foi perdendo espaço para uma nova configuração produtiva caracterizada pela intensificação da concentração produtiva e consequente ganhos crescentes à escala, bem como pela separação entre o proprietário, detentor dos meios de produção, e a gerência e supervisão da produção. Nessa nova fase existiu a fusão do capital financeiro com o capital produtivo monopolista, levando a um grande desenvolvimento das relações capitalistas de produção (LÊNIN, 1979).

A aparição dos monopólios altera drasticamente a condição de acumulação de capital por parte do capitalista. Primeiro, é possível se extrair a maior quantidade de lucro com o comércio com a elevação dos preços dos produtos. Os investimentos nas indústrias monopolizadas ficam retraídos ampliando a tendência à crise econômica que também é impulsionado pela elevação da taxa de lucro ocasionado pela alteração da extração da mais-valia (SWEEZY, 1962).

Dentro deste contexto de desenvolvimento, discutiremos agora a formação econômica do Brasil e seu desenvolvimento capitalista caracterizado por um relativo atraso se comparado com as grandes potências mundiais. Considerando todo o processo de dependência ao qual o país esteve inserido desde o período colonial perpassando pela dinâmica agrária exportadora, onde o processo de acumulação de capital é voltado ao mercado externo.

CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

O presente capítulo busca apresentar como que se deu o processo de desenvolvimento da economia brasileira ao longo dos anos, evidenciando principalmente o fenômeno de concentração e desconcentração produtiva observado na sociedade brasileira a partir do movimento de industrialização e sua conseqüente alteração do centro dinâmico de acumulação de capital do país.

2.1 Acumulação primitiva de capital e exclusivo metropolitano.

No modo especificamente capitalista de produção o processo de acumulação de capital está vinculado à exploração do trabalhador Assalariado. Anteriormente vimos como a extração da mais-valia gera lucro e o reinvestimento deste lucro no processo produtivo possibilita a ampliação da taxa de mais-valia do capitalista²⁹. Porém, essa condição só pode ser observada em sistemas capitalistas de produção, assim devemos considerar um processo de acumulação de capital anterior ao capitalismo, a chamada acumulação primitiva de capital.

A sociedade inglesa do final do século XIV e início do século XV era constituída em sua maioria por camponeses proprietários de terras que produziam algum tipo de produto de subsistência. Estes camponeses possuíam o direito de lavrar sobre sua terra e tinham posse sobre seu excedente de produção. O processo de acumulação primitiva de capital inicia-se com expropriação destes trabalhadores independentes. O processo de expropriação dos camponeses assume diversas formas com o passar dos anos, constituindo o processo histórico da formação do capitalismo moderno (MARX, 2003).

A acumulação primitiva foi responsável por estruturar e fundamentar o capitalismo moderno. Esse processo de transformação da propriedade e da produção teve início ainda no antigo sistema. Com o fim da servidão, criaram-se diversos tipos de proprietários de terras. Surgiu toda uma classe de assalariados da agricultura³⁰ (MARX, 2003).

Marx (2003) analisa o processo histórico da criação das bases do modo capitalista de produção. O processo de expropriação do camponês teve diversas formas de atuação, no final do século XV, os senhores feudais passam a expulsar os camponeses de suas terras. Esse

²⁹ Esquema de reprodução ampliada de capital (MARX, 2000).

³⁰ Tanto aqueles camponeses que trabalhavam para os grandes proprietários em suas horas vagas, como uma classe de assalariados propriamente ditos, independentes, porém pouco numerosos (MARX, 2003, p.832).

processo violento de tomada das terras se impulsiona no século XVI com os saques dos bens da igreja.

O processo de expropriação dos camponeses não apenas criou um mercado de mão de obra, como também engendrou um mercado consumidor. Com a intensificação da demanda por produtos têxteis, em especial a externa, a Inglaterra tinha à disposição um numeroso grupo de indivíduos dispostos a se submeterem à relação de assalariamento. A Revolução Industrial incide justamente sobre o custo da mão de obra, tornando-a mais barata e pressionando parte da população à condição de desemprego. Na cidade os antigos camponeses ou seus descendentes se veem obrigados a vender sua força de trabalho para os capitalistas detentores dos meios de produção, caracterizando o processo de exploração do trabalhador no capitalismo, discutido no capítulo anterior (MARX, 2003).

O processo de acumulação primitiva foi responsável por estruturar a revolução industrial e o conseqüente sistema capitalista de produção em sua primeira fase. Outros países que constituem o atual bloco hegemônico do capitalismo mundial se industrializaram à posteriori se utilizando de outros métodos³¹. Foi observada ainda a constituição da acumulação primitiva de capital por meio da exploração colonial. Essa relação onde predominava a exploração das colônias possibilitou a acumulação primitiva de capital por parte das metrópoles. Essa relação criou dois tipos diferentes de padrão de desenvolvimento econômico.

Novais (1979, p. 72) destaca o funcionamento do sistema colonial, evidenciando o processo de exploração:

[...] É no regime do comércio entre metrópoles e colônias que se situa o elemento essencial desse mecanismo. Reservando-se a exclusividade do comércio com o Ultramar, as metrópoles europeias na realidade organizavam um quadro institucional de relações tendentes a promover necessariamente um estímulo à acumulação primitiva de capital na economia metropolitana a expensas das economias periféricas coloniais. O chamado ‘monopólio colonial’, ou mais corretamente e usando o termo da própria época, o regime do ‘exclusivo metropolitano’ [...]

Com o “descobrimento” do Brasil, instalou-se no território uma colônia que mais se aproximava de um modelo colonial de exploração³², onde o único objetivo da metrópole era obter o maior ganho possível. No começo a utilidade da colônia era exclusivamente o fornecimento de matérias primas para a metrópole, desse modo, o Brasil só poderia

³¹ Chang (2004) analisa algumas destas estratégias de industrialização e desenvolvimento econômico.

³² Existiram dois principais modelos de colonização, o de exploração e o de povoamento. No Brasil, se instaurou, em sua maioria, um modelo colonizador baseado na exploração (NOVAIS, 1979; PRADO JUNIOR, 1986).

comercializar produtos com Portugal. Esse padrão de comércio ficou conhecido como o “exclusivo metropolitano” que também garantia a metrópole o escoamento de sua produção de manufaturados (NOVAIS, 1989; PRADO JÚNIOR, 1986).

A necessidade de se explorar colônias, esta fundamentada no contexto mercantilista que julgava as riquezas das nações pelas suas reservas de metais preciosos. O domínio do comércio ultramarino era de suma importância na economia do antigo regime, na garantia da ampliação da acumulação de metais preciosos, e, portanto, na afirmação de uma nação como potência mercantilista (NOVAIS, 1979).

A metrópole utilizava as colônias como meio de acumulação primitiva do capital, onde todo o lucro da produção colonial ficava com a metrópole que poderia também escoar parte de sua produção para as colônias. Lembrando que, na época, a riqueza de uma nação estava diretamente ligada a sua reserva de metais preciosos, ainda que alguns produtos agrícolas tivessem grande importância para o mercado internacional (MELLO, 1982).

A economia colonial segue um padrão onde se podem observar dois setores produtivos, um exportador e um produtor de alimentos³³. O setor exportador produz em larga escala, produtos coloniais destinados ao mercado mundial, com vistas para a acumulação da metrópole. O setor produtor de alimentos vem a agregar ao setor exportador, porém, os produtores também poderiam dedicar parte do seu tempo para a produção de subsistência. Deste modo pode-se definir a economia colonial como altamente especializada e complementar à metrópole, onde o objetivo principal deveria atender ao padrão de comércio conhecido como exclusivo metropolitano (MELLO, 1982).

A produção colonial se caracterizou desta maneira simplesmente por atender às necessidades da metrópole como ferramenta de acumulação primitiva de capital. Deste modo, a metrópole buscava uma produção complementar e que não auferisse grandes custos, assim se explica a necessidade da adoção de mão de obra escrava, dado que a abundância de terras para a produção já era um fato concreto. Assim a metrópole garantia os baixos custos de produção e lucrava também com o comércio de escravos (MELLO, 1982).

³³ É importante salientar que a dinâmica produtiva da colônia estava voltada para o setor exportador, ao passo que, a produção de alimentos objetivava suprir a demanda local.

Novais (1979, p. 70) salienta que no início do sistema colonial não era objetivo das metrópoles a acumulação primitiva, mas que com o passar do tempo se transforma em processo histórico de constituição do capitalismo moderno:

[...] a colonização do novo mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento de acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. Aquilo que, no início dessas reflexões, afigurava-se apenas como um simples projeto, apresenta-se agora consoante com o processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*.

O monopólio de comércio³⁴ era o meio pelo qual o excedente gerado pela colônia era inteiramente transferido para a burguesia da metrópole. O sistema de oligopólio bilateral garantia que os produtos exportados da colônia para a metrópole tivessem os menores preços possíveis, conseqüentemente existia também a possibilidade de a metrópole cobrar os maiores preços para os produtos manufaturados que a colônia demandava. A evolução deste modo de produção possibilitou a ampliação da acumulação primitiva de capital por parte da burguesia comercial metropolitana, estimulando a aparição de mercados coloniais, resultando em estímulos à constituição do capitalismo (MELLO, 1982).

Há uma contradição entre o capitalismo e um sistema que utilize mão de obra escrava, deste modo, as economias coloniais poderiam ser chamadas de economias pré-capitalistas. Mesmo que se perpetuem as contradições e se desenvolva um sistema produtivo autônomo nas colônias, esses deveriam se inserir de alguma forma na dinâmica produtiva mundial. Desse modo passa a ser papel da periferia a produção de bens primários em larga escala, para que assim possa manter os preços destes produtos baixos (MELLO, 1982).

Como exposto anteriormente, o sistema capitalista de produção se caracteriza pela subsunção real do trabalho assalariado em processo de extração de valor através do que Marx (2000) chamou de extração da mais-valia relativa. Deste modo, não podemos considerar uma economia baseada na escravidão como um sistema capitalista de produção.

Outra contradição entre o sistema capitalista e um sistema produtivo colonial está na ideia de exclusivo metropolitano. É mais interessante para o sistema capitalista que as diversas economias se insiram no mercado internacional sem a presença de barreiras, pois, assim aumentariam as possibilidades de comércio, gerando aumentos na possibilidade de

³⁴ Exclusivo metropolitano.

acumulação de capital. Desse modo, uma transição das economias coloniais para o sistema capitalista seria necessária para possibilitar um pleno desenvolvimento das forças capitalistas de produção, portanto as economias coloniais deveriam transitar para um modelo produtivo de mão de obra assalariada e que se inserisse no contexto produtivo mundial³⁵ (MELLO, 1982).

A transição das economias coloniais para economias exportadoras capitalistas se deu em um período onde o capitalismo passava pela sua fase de concorrência, de modo que as concentrações industriais possibilitaram o surgimento de monopólios. Estes monopólios eram geridos pelos capitais financeiros produtivos, desse modo, deu-se início ao processo de exportação de investimentos e culminando na partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas (MELLO, 1982). Essa condição ficou expressa nos trabalhos de Lênin (1979) sobre a concentração produtiva e a fase imperialista do capitalismo exposto no capítulo anterior.

2.2 Ascensão da dinâmica produtiva colonial no Brasil.

No começo da colonização, pouco se produziu no Brasil de modo que a principal atividade foi a extração de matéria prima, como o Pau-Brasil. Portugal não acreditava muito que a região possuía grandes capacidades para desenvolver alguma atividade, deste modo, a metrópole pouco investia na colônia (FURTADO, 2005).

Ao fim do século XVI começou a ser implantada no Brasil a produção de açúcar apoiada na grande oferta de terras para o cultivo da cana, na fácil aceitação do produto no mercado internacional, seus preços e a experiência que Portugal já possuía na produção deste bem. A produção açucareira se desenvolveu consideravelmente durante o século XVII ocupando grande parte do litoral nordestino. A produção foi baseada em mão de obra escrava e gerou uma grande concentração fundiária (FURTADO, 2005).

Essa organização fundiária permaneceu como característica da economia do Nordeste. Com o passar dos anos a concentração de renda na região condicionou-a a um atraso em comparação ao sudeste sendo determinante para grande diferença que as duas regiões obtiveram no seu desenvolvimento nos séculos seguintes.

Furtado (2005) salienta que o desenvolvimento da economia açucareira baseado na alta produtividade e no caráter litorâneo do povoamento, necessitava de medidas para

³⁵ “... A formação de uma periferia produtora, em massa, de produtos primários para exportação...” (MELLO, 1982, p.45).

controlar o fluxo de mercadorias na região. O surgimento de outras atividades produtivas como suporte ao ciclo do açúcar bem como objetivando a ocupação de território como medida de controle da área colonial portuguesa. A criação de gado foi de grande importância como elemento de penetração do interior do Brasil, porém, a pecuária não foi capaz de gerar grandes lucros para os produtores tornando-se assim apenas uma atividade complementar.

Com o surto minerador do século XVIII a economia colonial entrou em um novo estágio, diferente da organização social que o ciclo do açúcar possuía, a mineração possibilitou o surgimento tanto de grandes propriedades fundiárias com a utilização de mão de obra escrava, como de trabalhadores diretos e livres, chamados de “Fiscadores” (FURTADO, 2005).

Essa nova configuração socioeconômica possibilitou uma melhor distribuição de renda se comparada com a observada no Nordeste com seus grandes engenhos³⁶. Concentrada principalmente no Sudeste e no Centro-Oeste do Brasil, a mineração levou certo desenvolvimento para estas regiões e foi importante para a dinamização da produção do Sudeste nos séculos XVIII e XIX, além de se constituir em fator determinante para a concentração produtiva que a economia brasileira enfrentou nos anos seguintes (CANO, 2007).

Vale ressaltar que a produção de açúcar coexistiu com o ciclo do ouro, porém, com uma importância bem menor para a dinâmica produtiva nacional. Com o declínio da mineração no Brasil a produção agrícola volta a ganhar espaço principalmente apoiada no reaquecimento da produção de açúcar, mas também no começo da produção de algodão³⁷. Posteriormente, o café produzido no sudeste assumiria a preeminência na dinâmica produtiva nacional, promovendo uma concentração das atividades nesta região, principalmente em São Paulo.

2.3 Transição de uma economia colonial para uma economia capitalista exportadora.

As distorções provocadas pela deterioração dos meios de troca entre a colônia e a metrópole alavancaram os efeitos de crise do sistema colonial. O declínio do ciclo do ouro,

³⁶ Principalmente pelo fato de que existia a possibilidade de extrair o Ouro se utilizando de planteis menores de escravos, daqueles observados nos grandes engenhos.

³⁷ A produção de algodão não desenvolveu de maneira satisfatória, a Produção foi baseada em técnicas rudimentares, tanto no cultivo como na colheita e armazenagem do produto final, deste modo o produto era de baixa qualidade o que dificultava a sua competitividade no mercado internacional. De fato a produção de algodão do Nordeste era conhecida como “cultura de pobres” na época (FURTADO, 2005).

em conjunto com a baixa circulação de renda característica de um sistema escravista de produção, base da economia colonial, diminuiram consideravelmente o lucro da metrópole iniciando a derrocada do sistema colonial. Em contrapartida, o declínio do comércio de escravos diminuía ainda mais a capacidade de lucro do sistema, culminando na queda do exclusivo metropolitano (NOVAIS, 1979).

A queda do exclusivo metropolitano foi um dos marcos para o início do processo de transição da economia colonial brasileira para uma economia exportadora capitalista. Em meio ao declínio da mineração e as quedas dos preços de outros produtos no mercado internacional, existiu a possibilidade de o país regredir para uma economia baseada apenas na mão de obra escrava (MELLO, 1982).

Porém, alguns acontecimentos modificaram essa tendência, tais como o surgimento de um capital mercantil nacional que lucrava as margens do comércio monopolístico com a metrópole e se fortaleceu a partir da queda do exclusivo metropolitano, e o surgimento de um embrionário sistema financeiro nacional que possibilitaram a transição para a economia mercantil-escravista cafeeira nacional (MELLO, 1982).

É importante salientar a ampliação da demanda por café no mercado internacional, que passou a não mais se configurar como produto colonial. O aumento da produção brasileira do produto levou a uma queda dos preços diminuindo os lucros dos produtores, somando-se a isso, os custos elevados para se começar a produzir gerava barreiras para a entrada³⁸, facilitando a concentração da produção em latifúndios³⁹. Estas condições geraram também uma tendência inicial de utilização de mão de obra escrava, por apresentar custos menores que a utilização de trabalhadores assalariados (MELLO, 1982).

O Brasil passou a produzir muito café a baixos preços, tornando-se assim o principal produtor mundial. A economia mercantil-escravista cafeeira estava caracterizada como grandes unidades produtoras, produzindo em larga escala, utilizando mão de obra escrava e sustentada a um sistema comercial-financeiro. Assim estabeleceu-se no Brasil uma economia nacional, mesmo que ainda configurada em uma produção mercantil e baseada na escravidão (MELLO, 1982).

³⁸ Ainda assim, as barreiras para a entrada na produção do café, eram bem menores do que as observadas no ciclo do açúcar e seus grandes engenhos.

³⁹ Mesmo com um processo de concentração produtiva, o ciclo do café não apresentava uma concentração intensa como observada na economia açucareira nordestina.

O sistema produtivo nacional começou a enfrentar alguns problemas que geraram uma necessidade de alteração no processo de acumulação de capital. Em primeiro devemos considerar o início da proibição do tráfico negreiro, que tornaria escassa a mão de obra escrava, dado que as taxas de crescimento vegetativo dos escravos eram negativas, os produtores deveriam buscar meios para equilibrar as taxas de natalidade e mortalidade entre os escravos. Esse processo por si só já incorreria na diminuição dos lucros efetivos dos produtores, pois seria necessário diminuir as jornadas de trabalho dos escravos e melhorara as condições de vida dos mesmos (MELLO, 1982).

Outro fator a se considerar estava na oferta de terras, não pela escassez e sim pela necessidade de não se interiorizar em demasiado a produção e assim não aumentar os custos com transportes. Estes fatores marcaram ao fim da década de 1860 a crise do sistema produtivo mercantil-escravista nacional (MELLO, 1982).

Considerando estes fatores que geraram um processo de crise no sistema produtivo nacional podemos observar como se deu a transição de um sistema produtivo baseado na mão de obra escrava para um sistema com trabalhadores assalariados. Como no Brasil não existia condições para se desenvolver um sistema industrial escravista, dado o baixo grau de protecionismo que os ideais liberais proporcionavam, ficaria quase necessária uma nova forma de produzir. Assim dá-se início o processo de transição de uma economia mercantil-escravista nacional para uma economia exportadora capitalista, com a busca de mão de obra nos países europeus e asiáticos. Este processo levou a produção de café a um novo patamar possibilitando altos lucros, inovações na produção, levando à hegemonia paulista no cenário nacional (MELLO, 1982).

2.4 Determinantes para a concentração produtiva

Até meados do século XX não existia, no Brasil, vias de comunicação e transporte eficientes, de modo que os grandes vazios populacionais entre as regiões possibilitou o surgimento de diferentes dinâmicas produtivas no território nacional. Deste modo, o desenvolvimento no Brasil ocorreu de maneira distinta entre as grandes regiões (CANO, 2007).

No Nordeste, desde a implantação da produção de açúcar se observou uma intensa concentração de renda, uma vez que, todo o capital produtivo ficava nas mãos dos senhores de engenho e estes utilizavam mão de obra escrava impossibilitando a transferência de renda

entre a população. Portanto, a dinâmica produtiva nordestina se baseava nas grandes empresas onde nem as crises possibilitaram uma remodelação da produção da região (CANO, 2007).

No Norte do Brasil pouco se observou a consolidação de um processo produtivo que tenha apresentado grande relevância para o país como um todo, onde se pode destacar apenas a rápida ascensão e queda da produção de borracha⁴⁰. O descobrimento da técnica da produção de borracha através da extração da seiva da seringueira foi de grande relevância para o mercado internacional e gerou grande mobilização para a região da Amazônia, porém, este sucesso não foi capaz de levar desenvolvimento para a região.

Furtado (2005) argumenta como a falta de uma numerosa população na região amazônica dificultou o surgimento e consolidação de alguma atividade produtiva que apresentasse alguma relevância para a dinâmica produtiva nacional. A produção da bacia amazônica eram as especiarias extraídas da floresta, onde se destacava a produção de cacau. Porém, toda e qualquer produção esbarrava no problema da quase inexistência de população na região, situação que foi compartilhada durante o ciclo da borracha.

A produção de borracha despontava como grande potencial para valorização de preços no mercado internacional. O processo de valorização gerou duas etapas para o desenvolvimento da produção, como aponta Furtado (2005, p. 137):

A evolução da economia mundial da borracha desdobrou-se assim em duas etapas: durante a primeira encontrou-se uma solução de emergência para o problema da oferta do produto extrativo; a segunda se caracteriza pela produção organizada em bases racionais, permitindo que a oferta adquira a elasticidade requerida pela rápida expansão da procura mundial. A primeira fase da economia da borracha se desenvolve totalmente na região amazônica e está marcada pelas grandes dificuldades que apresenta o meio.

Furtado (2005) salienta que mesmo com a queda do preço do produto no mercado internacional, a exportação de borracha cresceu muito nas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX, principalmente orientada pela migração de mão de obra nordestina para a região.

Devido à falta de dinamismo da produção, onde não se criou mercado para abastecer a população local com alimentos e produtos essenciais para a vida da população bem como não se constatou a aparição de empresas para a produção que ficou caracterizada, quase que totalmente, por trabalhadores diretos e, portanto, sem a capacidade de produzir em escala. Outro motivo foi a conseqüente perda de excedente para outras regiões com os custos para

⁴⁰ Analisaremos a evolução da dinâmica produtiva do Norte brasileiro a partir do terceiro capítulo deste trabalho.

exportar o produto e principalmente a rápida descoberta de novos métodos de produção com diferentes matérias primas, levou a região à decadência ao fim do século XIX (CANO, 2007).

A dinâmica produtiva do Sul foi pautada principalmente nas pequenas empresas que estavam diretamente voltadas à base agrícola produzindo bens principalmente para o comércio com os estados vizinhos.

No caso do Centro-Oeste, com o declínio da mineração grande parte da população migrou para as regiões vizinhas de modo que os habitantes restantes se dedicaram principalmente a atividades agrícolas e da pecuária, quase totalmente voltada para o consumo local (CANO, 2007; FURTADO, 2005).

No Sudeste se observou a aparição de uma estrutura produtiva mais heterogênea com o surgimento de pequenas e médias empresas nos mais diversos ramos da economia. No Rio de Janeiro, já no século XIX observou-se a aparição das primeiras indústrias do país, em Minas Gerais surgiu uma forte e dinâmica produção agrícola que se desenvolveu sustentada nos laços comerciais com São Paulo e Rio de Janeiro. No estado de São Paulo observou-se um desenvolvimento diferenciado que possibilitou ao estado, ao fim do século XIX e começo do século XX, a posição de destaque no país.

Em meados do século XIX no Rio de Janeiro e na Guanabara a produção de café ganha força, esse produto ganhou rapidamente importância no cenário nacional ampliando a sua produção para o interior do estado e posteriormente para os estados vizinhos como o Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

Em Minas Gerais a produção de café se organizou principalmente em pequenas e médias empresas e veio a agregar com uma já existente produção agrícola, onde o destaque estava para a produção de laticínios e a criação de gado para exportação. A empresa cafeeira mineira não obteve o mesmo padrão de acumulação observado em São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que, Minas Gerais perdia parte do excedente para os estados vizinhos por utilizar os portos para o embarque da mercadoria. Os lucros da produção foram, em sua maioria, empregados em infraestrutura regional e na geração de um sistema financeiro no estado (CANO, 2007).

Foi no estado de São Paulo que a produção de café alcançou seu ápice e se observou diversos motivos para este desenvolvimento diferenciado. O café penetrou no estado de São

Paulo pelo Vale do Paraíba vindo do estado do Rio de Janeiro e em pouco tempo se instalou em praticamente todo o estado.

O rápido sucesso da produção cafeeira foi ocasionado primeiro pela estrutura produtiva diversificada do estado, que como vimos anteriormente, contava com grande parte de suas propriedades de médio porte. Em segundo, vale lembrar que o estado passou cada vez mais a investir em infraestrutura na produção, buscando diminuir os custos inerentes à atividade (CANO, 2007).

Outro fator importante para o grande desenvolvimento da produção em São Paulo foi o emprego de máquinas e equipamentos no processo produtivo, principalmente para o beneficiamento do solo que garantia a sua alta produtividade. Porém, o principal motivo para o sucesso do sistema foi a adoção de mão de obra assalariada⁴¹, que em abundância permitiu grande flexibilidade da taxa de salários garantindo custos baixos para a produção. Desse modo aumentava o lucro e ainda criava-se mercado consumidor para os produtos comercializados no estado desenvolvendo o sistema capitalista, ali presente, como um todo.

O início das tentativas de atração de trabalhadores migrantes europeus enfrentou alguns problemas como apontados por Emília Viotti da Costa (1998). Até meados do século XIX, os países europeus criaram uma série de entraves para o processo de migração de trabalhadores assalariados para o Brasil. Esses problemas acabaram desacreditando os fazendeiros na possibilidade de substituição da mão de obra escrava pelo imigrante e gerou uma alternativa, que seria o trabalhador livre nacional. Essas condições geraram uma grande dificuldade na transição do sistema escravista de produção para o trabalho livre.

Emília Viotti da Costa (1998, pg. 174) afirma que: “O insucesso em firmar parcerias trouxe, por toda parte, a revalorização momentânea do escravo.”. Entre as tentativas de se firmar parcerias se destacam, além dos países europeus, países asiáticos, como a China, que também não foram concretizadas.

O setor cafeeiro permanecia com predominância de trabalho escravo durante as décadas de 1860 e 1870, porém, o trabalho livre começava a ganhar força em outras estruturas produtivas e mesmo no apoio à produção de café, em atividades mais complexas. Emília

⁴¹ Essa mão de obra assalariada foi buscada na Europa por iniciativa do próprio governo paulista em conjunto com os produtores. Por mais informações cf. Cano (2007) e Furtado (2005) e Costa (1998).

Viotti da Costa (1998) nos mostra que as maiores pressões por trabalhadores livres se davam nos núcleos urbanos e não no meio rural, que se mostravam bem servido de força de trabalho.

Após as medidas de melhorias das vias de comunicação e transporte do café e de beneficiamento do solo adotadas no estado de São Paulo é que o processo de imigração de trabalhadores livres ganha impulso. Todo o processo de valorização do processo produtivo do setor cafeeiro gerou a ampliação da acumulação de capital da economia paulista, possibilitando a retomada das tratativas de atração de mão de obra livre imigrante ao fim do século XIX (COSTA, 1998).

Rapidamente o estado de São Paulo passou a dominar a produção de café e conseqüentemente a economia do Brasil, que ao fim do século XIX, atendia aos interesses dos grandes cafeicultores. A grande aceitação do produto no mercado internacional fez com que os lucros aumentassem devido aos preços praticados, desse modo, o ciclo cafeeiro acumulou grande importância para a dinâmica produtiva do país.

Com o grande sucesso da produção cafeeira no estado de São Paulo o produto possibilitou altas margens de lucro para os produtores, de modo que, inversões de capital para outras atividades foram observadas durante o auge do ciclo do café. Os produtores empregaram parte de suas enormes margens de lucro no sistema financeiro, em outras atividades voltadas para agricultura e na implantação das primeiras indústrias⁴² para assim buscar novas fontes de valorização do capital (CANO, 2007).

O sucesso da produção de café no Brasil permaneceu inabalada mesmo em face das crises que o produto enfrentou durante o fim do século XIX e início do século XX. Estas crises foram basicamente ocasionadas por superprodução, que se caracteriza por excesso de oferta no mercado suprimindo o preço do produto (FURTADO, 2005).

Para enfrentar tais crises o governo brasileiro adotou mecanismos para o controle do preço e garantia de lucro aos produtores. O método usado quase sempre consistia na estocagem do produto para controlar a oferta, sendo de responsabilidade do governo a compra e estoque do produto. Com garantia de lucro os cafeicultores continuavam a investir pesado na produção de café, elevando o risco de uma quebra deste sistema de controle de preços.

⁴² Até a década de 1900 o Rio de Janeiro permaneceu como principal produtor industrial, deixando São Paulo em segundo plano. A partir da década de 1910 o estado de São Paulo passa a dominar a indústria nacional.

Entretanto em face das crises os cafeicultores do estado de São Paulo também buscaram ampliar as inversões de capital para outros ramos produtivos, por exemplo, com a crise de 1897 – 1908 passou-se a utilizar terras mais velhas para a produção de alimentos assim poupando divisas, antes gastas com a importação desses produtos (CANO, 2007).

Seguindo esse exemplo intensificou-se o investimento na produção industrial no início do século XX, de modo que, com o fechamento do mercado internacional devido a Primeira Guerra Mundial na década de 1910, o estado de São Paulo conseguiu abastecer, ainda de maneira precária, os estados vizinhos com manufaturados tornando a atividade industrial atrativa a novos investimentos. Cano (2007) nos chama a atenção para o fato de que esse investimento não poder ser chamado de industrialização, uma vez que, o padrão de acumulação da economia brasileira permanecia sendo o primário-exportador.

Mello (1987) e Tavares (1998a) argumentam que, apesar de já existir um processo industrial com tendências ao crescimento, essa condição não pode ser chamada de industrialização por não existir uma consolidada expansão do mercado, onde a formação da renda nacional continuava ligada ao setor primário exportador.

O problema conceitual está na determinação de uma atividade produtiva predominantemente industrial. À época, o Brasil ainda vivia um processo de transição para uma economia baseada no trabalho assalariado, de subsunção formal do trabalho ao capital para a subsunção real do trabalho ao capital. Como exposto no capítulo anterior o desenvolvimento do sistema capitalista de produção se deu amparado na exploração do trabalhador, na produção e circulação de mercadorias. No Brasil agrário exportador o principal fator de acumulação de capital estava vinculado ao mercado externo.

Os investimentos na atividade industrial durante a década de 1910 e 1920⁴³ possibilitaram o surgimento de uma capacidade ociosa na indústria paulista, fator decisivo para a rápida recuperação da economia do estado de São Paulo após a crise de 1929, com isso a produção industrial paulista pode crescer sem serem necessários grandes investimentos para tomar conta do abastecimento do mercado interno (CANO, 2007).

2.5 Industrialização e concentração produtiva regional

Com a crise internacional ficou insustentável um padrão de acumulação de capital voltado para fora como era adotado no Brasil. Com a acentuada queda das exportações de

⁴³ Na década de 1920 observou-se inclusive o investimento estrangeiro na produção industrial paulista.

café, o novo governo passou a pensar em um novo padrão de acumulação de capital para a economia brasileira. Em 1933 opta-se pela alteração do centro dinâmico da economia brasileira abandonando-se o modelo primário-exportador para um urbano-industrial, com isso medidas foram tomadas para começar um processo de industrialização do país (FURTADO, 2005).

É importante salientar que o processo de desenvolvimento do capitalismo moderno no mundo, foi baseado em grandes diferenças o que ocasionou em diferentes padrões de desenvolvimento entre os países. A divisão internacional do trabalho após a revolução industrial gerou barreiras para o pleno crescimento dos países mais atrasados⁴⁴. Tavares (1975) aponta que a divisão internacional do trabalho como uma das causas para a dependência das economias latino-americanas e seu conseqüente atraso em relação ao desenvolvimento econômico mundial.

O esforço de industrializar as economias latino-americanas enfrentou determinadas dificuldades, em um primeiro instante seria necessário quebrar com a divisão internacional do trabalho, que desde o desenvolvimento das grandes potências industriais, delegou aos Países atrasados uma condição de submissão. Outra barreira para a industrialização dos Estados com um desenvolvimento capitalista atrasado estava na necessidade de grandes investimentos para diminuição do déficit tecnológico e de capacitação de mão de obra (PREBISCH, 1949).

O Estado brasileiro teve papel importante na alteração do padrão de acumulação da economia. Como resposta à crise internacional, o governo garantiu a manutenção da renda nacional suprimindo parte da renda perdida com a queda nas taxas de exportações. De todo modo, as exportações ainda desempenharam papel fundamental para a industrialização como fonte de renda para suprir a necessidade de importação de máquinas e equipamentos necessários para impulsionar o setor industrial nacional (TAVARES, 1975).

Desse modo podemos analisar como se deu o processo de industrialização do país. Deve-se levar em conta que mesmo sem ser o centro dinâmico da economia a indústria já ganhava força no cenário nacional, estimulada ainda em uma economia voltada para o mercado externo, porém deve-se salientar o fato da atividade industrial no Brasil não ser tratada como objetivo de acumulação de capital e sim uma nova área que recebeu certa inversão de capital dos lucros provenientes da acumulação do setor cafeeiro (MELLO, 1982).

⁴⁴ Aqueles países que foram explorados no sistema colonial.

Para a industrialização do país adotou-se o modelo da CEPAL de industrialização por substituição de importações⁴⁵, que consistia em um processo de industrialização gradativo e provido pelo estado. O PSI caracteriza-se por um método onde se substitui a importação de bens industrializados por máquinas e equipamentos para construção de indústrias, assim passa-se a produzir manufaturados para o abastecimento do mercado interno (MELLO, 1982).

Para se adotar um processo de industrialização, é necessário decorrer de intensos investimentos e na capacitação de mão de obra, bem como na demanda interna por produtos, dado que a industrialização adotada no Brasil era voltada para dentro. O setor cafeeiro teve relação direta com o início da indústria no país, porém, até a alteração do centro dinâmico da economia brasileira a produção de café impôs limites estreitos para a acumulação industrial (MELLO, 1982).

No esquema da reprodução de capital, o setor cafeeiro consegue auferir ainda altos lucros, de modo que consegue gerar capital para garantir a ampliação dos investimentos para diminuição dos custos inerentes ao processo de exportação e ainda promove inversões de capital para outros setores da economia (MELLO, 1982).

Por outro lado, o capital industrial esteve duplamente dependente do capital cafeeiro para sua expansão. Primeiramente na necessidade de repor e ampliar a capacidade produtiva dependente da capacidade de importar gerada pela acumulação de divisas provenientes da exportação de café, quanto o fato de a indústria ainda não ser capaz de formar um mercado consumidor por si só, necessitando da urbanização e integração do mercado interno para ampliação da sua demanda (MELLO, 1982).

Com as crises de superprodução do café, a rentabilidade do setor decresce, porém, a indústria nacional consegue equilibrar as contas a partir de adoção de inovações no processo produtivo. Quando estoura de fato a crise internacional, os dois setores são intensamente afetados, porém a indústria ainda consegue manter certa rentabilidade por possuir capacidade ociosa decorrente de investimentos, suprindo parcialmente a demanda interna por bens industrializados (MELLO, 1982).

A recuperação da economia promovida pelas políticas macroeconômicas do Estado brasileiro beneficiou o setor industrial que pode ampliar a sua produção utilizando sua capacidade ociosa, apoiado ainda no protecionismo à indústria nascente após a adoção do

⁴⁵ Ou Processo de Substituição de Importações (PSI).

processo de substituição de importações. Desse modo desencadeia na economia um processo de acumulação fundado em novas bases, com a manutenção da renda, da demanda agregada, deslocamento da demanda interna e incentivo à produção industrial (MELLO, 1982).

Em 1933 inicia-se um novo processo de acumulação de capital na economia brasileira em um processo de industrialização provida pelo Estado⁴⁶. No período que corresponde entre os anos de 1933 e 1955, o Brasil passa pelo período de industrialização restringida. Deu-se o nome de restringida pelo fato de caracterizar-se pelo investimento na produção de bens de consumo não duráveis. Nessa fase a produção não cresceu a cima do ritmo da demanda por produtos, investiu-se em produção intensiva em mão de obra sem se observar produção de tecnologia, uma vez que, no período o país não dispunha de conhecimento técnico e nem mão de obra especializada para implantar a produção de bens pesados (MELLO, 1982).

Maria da Conceição Tavares (1998a) argumenta que o período inicial da industrialização brasileira, ao qual se refere ao início da década de 1930 até 1955, foi um processo intermediário e sem capacidade de dinamizar a acumulação de capital da economia. Porém os crescentes estrangulamentos externos acabaram por impulsionar a aparição de uma indústria com crescimento autônomo a partir de 1955.

A primeira fase do PSI iniciou-se já no ano de 1933 e caracterizou-se pela implantação da produção de bens de consumo não duráveis no país. Nessa fase⁴⁷ a produção não cresceu acima do ritmo da demanda por produtos, investiu-se em produção intensiva em mão de obra sem se observar produção de tecnologia, uma vez que no período o país não dispunha de conhecimento técnico e nem mão de obra especializada para implantar a produção de bens pesados. Esse período ficou conhecido como industrialização restringida (MELLO, 1982).

Podem-se distinguir duas fases no PSI⁴⁸, a primeira consiste na industrialização extensiva na qual a substituição ocorre com os produtos de consumo corrente, caracterizados por baixa especificidade técnica, cuja tecnologia de produção exige baixa densidade de capital e expansão horizontal do mercado. A segunda fase refere-se a industrialização intensiva, caracterizada pela produção de bens de consumo duráveis com aplicação intensiva de capital

⁴⁶ Industrialização, pois o estado passo a incentivar diretamente o setor industrial, que passou a ser a principal atividade que garantia a acumulação de capital no país.

⁴⁷ A industrialização restringida durou ate o ano de 1955, abrangendo toda a primeira fase do PSI.

⁴⁸ Que foram denominadas, respectivamente, industrialização restringida (1933 – 1955) e industrialização pesada (1955 em diante). *cf.* Tavares (1998) e Melo (1982).

na produção provocando uma expansão vertical no mercado possibilitando uma maior concentração de renda (MELLO, 1982).

O problema está no por que a industrialização das economias atrasadas passou tanto tempo em sua fase restringida. Historicamente a indústria pesada nasceu apoiada na grande inovação representada pela estrada de ferro, com o suporte do Estado e do grande capital financeiro que passou a se mesclar com a produção industrial. Nas economias retardatárias, o hiato tecnológico gerava uma barreira para o surgimento de indústrias pesadas, que tiveram que ser introduzidas aos poucos, em um cenário internacional onde as indústrias pesadas já possuíam escala para produção (MELLO, 1982).

A industrialização do país gerou um processo de intensa concentração produtiva em São Paulo, uma vez que, o estado já possuía grande diversidade econômica, articuladas relações capitalistas de produção, estruturada agricultura e já era detentora de grande parcela da produção industrial brasileira, 37,5% do total (CANO, 2007).

Essa concentração foi causada por diversos fatores, como o grande desenvolvimento que o estado de São Paulo já apresentava com uma estrutura industrial de destaque, porém, vale lembrar que a industrialização necessita de grandes investimentos gerando uma barreira para os pequenos capitalistas entrarem no ramo. Desse modo, o estado de São Paulo tendia a apresentar vantagens já que possuía capacidade de gerir tais investimentos. Vale ressaltar que mesmo em face desta concentração produtiva que se observou em São Paulo todos os estados cresceram neste período, uns menos que outros (CANO, 2007).

Oliveira (1981) argumenta que o processo de industrialização gerou a concentração do capital em São Paulo, ao mesmo tempo em que, destruiu as estruturas e dinâmicas produtivas regionais da periferia nacional⁴⁹. O próprio processo de desenvolvimento econômico de São Paulo passou a polarizar o capital regional, ampliando as desigualdades regionais.

Mesmo em face dos protestos dos produtores de café, que na época possuíam muito poder, o governo abandonou os mecanismos de controle dos preços do produto⁵⁰ e passou a desencorajar a produção de café. Buscou-se integrar o mercado interno pela retirada de impostos interestaduais e construção de estradas para diminuir os custos de transportes e

⁴⁹ Aqui, considera-se principalmente o Nordeste, a Amazônia.

⁵⁰ Já ao fim da década de 1930.

assim incentivar o comércio interno indispensável para desenvolver a indústria do país (FURTADO, 2005).

Foi necessário também criar uma série de benefícios para estimular o êxodo rural de modo a ampliar a oferta de mão de obra na construção de um exército industrial de reserva necessário para manter os salários da indústria baixos. Foram concedidos benefícios para os trabalhadores da cidade e investiu na capacitação dos novos trabalhadores com investimentos em educação.

Essa concentração produtiva apenas cresceu nos anos seguintes e aumentou a diferença entre o centro e a periferia do país. O desenvolvimento da indústria no Brasil ficou muito condicionado ao crescimento da atividade no estado de São Paulo fortalecendo a economia paulista como um todo. Entretanto, Cano (2007) ressalta que mesmo em face desta disparidade todas as regiões obtiveram êxito na implantação de indústrias⁵¹, logicamente em lugar algum se observou o sucesso que São Paulo alcançou.

A concentração econômica foi explicada nos países desenvolvidos pelo fato de a infraestrutura gerar o incentivo ao capital em se instalar em um determinado local o que pode ser chamado de “economias de aglomeração” onde a concentração industrial eleva os potenciais de ganhos com as economias de escala. Porém, olhar a concentração apenas por essa ótica não explicaria a incidência deste fato na economia brasileira, onde as raízes do processo de concentração foram bem mais profundas (DINIZ, 1993; PACHECO, 1996).

Como mostrado no primeiro capítulo deste trabalho, François Perroux (1977) apresentou que o desenvolvimento acontece de maneira polarizada, onde uma firma líder, geralmente caracterizado por uma indústria motriz, tende a concentrar o desenvolvimento de uma determinada região. Myrdal (1960) apresenta ainda que o próprio processo de crescimento desencadeado pelo surgimento de uma empresa chave gera uma atração do capital e dos recursos mais eficientes para a região, criando uma cadeia de desenvolvimento regional.

A concentração produtiva foi necessária para desenvolver a indústria e alterar o padrão de acumulação da economia brasileira. As vantagens estão na possibilidade de desenvolver a

⁵¹ Atendendo principalmente as características socioeconômicas que cada uma das regiões já possuía, como antes abordado. Por exemplo, no Sul desenvolveram-se indústrias de pequeno porte quase sempre voltadas para a base agrícola, no passo que no Nordeste permaneceu a concentração fundiária como principal característica da dinâmica produtiva regional, refletindo nas indústrias que ali se instalaram.

atividade sem ser necessário grandes investimentos, uma vez que, a indústria se concentrou em São Paulo, local que já possuía condições de abrigar o capital industrial, além de já possuir indústrias com capacidade ociosa. O problema da concentração é os desequilíbrios regionais, onde algumas regiões ficam aquém do processo desenvolvimento apresentado no centro econômico do país (CANO, 2007).

Já na década de 1950 a economia brasileira se encontrava intensamente polarizada, onde o estado de São Paulo dominava a produção industrial em praticamente todos os seus ramos. Além de dominar a indústria brasileira o estado passou a ser o maior produtor de açúcar e algodão entre outros produtos agrícolas, ocasionado pela reestruturação agrícola paulista da década de 1930. Esse fato desencadeou nova crise na produção nordestina que prejudicou ainda mais o desenvolvimento econômico e social da região (CANO, 2007).

No governo de Juscelino Kubistchek começa-se a pensar em medidas para o desenvolvimento da periferia nacional e dentre as diversas políticas governamentais, investiu-se na infraestrutura do interior do país. Esgotada a primeira etapa do PSI, o governo elaborou um plano econômico⁵², que dentre as diversas medidas, visava à implantação da indústria de bens de consumo duráveis. Esse plano econômico ficou conhecido como Plano de Metas e seria executado pelo governo, porém, contava com a ajuda do capital privado nacional e capital estrangeiro, bem como recursos públicos, o que Maria da Conceição Tavares (1998a) chamou de Tripé de financiamento.

Impulsionado pelos seguidos estrangulamentos externos a indústria brasileira passou por um processo de intenso crescimento a partir da segunda metade da década de 1950. Amparado nos investimentos estatais a indústria nacional passou a ditar o padrão de acumulação da economia brasileira terminando assim a fase da industrialização restringida (TAVARES, 1998a).

Ao mesmo tempo em que a industrialização avançava com os novos investimentos, Tavares (1998a) aponta que os determinantes do tripé de investimentos do plano de metas de JK⁵³, reafirmaram uma posição de dependência da economia brasileira para com o centro econômico mundial. A maneira como foi desenvolvido o projeto, importando indústrias obsoletas de outros países e o processo de articulação do capital privado nacional com o

⁵² O primeiro a ser elaborado e executado no país.

⁵³ O chamado tripé de investimentos corresponde as três frentes de financiamento do plano, o capital público, o capital privado nacional e o capital privado internacional.

capital privado internacional são apontados pela autora como pontos prejudiciais para o desenvolvimento da dinâmica produtiva nacional.

Entre os anos de 1956 e 1961 dá-se início a uma nova onda de investimentos que contemplariam a matriz industrial brasileira. Uma série de inovações visando a implantação da indústria de bens de consumo duráveis criou um novo padrão de acumulação na economia brasileira através da industrialização pesada. Com a adoção de uma produção intensiva em capital com o crescimento da oferta bem à frente da demanda possibilitou uma série de investimentos na economia nacional (MELLO, 1982).

Em suma, a industrialização pesada configura um ciclo de acumulação e, por isto, compreende dois períodos distintos, o de expansão, entre os anos de 1956 e 1961, e o de depressão entre os anos de 1961 e 1967.

O Plano de Metas de JK deu início à fase de industrialização pesada onde a produção de bens passou a crescer bem a frente da demanda por estes. Observou-se também, além da alteração da estrutura produtiva, grande salto tecnológico com o investimento em indústrias que aplicavam o capital de maneira intensiva na produção (MELLO, 1982).

Para a implantação definitiva da indústria de bens de consumo duráveis no país, era necessário capacitar a oferta de matérias-primas nacionais criando polos industriais no interior do país para extração de minérios e geração de energia, uma vez que as áreas centrais da economia brasileira careciam de recursos naturais. Contemplando ainda as realizações do Plano de Metas, esse buscava um melhor povoamento do Centro-Oeste e Norte brasileiro.

As principais realizações foram, a construção de Brasília, seguido de investimentos na construção de rodovias para ligar o centro econômico com a nova capital e o Norte do país. Vale lembrar que os investimentos em rodovias foram utilizados como gancho para o desenvolvimento da indústria automobilística, principal foco da implantação da produção de bens de consumo duráveis.

Com o Plano de Metas o estado continuou a desempenhar papel importante na garantia do desenvolvimento industrial do país estipulando metas para o investimento, articulando os papéis do capital privado nacional e estrangeiro na busca pela implantação de novas indústrias. Fomentou o desenvolvimento industrial e investiu pesadamente na infraestrutura do Brasil e indústrias de base (SUZIGAN, 1998).

2.6 Desconcentração produtiva

Com o início da terceira fase do PSI dá-se início ao processo de desconcentração regional produtiva marcado por intensos investimentos na periferia nacional. De fato o Estado conseguiu industrializar algumas regiões do Sul e Sudeste brasileiro, bem como transferiu polos industriais para o Norte e Nordeste (CANO, 2008).

Diniz (1993) contra argumenta que a desconcentração produtiva se alastrou para as regiões vizinhas ao centro dinâmico da economia brasileira, a região metropolitana de São Paulo, primeiro para o interior do estado depois para os estados vizinhos. Com a crise de 1980, essa desconcentração não continuou a buscar a periferia se reconcentrando ao redor do estado de São Paulo em um processo que ficou conhecido como desenvolvimento poligonal. A falta de infraestrutura da periferia foi uma barreira à instalação do capital industrial que, aliado à retração do investimento estatal impossibilitou a continuação da desconcentração produtiva para a periferia nacional.

Ao fim da década de 1950 ficaram claras as disparidades entre as regiões brasileiras, e impulsionadas pelas tensões provocadas pela divulgação das contas regionais, que evidenciaram as enormes diferenças entre a renda do Sudeste para a do Nordeste e a forte seca que a região enfrentou no começo da década, o governo decide tomar providencias para a desconcentração produtiva do país. Em 1958 é publicado o relatório da GTDN e um ano após é criada a SUDENE, superintendência responsável pela elaboração de medidas que diminuíssem as desigualdades do Nordeste.

Para a execução do Plano de Metas o governo utilizou da emissão monetária para dar cargo dos grandes investimentos estabelecidos pelo plano, ainda mais depois da falta de capacidade do capital privado nacional em conseguir atingir as metas que o plano requeria do setor. Somando este problema à falta de interesse do capital estrangeiro em investir de maneira consistente no país, alguns dos objetivos que o plano buscava não foram alcançados e ao fim do governo de JK várias obras foram adiadas pela falta de capacidade do governo em executá-las.

Essa situação levou a um clima de instabilidade econômica que se acentuou durante a década de 1960. Com a possibilidade de crise econômica o início da década foi marcada pela instabilidade política que culminou no golpe militar do ano de 1964, esses acontecimentos deixaram em segundo plano o estudo dos desequilíbrios regionais e as consequentes políticas

para a desconcentração produtiva e o desenvolvimento regional. Ainda assim algumas medidas foram tomadas, principalmente a partir da segunda metade da década.

Seguindo a linha desenvolvimentista adotada por JK, durante a década de 1960 foram criadas outras superintendências voltadas para o desenvolvimento de outras regiões, que a exemplo do Nordeste, se encontravam aquém do processo de desenvolvimento do Sudeste e Sul do Brasil. Primeiro foi criada a SUDAM (1966), seguida da SUDECO (1967) e, ao fim da década, a Zona Franca de Manaus.

Ao fim da década de 1960 e meados da década de 1970, em meio à reestruturação política e econômica que o país passou após o golpe militar de 1964, a implantação de políticas macroeconômicas expansionistas somadas ao incentivo às exportações de manufaturados e o desenvolvimento do sistema financeiro possibilitaram o crescimento da indústria no país (SUZIGAN, 1998).

Durante a década de 1970, novas transformações marcariam a indústria brasileira, repercutindo sobre a estrutura produtiva da periferia nacional. Em 1974, tem início a terceira fase do processo de substituição de importações, implantando a indústria de bens de capital no país, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que buscava fortes investimentos estatais para completar a matriz industrial brasileira por meio da ajuda da periferia nacional. Os investimentos no interior do país dos anos anteriores em indústrias leves e na agricultura serviram de base para uma nova fase de investimentos em polos de produção de insumos para abastecer as indústrias “pesadas” do Sudeste brasileiro e assim capacitar a nova matriz industrial.

Com o II PND começou um processo de melhor alocação de recursos, os investimentos passaram a contemplar de forma mais eficiente a periferia nacional, em vez de ser destinado apenas para o Sudeste brasileiro. No mesmo período o governo brasileiro promoveu a ampliação da fronteira agrícola do país, potencializando ainda mais a produção do setor agropecuário no Centro-Oeste e Norte brasileiro.

O Estado incorreu de grandes gastos para investir na produção e para tal buscou recursos no mercado internacional por meio de empréstimos de longo prazo, mesmo após o primeiro choque do petróleo em 1973 as condições estavam favoráveis com baixas taxas de juros e recursos abundantes.

Ao final da década de 1970 o governo havia se beneficiado da liquidez internacional disponível, muito além do necessário. Com o segundo choque do petróleo, em 1979, o governo estadunidense, ameaçado por uma possível crise e consequente perda da hegemonia alcançada nas últimas décadas, resolve elevar a sua taxa de juros para atrair o capital estrangeiro e, em consequência, as outras grandes economias do mundo acompanharam esse aumento. Com isso a dívida brasileira, que havia sido contraída a taxas de juros flutuantes, aumenta consideravelmente, o que direcionou a economia do Brasil para um processo de crise nos anos seguintes.

A década de 1980 inicia-se com um processo inflacionário tendendo à aceleração. Para evitar que a economia piorasse, o governo passa a dedicar-se quase que exclusivamente para a contenção da inflação e pagamento da dívida externa, deste modo a indústria do país foi deixada de lado e a preocupação do governo era ampliar as exportações de produtos primários por fornecer retornos mais rápidos de capital.

A indústria extrativa no início da década de 1980 teve ótimo resultado chegando a ter um crescimento da participação total do PIB nacional passando de 0,7% para 3,4% até meados do decênio. Esse crescimento foi impulsionado não somente pelo aumento da produção e das exportações, mas principalmente pela alta dos preços internacionais de produtos como o petróleo, tanto que ao final da década com a diminuição de seus preços a participação relativa do ramo caiu para 1,1% do PIB (CANO, 2008).

A indústria de transformação teve na década de 1980 um desempenho ruim se comparado com o crescimento da década anterior. No período observou-se queda de sua produção na primeira metade da década, de 3,1% para o Brasil, essa queda foi um reflexo da crise que o setor enfrentou no começo do período com o aumento da dívida externa brasileira e a elevada inflação que começava a acelerar ameaçando uma crise ainda maior. No restante da década a indústria de transformação teve pequena melhora gerando ao final do período um crescimento de 0,2% da produção no país (CANO, 2008).

Tabela 2. 1. BRASIL, REGIÕES E ESTADOS: Indústria de transformação: participação regional 1970 - 2004 (%).

Região	1970	1980	1985	1996	2004
Norte	0,8	2,4	2,5	4,2	5,0
- Rondônia	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1
- Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- Amazonas	0,3	1,5	1,7	3,4	3,6
- Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- Pará	0,4	0,7	0,6	0,7	1,1
- Amapá	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
- Tocantins**	-	-	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5,7	8,1	8,6	7,3	8,5
- Maranhão	0,2	0,2	0,3	0,3	0,5
- Piauí	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
- Ceará	0,7	0,9	1,0	1,2	1,2
- Rio Grande do Norte	0,2	0,3	0,4	0,3	0,2
- Paraíba	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
- Pernambuco	2,2	2,0	2,0	1,6	1,2
- Alagoas	0,4	0,4	0,4	0,6	0,4
- Sergipe	0,1	0,2	0,3	0,2	0,3
- Bahia	1,5	3,5	3,8	2,6	4,2
Sudeste	80,7	72,6	70,8	68,5	62,7
- Minas Gerais	6,5	7,7	8,3	8,4	9,9
- Espírito Santo	0,5	0,9	1,2	1,1	1,6
- Rio de Janeiro	15,7	10,6	9,5	8,1	8,1
- São Paulo	58,1	53,4	51,9	50,9	43,1
Sul	12,0	15,8	16,7	17,9	20,2
- Paraná	3,1	4,3	4,9	5,4	7,0
- Santa Catarina	2,6	4,1	3,9	4,6	5,0
- Rio Grande do Sul	6,3	7,3	7,9	7,9	8,2
Centro-Oeste menos DF	0,8	0,9	1,2	2,0	3,4
- Mato Grosso do Sul*	-	0,2	0,2	0,4	0,6
- Mato Grosso*	0,3	0,1	0,2	0,5	1,2
- Goiás**	0,4	0,6	0,7	1,1	1,6
Distrito Federal	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos industriais - IBGE; PIAS 1996 e 2004, *apud* CANO 2008. Alterações do autor

Notas: * Em 1970, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso ainda estavam juntos;

** Em 1970 e 1980 o território do Tocantins permanecia vinculado ao estado de Goiás, no ano de 1985 já foram divulgadas informações para a região isoladamente.

Durante as décadas de 1970 e 1980 o processo de desconcentração produtiva possibilitou a melhoria da participação da “periferia” nacional na produção industrial do país. Isso foi possível pela saída de indústrias da região de São Paulo para o interior do estado e posteriormente transbordando para outras unidades da federação, muitas indústrias de bens de consumo duráveis foram atraídas para a Zona Franca de Manaus onde o governo concedia incentivos fiscais e infraestrutura para a instalação das mesmas no local, como pode ser observado na Tabela 2.1.

Podemos observar a constante queda de participação do Sudeste (principalmente de São Paulo) na produção industrial do país, ainda assim, permanece um elevado grau de concentração espacial. Observa-se o aumento da produção no Sul com destaque para o crescimento da importância do Rio Grande do Sul e de Paraná, o último principalmente na última década no contexto da “guerra fiscal”. No Nordeste o estado da Bahia apresentou grande salto de participação influenciado pelos investimentos estatais no complexo industrial de Camaçari. Na região Norte destaca-se apenas o desenvolvimento da indústria no Amazonas devido aos incentivos fiscais que o governo brasileiro concedeu para a instalação de indústrias na Zona Franca de Manaus.

A desconcentração industrial partiu para o interior de São Paulo em um primeiro instante, em um movimento batizado de “interiorização da indústria paulista”. Esse fato se deve a um conjunto relativamente amplo de fatores, como, o incentivo a exportação que desenvolveu a agroindústria, os incentivos em pesquisa⁵⁴, os incentivos estatais na garantia de infraestrutura aliados às “deseconomias de aglomeração” tenderam a inibir novos investimentos na região metropolitana de São Paulo, tornando o interior paulista, que já possuía certo dinamismo derivado do período cafeeiro, atrativo para receber novas indústrias (PACHECO. 1996).

O próprio desenvolvimento econômico e social da região leva a um aumento dos custos de produção, devido a diversos fatores como aumento da renda e dos salários, aumento dos custos de transporte, entre outros. Desse modo caracterizam-se as chamadas “deseconomias de aglomeração” onde o capital busca outros lugares para se alojar, lugares que lhe deem mais lucros. Porém, como salientado antes, o processo de desconcentração teve outros fatores, que inclusive possibilitaram a reconcentração econômica na região do centro econômico brasileiro (DINIZ; 1993; PACHECO; 1996).

⁵⁴ Com o desenvolvimento de centros de pesquisa no interior do estado, como a UNICAMP em Campinas.

De fato na década de 1970 os investimentos e políticas governamentais provocaram um processo de desconcentração produtiva se observando o desenvolvimento industrial em todas as regiões do país. Porém com a crise da década de 1980 o foco do governo ficou concentrado na estabilização econômica, com as políticas de abertura comercial, de meados da década de 1990, as regiões brasileiras começaram a se vincular muito mais com o mercado exterior, deixando de lado vínculos inter-regionais criados durante o processo de industrialização do Brasil. Desse modo existiu inclusive o risco de fragmentação do país (PACHECO, 1996).

Diniz (1993) contra argumenta que a desconcentração produtiva se alastrou para as regiões vizinhas ao centro dinâmico da economia brasileira, a região metropolitana de São Paulo, primeiro para o interior do estado depois para os estados vizinhos. Com a crise de 1980, essa desconcentração não continuou a buscar a periferia se reconcentrando ao redor do estado de São Paulo em um processo que ficou conhecido como desenvolvimento poligonal. A falta de infraestrutura da periferia foi uma barreira à instalação do capital industrial que aliado à retração do investimento estatal impossibilitou a continuação da desconcentração produtiva para a periferia nacional.

Essa desconcentração produtiva buscou, em um primeiro instante, regiões onde a infraestrutura pudesse acomodar o capital de maneira satisfatória. Portanto as indústrias de maior potencial tecnológico se instalaram nos estados próximos ao centro econômico brasileiro deixando para as regiões mais distantes a produção de bens mais intensiva em mão de obra, quase sempre voltados para a oferta de recursos naturais. Com isso o desenvolvimento social ficou limitado ao Sudeste e Sul brasileiro (DINIZ, 2001).

A década de 1980 levou a um processo de reconcentração da economia nacional nos anos seguintes, uma vez que, a falta de políticas para o desenvolvimento da indústria e o pouco investimento na produção da periferia impossibilitou um desenvolvimento pleno do Nordeste e Norte brasileiro. A própria falta de recursos na economia causadas tanto pela crise internacional como pela crise nacional, impossibilitava investimentos, e causou a retomada ao incentivo na produção agrícola prejudicando a indústria como um todo (CANO, 2008).

A desconcentração produtiva que se intensificou em meados da década de 1970 foi impulsionada pela participação do estado nas decisões de investimento. Com a crise da década perdida o Estado perdeu a capacidade e o interesse no investimento para o desenvolvimento regional, deste modo ficou a critério do capital privado as decisões de

investimento, estagnando de vez o processo de desconcentração que a economia brasileira passou entre a década de 1970 e início dos anos 80, gerando inclusive a tendência a reconcentração produtiva no país (CAIADO, 2002).

Após a década de 1980 o governo não apenas deixou de orientar como retardou o desenvolvimento industrial no país. A ausência de uma política consistente para incentivo à produção bem como os cortes em investimentos estatais e a ausência de busca pelo progresso técnico sem grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, impossibilitaram o amadurecimento da indústria no país (SUZIGAN, 1998).

2.7 Crise fiscal, inflação e reordenamento produtivo: Impactos da década perdida na dinâmica produtiva nacional.

O processo de crise internacional após o choque do petróleo da década de 1970 gerou uma série de problemas para as economias mundiais, causando um processo de reordenamento das políticas econômicas. Ao considerar as condições da economia brasileira, observamos vários fatores que a conduziram para um processo de crise, que se agravou, em muito, durante a década de 1980. A crise econômica nacional, que foi alimentada pelo aumento do endividamento externo e interno do governo brasileiro, e processo inflacionário decorrente de uma série de fatores estruturais, obrigou o poder público do país a se preocupar muito mais com a estabilização econômica do que com o projeto de modernização e desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Como abordado anteriormente, a economia brasileira vinha de períodos de intenso investimento em infraestrutura e no complemento do projeto de industrialização da nação. Ao fim da década de 1950, dá-se início a consolidação de um projeto voltado ao desenvolvimento regional, buscando diminuir os desequilíbrios regionais provocados pelo processo de industrialização do país, que gerou a concentração produtiva na região Sudeste, de forma mais específica no estado de São Paulo. O processo de desconcentração produtiva regional, constatado ao longo principalmente da década de 1970, foi impulsionado pelos investimentos governamentais proporcionados pelo II PND, que buscou a complementação da matriz industrial nacional, bem como necessitou da ampliação da oferta de matérias primas no Brasil, o que levou ao investimento de polos industriais na periferia nacional.

Contudo, apesar do avanço constatado no projeto de desenvolvimento regional proposto, o processo de crise intensificado ao fim da década de 1970, praticamente engessou

o investimento aos setores de produção, ao passo que a política do governo nacional se voltou à estabilização econômica. Agora discutiremos as bases da crise por duas óticas, o processo de endividamento externo e interno brasileiro e as bases estruturais da inflação.

Celso Furtado (1992, p. 14) aborda de maneira geral algumas das características da crise financeira nacional:

Em primeiro lugar, sofremos as consequências de um desajuste estrutural global, decorrente da rápida integração dos mercados nacionais, ocorrida no período de intenso crescimento compreendido entre o fim do segundo conflito mundial e a primeira metade dos anos 70. Em segundo lugar, enfrentamos uma crise financeira internacional, mais precisamente uma crise do sistema bancário privado internacional, que se expandiu de forma inusitada e fora de qualquer disciplina e controle a partir de fins dos anos 60. Por último, e nos dizendo respeito mais diretamente, está o descomunal processo de endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, o qual veio aprofundar a situação de dependência que os aflige.

O próprio processo de integração dos mercados internacionais que levou a intensa liquidez internacional, e que ampliou em muito a oferta de crédito nos bancos privados estimulou as economias subdesenvolvidas à busca de recursos externos, ampliando o grau de dependência destas ao centro econômico mundial.

A busca do governo brasileiro em manter o projeto de desenvolvimento da nação acarretou em grandes investimentos ao longo da década de 1970. A estratégia de financiamento adotada para o II PND foi a busca de recursos externos junto às instituições financeiras privadas internacionais que ao fim da década de 1960 se utilizaram do mecanismo de taxas de juros flutuantes como uma espécie de ferramenta de indexação de suas operações internacionais (ALMEIDA; BELLUZZO, 1992).

A hegemonia dos Estados Unidos conquistada após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão do Estado de Bem-Estar Social e das políticas Keynesianas entra em declínio entre os anos de 1968 e 1973, devido a ampliação da liquidez internacional e o primeiro choque do petróleo que alterou drasticamente a matriz de custos de produção, iniciando um processo de inflação nas economias desenvolvidas (FIORI, 1997). Nas economias periféricas o impacto foi mais profundo, e se agravou a partir do segundo choque do petróleo, em 1979, e a consequente mudança de política econômica nos Estados Unidos, que elevaram suas taxas de juros buscando atrair a liquidez internacional (ALMEIDA; BELLUZZO, 1992).

De fato a alteração do regime de taxa de juros dos Estados Unidos provocou uma reordenação dos fluxos monetários internacionais, essa medida acabou por direcionar os recursos durante toda a década de 1980 muito mais para os países industrializados, e,

portanto, desenvolvidos (BAER, 1994). O próprio cenário de crise financeira internacional e o processo de crise nas economias periféricas acabaram por diminuir a oferta de recursos para as economias em desenvolvimento (ALMEIDA; BELLUZZO, 1992). A medida de elevação da taxa de juros ainda provocou o encarecimento da rolagem da dívida brasileira anteriormente contraída.

Maria da Conceição Tavares (1985) expõem a encruzilhada que os Estados Unidos enfrentaram na busca pela retomada de sua hegemonia. Ao final da década de 1970 era eminente a possibilidade que duas potências mundiais emergissem e começassem a dividir o plano econômico internacional, esses países eram a Alemanha e o Japão. No trecho a seguir a autora expõe essa condição: (1985, p. 5)

Até o fim da década de 70, não era previsível que os EUA fossem capazes de enquadrar dois países que tinham uma importância estratégica na ordem capitalista: o Japão e a Alemanha. Se os EUA não tivessem conseguido submeter a economia privada japonesa ao seu jogo de interesses e se a política inglesa e alemã não fossem tão conservadoras, os EUA teriam enfrentado um bloco com pretensões europeias e asiáticas de independência econômica. Deve-se salientar que, àquela altura, os interesses em jogo eram tão visivelmente contraditórios que as tendências mundiais eram policêntricas e parecia impossível aos EUA conseguirem reafirmar sua hegemonia, embora continuassem a ser potência dominante.

O fato de o sistema bancário privado ter conquistado autonomia para com seus bancos centrais, bem como o processo de ampliação da concorrência intercapitalista ampliavam a contestação à economia dos EUA, como única potência hegemônica. Assim, os desdobramentos das políticas adotadas pelos EUA a partir da década de 1979 “[...] foram no sentido de reverter estas tendências e retomar o controle financeiro internacional através da chamada diplomacia do dólar forte.” (TAVARES, 1985, p. 5 e 6).

As políticas adotadas pelos EUA para a retomada da valorização do dólar garantiram a permanência de sua moeda como reserva de valor internacional⁵⁵. As políticas internas de redistribuição de renda em favor dos mais ricos, a elevação das taxas de juros reais internas e a mudança da política de investimento industrial⁵⁶, garantiram a retomada da hegemonia dos Estados Unidos, que passaram a controlar a liquidez internacional e provocaram um reordenamento das políticas econômicas dos outros países desenvolvidos, que se realinharam à política estadunidense (TAVARES, 1985).

⁵⁵ A proposta do FMI em 1979 era de alterar a moeda internacional, mantendo a constante desvalorização do dólar, vigente desde o início da década de 1970.

⁵⁶ Que passou a investir na modernização de suas matrizes industriais, com alto investimento em indústrias de tecnologia de ponta, como em aparelhos de informática.

Neste contexto internacional, o Brasil vinha de uma fase de intensa instabilidade política⁵⁷ e econômica, mesmo ao considerar o processo de crescimento do produto interno que se intensificou durante o final da década de 1960, no chamado “milagre econômico”. Todo esse processo foi possível amparado no intenso investimento público das décadas anteriores, se sustentando em uma capacidade ociosa da indústria de bens duráveis implantada no governo JK.

Ao início da década de 1970, o ritmo de crescimento econômico brasileiro mostrava uma desaceleração, desse modo o governo busca a retomada ao incremento do produto interno por meio de um grande plano econômico (II PND) que visava a complementação da industrialização do país. O plano em si é lançado em 1974, mesmo em face da primeira crise do preço do petróleo. Durante toda a década de 1970 o governo incorreu em grandes empréstimos no mercado internacional para viabilizar o chamado projeto “Brasil Potência”.

A economia brasileira já vivia um processo inflacionário devido à expansão monetária e o aumento do consumo provocado pelo Plano de Metas de JK. Com o choque do petróleo e o consequente aumento do preço do produto no mercado internacional o país passa por um processo de ampliação dos custos de produção, tendo em vista que o Brasil importava 87% do petróleo que consumia e este insumo correspondia a principal matriz energética da indústria nacional (LIRA, 2008). Deste modo observa-se um novo fator que ampliou as forças sobre o processo inflacionário brasileiro.

De fato durante a década de 1970 o governo brasileiro incorreu na intensa busca por recursos externos para viabilizar o plano econômico vigente, porém, observou-se também a busca por recursos para o ajuste do balanço de pagamentos para ser possível a manutenção do crescimento do PIB. Almeida e Belluzzo (1992, p. 32) retratam esse acontecimento:

O governo Geisel (1974-79), ao definir as prioridades da economia e do crescimento industrial, desloca o eixo dinâmico da expansão. O consumo e investimento privados cedem lugar ao investimento do setor público, notadamente das empresas estatais. Os investimentos do setor público vão cumprir, inclusive, o papel de articular a nova onda de investimentos privados. Esse movimento deveria estar associado a uma alteração na forma de financiamento da economia brasileira, se fosse a intenção das autoridades econômicas evitar uma maior “exposição” ao endividamento externo. Na verdade, a compatibilização dos dois objetivos – ajuste do balanço de pagamentos e manutenção do crescimento – foi alcançado fundamentalmente pela aceleração do endividamento externo e especificamente por uma expansão mais rápida do endividamento público em moeda estrangeira.

⁵⁷ Proveniente de todo o processo de golpe militar e reestruturação política.

Desse modo, com o II PND, o crescimento econômico do Brasil passa a ser alimentado pelo endividamento externo e interno do governo brasileiro e não pelo investimento privado nacional e o aumento do consumo agregado. Essa condição ampliou ainda mais o carácter de dependência da economia nacional, que passou a ter seu crescimento condicionado a oferta de recursos privados internacionais e suas políticas de valorização.

A própria dificuldade do setor privado brasileiro em equilibrar suas operações financeiras acabou por ampliar o grau de endividamento externo do setor público brasileiro, que mantinha a capacidade de importação nacional cobrindo os desequilíbrios na balança de pagamentos. Almeida e Belluzzo (1992, p. 33) citam o sentido geral da política econômica do período “[...] [que se caracterizou] pela elevação da taxa real de juros interna, restrições à expansão do crédito doméstico, crescimento da dívida mobiliária e defasagens na desvalorização cambial. [...]” Desse modo buscou-se induzir os agentes internos a preferirem fontes externas de recursos.

O processo de reajuste da balança comercial e as decisões de investimento privado nacional passaram a não se compatíveis com a proposta do II PND, desse modo, o governo incorreu em alguns ajustes para sanar esses problemas, como as políticas especiais para a agricultura, exportações e substituição de importações.

No setor agrícola foi estimulada a produção de culturas para a exportação em oposição das culturas de consumo interno⁵⁸ com o objetivo de acumular divisas. O mecanismo utilizado foi o de incentivos fiscais, créditos subsidiados, preços mínimos e subsídios diretos. Na agroindústria é criado o projeto de utilização do álcool⁵⁹ como combustível, para uma alternativa de fontes energéticas (ALMEIDA; BELLUZZO, 1992).

Em 1979 o governo lança uma reforma fiscal com o objetivo de sanar o problema das finanças públicas do Brasil, portanto decide-se efetuar uma maxidesvalorização da moeda nacional (30% em relação ao dólar) e assim desvalorizar uma porção significativa de dívida

⁵⁸ Essa condição também está amparada no projeto de modernização da agricultura, com vistas à ampliação da produtividade do setor, e da criação de demanda para os bens de capital que passaram a ser produzidos internamente, com a implantação da terceira fase do PSI no II PND. Entretanto, tal medida ampliou a pressão inflacionária sobre os preços de alimentos, uma vez que, passou-se a priorizar os latifúndios produtores de culturas para exportação, diminuindo a oferta de alimentos na economia brasileira.

⁵⁹ O chamado Proálcool, que se ampararam também nos baixos preços do açúcar no mercado internacional, necessitando de uma política de valorização do consumo do produto internamente.

interna. Ao final da década de 1970 a inflação já se aproximava dos 100% ao ano⁶⁰ (ALMEIDA; BELLUZZO, 1992).

A partir do segundo choque do petróleo, e da consequente alteração da política estadunidense de valorização do dólar e de elevação da taxa de juros, que acabaram ocasionando estagnação nas economias desenvolvidas e o consequente alinhamento das políticas de juros internacionais, o Brasil sofre com o aumento súbito das taxas de juros dos seus empréstimos⁶¹. Assim o país entra de vez em processo de crise fiscal que se agrava em muito na década de 1980.

Na década de 1980 a necessidade de tomar empréstimos externos para sanar os problemas fiscais do país persistia⁶², porém, cabia praticamente apenas ao setor público tomar tais medidas, dado que o capital privado nacional continuava a evitar esse procedimento. Todo esse quadro de crise acabou por quebrar a confiança dos agentes na capacidade do governo em arcar com seus compromissos, desse modo, o capital privado parou de investir na economia. Almeida e Belluzzo (1992, p. 37) complementam esse raciocínio:

Em suma, enquanto do ponto de vista macroeconômico o país era levado a tomar novos empréstimos para fechar suas contas externas, as decisões dos agentes privados caminhavam na direção oposta. O setor público – considerado aí o setor público tradicional nos níveis federal e estadual e mais as empresas e bancos públicos – foi então o agente que se endividou por decisão de política econômica (não de racionalidade econômica) ante a reação privada contrária. Os novos fluxos de empréstimos e o estoque antigo passaram rapidamente a suas mãos, num processo conhecido como “estatização da dívida externa.

Esse processo de estatização da dívida é ampliado a partir do momento que os capitais internacionais se voltam para os países mais desenvolvidos, e a crise fiscal brasileira se agrava ainda mais. Com isso o governo brasileiro continua a adotar as políticas de desvalorização da moeda. O país passa a adotar medidas mais ortodoxas para sanar seus déficits públicos⁶³, e apesar da leve recuperação do crescimento econômico nacional⁶⁴ a crise tende a se agravar com a intensificação da inflação. Por fim devemos lembrar que em 1985 e terminado o período de ditadura militar e o país passa por um período de redemocratização.

⁶⁰ As tenções inflacionárias aumentaram devido a elevação do preço do petróleo, bem como os custos gerais de importação, uma vez que, a desvalorização cambial consiste em uma causa da inflação de custos.

⁶¹ Que haviam sido contraídos a taxas de juros flutuantes.

⁶² Lembrando que, com as políticas estadunidenses de elevação da taxa de juros e o consequente reordenamento dos fluxos financeiros internacionais, existia uma escassez de recursos para a periferia internacional.

⁶³ Mesmo com o grande aumento das exportações que proporcionaram divisas para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira, a crise fiscal se intensifica.

⁶⁴ No início da década de 1980 o Brasil passou a apresentar a diminuição do seu PIB, em meados da década o país apresentou ligeira melhora.

A inflação brasileira que chegou a índices alarmantes no final da década de 1980 e início dos anos 1990 teve início ainda o governo de JK, devido a grande expansão da base monetária utilizada como ferramenta dos grandes investimentos do Plano de Metas. As instabilidades que se seguiram na década de 1960 que culminaram em taxas de inflação próximas dos 100% ao ano foram levemente sanadas pelos planos de estabilização propostos pelos governos militares⁶⁵. A crise internacional do preço do petróleo proporcionou nova ampliação da taxa de inflação dado a ampliação dos custos da produção, e toda a crise fiscal que se seguiu durante a década de 1980 alavancaram ainda mais as tensões inflacionárias no país (ARIDA; LARA-RESENDE, 1986).

A partir do momento em que a inflação se descontrolou na década 1980, os governos que se sucederam buscaram sempre o seu controle e essa foi a ótica das políticas econômicas até meados dos anos 1990. Os problemas estruturais que ocasionaram as grandes tensões sobre os níveis gerais de preços se provocaram distorções tanto na demanda como na oferta. Ao considerar o grande período onde a inflação cresceu, o próprio comportamento dos agentes foi alterado à medida que o aumento dos preços passou a se propagar descontroladamente.

Essa condição foi bem exposta por Persio Arida e André Lara-Resende (1986) ao considerar as bases teóricas da chamada, inflação inercial. A inflação torna-se inercial quando os contratos passam a ser reajustados a partir das expectativas inflacionárias dos períodos subsequentes, desse modo, a economia se condiciona a alimentar o processo de aumento geral dos preços.

Essa condição passou a ser observada principalmente a partir das crises internacionais da década de 1970 onde os contratos passaram a ser redigidos com uma cláusula de indexação a uma taxa de juros referencial e isso se deu principalmente ao período de grandes flutuações das taxas de juros internacionais (BARROS, 1992). Como exposto anteriormente, a adoção de taxas de juros flutuantes foi uma forma dos bancos privados indexarem seus ativos, a utilização da indexação nos contratos foi uma resposta a essa medida.

⁶⁵ Nos anos de 1965 e 1966 a inflação foi reduzida a índices ligeiramente abaixo de 40% ao ano, em 1967 o índice de inflação caiu para cerca de 20% ao ano estabilizando nesse patamar até 1973. O primeiro choque do petróleo elevou a taxa anual para 40% entre os anos de 1974 e 1978. A partir do segundo choque do petróleo a inflação voltou a crescer descontroladamente ultrapassando os 100% ao ano na primeira metade da década de 1980 (ARIDA; LARA-RESENDE, 1986).

No caso brasileiro, o contrato financeiro indexado foi introduzido na reforma financeira realizada em 1964-1965, onde se criou uma moeda de referência legal, a ORTN⁶⁶, que tinha seu valor corrigido mensalmente em função de um índice de preços internos⁶⁷. Esse processo foi utilizado como ferramenta de reajuste dos contratos no período de grande inflação do início da década de 1960. Com o sucesso do governo em estabilizar os índices inflacionários entre os anos de 1966 e 1974, a indexação dos contratos financeiros foi pouco utilizada (BARROS, 1992).

A partir da reversão do quadro inflacionário em 1974 mudou o cenário financeiro brasileiro, Barros (1992, p. 6) discorre sobre essa mudança:

[...] Com o aumento da componente inflacionária nos juros nominais houve uma completa reversão das expectativas dos participantes do mercado financeiro. A quebra de confiança no controle da inflação alterou o comportamento dos agentes credores do mercado, que passaram a procurar, com maior intensidade, os contratos indexados às ORTN. A perfeita aderência da ORTN à inflação verificada nos anos anteriores a 1973 conferia grande credibilidade à indexação pela ORTN. Diante das incertezas sobre o comportamento futuro da inflação os investidores passaram a procurar os contratos financeiros com correção monetária. Foi o período de ouro dos títulos públicos, federais e estaduais, e a primeira grande corrida às cadernetas de poupança, estes eram os contratos que já estavam disponíveis no mercado quando o comportamento dos agentes superavitários mudou.

Durante o restante da década de 1970, cresce muito as operações de *open market* com lastro em títulos públicos. Com o início da crise cambial⁶⁸ os contratos privados passaram, também, a serem corrigidos pelas cláusulas de indexação à ORTN e a importância da “Moeda Indexada” passa a ganhar espaço na economia nacional.

Outro ponto importante que ocorreu ao fim da década de 1970, é retratado por Barros (1992, p. 7) no trecho seguinte:

[...] [em 1977] Pela primeira vez introduz-se no cálculo do valor da ORTN um redutor arbitrado pelo governo. A correção monetária oficial passou a ser calculada em função da inflação efetiva (80% do total) e de uma taxa arbitrada pelo governo (20% do total). Foi o primeiro de uma série de golpes desferidos pelo governo na credibilidade do indexador oficial dos contratos financeiros. O ministro Simonsen, tentando pela primeira vez reduzir os efeitos da componente inflacionária que anos mais tarde seria chamada de *inércia inflacionária*, desferia um golpe mortal nas bases da reforma da dupla Bulhões-Campos [reforma monetária de 1964-1975]. Anos mais tarde o ministro Delfim Neto, com a utilização dos chamados “expurgos” na correção monetária, enterra definitivamente a variação das ORTN como indexador confiável. Sua substituta foi a chamada correção monetária financeira, ou seja, a taxa de operações de Overnight.

⁶⁶ Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

⁶⁷ O Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

⁶⁸ Principalmente a partir da maxidesvalorização da moeda nacional proposto ao final do ano de 1979.

Dado a ruptura das políticas de minidesvalorizações diárias da taxa de câmbio abaixo da inflação interna causando uma procura especulativa dos títulos indexados ao ponto que a rolagem da dívida externa passa a ser uma preocupação quase que exclusivamente pelo setor público, através das empresas estatais e o Tesouro⁶⁹. O processo de perda da credibilidade do governo junto aos investidores se intensifica, ao passo que a inflação continua a aumentar (BARROS, 1992).

A inércia do processo inflacionário se sustenta na memória dos agentes que tendem a reajustar os contratos não apenas considerando os resultados mais recentes da economia, mas também, pesando o a condição de inflação de períodos anteriores. Essa condição foi retratada por Arida e Lara-Resende (1986, p. 18 e 19)

Do ponto de vista da inércia, porém, o retarde do período de indexação é um infortúnio. Isto porque é o período de indexação que comanda a memória do sistema econômico. Para simplificar, suponhamos que os contratos sejam escalonados ao longo do tempo. Todos os contratos têm a mesma duração. Digamos de seis meses. A cada instante, o valor nominal de cada contrato é revisto para cima, e os eventos ocorridos até seis meses antes afetam o aumento futuro dos preços. Seis meses é a duração da memória do sistema econômico. Se se consegue reduzir a taxa de inflação no período t , por exemplo, este sucesso é esvaziado pelo fato de que os contratos revistos no período $t + 1$ têm memória da taxa de inflação mais elevadas registradas entre os períodos $t - 5$ e t . Por conseguinte, zerar a memória do sistema é uma condição crucial para romper a inércia.

Portanto, a menos que se reduza ao máximo a memória dos agentes, a inflação não irá retroceder, essa condição foi observada na economia brasileira durante principalmente a década de 1980 e início dos anos 1990. Os diversos planos de controle inflacionários propostos pelos governos levaram em consideração esta constatação. No caso brasileiro a inércia está associada à indexação generalizada de preços e salários e da instabilidade da taxa real de câmbio, ou da necessidade de mantê-la fixa (PASTORE, 1991).

Em suma, durante a década de 1980 o país passou por um período de ajuste externo, dada as profundas transformações internacionais causadas pela mudança da política econômica estadunidense que buscou a retomada de sua hegemonia. Neste processo de transformação internacional fica clara a fragilidade da economia brasileira em face das flutuações externas, reafirmando sua posição de dependência. Somando ainda a condição fiscal nacional extremamente desfavorável, o enxugamento da liquidez internacional em

⁶⁹ Conhecido como o processo de “estatização da dívida externa” abordado anteriormente.

direção às economias desenvolvidas⁷⁰ e o processo inflacionário crescendo em ritmo descontrolado, a economia nacional encontrava-se em situação bastante desfavorável.

Em meio a toda essa condição externa, a economia brasileira enfrentou um processo de intensa recessão com alguns anos de baixíssimo crescimento econômico. As políticas econômicas do governo se limitaram à estabilização da economia, com ênfase no controle da inflação e dos desequilíbrios fiscais, com isso, os investimentos em produção, desenvolvimento regional e as políticas de valorização industrial, praticamente são deixados de lado. Essa condição é comprovada pelo baixíssimo crescimento industrial observado durante a década de 1980, abordado anteriormente (CANO, 2008).

As políticas econômicas adotadas durante a década de 1980 vão ganhando contornos mais ortodoxos, ao ponto de que o Brasil aceita a imposição do plano econômico do FMI de maior austeridade fiscal, controle da demanda agregada e controle do endividamento das empresas estatais. Essa política de ajustamento aprofundou a recessão econômica, controlou a inflação por volta dos 100%⁷¹ e o grande superávit primário, causado principalmente pelo o incentivo à exportação de produtos agrícolas. Entretanto, o país ainda passava por um processo de intensa deterioração das contas públicas e ampliação do grau de indexação da economia.

Com a nova república é alterada a ênfase da política de estabilização da economia, o Plano Cruzado proposto no governo Sarney, buscava medidas heterodoxas de controle da inflação por meio da reforma monetária e dos congelamentos dos preços da economia.

O pressuposto básico do Plano Cruzado era o reestabelecimento da ordem no mercado financeiro, buscando separar a moeda dos ativos financeiros. O Plano teve grandes avanços, principalmente por reajustar as expectativas dos agentes na redução da inflação e com isso foi recomposto o estoque de moeda na economia destruindo a chamada Moeda Indexada, que ganhou força ao longo da década de 1980 (BARROS, 1992).

Barros (1992, p. 15) argumenta que, apesar da confiança ter sido restaurada, essa condição trouxe alguns problemas macroeconômicos para o próprio sucesso do plano ao ponto que:

⁷⁰ Principalmente após a quebra da Polônia e a moratória mexicana.

⁷¹ A inflação vinha subindo devido a mádesvalorização da moeda proposto no início da década, bem como devido os reajustes das tarifas das empresas estatais que aumentaram o preço de seus serviços para conseguir conter seu alto grau de endividamento.

[...] a primeira [problemática], no campo monetário, foi a transformação de uma massa considerável de Moeda Indexada, quase 5% do PIB, em moeda bancária (depósitos à vista). Como o depósito compulsório da Moeda Indexada é de 100%, sua transformação em depósitos à vista, com um compulsório médio na época da ordem de 38%, acabou liberando uma enorme capacidade de empréstimo para o setor bancário. Isto em um momento de explosão da atividade econômica interna [...]

Algumas medidas foram propostas para controlar essa condição, porém, tais medidas foram barradas pela necessidade de se manter a rentabilidade dos bancos e do controle da taxa de juros em índices baixos, principalmente durante os períodos de congelamento dos preços. A expansão do crédito bancário se somou ao reaquecimento da atividade econômica e da expansão do poder de compra do consumidor, provocado pela diminuição da inflação. Outro ponto importante a se levantar foi o grande aumento no financiamento da dívida pública em moeda (BARROS, 1992).

Devido à expansão da demanda, causada pelo o aumento do poder aquisitivo do consumidor, e a dificuldade em se aplicar eficientemente a política de congelamento de preços, o Plano Cruzado entrou em declínio. Com a eminente aceleração dos índices inflacionários, volta à tona na economia brasileira a indexação da moeda que ao fim da década de 1980 praticamente destruiu a moeda tradicional da economia.

Desse modo a economia brasileira volta a ter um processo de aumento inflacionário intenso, tendendo a uma condição de hiperinflação. O início da década de 1990 é marcado pelos elevados índices de inflação e de retomada das políticas ortodoxas de estabilização da economia. Os planos de estabilização que se seguiram sempre buscaram o controle da demanda e dos desequilíbrios fiscais do setor público.

Neste contexto, o déficit público cresceu muito, principalmente considerando a necessidade de pagamento dos elevados juros da dívida externa brasileira. Em consequência das políticas ortodoxas de estabilização da economia, dá-se início ao processo de abertura comercial, intensificado durante a implantação do Plano Real, bem como da política de privatizações, com o intuito de diminuir o papel do Estado na economia.

No contexto externo, a economia mundial se alinhou as políticas ortodoxas dos Estados Unidos, que já na metade da década de 1980 havia recuperado sua condição hegemônica perante a economia internacional⁷². No plano comercial, os EUA propõem cada vez mais o sistema de câmbio livre. Com os planos de renegociação das dívidas externas dos

⁷² Principalmente após o fim da Guerra Fria.

países, o FMI e o BIRD assumem a posição de intermediários entre o governo estadunidense, os bancos privados e os governos endividados, consolidando ainda mais a política internacional dos EUA (FIORI, 1997).

Assim, é iniciado o período de liberalização econômica, a partir do “Consenso de Washington” que apontava uma série de medidas que as economias deveriam seguir para buscar seu desenvolvimento, como o processo de desregulamentação e abertura econômica, privatizações e atrelando as políticas de estabilização na abundante oferta de capitais financeiros globalizados. Segundo Fiori (1997, p. 121 e 122) “[...] Chegava desta maneira à periferia capitalista endividada, e em particular, à América Latina, uma versão adaptada das ideias liberal-conservadoras que já se difundiam pelo mundo [...]”. Estas ideias dominaram a formulação das políticas econômicas durante toda a década de 1990 no Brasil, reafirmando outra vez sua dependência para com o centro econômico mundial.

Em suma, o “Consenso de Washington”, buscava discutir as reformas necessárias para os países periféricos se desenvolverem. As propostas se dividiam em três planos principais: 1) Reformas de ordem macroeconômica, buscando um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal, reformas administrativas, previdenciárias e um corte significativo nos gastos do governo, aliando ainda à uma política monetária rígida para o combate a inflação; 2) Reformas microeconômicas, buscando a desoneração do capital, visando a ampliação da sua competitividade internacional, através da flexibilização da legislação trabalhista, arrocho salarial e diminuição das políticas sociais; 3) Desaparelhamento radical do Estado interventor.

O governo Collor inicia com a proposta de controle da hiperinflação observada ao final da década de 1980. A proposta se centrou em uma reforma monetária de cunho ortodoxo, por meio da redução da base monetária da economia, acarretando em uma diminuição da liquidez financeira nacional (PASTORE, 1991). De fato o Plano Collor, conseguiu controlar a liquidez e iniciar o processo de abertura comercial, porém gerou uma intensa recessão econômica, o que provocou uma retomada da ampliação da liquidez financeira do país.

Após o impeachment do presidente Collor, Itamar Franco assumiu a chefia do Estado brasileiro em um contexto bastante conturbado. Depois de intensas trocas de ministros, Fernando Henrique Cardoso foi nomeado ministro da fazenda, ao final do mandato de Itamar Franco, é dado início a um novo plano de estabilização econômica por meio de uma reforma monetária gradual, o chamado Plano Real.

O Plano Real se baseou nos métodos conhecidos para controle de condições de hiperinflação utilizadas ao longo do século XX. Por meio do sistema de âncora cambial buscou-se a estabilização da taxa de câmbio da economia nacional, por financiamento em moeda estrangeira⁷³, assim objetivava-se a retomada da confiança na moeda nacional (ALMEIDA; BELLUZZO, 2002).

Almeida e Belluzzo (2002) abordaram os pressupostos do Plano Real, ao ponto que se destacou três condições iniciais para o êxito do plano. Primeiramente, devemos considerar o diagnóstico da situação fiscal e de endividamento do setor público, para combater essa condição foi criado o Fundo Social de Emergência que possibilitou a desvinculação de 20% das despesas das receitas orçamentárias. O êxito, porém, se deve a uma condição favorável devido às medidas do Plano Collor que geraram no ano de 1990 um superávit primário considerável.

Posteriormente iniciou-se um processo de indexação completa da economia por meio da substituição parcial da moeda brasileira, foi criado um novo indexador denominado Unidade Real de Valor (URV), cujo valor seria corrigido diariamente pela taxa de inflação. A URV passou a ser uma unidade de conta. Por fim a URV deu lugar a nova moeda, o Real. Almeida e Belluzzo (2002) argumentam que o sucesso do Plano Real se deu fortemente amparado no sistema de âncoras (cambial e monetária), que lutavam contra o aumento desenfreado dos preços internos.

As medidas adotadas no Plano Real tiveram êxito no controle fiscal e inflacionário do país. O resultado foi um aumento do poder aquisitivo dos consumidores que ampliaram sua demanda. O problema é que, com o sistema de valorização cambial, essa demanda se voltou ao mercado externo criando intensos déficits na balança comercial do Brasil, Almeida e Belluzzo (2002) reiteraram que de fato o sistema de âncora cambial deveria ter sido utilizado de maneira temporária, porém, acabou por se prolongar muito, causando desequilíbrios que tenderam ao declínio do plano.

Wilson Cano (2008, p. 121 e 122) analisa a questão produtiva neste contexto econômico, a partir dos planos ortodoxos de estabilização:

⁷³ A âncora cambial obteve êxito no Plano Real devido a retomada da liquidez internacional ao início dos anos 1990. Na época do Plano Cruzado essa medida não conseguiu apresentar o mesmo resultado dado o contexto internacional de enjugamento dos recursos financeiros internacionais, que haviam se voltado aos países desenvolvidos, devido as políticas de aumento das taxas de juros internacionais e das crises de economias periféricas que causaram a quebra da Polônia, Argentina e a moratória mexicana.

Esse período [1990-2005] também teve um péssimo início, com a forte recessão entre 1989 e 1993, quando o PIB brasileiro tem crescimento acumulado de apenas 2,7% (Em São Paulo foi negativo: -2,4%), em decorrência da hiperinflação e dos draconianos e fracassados planos ortodoxos implantados naqueles anos. Depois, veio o Plano Real, que ancorou a política de estabilização na valorização do câmbio, na abertura abrupta da economia e no colossal avanço da dívida pública interna, criando a ilusão de que assim poderíamos retomar um crescimento elevado.

Ainda segundo Cano (2008, p. 122), no período de 1989 a 2004, o PIB brasileiro cresceu à média de 2,4%, enquanto o PIB paulista cresceu apenas 1,8% em média. Tais taxas de crescimento se mostraram, segundo o autor, pouco acima do pífio crescimento observado antes da implantação do Plano Real. Seguindo a análise Cano aponta:

[...] os vetores principais do crescimento foram as exportações e, em segundo plano, a expansão do crédito mais recente do crédito ao consumidor [a partir dos anos 2000]. Juros elevados, câmbio valorizado e política econômica contracionista só poderiam resultar em baixo crescimento, e acima de tudo, na queda da taxa de investimento público e privado. Tanto cresceram as exportações de produtos básicos – agrícolas e minerais – quanto as de semimanufaturados e manufaturados industriais, predominantemente de baixo e médio valor agregado.

Ainda no contexto de crise fiscal do Estado brasileiro Cano (2008) enfatiza que os investimentos públicos em todas as esferas da federação caíram repercutindo sobre as políticas de desenvolvimento nacional e regional. Os órgãos de fomento (Em especial a SUDAM e a SUDENE) se deterioraram ao ponto de serem extintos no ano de 2001⁷⁴, crescendo no contexto nacional a chamada “guerra fiscal⁷⁵”. Desse modo o autor destaca que o resultado de crescimento se amparou no crescimento das exportações de minerais⁷⁶, devido o aumento do preço de minerais metálicos e do petróleo⁷⁷.

Dado esse contexto, agora chamamos atenção para os apontamentos de Celso Furtado (1992) que considerou a condições da política de desenvolvimento econômico brasileiro. Segundo o autor, o projeto de criação da nação desenvolvido ao longo dos anos 1930 e 1960⁷⁸, começaram a enfrentar sérios problemas com as crises do Estado brasileiro⁷⁹ ao fim da década de 1970 e durante a década perdida, sendo abandonado de vez com as políticas neoliberais dos anos 1990.

⁷⁴ Tais órgãos foram recriados no ano de 2007 através das leis complementares n° 124 e 125, de 3.1.2007, com o objetivo de se retomar as discussões acerca do desenvolvimento regional, porém, tais medidas encontraram barreiras no que tange a falta de uma política nacional de desenvolvimento consistente (CANO, 2008).

⁷⁵ No contexto de fim completo das políticas de desenvolvimento regional, orientadas pelo bem do país como um todo.

⁷⁶ Principalmente nas regiões de expansão das fronteiras agrícolas e minerais.

⁷⁷ O estado que sustentou a ampliação da extração de petróleo foi o Rio de Janeiro, *cf* (CANO, 2008).

⁷⁸ Desenvolvido a partir do esforço de industrialização do país, no que o autor, comumente, chama de “projeto de nação”.

⁷⁹ Considerando ainda o contexto desfavorável internacional.

Contudo, é importante compreender o discurso de Furtado. Fiori (2000, p.2 e 3) elucida o pensamento ao considerar que o projeto de criação da “formação econômica nacional” de Furtado se sustenta em três principais argumentos: 1) primeiramente a necessidade de se criar “centros endógenos” de decisão com o objetivo de ordenar o processo de desenvolvimento aos nossos próprios interesses; 2) Segundo, seria necessária uma homogeneização da sociedade brasileira, promovendo os potenciais regionais; 3) e por ultimo que a ideia da necessidade de se construir uma nação se consolidasse na vontade da sociedade como um todo.

De fato, quando Furtado se debruça sobre os problemas do atraso econômico do Brasil, ele apontou a necessidade de se reinventar o país ao ponto de buscar a desvinculação da sociedade brasileira dos efeitos do sistema colonial que orientou a acumulação nacional para a dinâmica do mercado externo⁸⁰. Leda Maria Paulani (2001, p. 142 e 143) aponta que, para Furtado, residia nessa dinâmica com o exterior as causa primordiais da concentração de renda e do crescimento lento do mercado interno, durante a formação econômica do Brasil. Desse modo:

[...] a despeito do rompimento formal do vínculo metrópole-colônia e do conseqüente desmonte do entrave político à constituição de um mercado interno vigoroso, nossa situação de “economia colonial” perdurara por muito tempo, em função também de um entrave, digamos assim, “cultural”, radicado no sentimento de inferioridade de nossas elites, sempre deprimidas com o cotejo com os padrões de vida e de progresso das economias centrais e sempre prontas a compensar sua infelicidade com a importação, diretamente da fonte, de modismos de toda sorte, espirituais e materiais.

Desse modo constatamos que para Furtado (1992) era de suma importância a construção de uma identidade nacional que buscasse a valorização das potencialidades internas do Brasil. Com a industrialização do país de fato, deu-se início ao processo de quebra com o padrão de dependência da economia nacional, porém, com as crises, as condições externas e o reordenamento da política nacional de desenvolvimento em curso durante a década de 1990, o que se viu foi um realinhamento ao mercado externo reafirmando de vez a dependência de nossa economia para com os países centrais.

Wilson Cano (2012) aponta que a conjuntura econômica recente da economia brasileira, tem promovido um processo de desindustrialização do país. O autor julga alguns fatores que ampliaram essa tendência nas ultimas décadas, como a política de altas taxas de

⁸⁰ O que Raul Prebisch (1949) apontou como principal problema das economias latino-americanas, dada a deterioração dos meios de troca, no mecanismo conhecido como Centro-Periferia.

juros, a sobrevalorização da taxa de câmbio, do processo de abertura comercial e principalmente na ausência de políticas industriais e de desenvolvimento.

De fato, recentemente, a produção de bens de consumo duráveis e de capital tem sofrido uma queda na participação sobre o Valor de Transformação Industrial (VTI), ao passo que voltou a predominar na economia brasileira a produção dos setores I e II da indústria de transformação⁸¹. Desse modo a indústria de produção de bens semimanufaturados tem aumentado sua participação no conjunto industrial, fato que segundo Cano (2012) não ocorre desde os períodos iniciais da industrialização brasileira. Essa condição se amparou principalmente no crescimento de nossas exportações de bens de consumo não duráveis e intermediários.

Dado esse contexto histórico nacional, partiremos agora para a análise da caracterização histórica da Região Norte, buscando compreender sua inserção na dinâmica nacional, dando ênfase aos planos de desenvolvimento da Amazônia Legal promovidos pela SUDAM a partir de meados da década de 1960. Posteriormente analisaremos as transformações da estrutura industrial da Região Norte do Brasil.

⁸¹ No texto, Cano (2012) considera a divisão da indústria de transformação em três setores: setor I de produção de bens de consumo não duráveis; setor II de produção de bens intermediários e setor III de produção de bens de consumo duráveis e de capital.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO NORTE

O processo de formação e desenvolvimento da dinâmica capitalista de produção internacional, que amparada na divisão internacional do trabalho resultou em interações intercapitalistas que dividiram o mundo, no que Raul Prebisch (1949), apontou como relação centro-periferia. Desse modo, definimos a economia brasileira dentro desta dinâmica, marcada por forte dependência com o mercado externo, até o período inicial de industrialização⁸². A partir da industrialização pesada, como bem salientou Tavares (1998a), os investimentos na indústria de bens de consumo duráveis ensaiaram um novo realinhamento com o capital externo, que iria se concretizar com as políticas ortodoxas de estabilização econômica e abertura comercial dos anos 1990. Com essa reafirmação da dependência o projeto de criação da nação, como salienta Celso Furtado (1992) foi abandonado e a economia brasileira passou a retroceder no seu processo de desenvolvimento.

Dado esse quadro, analisaremos agora a inserção da Região Norte no processo de desenvolvimento brasileiro. Destacamos inicialmente que, o Norte se caracteriza por abranger quase que totalmente a Amazônia brasileira, e no início do processo de colonização do país foi pouco explorado. Foram observadas três fases principais de relevância da economia regional para o contexto nacional, uma primeira investida através da produção das chamadas “drogas do sertão”, posteriormente, a ascensão do Ciclo da Borracha e por fim as políticas de desenvolvimento da Amazônia, iniciadas a partir da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) e intensificadas com a atuação da SUDAM.

3.1 Formação e transformações da Região Norte do Brasil.

A ocupação da Amazônia pelos portugueses se iniciou no ano de 1616, porém, incursões anteriores já haviam iniciado o processo de exploração europeia na região. Segundo Rezende (2006), as expedições de Cristóvão Colombo entre os anos de 1498 e 1500 alcançaram a costa norte da América do Sul, na região que hoje pertence ao território venezuelano. Outros exploradores teriam circundado a costa, que viria a ser a brasileira, antes mesmo de Pedro Álvares Cabral. Entre estes exploradores destacamos o Espanhol Vicente Yáñez Pinzon, que teria atracado na costa brasileira em 26 de janeiro de 1500, e circundado a costa do atual território nacional em direção noroeste, descobriu a foz do rio Amazonas, configurando-se no primeiro a navegar na bacia amazonense.

⁸² Com base no modelo de industrialização substitutiva de importações, como explicado no capítulo anterior.

Após a consolidação do território brasileiro como rota de navegação portuguesa⁸³, os potenciais de exploração da região permaneciam um mistério para Portugal⁸⁴, desse modo, a região amazônica permanecia inexplorada, ao se destacar apenas expedições pontuais que buscaram circundar a costa brasileira, ou de maneira tímida adentrarem no território, destacando a expedição de João de Melo da Silva em 1553 que explorou o curso inferior do Rio Amazonas. Um dos primeiros documentos conhecidos sobre o vale do Rio Amazonas foi uma carta de Diogo Nunes à Dom João III, pedindo permissão para explorar e conquistar a região, que já era monitorada pela Espanha (REZENDE, 2006).

. A primeira expedição que, de fato adentrou no território amazonense, foi capitaneada pelo navegador Francisco de Orellana que iniciou sua jornada pela cabeceira do Rio Amazonas, nos Andes peruanos, e percorreu toda a extensão do rio nos anos de 1541 e 1542, com o objetivo primário de encontrar terras para a produção de canela. Posteriormente, Orellana conseguiu autorização da coroa espanhola para explorar a bacia amazonense e se declarar governador das terras que conquistasse, porém, o explorador morreu antes de atingir seus objetivos⁸⁵ (REZENDE, 2006).

Segundo Rezende (2006), as expedições que se seguiram, com o objetivo de explorar a região amazonense tiveram pouco êxito, principalmente devido a grande dificuldade em se estabelecer bases de exploração⁸⁶. Portanto, o povoamento da localidade foi deixado de lado⁸⁷ no século XVI.

Depois da expedição de Orellana as riquezas naturais da região amazônica ficaram famosas na Europa, atraindo a cobiça de ingleses e holandeses que passaram a explorar a região ao fim do século XVI, Com isso cresceu o perigo a soberania portuguesa e espanhola sobre a América Latina. As primeiras incursões portuguesas para a colonização de parcelas mais interiores do território brasileiro, em direção à Amazônia, se iniciaram com o objetivo de expulsar os franceses alojados no local que hoje representa São Luís⁸⁸. Posteriormente, os

⁸³ Após a expedição de Pedro Álvares Cabral, que atracou na costa brasileira em 22 de Abril de 1500.

⁸⁴ De fato os interesses portugueses se limitavam em circundar o território, que à princípio acreditava-se ser uma ilha, em busca dos mercados orientais, muito mais lucrativos, *cf* (REZENDE, 2006).

⁸⁵ Segundo Rezende (2006), outras expedições exploraram a região em busca do mito de *El dorado*, porém, sem grandes resultados para a formação histórica da região.

⁸⁶ Devido ao conflito com indígenas e a necessidade de altos investimentos.

⁸⁷ Tanto na parcela territorial espanhola, como no território português.

⁸⁸ Em 1615, Portugal toma controle do Forte da Ilha de São Luís, nomeando Jerônimo de Albuquerque capitão-mor do Maranhão (REZENDE, 2006).

portugueses buscaram expulsar holandeses dos Rios Xingu e Paru⁸⁹, o que mais tarde viria a ser consolidada com a criação da cidade de Belém. Ingleses se apossaram das terras que hoje representam o estado do Amapá (REZENDE, 2006).

O processo de ocupação e povoamento da Amazônia começou a ser esboçado no fim do século XVI, a partir da competição entre Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda em busca do Novo Mundo, ou seja, a partir do processo de expansão da era das grandes navegações (FERREIRA, 2005). Porém, ainda não eram observados na época grandes esforços de Portugal em povoar a região, o objetivo maior era controlar o território e expandi-lo ao máximo.

O povoamento da Amazônia se dá durante os séculos XVII e XVIII com o objetivo de frear as investidas de ingleses, franceses e holandeses sobre as chamadas “drogas do sertão”⁹⁰, surgindo São Luís do Maranhão, Belém do Pará, Manaus e Macapá. Nestas localidades, consolidam-se fortes para a proteção da região e assim criam-se núcleos de colonos e indígenas nas proximidades, com o objetivo de explorar a produção das drogas e ampliar o território português sobre o domínio espanhol (CARDOSO; MULLER, 2008).

Desse modo, o primeiro “ciclo” da dinâmica produtiva do Norte se baseou em um modelo de extração vegetal das “drogas do sertão” e de produção agrícola de subsistência⁹¹ vinculado ao modelo de exploração colonial.

Em 1750, o Marquês de Pombal busca a ampliação do processo de povoamento da Amazônia, sustentado na ampliação da produção do Maranhão e do Grão-Pará⁹². A medida adotada foi a isenção dos impostos régios para os colonizadores (CARDOSO; MULLER, 2008).

Em 1755 criou-se a Companhia Grão-Pará e Maranhão com o objetivo de consolidar o povoamento e o desenvolvimento das atividades econômicas de médio e longo prazo e que assegurassem a rentabilidade do capital investido. O Pará foi a primeira capitania a plantar café e a pecuária era restrita ao abastecimento local. Por mais de vinte anos de domínio do

⁸⁹ Consolidando em 1616 o território do Grão-Pará, chefiado por Francisco Caldeira de Castelo Branco, que ganhou permissão do governador-geral da colônia para explorar a região do Rio Amazonas até o Cabo Norte (REZENDE, 2006).

⁹⁰ Entre as drogas do sertão são destacadas: canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeira, salsaparrilha e etc.

⁹¹ Salientamos ainda que mesmo a agricultura de subsistência apresentava pouco dinamismo, dado a ausência de força de trabalho.

⁹² Em um contexto de ampliação da demanda externa das “drogas do sertão”.

monopólio da navegação, comércio exterior e tráfico negreiro, a Companhia não conseguiu obter os resultados esperados. Durante os anos de funcionamento, o cacau representou, em média, 61% das exportações; o café cerca de 10% e o cravo, 11% (SANTOS, 1980).

Cardoso e Muller (2008) apontam que a prosperidade da companhia do Grão-Pará e Maranhão foi bastante limitada, ao ponto que, em 1778 foi abandonado o projeto. Desse modo, a agricultura no Norte do país, ao fim do século XVIII, passou a transitar para uma economia de subsistência da população local.

Arruda (1980) argumenta que a dinâmica de exportações da capitania do Grão-Pará, mesmo durante a atuação da companhia do Grão-Pará e Maranhão, se apresentava em condição de estagnação com apenas um grande salto no período final de existência da companhia. Essa condição continuou a ser observada durante o início da abertura comercial do período imperial. O autor aponta principalmente a falta de mão de obra necessária para alavancar a extração das “drogas do sertão”, condição que obrigou o Governo imperial a retirada de impostos para a entrada de escravos na região.

Furtado (2005), salienta que no último quartel do século XVIII a dinâmica colonial se apresentava em núcleos isolados, representados principalmente pela economia açucareira e mineradora, com pouca articulação com a pecuária nordestina. Nesse contexto, Arruda (1980) comenta que a dinâmica comercial do Maranhão apresentava certa interligação com a pecuária nordestina, ao passo que, o Grão-Pará se encontrava em quase total isolamento para com as demais regiões do império.

Nesse sentido, as capitânicas do Maranhão e Grão-Pará se encaixavam em quarto e quinto lugares, respectivamente, na hierarquia comercial da colônia. A economia maranhense girava entorno da produção de algodão e alguns produtos alimentares⁹³, ao passo que, no Grão-Pará a dinâmica se concentrava na produção de mantimentos, algodão e da extração das “drogas do sertão” (ARRUDA,1980).

No caso da região que hoje representa o estado do Pará, os principais produtos observados na pauta de exportação foram, respectivamente, cacau, algodão, arroz, cravo fino e café. As exportações do Grão-Pará se comportaram da seguinte forma, como pode ser observado na tabela 3.1, que mostra o período entre os anos de 1796 e 1811.

⁹³ Como arroz.

Tabela 3. 1. PARÁ: Participação percentual dos produtos na exportação.

Datas	Produtos						
	Mantimentos	Ouro	Algodão	Courama	Drogas	Madeiras	Vários-Tabaco
1796	62,6	2,7	23,9	7,6	2,6	0,3	0,3
1797	78,6	0,2	10,3	5,4	4,8	0,2	0,5
1798	74,4	-	14,9	4,5	4,6	0,8	0,8
1799	74,9	0,2	18,1	3,7	2,2	0,2	0,7
1800	67,7	0,3	18,2	4,1	7,7	1,0	1,0
1801	60,1	2,3	24,9	4,6	6,4	1,0	0,7
1802	65,6	3,2	16,7	4,1	8,5	0,7	1,2
1803	66,2	3,2	16,2	2,3	9,7	1,0	1,4
1804	66,8	0,6	15,2	2,7	11,3	0,9	2,5
1805	67,8	4,6	14,6	2,7	8,7	0,9	0,7
1806	78,2	0,7	9,0	2,1	9,7	0,2	0,1
1807	75,0	0,3	12,0	2,1	9,8	0,7	0,1
1808	92,0	-	4,6	0,6	2,7	0,1	-
1809	89,6	0,4	5,2	2,1	2,0	0,2	0,5
1810	87,5	1,0	6,3	2,3	2,0	0,1	0,8
1811	91,6	1,7	2,9	0,9	1,4	0,7	0,8
Média percentual no período	73,9	1,5	13,4	3,1	6,7	0,6	0,8

Fonte: Arruda (1980).

Durante o período estudado por Arruda (1980), a exportação de mantimentos apresentou, em média, 73,9% do total, ao passo que a venda de algodão concentrou 13,4% e as chamadas drogas do sertão 6,7%⁹⁴.

Ainda segundo José Jobson de A. Arruda (1980) mesmo em face do aquecido mercado internacional das “Drogas do Sertão” essa atividade não foi capaz de apresentar um grande volume de exportações para o Grão-Pará, mesmo após a abertura dos portos imperiais. Dado seu isolamento e a falta de mão de obra⁹⁵, o local apresentava elevado índices de importação.

⁹⁴ Chamamos a atenção para o fato de que o autor considera cacau dentro da subdivisão mantimentos, ao passo que outros autores o classificam como “drogas do sertão” cf. Cardoso e Muller (2008). Como não é apresentado por Arruda (1980) os dados desagregados para os produtos comercializados, impedindo uma análise específica dos produtos, podemos considerar a hipótese de que as “drogas do sertão” terem importância ainda maior na pauta comercial do Grão-Pará. De fato não existe uma classificação precisa para o termo “drogas do sertão”, onde o termo era uma expressão da época para especiarias bastante comercializadas na Europa.

⁹⁵ Tanto para as atividades extrativas vegetais, quanto para a produção agrícola.

No caso do Maranhão⁹⁶, no mesmo período, as exportações se concentraram na produção de algodão (com média no período de 75,2%). Arruda (1980) apontou que a hierarquização das exportações na região apresentou o algodão como principal produto, seguido, respectivamente, por arroz, cera, vaquetas e couro seco. Como pode ser observado na tabela 3.2.

Tabela 3. 2. MARANHÃO: Participação percentual dos produtos na exportação.

Datas	Produtos						
	Mantimentos	Ouro	Algodão	Courama	Drogas	Madeiras	Vários-Tabaco
1796	16,1	0,1	80,3	2,7	0,1	~ 0	0,7
1797	21,7	-	73,4	3,1	0,1	~ 0	1,7
1798	21,5	-	73,4	3,6	0,3	~ 0	1,2
1799	18,4	0,1	75,6	2,9	0,8	0,1	2,1
1800	13,2	0,1	82,7	2,0	0,3	~ 0	1,7
1801	13,6	-	83,8	1,3	0,1	0,2	1,0
1802	65,1	3,3	16,9	4,2	8,6	0,7	1,2
1803	16,5	0,1	79,7	1,7	0,5	~ 0	1,5
1804	20,2	0,2	76,8	1,3	0,1	0,1	1,3
1805	18,6	~ 0*	78,3	1,8	~ 0	~ 0	1,3
1806	20,7	0,6	75,2	2,1	0,1	~ 0	1,3
1807**	16,7	~ 0	80,2	1,5	0,6	~ 0	1,1
1808	17,7	-	80,5	1,8	-	-	-
1809	23,2	0,1	71,0	3,6	0,2	0,1	1,8
1810	34,0	-	60,6	2,7	0,1	0,1	2,5
1811	65,0	0,3	26,5	5,7	0,2	0,5	1,8
Média percentual no período	20,4	0,2	75,2	2,2	0,5	0,1	1,4

Fonte: Arruda (1980). Alterações do autor.

Notas: * ~ 0 - Representa valores existentes, porém, muito próximos à zero.

** O somatório dos valores percentuais dos produtos apresentados para o ano de 1807 totalizou 99,7%, refizemos os cálculos com base nos dados brutos apresentados por Arruda (1980), corrigindo o valor relativo para as Drogas do Sertão, que no original representava 0,3% das exportações no ano, corrigindo para 0,6%, considerando o arredondamento para uma casa decimal.

Roberto Santos (1980) indaga que a economia amazônica do início do século XIX, apesar da euforia exportadora de base extrativista-agrícola com a produção de algodão e principalmente cacau, ainda estava fortemente vinculada às flutuações do comércio exterior.

⁹⁶ Optamos por mostrar o caso maranhense pelo fato da existência da Companhia do Grão-Pará e Maranhão nos anos que antecederam a série histórica apresentado por José Jobson de A. Arruda (1980), como demonstrado anteriormente neste capítulo. Lembramos ainda que parte do estado do Maranhão foi inserida na divisão política da Amazônia Legal, na década de 1940.

A região carecia de capacidade técnica para sustentar as provocações do mercado internacional, de modo que a renda regional passou a declinar entre os anos de 1806 e 1840.

Segundo Stella (2009) a base produtiva da região amazônica se manteve vinculada ao contexto agrário-exportador, mesmo após a abertura dos portos em 1808. A integração econômica da região, basicamente, se caracterizou por uma economia fornecedora de produtos primários e importadora de manufaturados, entre outros produtos agrícolas.

As atividades econômicas mencionadas não evoluíram o suficiente a ponto de reverter a situação de crise, período que vai de 1808 a 1850, porém foi responsável por iniciar o processo de crescimento observado a partir do Ciclo da Borracha. A queda nas exportações, seguindo de outros fatores (internos e externos), como as Guerras Napoleônicas, a Guerra da Independência e a Revolta da Cabanagem⁹⁷, contribuíram ainda mais para o declínio das atividades econômicas da Amazônia (STELLA, 2009).

A deterioração da economia na região só não foi mais profunda devido ao surgimento da produção e exportação da borracha, que se inicia no começo do século XIX. Porém, é somente na segunda metade do século que se inicia a próxima fase de exploração vegetal na Amazônia, com o chamado Ciclo da Borracha (PEREIRA, 2000).

Nelson Prado Alves Pinto (1980) destaca dois períodos principais de exploração da borracha brasileira, um primeiro momento que o autor denomina de “borracha indígena⁹⁸” com pouquíssima relevância para o mercado internacional. O outro período fica marcado pelo crescimento da demanda industrial pelo produto, o que o autor denominou de “borracha industrial”, que esteve vinculada ao próprio caráter de inovação tecnológica a partir da revolução industrial.

⁹⁷ Cabanagem foi um momento de explosão social com impacto demográfico e cultural que marcaram o Pará. Estima-se que um terço da população morreu no conflito, que foi cheio de episódios trágicos. O movimento foi liderado pelas camadas populares. Iniciado em 1835, tomou Belém e espalhou-se por toda a Amazônia. Um governo do povo foi instalado e vigorou até 1838, quando a capital foi conquistada, novamente, pelas forças legalistas. Porém, os conflitos duraram até por volta de 1840. A partir de então o Pará começou a receber fortes punições pelo governo brasileiro. Colônia popular, indianizada, subversiva, independentista e arrivista, aos olhos de muitos, passou a perder gradativamente seu status. As populações caboclas foram, muitas vezes, perseguidas e as grandes propriedades agrícolas ou extrativistas deixaram de contar com a atenção e o apoio do governo central. Stella (2009) complementa que os revolucionários não tiveram suficiente organização para propor um projeto alternativo de ordenamento social e econômico, assim os cabanos acabaram derrotados e foram duramente reprimidos.

⁹⁸ Essa relacionada aos períodos iniciais da extração do látex, em um contexto ainda anterior à revolução industrial, cf. (PINTO, 1980).

Neste contexto, Pinto (1980) pontua que a borracha teve um processo mais lento de inserção no mercado europeu, se comparado aos outros produtos de extração vegetal⁹⁹, baseado em inúmeras hipóteses, como por exemplo, na dificuldade no processamento do látex solidificado. Essa condição apenas seria revertida no contexto de reordenamento produtivo europeu, que colocou a borracha como elemento dinamizador da indústria internacional¹⁰⁰. A própria dificuldade na extração do látex da seringueira dificultou o processo de desenvolvimento inicial da atividade, sendo responsável pela destruição de comunidades indígenas, dado o seu caráter predatório.

No início do século XIX, no contexto de declínio da intensidade da atividade extrativista das chamadas drogas do sertão, Nelson Prado Alves Pinto (1980, p. 12 e 13) ainda argumenta que já se inicia um comércio de artefatos de borracha para exportação na região de Belém, “[...] Mas foi somente a partir da segunda metade do século que a atividade gomífera adquiriu alguma significância econômica para a Região. [...]”. Essa condição passou a transformar a importância de Belém para a Amazônia.

Apoiada na crescente demanda internacional do produto, a importância da produção da borracha vegetal passou a ganhar destaque no contexto produtivo nacional, principalmente na segunda metade do século XIX (STELLA, 2009). Entretanto, a extração inicial do látex encontrou algumas barreiras, principalmente na pouca oferta de mão de obra, que segundo Roberto Santos (1980) tardou a acelerar.

De fato, a ampliação da demanda de borracha no mercado internacional associada à baixa oferta de mão de obra regional, acabou por concentrar quase que totalmente os trabalhadores amazonenses na extração do látex, condicionando a produção local quase exclusivamente para tal finalidade (SANTOS, 1980). Celso Furtado (2005) destacou o processo de atração de mão de obra, que se intensificou a partir da segunda metade do século XIX. A migração de trabalhadores provenientes principalmente do Nordeste se intensifica com o aumento do lucro da exportação da borracha brasileira.

O salto de participação da borracha nas pautas de exportação regional, e do império como um todo, se intensifica a partir da segunda metade de 1850. Com isso é ampliado o problema, crônico, de escassez de mão de obra e o caráter predatório da atividade gomífera,

⁹⁹ Os que se convencionaram a chamar de drogas do sertão, abordadas anteriormente.

¹⁰⁰ Como matéria-prima, e também como processo manufatureiro dada a necessidade de se transformar o látex extraído no produto final, a borracha. Essa condição é contextualizada por Pinto (1980) com todo o processo de inovações nos diversos campos da ciência que se desencadearam após a Revolução Industrial na Europa.

que com o esgotamento das áreas próximas Belém e Manaus prosseguiram expandindo ao interior, pelos rios Purus e Madeira. Além destes pontos, Pinto (1980) destaca novamente o impacto negativo nas comunidades indígenas¹⁰¹ e o processo de migração nordestina¹⁰² que ampliou em muito o contingente populacional da Amazônia.

Roberto Santos (1980) sinaliza ainda as fracassadas tentativas de se consolidar colônias de imigração¹⁰³. O autor lista três principais fatos que contribuíram para o insucesso da empreitada: 1) a falta de critério em selecionar a mão de obra necessária para a migração de qualidade; 2) os erros na localização das colônias e 3) a falta de capacidade administrativa dos órgãos oficiais responsáveis.

Assim, de fato, o grande contingente de migrantes que foram capazes de desenvolver de maneira satisfatória sua relação com a produção do Ciclo da Borracha na região amazônica adveio principalmente do Nordeste brasileiro. Esses trabalhadores migraram para trabalhar diretamente na extração do látex, bem como, na produção agrícola. O processo migratório foi financiado pelo Governo, produtores privados e se constituiu também de migração espontânea, amparado na repercussão da economia da borracha no contexto nacional. De modo geral, esse novo contingente de trabalhadores se uniu a população nativa (indígena ou não) em um contexto de precariedade social¹⁰⁴ (FURTADO, 2005; SANTOS, 1980; PINTO, 1980).

Considerando esse contexto de precariedade social, Cardoso e Muller (2008, p. 22) apontam as características do mercado de trabalho observado no ciclo da borracha, que ficou conhecido como “sistema de aviamento”, onde:

“... A atividade econômica extrativo-predatória no interior das matas; a distância entre as seringueiras, o que exigia longas caminhadas; as condições impostas pelo proprietário, não permitindo roçado (geralmente, mandioca); a necessidade de mão de obra para aumentar a produção; o pagamento obrigatório dos trabalhadores aos patrões do custo da viagem do nordeste à Amazônia, dos instrumentos de trabalho, das provisões, enfim, o regime de trabalho e o padrão de vida dos seringueiros baseavam-se no endividamento prévio e posterior, isto é, no endividamento reiterado, o que colocou o trabalhador nas mãos do proprietário comerciante.”

¹⁰¹ Devido ao trabalho compulsório e até mesmo as muitas mortes registradas a partir da expansão das atividades produtivas na Amazônia.

¹⁰² Discutido principalmente por Celso Furtado (2005) e Roberto Santos (1980).

¹⁰³ Mais a frente, analisaremos o caso da migração confederada para a Amazônia, salientamos que tal esforço não foi orientado pelo Governo Imperial, configurando-se como iniciativa dos próprios líderes sulistas estadunidenses após, principalmente, o desfecho da Guerra Civil Americana.

¹⁰⁴ Das relações trabalhistas, ou mesmo da pouca oferta de produtos de subsistência, uma vez que, com o sucesso da produção de borracha, a dinâmica regional se concentrou nessa atividade.

Cano (2007) destaca que as características gerais conspiraram para diminuir a intensidade de acumulação da economia extrativa de borracha. Segundo o autor, os grandes vazios populacionais, ocasionando na necessidade de grandes deslocamentos e ampliação de custos de transporte, a dificuldade em se estabelecer uma escala de produção e a baixa circulação de renda¹⁰⁵.

Em meio a todo esse quadro, na primeira metade do século XIX, a constante inovação dos processos produtivos das indústrias europeias e estadunidenses a utilização da borracha passou a ser cada vez mais exigida e com isso a necessidade de aprimoramento do material¹⁰⁶. Destacamos aqui principalmente as contribuições de Charles MacIntosh¹⁰⁷, responsável por introduzir a utilização de benzina como solvente, possibilitando a impermeabilização do produto e Thomas Hancock¹⁰⁸ que inventou o processo de modelagem da borracha em seu estado sólido (PINTO, 1980).

Segundo Pinto (1980), paralelamente aos acontecimentos na Inglaterra, nos EUA surge um novo método de modelagem da borracha desenvolvido por Edwin Marcus Chafee, com certa semelhança ao desenvolvido por Thomas Hancock¹⁰⁹. Posteriormente, Charles Goodyear inventou o processo que mais tarde viria a ser chamado de vulcanização¹¹⁰, possibilitando ampliar muito a durabilidade da borracha, mesmo em condições extremas de temperatura, maximizando a aplicação da borracha em atividades industriais, bem como, no consumo direto.

Essas inovações possibilitaram a melhoria na utilização da borracha nas mais diversas atividades, desenvolvendo os processos industriais ligados ao produto. Desse modo, na segunda metade do século XIX, a produção de látex é estimulada. Nesse período as aldeias da

¹⁰⁵ Que, além de concentrada nas mãos de poucos, existia ainda a perda de excedente devido a grande necessidade de se importar produtos necessários para a subsistência da população local, uma vez que, a dinâmica produtiva se concentrou fortemente na extração da borracha no auge do Ciclo.

¹⁰⁶ Inicialmente, a borracha apresentava uma durabilidade pequena principalmente associada a grandes oscilações de temperatura.

¹⁰⁷ Químico inglês.

¹⁰⁸ A associação entre os dois proporcionou a criação da principal indústria de artefatos de borracha da época, a *Chas. MacIntosh & Co.*, ainda assim, os produtos desenvolvidos por eles ainda apresentavam problemas quanto à resistência (PINTO, 1980).

¹⁰⁹ O processo desenvolvido por Chafee veio posteriormente ao inventado por Hancock, entretanto, o autor cita que tudo indica que Chafee não teve conhecimento sobre o método inglês, portanto, os processos teriam surgido de maneira independente.

¹¹⁰ A vulcanização, basicamente, consiste em submeter uma mistura de borracha e enxofre a altas temperaturas e pressão, por um determinado tempo. Pinto (1980) destaca que a utilização de enxofre em conjunto com outros solventes na produção de artefatos de borracha já existia, porém, sem causar o impacto alcançado por Goodyear. O autor destaca ainda, que o processo de vulcanização consistiu em uma etapa das constantes inovações da época, talvez uma das principais que conferiu grande salto de qualidade da utilização da borracha como insumo industrial e bem de consumo.

região já haviam sido transformadas em vilas e havia também grandes movimentos no mercado local e criação de infraestrutura, investidos pelos governantes (PEREIRA, 2000). Marcando o início do que Pinto (1980) denominou de fase industrial da exploração da borracha.

Neste contexto de expansão do mercado da borracha, é consolidado papel de Belém do Pará na dinâmica regional. A cidade ficou conhecida como a capital da borracha, dado o fato de que toda a produção regional passava pelo porto belenense. As exportações do produto cresceram muito ao longo do fim século XIX e início do século XX, com isso a dinâmica econômica da cidade se intensificou, alterando os costumes regionais. Belém passou a ser ponto chave do comércio de mercadorias na Amazônia, observando intensas melhorias de infraestrutura e concentrando população (PENTEADO, 1988). Destacamos também a importância que Manaus representou no contexto do Ciclo da Borracha, apoiada na produção de borracha em seus entornos.

Segundo Penteado (1988) a prosperidade da fase de ascensão do Ciclo da Borracha foi responsável consolidar Belém como uma capital regional, com vínculos com o mercado externo e com a parcela Sul do Império. Os laços comerciais traçados durante o auge do comércio da borracha se desenvolveram fortemente ao longo dos anos, onde mesmo com o declínio do ciclo a cidade permaneceu com fortes relações regionais.

Stella (2009) argumenta que a demanda bastante aquecida após a descoberta do processo de vulcanização da borracha passou a utilizar o produto intensivamente nos mais diversos ramos industriais. Com o mercado aquecido o Governo brasileiro teve que enfrentar a primeira ameaça à produção interna de borracha, materializada no projeto estadunidense de colonizar a Amazônia como solução ao fim da escravidão em seu país¹¹¹. O Governo brasileiro obteve êxito em frear as intenções dos EUA, através da consolidação do controle sobre a exploração do látex na Amazônia. Desse modo, Roberto Santos (1980) complementa essa visão ao afirmar que de fato as migrações estadunidenses¹¹² são frustradas logo no início dos esforços.

Segundo Nícia Vilela Luz (1968), o projeto de colonização da Amazônia consistiu em uma materialização dos ideais imperialistas do “Destino Manifesto”, responsável pela

¹¹¹ O objetivo era consolidar a produção de algodão e de borracha, como saída para os déficits da balança comercial estadunidense após a abolição da escravatura no país e a consequente diminuição da produção sulista predominantemente escravista.

¹¹² Como política imperialista estadunidense.

expansão estadunidense aos territórios do Norte e Oeste¹¹³. Portanto, era dever do povo americano expandir sua civilização ao Canadá, América Central e América do Sul, de modo que, o continente deveria ser conquistado por seu povo¹¹⁴.

Seguindo essa linha de raciocínio, Matthew Fontaine Maury¹¹⁵, “[...] um misto de cientista, visionário e homem de negócios [...]”¹¹⁶, responsável por grandes avanços nos estudos sobre a navegação mercantil no período em que trabalhou para o Departamento da Marinha, em Washington, vislumbrou a possibilidade de se colonizar a Amazônia com o intuito de se apropriar da grande capacidade da bacia amazônica além, é lógico, do grande potencial produtivo de região. Entretanto, Maury não creditava para a Amazônia importância central no vasto império setentrional, a ser conquistado pelos Estados Unidos, que correspondia ao Golfo do México e o Caribe (LUZ, 1968).

Essa concepção esteve sustentada na conclusão de Maury na centralidade da Foz do Amazonas para a navegação mercantil para a Europa e a África, onde na visão do próprio, existia muito mais proximidade da bacia amazônica entre o sul dos EUA, do que com o Brasil (no caso o Rio de Janeiro, região central do Império brasileiro)¹¹⁷. Segundo Maury essa proximidade deixava a Foz do Amazonas tão dentro do estreito da Flórida quanto o próprio Mississippi (HORNE, 2010, p. 164).

Desse modo, segundo Horne (2010, p. 165) a centralidade da Amazônia nos planos de Maury foi alterada, *à posteriori*, a partir do receio deste na crescente dependência britânica no algodão sulista que poderia acarretar em tentativas inglesas de colonizar a Amazônia com o intuito de suprir sua demanda pelo produto.

¹¹³ Materializados na Guerra do México e nas anexações de estados livres, como o Texas.

¹¹⁴ Nesse caso, os brancos estadunidenses.

¹¹⁵ Silva (2011, p. 192) cita que Matthew Fontaine Maury chegou a planejar a imigração para o Brasil, onde teria conseguido a garantia do Império na concessão de terras para o estabelecimento de uma colônia no território imperial.

¹¹⁶ *cf.* Luz (1968, p. 52).

¹¹⁷ Maury constantemente buscava desvincular a Amazônia do restante do Império brasileiro. Essa condição esteve pautada no isolamento característico da Amazônia e sua forte vinculação com a Europa, como abordado neste trabalho e comentado por Sternberg (1987). Podemos ainda considerar que tal abordagem teve o intuito de legitimar as ações imperialistas do “Destino Manifesto”, uma vez que, dado o isolamento da região seriam naturais os esforços estadunidenses em povoá-la levando sua “cultura superior” para uma localidade “inculta”, *cf.* Horne (2010, p. 164 e 165).

Maury teria iniciado seus planos para a Amazônia, com o intuito de transferir os escravos estadunidenses para a região¹¹⁸. Tal medida visava lucrar com o comércio de escravos, além de promover a gradativa emancipação da sociedade estadunidense do negro, o que seria um problema na visão do povo norte americano¹¹⁹. Maury argumentou que, principalmente os sulistas, não aceitariam o negro em igualdade de condições com os brancos perante a lei, e que estes não aceitariam abrir mão de seus bens móveis sem uma compensação financeira, isso acarretaria em um problema a ser considerado pelo Governo dos EUA (HORNE, 2010).

Horne (2010, p. 157) pontua ainda que o projeto de emancipação não foi vislumbrado apenas por Maury, uma vez que, já em 1840, existiam planos de mandar negros americanos para a Guiana Inglesa, conforme com o que o autor chamou de “o sul mais distante”. Essa condição colocava a Amazônia na “alça de mira” da política estadunidense, na visão de Maury, que passou a intensificar seus estudos para a região.

A motivação de Maury em se dedicar ao estudo das correntes marítimas esteve vinculada ao fato que o impossibilitava de exercer suas funções em mar e terra como oficial da marinha, após lesão sofrida em decorrência de uma queda. Sua importância para a até então incipiente oceanografia é reconhecida, ao ponto que, Maury foi responsável pelo grande salto de eficiência da navegação marítima estadunidense¹²⁰, ao pontuar que nem sempre o caminho mais rápido se traduzia no que apresentasse a menor distância em milhas. Seus apontamentos se basearam na observação de que a velocidade do navio poderia ser incrementada a partir das correntes de ventos favoráveis das costas, portanto, o ato de circundar a costa poderia tornar a viagem mais rápida¹²¹ (HORNE, 2010, p. 164).

Portanto, ao passo que Maury voltava suas atenções de forma mais contundente para a Amazônia, como Horne (2010) aponta¹²², o planejamento de colonização estadunidense na região identificava como essencial a transferência apenas dos escravos. Parte desta percepção partia de um ponto de vista preconceituoso, de que Amazônia não era um habitat para o branco, e sim “[...] do negro e do negro escravo [...]”. Partindo do ponto de vista geral do

¹¹⁸ Maury já havia desempenhado papel importante na transferência de escravos dos estados do Norte, que aboliram a escravidão, para os estados do Sul dos EUA, que permaneciam à época em um modelo de trabalho compulsório.

¹¹⁹ No caso o branco estadunidense.

¹²⁰ Iniciada a chamada era do “*Clíper Americano*”. cf. Horne (2010, p. 164).

¹²¹ Por exemplo, a viagem entre Baltimore e o Rio de Janeiro encurtou de 38 para 17 dias com a utilização da técnica proposta por Maury, mesmo se utilizando de um trajeto maior em milhas náuticas. cf. Horne (2010, p. 164).

¹²² Principalmente no início da década de 1850.

povo sulista que só seria possível admitir o negro como escravo, jamais em igualdade com o branco. Desse modo, com a abolição da escravatura nos EUA, surgia um problema em duplo caráter, primeiro baseado em o que fazer com essa grande quantidade de escravos libertos (LUZ, p. 58, 1968), e em como contornar os déficits na balança comercial após a queda da produção sulista, dado o desfecho da Guerra Civil Americana, nesse sentido, se estruturou as ações imperialistas estadunidenses em direção à colonização da Amazônia.

Ainda segundo os apontamentos de Nícia Vilela Luz¹²³ (1968, p. 63) as intenções de Maury se materializavam em:

[...] livrar os Estados Unidos do elemento negro que ameaçava sua pureza racial, utilizando-o para colonizar e povoar a Amazônia e salvar o instituto da escravidão, deslocando para o imenso vale os sulistas com seus escravos. Resolvia-se, dessa maneira, um grave problema do país, ao mesmo tempo em que se beneficiava a humanidade, valorizando uma região até então inculta e despovoada que não poderia ser desenvolvida por um “povo imbecil e indolente” e sim por uma “raça progressista que possui energia e iniciativa [o branco estadunidense].

As primeiras viagens de investigação sobre as capacidades da Amazônia foram bastante otimistas, com um misto de dados concretos e fantasias, Maury conseguiu instigar a vontade do governo estadunidense em buscar a medidas de colonização da região, que manteve conformidade com a doutrina do “Destino Manifesto” (LUZ, 1968). Maury designou Willian Herndon para explorar a Amazônia, destacando a importância da viagem como o início de um processo que levaria a consolidação de uma “espécie de colônia americana”, nas palavras do próprio Maury, que abriria a possibilidade da transferência da enorme população de escravos dos estados sulistas para a região¹²⁴ (HORNE, 2010, p. 165).

De fato ficam bastante claras as intenções imperialistas, em conformidade com o Destino Manifesto, quando observamos o discurso contido nos relatos das expedições organizadas por Maury para desbravar o rio Amazonas. Maury reuniu estes relatos, e os publicou nos jornais estadunidenses com o intuito de despertar e promover o interesse dos seus compatriotas em seus planos de anexação da Amazônia aos Estados Unidos. Em um destes relatos, observamos a tentativa de se criar por meio de um raciocínio fantasioso, ainda que remotamente embasado em condições oceanográficas, um vínculo natural entre o sul estadunidense e a Amazônia, o que fundamentaria o discurso imperialista do Destino

¹²³ Horne (2010, p. 164) apresenta a mesma visão, uma vez que, ambos se basearam nos discursos do próprio Maury.

¹²⁴ Em conformidade com o que aconteceu com a transferência dos escravos dos estados livres para os estados escravistas nos EUA.

Manifesto, como pode ser observado no trecho a seguir, onde o tenente Herndon relata (1853, p. 62):

Though not yet sixty miles from the sea, we had crossed the great divide which separates the waters of the Pacific from the waters of the Atlantic. The last steps of our mules had made a striking change in our geographical relations – so suddenly and so quickly had we been cut off from all connexion with the Pacific, and placed upon waters that rippled and sparkled joyously as they danced by our feet on their way to join the glad waves of the dark blue ocean that washes the shores of our own dear land. They whispered to me of home, and my hart went along with them. I thought of Maury with his researches concerning the currents of the sea; and, recollecting the close physical connexion pointed out by him as existing between these the waters of the Amazon and those of our own majestic Mississippi, I musingly dropped a bit of green moss plucked from the hill-side upon the boson of the placid Morococha, and as it floated along skies I followed it, in imagination, down through the luxurious climes, the beautiful skies, and enchanting scenery of the tropics, to the mouth of the great river that this little lake was feeding; thence across the Caribbean sea, trough the Yucatan pass into the Gulf of Mexico; thence along the Gulf stream, and so out upon the ocean into of the shores of our own land of flowers. Here I fancied it might have met with silent little messengers cast by the hands of sympathizing friends and countrymen high up on the head-waters of the Mississippi, or away in the Far West, upon the distant fountains of the Missouri.

Com elementos quiméricos o tenente se baseia nos estudos náuticos elaborados por Maury¹²⁵ para argumentar que a ligação entre as correntes marítimas representava um elo entre a bacia amazônica e os grandes rios Mississippi e Missouri, que formam a maior bacia hidrográfica da América do Norte, e cortam vários estados dos EUA.

Maury (1853, p. 21 e 22) buscou pontuar pelas riquezas naturais da Amazônia a necessidade de se levar a “*cultura superior*”¹²⁶ para a região. Nas palavras do autor o Brasil teria imensas riquezas e capacidades de suprir as necessidades mundiais por alimentos, bem com suas reservas de diamantes e de metais preciosos eram abundantes. Deste modo, Maury busca argumentar que tais riquezas pertenciam ao mundo e não deveriam estar sujeitas aos cuidados de um governo autoritário como o brasileiro.

Entretanto, mesmo com as informações animadoras, a política estadunidense de colonização permaneceu moderada, e não avançou. Essa condição se deu principalmente, como aponta Nícia Vilela Luz (1968), pela supremacia dos interesses dos estados nortistas americanos sobre a política externa, a vontade de se estabelecer relações mercantis mais

¹²⁵ Estudos elaborados durante o período que este prestou serviços para o Departamento da Marinha estadunidense, como apontado por Nícia Vilela Luz (1968). Não obtivemos acesso aos documentos náuticos originais elaborados por Maury, que baseiam os apontamentos do tenente, por esse motivo não podemos traçar uma linha crítica sobre a sua interpretação, nosso objetivo aqui é apenas evidenciar Maury o aspecto político do discurso que se apresenta, na superfície, como assentado em aspectos naturais.

¹²⁶ Cultura superior estadunidense, em conformidade com o Destino Manifesto.

sólidas com o Império, e a própria política adotada pelo Governo brasileiro em frear as intenções americanas.

Somando essa condição às tensões que explodiram com o início de fato da Guerra Civil Americana, o projeto de colonização é deixado de lado, sendo retomado apenas ao fim do conflito, como uma alternativa ao povo sulista na tentativa de recriar sua sociedade escravocrata (LUZ, 1968). Desse modo, no ano de 1865¹²⁷ é iniciado esforços de líderes sulistas em promover a imigração para o Império brasileiro.

O processo de imigração de cidadãos estadunidenses para o Brasil representou um esforço orientado após o fim da Guerra de Secessão Americana, como alternativa para os “expatriados” dos estados confederados derrotados. Seguindo essa linha, Silva (2011) argumenta que a principal característica que ocasionou a imigração de confederados para o império, resultou do fato de existir no Brasil a possibilidade de reproduzir um sistema produtivo baseado na escravidão, com grande oferta de terras¹²⁸.

Segundo Silva (2011) a historiografia que trata da imigração confederada para o Brasil, partindo de uma perspectiva weberiana, aponta que o processo foi responsável por introduzir inovações na agricultura brasileira. Entretanto, o autor busca refutar tal visão, ao passo que salienta as características principais deste processo, onde o objetivo principal era a recriação da sociedade sulista tradicional¹²⁹ no Império brasileiro, de modo que, a própria utilização de trabalho compulsório nega a necessidade de se incorporar inovações no processo produtivo.

A imigração confederada para a Amazônia brasileira¹³⁰ foi uma iniciativa de Lansford Warren Hastings¹³¹, que serviu ao exército dos Estados Confederados da América na Guerra Civil Americana. Hastings visitou a Amazônia brasileira no ano de 1866, buscando levantar informações relevantes sobre a possibilidade de implantação de uma colônia no local. A partir de sua viagem, ele elaborou um guia para a imigração¹³², e estabeleceu que a colônia de confederados devesse se localizar na região do município de Santarém no Pará. Depois de

¹²⁷ Ano do fim da Guerra Civil Americana, que culminou na derrota dos Estados Confederados da América com a rendição do general confederado Robert Edward Lee em 9 de abril de 1865 em Appomattox.

¹²⁸ A oferta de terras foi um dos motivos pela não escolha de se fixar colônias em outros territórios, como Cuba.

¹²⁹ Sociedade patriarcal, voltada ao trabalho escravo. *cf.* Silva (2011).

¹³⁰ Existiram outras colônias fixadas no império, notadamente no interior paulista, porém, dado o objeto desse trabalho, discutiremos apenas os impactos diretos na Região Norte. Para uma visão detalhada sobre a imigração confederada, *cf.* Silva (2011).

¹³¹ Advogado nascido no estado do Oregon, que no período da Guerra Civil estadunidense morava no estado do Arizona.

¹³² Denominado “The emigrant’s guide to Brazil”.

definida a estratégia de estruturação da colônia, Hastings passou a negociar com o Governo Imperial a concessão do direito de promover a imigração dos expatriados sulistas (SILVA, 2011).

Silva (2011, p. 137) salienta que Hastings foi um dos principais agentes do Destino Manifesto, lutando, com sucesso pela expansão dos Estados Unidos para o Oeste, como pode ser observado no trecho a seguir, o Governo Imperial teve receio das intenções de Hastings, e analisou demoradamente o seu pedido, forçando-o a questionar os funcionários do Governo, que responderam:

[...] [que] O motivo seria a opinião prevalecente de que se a imigração para a Amazônia fosse encorajada, os americanos invadiriam e transformariam a região em uma nova Califórnia, levando-a ao controle do governo dos EUA. Hastings havia sido um agente do Destino Manifesto na Califórnia, e o governo brasileiro conhecia sua atuação na região por meio de informações repassadas pelo cônsul do Brasil nos EUA.

Alguns funcionários do Governo brasileiro acreditavam que Hastings teria intenções imperialistas na colonização da Amazônia, suspeitas mencionadas pelo próprio ex-combatente confederado em seu livro¹³³. Segundo Silva (2011) alguns autores consideram que as medidas de Hastings tinham certa conformidade com os planos que Sam Houston adotou para tomar controle do território do Texas, que posteriormente foi anexado aos Estados Unidos. Porém, Silva argumenta que não existem evidências concretas que esse era o objetivo central de Hastings, mesmo que seu nome tenha sido vinculado à complôs para tal, o que ficou comprovado foi que ele buscou atrair imigrantes estadunidenses para um território mexicano, o caracterizando como um agente do Destino Manifesto, como aponta Silva (2011, p. 138):

[...] Lansford Warren Hastings estaria mais próximo de um agente do *Destino Manifesto*, ou seja, alguém que acreditava que o impulso pioneiro norte-americano resolveria inexoravelmente as disputas territoriais, em contraposição à figura de Sam Houston no Texas, que as solucionou por meio do uso da força. Ambos os métodos eram faces do imperialismo estadunidense, entretanto, os meios utilizados divergiam.

Seguindo a argumentação, Silva (2011) aponta que o discurso de Hastings, entre o incentivo à imigração para a Califórnia e as tentativas de imigração para a Amazônia, é alterado principalmente pelo contexto político inerente de cada período¹³⁴. Foi nesse sentido

¹³³ Hastings liderou um grupo através de uma nova rota para a Califórnia, que ficou conhecida como “Atalho Hastings”, após seu sucesso, buscou atrair imigrantes estadunidenses para a Califórnia, o que foi considerado por alguns autores como uma ação imperialista. cf. (SILVA, 2011).

¹³⁴ Existe um intervalo de 22 anos entre a publicação do “*The emigrant’s guide to Oregon and California*” e o “*The emigrant’s guide to Brazil*”, ambos publicados por Hastings. O primeiro foi elaborado para divulgação do “Atalho Hastings” e a conseqüente atração de imigrantes estadunidenses para o Oeste do continente norte-

que se baseou a argumentação de Hastings para evidenciar que suas intenções não eram imperialistas, uma vez que, os imigrantes que viriam para a Amazônia representavam os expatriados e descontentes sulistas que foram derrotados na guerra, e, portanto, não concordavam com os rumos da política estadunidense.

Depois de muito esforço Hastings conseguiu uma liberação do Governo Imperial brasileiro, e passou a buscar atrair os cidadãos sulistas derrotados para a imigração. Inicialmente a proposta era de criar uma colônia isolada sem promover a miscigenação entre os confederados e a população local¹³⁵ (SILVA, 2011).

A formação da colônia apresentou algumas barreiras para sua efetiva consolidação, porém, o objetivo central dos imigrantes era tentar recriar o sistema produtivo baseado na escravidão. Silva (2011) argumenta que, em geral, aqueles imigrantes que conseguiram obter sucesso em se instalar na região¹³⁶, optaram por utilizar mão de obra compulsória em atividades voltadas à agricultura, em sua maioria na plantação de cana de açúcar, para produção de aguardente e açúcar. Contudo, o autor destaca a fragilidade econômica que tais imigrantes apresentaram devido os desfechos da Guerra Civil Americana¹³⁷, que somados a pouca oferta de escravos na Amazônia gerava limites à aquisição deste tipo de força de trabalho.

É importante salientar que o processo de imigração confederada diferiu bastante dos esforços em promover a vinda de trabalhadores europeus e asiáticos, medida adotada pelo Governo imperial¹³⁸. A imigração confederada tinha como o objetivo principal, a recriação da sociedade sulista, de modo que, os imigrantes buscaram se utilizar de trabalho compulsório (SILVA, 2011).

Muitos dos imigrantes encontraram grandes dificuldades em recriar o sistema produtivo de *plantation* em solo brasileiro, sendo essa condição determinante para a dispersão das colônias. Aqueles que permaneceram, apenas o fizeram ao conseguir relativo sucesso produtivo, que é encerrado com a abolição da escravatura no império, ao fim da década de

americano, território ainda não pertencente aos EUA. O segundo foi elaborado após o desfecho da Guerra Civil Americana, com o intuito de atrair imigrantes Confederados para a Amazônia (SILVA, 2011).

¹³⁵ Com o desenrolar dos fatos, tal condição se provou muito difícil, dado pequeno contingente que migrou e conseguiu se consolidar no território.

¹³⁶ Muitos dos imigrantes optaram por retornar aos EUA, por não conseguirem desenvolver atividades na região que possibilitassem ao menos sua subsistência.

¹³⁷ Devido ao fim da escravidão, a desvalorização das terras sulistas e a própria destruição provocada pelos conflitos.

¹³⁸ E mais tarde por iniciativa do governo paulista em conjunto com seus grandes produtores. *cf.* Costa (1998)

1880, evidenciando ainda mais os objetivos centrais do processo de imigração confederada (SILVA, 2011).

Contudo, o processo de imigração confederada, como exposto não foi capaz de gerar grandes impactos sobre a dinâmica produtiva da Amazônia, de modo que, mesmo os sulistas que apresentaram melhores resultados se destacaram na produção de produtos oriundos da cana de açúcar¹³⁹, que como José Jobson de Arruda (1980) demonstrou não tiveram grande relevância para as exportações do Pará, constituindo produtos de consumo local¹⁴⁰. Ao fim do século XIX desponta na dinâmica regional a importância da borracha como produto de exportação, que passa a ganhar inclusive relevância nacional.

Pinto (1980) aponta o grande crescimento das exportações de borracha, principalmente a partir da década de 1850. Nesse contexto, Moura e Moreira (2001) argumentam que a economia da borracha na Amazônia passa a se destacar no contexto nacional e internacional, levando a região à maior produtora de borracha para a indústria mundial.

Ao longo de aproximadamente um século a economia da região amazônica foi baseada na produção de látex. Inicialmente, os centros locais produtores concentravam-se no Pará, ocupando, mais tarde, novas áreas em direção dos rios Madeira, Juruá, Purus e Acre, constituindo novas cidades. A borracha sustentou um dos mais importantes ciclos de desenvolvimento do país. O capital amazonense, na época tornou-se o centro econômico do país, concentrando todos os recursos produtivos da região (PEREIRA, 2000).

O próprio mercado internacional favorável da borracha foi benéfico ao Brasil, ao mesmo tempo em que representou problemas, materializados pelo imperialismo praticado pelas potências mundiais ao final do século XIX e início do século XX. A Inglaterra buscou minar a produção de borracha na América Latina apoiada no intenso processo de degradação social oriundo do sistema de aviamento praticado¹⁴¹. De fato, as pressões diplomáticas estadunidenses e britânicas foram responsáveis para a promoção da abertura do Amazonas para a navegação internacional ainda no período imperial¹⁴². Pinto (1980) cita a campanha

¹³⁹ A própria produção de açúcar e de aguardente. *cf.* Silva (2011).

¹⁴⁰ Considerando a hierarquização das exportações do Pará, apresentada anteriormente.

¹⁴¹ Segundo Nelson P. A. Pinto (1980) existem vários trabalhos que analisaram, à época, o caráter predatório da atividade gomífera na Amazônia. Essa condição se agravava em locais onde a *Hevea* apresentava menos produtividade (como por exemplo, na Colômbia e Venezuela), porém o autor aponta o contexto imperialista inerente ao período, onde muitos dos estudos foram encomendados e pensados em Londres, que tinha interesse direto na expansão da oferta de borracha no mercado internacional, uma vez que, demandava muita borracha para suas indústrias.

¹⁴² Em 1866.

imperialista promovida nos EUA por Matthew Fontaine Maury, evidenciando-o mais uma vez como um forte agente do Destino Manifesto, como abordado anteriormente.

Maury buscou, em seu discurso, evidenciar que a cultura superior dos EUA deveria ser expandida para o restante do mundo, principalmente para as localidades mais atrasadas como a Amazônia. Entretanto, nas palavras do próprio Maury (1853, p. 5) a política estadunidense se baseava no comércio e não na conquista de outros países, destacando a visão imperialista do Destino Manifesto, que, como Pinto (1980) salientou, embasou a pressão norte-americana para abertura dos portos da Amazônia para a negação estrangeira.

Em conformidade com essa argumentação Sternberg (1987, p. 1) conclui a visão do papel de Maury como um agente do Destino Manifesto, pontuando que:

The isolation of Amazônia and its persistence as a thinly inhabited economic backwater contributed to one perception of the region as a prize that, by appropriate maneuvering, might be pried loose from the hold of the Portuguese and, later, Brazilians. Among those who so envisioned the region, even while paying lip service to a "policy of commerce," as opposed to a "policy of conquest," was the aforementioned Maury. The period was one in which the idea of "Manifest Destiny" played a significant role in the foreign policy of the United States. Maury threw the full weight of his considerable prestige into a campaign to open the Amazon to international commerce and urged the U.S. Navy to engage in scientific exploration of the river. This proposal was approved, as was Maury's recommendation of a brother-in-law, Lieutenant William Lewis Herndon, to command the expedition.

Nesse sentido a produção de borracha brasileira enfrentou dois grandes choques. O primeiro esteve vinculado diretamente com as políticas imperialistas estadunidenses e principalmente inglesas, que se materializou na transferência da *Hevea Brasiliensis*¹⁴³ para as colônias britânicas na Ásia, principalmente na Malásia, que passaram a produzir em escala, diferentemente do caráter predatório característico da produção amazônica (PINTO, 1980).

A Inglaterra investiu pesado em estudos para compreender o potencial produtivo das diversas espécies que eram usadas para a extração do látex, principalmente para entender a enorme produtividade da Seringueira brasileira (*Hevea Brasilienses*). Segundo Pinto (1980) os britânicos se dedicaram intensamente em aquilatar as características que garantiam a capacidade produtiva da borracha vegetal brasileira.

¹⁴³ O nome científico da espécie botânica, popularmente, conhecida por Seringueira, principal árvore utilizada na extração de látex para a produção da borracha vegetal.

Entre esses estudos destacamos a publicação¹⁴⁴ de Henry Alexander Wickham (WICKHAM, 1908), renomado explorador britânico, que se dedicou a estudar as características da produção brasileira de látex. O autor, integrante do Governo britânico, foi responsável pela introdução e estruturação da produção de borracha nas colônias britânicas na Ásia.

Nelson P. A. Pinto (1980, p. 22) comenta o papel de Wickham na estruturação da produção asiática de borracha, sendo responsável “[...] em 1876, pelo transporte de 70 mil sementes de *Hevea* para o jardim botânico de Kew em Londres [...]”. O autor aponta que este fato não representou uma medida isolada, sendo parte do processo que iniciou com a abertura da Amazônia para a navegação internacional, e conseqüentemente à cobiça europeia, estando vinculadas diretamente às políticas imperialistas.

Desse modo, o mercado internacional aquecido teve como consequência a perda da hegemonia da produção de borracha amazônica. Outro fator importante e que teve grande contribuição para decadência da produção do látex na Amazônia foi a competição com a Inglaterra. O capital inglês elaborou um plano para deslocar e implantar a produção de seringueiras em suas colônias na Ásia e investe na formação de extensas plantações, objetivando o monopólio do látex. Em seguida, os holandeses e franceses também passam a fazer parte da disputa pelo domínio das fontes supridoras dessa matéria-prima (PEREIRA, 2000). A partir daí, encerra-se o segundo “ciclo”, com o estabelecimento da crise da economia extrativista da borracha, expressa em estagnação e decadência regional.

Com a produção asiática organizada, a oferta do produto teve grande aumento, considerando ainda que essa produção era controlada pela principal demandante de borracha no mercado internacional, fica caracterizado o primeiro grande choque da produção gomífera brasileira. Contudo, o Ciclo da Borracha enfrentaria ainda outro duro golpe, com a descoberta da técnica de produção de borracha sintética através de processo de transformação do petróleo (FURTADO, 2005).

Nelson Prado Alves Pinto (1980, p. 24) sintetiza no trecho a seguir, dois períodos principais da produção da borracha vegetal:

[...] O primeiro, que se estendeu até o início do presente século [século XX], foi dominado pelos interesses econômicos ingleses, secundados pelos holandeses e

¹⁴⁴ “*On the plantation, cultivation, and curing of Para Indian Rubber (Hevea Brasiliensis) with an account of its production from the west to the eastern tropics*”.

franceses, e teve seu ponto culminante na transferência do eixo produtor de borracha da Amazônia para o sudeste asiático. O segundo, que se prolongou até o presente, teve – sob o impulso alemão, soviético e norte-americano – como característica principal a crescente substituição da borracha vegetal pela sintética. Neste último movimento, o episódio decisivo foi, sem dúvida, o esforço de guerra norte-americano, entre 1939 e 1945.

Gilberto de Souza Marques (2007, p. 3) sintetiza as características gerais do Ciclo da Borracha, de modo que:

A produção extrativa, por seu esquema de produção e pelo capital que o controlava não levou à internalização da produção, limitou-se, grosso modo, à extração primária e à comercialização, inibindo outros processos produtivos. Quando esta comercialização entrou em crise, em função da ação de cartéis de países centrais e da entrada de concorrentes internacionais que apresentaram preços que desbancaram a produção amazônica, a região foi inserida em profunda crise que se arrastou por décadas.

Ainda assim, a produção regional de borracha permanece como característica da Amazônia durante os anos de 1930 e 1940. Porém, a população local passou a transitar para uma economia agrícola de subsistência. Cardoso e Muller (2008) afirmam que a partir do declínio do ciclo da borracha a dinâmica produtiva da região amazônica se limitou às características extrativistas e coletoras, com a predominância da produção de borracha, castanha, juta e pimenta do reino, com algumas atividades agrícolas, em destaque, a pecuária.

Neste período a economia brasileira passava por uma fase de intensas modificações, com os esforços do Governo em buscar a industrialização da nação. O projeto visava um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado interno, objetivando a consolidação e integração regional. Como expresso no segundo capítulo deste trabalho, o processo de industrialização nacional gerou a concentração produtiva regional em São Paulo. Durante esses primeiros anos de industrialização a integração da Região Norte para com o centro econômico nacional permaneceu muito tímida.

Do ponto de vista de sua trajetória histórica, tem-se que somente após 1930 o país vivenciou o processo de unificação dos mercados. A primeira etapa desse processo ocorre de 1929 a 1960, de caráter mercantil, sediado pelo capital de São Paulo. A segunda etapa deu-se após o Plano de Metas¹⁴⁵, no governo de Juscelino Kubitschek. Isso decorrente principalmente dos investimentos do governo no processo de industrialização e de políticas

¹⁴⁵ No começo de seu governo, Juscelino Kubitschek apresentou ao povo brasileiro o seu Plano de Metas, cujo lema era “cinquenta anos em cinco”. Pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. O plano consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e na indústria.

que apararam a migração do capital produtivo do Sudeste para as regiões periféricas¹⁴⁶, notadamente Norte e Nordeste do país (PACHECO e PATARRA, 1997).

Stella (2009, p. 65) analisa as condições estruturais da Amazônia no período:

A Amazônia permanecia um imenso vazio demográfico, ocupado por pequenos povoados que se ligavam pela navegação e convergiam a dois centros: Manaus, o coração urbano no interior da floresta, e Belém, o elo principal na cadeia mercantil, e porta de entrada e saída da região entre o interior amazônico e a costa litorânea. As cidades se ligavam aos vilarejos pelos rios, formando uma esparsa rede de produção extrativa e de circulação de mercadorias. A conexão com o restante do país era por vias fluviais dentro da bacia amazônica (pequena cabotagem), e marítima costeira (grande cabotagem), que assegurava uma importante parcela das exportações da região.

A região Norte do país começa a ganhar visibilidade com a implantação do Plano de Desenvolvimento Econômico da Amazônia (1946), quando o processo de desenvolvimento e integração regional passa a constar como objetivos do governo.

A economia da borracha permitiu à Amazônia se ligar direta e imediatamente ao andamento das políticas econômicas, isto é, ao esforço da industrialização. O Estado desenvolveu um papel essencial no povoamento e valorização das terras amazônicas, seja através dos planos de desenvolvimento ou através de investimentos em infraestrutura (PACHECO e PATARRA, 1997).

Em 1953, o presidente Getúlio Vargas define algumas das diretrizes do esforço em levar o desenvolvimento para a Amazônia, buscando a valorização econômica da região, estimulando a produção local e a integração comercial com o restante do país. Para a execução deste plano, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), com autonomia administrativa e subordinação direta à Presidência da República. Em consequência a criação da SPEVEA, foi criado o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, com o objetivo de custear a execução das diretrizes traçadas (CARDOSO; MULLER, 2008).

Marques (2007, p. 86) aponta que foi definida, sobre a forma de Lei a área de atuação da SPEVEA, que passaria a comportar uma área maior do que a Amazônia de fato,

¹⁴⁶ A adoção de bases industriais modifica a economia do Brasil. No norte do país, apesar da expansão geral da demanda pela borracha decorrente do desenvolvimento significativo da indústria automobilística mundial, não teve condições tecnológicas e locais suficientes para acompanhar o desenvolvimento referente às demais regiões. A grande distância que separa a região Norte das áreas nucleares da economia brasileira, aliada à densidade e à hostilidade da floresta, inibiu sua ocupação e povoamento por várias décadas.

contemplando também as zonas de transição ambiental, surgindo assim, o conceito de Amazônia Legal:

[...] definiu a Amazônia Legal como a área envolvendo Amapá, Pará, Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia e parte dos estados do Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude sul), Goiás (norte do paralelo 13° latitude sul) e Maranhão (oeste do meridiano 44°).

O Governo passa a olhar com mais atenção às potencialidades da Amazônia e começa a buscar uma mais eficiente atuação, com o objetivo de garantir os interesses nacionais na exploração das capacidades regionais¹⁴⁷ (STELLA, 2009). De modo geral o discurso perpassou pelo ideal de ocupação socioeconômico da Amazônia Legal (MARQUES, 2007).

O início do planejamento regional se deu com a criação da SUDENE¹⁴⁸ em 1959, após a publicação do relatório da GTDN, como exposto no segundo capítulo deste trabalho. A autarquia foi concebida ligada diretamente ao Governo Federal, funcionando (CARVALHO, 2006 p. 9 e 10):

[...] como uma espécie de coordenadora das ações governamentais no Nordeste, à qual as demais instituições federais com atuação na região se remeteriam. Funcionaria, dessa forma, como um organismo responsável pela programação do desenvolvimento regional.

Essa foi a concepção inicial da SUDENE e da política de desenvolvimento regional que foi alterada a partir do golpe militar de 1964. A ideia adotada se baseou no ideal Cepalino de desenvolvimento, onde o processo de industrialização seria o meio para a quebra do ciclo vicioso de pobreza de regiões periféricas, desse modo, buscou-se criar, através dos incentivos fiscais, um sistema de substituição regional de importações¹⁴⁹ (CARVALHO, 2006).

Carvalho (2006) destaca que o sistema de incentivos fiscais para a promoção do desenvolvimento regional se configurou como a principal estratégia utilizada pela SUDENE, mesmo que não tenha sido a única observada. Ao longo dos anos de atuação da

¹⁴⁷ Considerando os recursos naturais, fontes de minérios metálicos, entre outros.

¹⁴⁸ Aqui citamos a criação da SUDENE pelo fato de que a posterior criação da SUDAM foi inspirada no mesmo modelo de desenvolvimento e financiamento, além é claro do fato de que antes da efetiva criação da SUDAM a SUDENE destinou recursos para a Amazônia Legal, através do sistema de financiamento 34/18-FINOR.

¹⁴⁹ Nesse sentido, os incentivos fiscais teriam o papel de substituir as barreiras alfandegárias características do modelo de industrialização por substituição de importações, essa condição se fez necessária pelo simples fato de não ser possível criar barreiras alfandegárias entre diferentes regiões de um mesmo país com mercado integrado.

superintendência¹⁵⁰, o mecanismo fiscal ganhou força nas estratégias adotadas, ao ponto de que, o órgão passou a apenas administrar o processo de concessão dos incentivos.

O sistema de financiamento visava a atração do capital privado para o Nordeste buscando a consolidação de uma cadeia produtiva no local, com ênfase no setor industrial¹⁵¹. O êxito em se firmar um processo de industrialização no Nordeste foi alcançado, mesmo que de maneira concentrada nas capitais dos estados nordestinos, como bem salienta Carvalho (2006). Era objetivo também consolidar um mercado de capitais regional por meio do Sistema 34/18¹⁵², que consistia na principal ferramenta de fomento ao desenvolvimento nordestino.

Com a atuação da SUDENE, na década de 1960 ganha força no contexto nacional as estratégias de desenvolvimento regional, como abordado no capítulo anterior. Em 1964 o sistema de financiamento FINOR 34/18 é estendido à Amazônia Legal visando a atração de indústrias para a região (FEITOSA, 2011). Em 1966 é criada a SUDAM que substituiria a SPEVEA como superintendência responsável pela promoção do desenvolvimento econômico do Norte brasileiro.

Ainda assim, segundo Marques (2007), até a primeira metade do século XX, a Amazônia careceu de uma agenda concreta para o seu desenvolvimento. De fato, não se observou políticas contundentes para a valorização da Amazônia Legal, nem mesmo durante a atuação da extinta SPEVEA. Segundo Cardoso e Muller (2008), a formulação do plano de valorização da região¹⁵³, consistia em esforço de longo prazo e que mereceria grande empenho do Governo Federal, por esse motivo o plano foi remodelado no ano de 1966, se abrindo para os investimentos externos.

A substituição da SPEVEA com superintendência responsável por promover o desenvolvimento econômico da Amazônia Legal, fez parte da constatação de sua, quase total, ineficácia. Marques (2007) aponta a falta de capacidade técnica do órgão em garantir as bases necessárias para promover um processo de crescimento na região. Foi salientado ainda que, de fato, os recursos destinados não foram suficientes nem eficientemente aplicados, somando para o insucesso do Plano de Valorização da Amazônia.

¹⁵⁰ A SUDENE e a SUDAM, foram extintas em 2001, baseado na alegação de corrupção nas gestões das superintendências. *cf.* Carvalho (2006) e *cf.* Lira (2005).

¹⁵¹ Como dito anteriormente, a ênfase na industrialização se apoia na visão Cepalina de desenvolvimento. Entre tanto, Carvalho (2006) salienta que a SUDENE buscou o desenvolvimento dos demais setores da economia.

¹⁵² Carvalho (2006) aponta alguns pontos onde esse objetivo falharam, ao passo que faz uma profunda análise sobre o FINOR e todo o processo de extinção da SUDENE e seus impactos na política de desenvolvimento regional.

¹⁵³ Antes da criação efetiva da SPEVEA.

3.2 Planos de desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

A criação da SUDAM faz parte de um esforço do governo brasileiro em buscar medidas que solucionassem de alguma forma os problemas ocasionados pelo o grande desequilíbrio regional provocado pelo processo de industrialização do país. Como abordado no segundo capítulo deste trabalho considerando a análise da economia regional brasileira com base nos trabalhos de Cano (2007, 2008) Diniz (1993) e Pacheco (1996), foi destacado o processo de concentração produtiva regional no chamado centro-sul brasileiro¹⁵⁴. Esse processo desencadeou uma série de fatores que acabaram por ampliar as desigualdades regionais durante o processo de evolução da industrialização, nesse sentido, ficou claro um relativo atraso das regiões do Norte e Nordeste do país, ocasionado por uma série de fatores *a priori* abordados, como a falta de integração do mercado interno, os grandes vazios populacionais¹⁵⁵ e as grandes distâncias para com o centro da economia nacional e questões estruturais próprias das regiões em questão.

O processo de implantação da SUDAM como agência de promoção do desenvolvimento regional para a Amazônia Legal se baseou nas políticas de desenvolvimento regional formuladas após a publicação do relatório da GTDN elaborado por Celso Furtado que culminou na criação da SUDENE no ano de 1959. Para tal, foi criado um grupo de estudo para compreender a realidade socioeconômica da região, o que ficou conhecido como “Operação Amazônia”, que impulsionou os estudos sobre as reais condições da Amazônia.

Como exposto anteriormente, a concepção da SUDAM como uma superintendência para o desenvolvimento da área da Amazônia Legal apresentou as mesmas bases da criação da SUDENE, no que tange principalmente a forma de atuação¹⁵⁶. Entretanto, é possível notar-se uma modificação do discurso do Estado para a promoção do desenvolvimento regional. Como exposto anteriormente, a partir do golpe militar, é alterado o discurso do Governo brasileiro no sentido de objetivos. O golpe militar deu fim ao discurso desenvolvimentista e passou muito mais a buscar o desenvolvimento da nação por meio da integração e articulação entre as regiões do país

O objetivo do governo fica claro quando observamos o discurso utilizado na elaboração dos planos de desenvolvimento propostos para a SUDAM durante as décadas de

¹⁵⁴ Mais especificamente no estado de São Paulo.

¹⁵⁵ Principalmente no que se refere a Região Norte.

¹⁵⁶ Assim como a SUDENE, a SUDAM possuía autonomia para a criação de incentivos fiscais e destinação de recursos.

1970 e 1980, e que serão apresentadas nos itens a seguir deste capítulo. De fato objetivava-se povoar e integrar a dinâmica produtiva da área da Amazônia Legal com o restante do país para assim conseguir levar desenvolvimento para o Norte brasileiro (SUDAM, 1967).

A SUDAM foi criada em um momento de recuperação da crise proveniente do Plano de Metas de JK, onde na primeira metade da década de 1960 as instabilidades econômicas e políticas culminaram no Golpe Militar de 1964. O processo de estabilização da inflação após a reforma monetária apresentada pelos militares¹⁵⁷, e o “milagre econômico” marcaram a segunda metade da década.

O contexto de criação da SUDAM se consolidou na crítica do modelo de desenvolvimento proposto para a Amazônia pela SPEVEA, bem como na ineficiência das políticas propostas até então. Lira (2005, p. 96) argumenta que o projeto iniciado pela “Operação Amazônia”¹⁵⁸

[...] constitui-se na substituição do BCA pelo Banco da Amazônia – BASA (Lei nº 5.122, de 28/09/1966), na substituição da SPEVEA pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (Lei nº 5.173, de 27/10/1966), na ampliação dos incentivos fiscais para a região¹⁵⁹ (Lei nº 5.174, de 27/10/1966), e na criação da Zona Franca de Manaus (Dec-Lei nº 288, de 28/10/1966).

Esse foi o ponto de partida para as políticas de desenvolvimento regional que se sucederam, e embasaram a formulação dos planos econômicos da Amazônia que serão discutidas *à posteriori* neste capítulo.

Segundo Brianezi (2013) o projeto de criação da Zona Franca de Manaus, como um meio de integração da Amazônia, foi inicialmente proposto em 1951, pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva que viria a ser reforçado, e de fato posto em prática, pelos militares ao fim da década de 1960, buscando romper com a estagnação econômica da região desde o declínio do Ciclo da Borracha. O objetivo era criar uma área de livre comércio com a articulação entre indústria, agropecuária e comércio, por meio de incentivos fiscais com prazos determinados, que junto com a política de exportações de produtos industrializados caracterizava a ZFM em um modelo de Zonas de Processamento de Exportações¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Como apontado no segundo capítulo deste trabalho.

¹⁵⁸ Denominação do grupo de estudos responsável pela remodelação do planejamento econômico amazônico.

¹⁵⁹ Ampliação no sentido de buscar políticas públicas específicas para a Amazônia, não mais como uma extensão do mecanismo de financiamento 34/18 do FINOR da SUDENE, característica da intervenção estatal na região até a efetiva criação da SUDAM, como discutido anteriormente.

¹⁶⁰ O modelo de Zonas de Processamento de Exportações foi uma política de incentivo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi), com o objetivo de fomentar a industrialização em

José Seráfico e Marcelo Seráfico (2005) apontam para o momento internacional ao qual a “Operação Amazônia” foi estruturada, com a Guerra Fria e o processo de descentralização industrial. Os militares buscaram o alinhamento com os Estados Unidos, ao passo que, existiu um forte teor nacionalista no discurso de desenvolvimento da Amazônia, buscando a ocupação do território e a garantia de infraestrutura para a atração de capital e mão de obra para a região.

A ZFM foi concebida como uma área de grande influência regional, que tentaria ampliar o grau de acumulação capitalista na Amazônia brasileira. Dentre os diversos pontos que o projeto propunha, era objetivo a efetivação de um polo industrial em Manaus¹⁶¹, estímulo a agropecuária e comércio regional com uma ampla zona de influência.

Segundo Lira (2005) os incentivos fiscais destinados à SUDAM se caracterizaram como medidas para o fortalecimento da capacidade produtiva da região por meio da dedução tributária¹⁶² aos investidores que desejassem destinar parte de seu faturamento para os fundos de financiamento regionais¹⁶³. O principal mecanismo de concessão de incentivos fiscais se constituiu no FINAM que, funcionava, segundo Lira (2005, p. 178):

O FINAM [Fundo de Financiamento da Amazônia] foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974, tendo os seus recursos aplicados sob a forma de subscrição de ações, e de participação societária em empresas que fossem consideradas aptas pela SUDAM. De acordo com esse Decreto-Lei, as empresas privadas poderiam reduzir até 50% do IRPJ para o FINAM, podendo o optante contribuinte ter as suas quotas convertidas em títulos pertencentes ao fundo, ou seja, em projetos de terceiros (Art. 17), ou aplicar em projetos próprios o equivalente ao valor dos seus certificados de aplicação de propriedade (Art. 18). A operação desse Fundo teria que ocorrer pelo BASA, com a supervisão da SUDAM e Também da EMBRATUR e do IBDF, visto que parcelas do Fundo comporiam, outrossim, os recursos dos fundos de investimentos setoriais.

O outro mecanismo de políticas públicas de concessão de incentivos fiscais, utilizado no caso específico da ZFM, se caracterizava como medidas para a compensação de desvantagens comparativas à produção em relação ao centro econômico brasileiro, principalmente no setor industrial, com estruturação de uma área de livre comércio de importações e exportações, reduzindo custos de produção (LIRA, 2005).

localidades atrasadas economicamente, ou na periferia mundial, como tratamos neste trabalho os países em desenvolvimento (BRIANEZI, 2013).

¹⁶¹ O chamado Polo Indústria de Manaus (PIM)

¹⁶² Redução do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ).

¹⁶³ No caso específico da Amazônia, o Fundo de Financiamento da Amazônia (FINAM), bem como o Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Baptista (1987) destaca três fases iniciais de relevância para a ZFM. A primeira, que esteve em vigor entre os anos de 1967/1972, consistiu no período de implantação do modelo de desenvolvimento proposto, ainda sem a observação de um processo de industrialização¹⁶⁴. A segunda fase correspondeu ao período entre os anos de 1972-1976, onde se observou a efetivação do Polo Industrial de Manaus (PIM), com a instalação de diversas indústrias do ramo de matérias eletrônicas, em quase sua totalidade de empresas estrangeiras.

Esse processo de desnacionalização da indústria é apontado por Baptista (1987, p. 386) como determinante para o tipo de produção observado na ZFM, que com a ausência de barreiras para a entrada do capital estrangeiro caracterizou a indústria manauara como uma mera montadora de “kits” com tecnologia estrangeira.

A terceira fase, que é expressa entre os anos de 1976-1982, consistiu em um período onde o governo buscou medidas para garantir um grau de nacionalização da produção da ZFM, com a adoção de quotas para importação de insumos. Entretanto, Baptista (1987) salienta que tal medida demorou em ganhar força, principalmente pelo fato da ausência de um mecanismo de controle e fiscalização do cumprimento das quotas estabelecidas, obrigando o Governo a promover um esforço para alcançar os objetivos ao fim da década de 1980.

Ainda assim, mesmo com certo êxito em controlar as importações, a indústria manauara permaneceu com sua essência, que Baptista (1987, p. 391) definiu como: “[...] uma indústria fundamentalmente montadora, fortemente dependente de importações e, principalmente, caracterizada por um elevado grau de dependência tecnológica com relação ao exterior.”.

Dado esse contexto, agora analisaremos os planos de desenvolvimento da Amazônia propostos pela SUDAM, durante as décadas de 1960, 1970, 1980 e início dos anos 90. Desse modo, pretendesse levantar os discursos de desenvolvimento pensado para a Amazônia brasileira e a Região Norte do país.

3.2.1 Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971)

Essa seção tem por objetivo realizar uma análise da perspectiva de desenvolvimento planejado para a região da Amazônia contido no relatório do Plano Quinquenal de

¹⁶⁴ O primeiro projeto industrial só foi apresentado no ano de 1970, e consistia em uma indústria do ramo de equipamentos eletrônicos.

Desenvolvimento 1967-1971 (1967). Buscaremos uma análise pontual a partir dos apontamentos contidos no relatório.

A SUDAM foi criada através da Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966, visando a ampliação dos projetos de desenvolvimento regional para a área da Amazônia Legal¹⁶⁵. Os planos de desenvolvimento da região buscaram elaborar um diagnóstico preliminar sobre a situação econômica e social do Norte brasileiro visando subsidiar teórica e empiricamente as tomadas de decisões para o desenvolvimento (SUDAM, 1967).

Visando uma estratégia de desenvolvimento contínuo para a Amazônia Legal, a partir da criação da SUDAM, elaborou-se o Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), que consiste em um plano de desenvolvimento global, buscando investir na infraestrutura e em todos os ramos produtivos (Agropecuária, indústria e comércio) buscando a integração interna do Norte, bem como com as demais Regiões do país. Em suma, o plano é caracterizado com uma estrutura de planejamento, permitindo uma contínua revisão e progressiva diferenciação.

O plano global de desenvolvimento foi gerido a partir de uma conceituação teórica que visava de certo modo o processo de crescimento econômico por meio da indução e transferência de capital. O objetivo era buscar o desenvolvimento socioeconômico com a ocupação mais efetiva e a ampliação da circulação de renda por meio dos incentivos à produção local e crescimento da atividade econômica, amparado na abundância da oferta de recursos naturais característica da região.

Segundo Marques (2007) a centralidade do Plano perpassou pela ideia de se promover uma industrialização substitutiva de importações na Amazônia Legal, em referência ao centro econômico brasileiro. Essa condição expressava os desejos do empresariado local. O autor assim aponta que de fato existia certa continuidade no discurso da SUDAM em relação ao observado na SPEVEA, porém, o grande problema de atuação, foi a diminuição gradativa dos investimentos repassados à instituição.

O plano em si buscou compreender uma série de fatores para a aplicação das políticas de desenvolvimento regional, considerando o fato da inexistência de barreiras em relação às demais regiões do país que podem inibir o pleno desenvolvimento de um setor industrial

¹⁶⁵ Modificando o modo de atuação das políticas de desenvolvimento regional promovidas pelos incentivos da SPEVEA e da SUDENE. O objetivo agora é buscar medidas considerando o caráter específico da região da Amazônia Legal.

competitivo com o centro econômico, bem como a observação dos impactos dos ciclos econômicos que com a tendência à especialização de economias regionais acabam por tornar regiões menos desenvolvidas mais sensíveis às oscilações de oferta e demanda de bens e serviços. Considera ainda o dualismo econômico da região com uma produção de baixa produtividade de cunho extrativista no meio rural, em contraste com a produção concentrada nas zonas urbanas com maior produtividade e capital social. Ademais, leva-se em consideração a necessidade de polarização do desenvolvimento, no sentido de que existe a necessidade de se concentrar capital nas áreas mais desenvolvidas para se consolidar um capital industrial.

3.2.2 Diagnóstico das condições socioeconômicas da Região Norte, segundo o Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971.

O plano de ação partia do diagnóstico sucinto de que a Região Norte consiste em uma extensa área (com 42,07% de todo o território brasileiro) e pouco populosa, ou seja, de baixa densidade demográfica como pode ser observado na tabela 3.3 que compara a concentração populacional das regiões do Brasil.

Tabela 3. 3. BRASIL E REGIÕES: Área, população e densidade demográfica das regiões do Brasil.

Região	Área		Pop. 1966 (estim.)		Densidade Hab/Km ²
	Km ²	%	1.000 Hab.	%	
- Norte	3.581.180	42,07	3.153	3,72	0,88
- Nordeste	965.652	11,34	17.794	21,01	18,43
- Leste	1.260.057	14,80	28.950	34,19	22,98
- Sul	825.621	9,70	30.906	36,50	37,43
- Centro-Oeste	1.879.455	22,08	4.121	4,87	2,19
Brasil	8.511.965	100,00	84.679	100,00	9,95

Fonte: SNR e CNG *apud* Sudam 1967

Devemos considerar ainda que a população do Norte passou a se concentrar em alguns centros urbanos (Manaus – AM e Belém – PA), deixando grandes vazios populacionais. Em estimativa da SUDAM, no ano de 1966 a população urbana representava cerca de 40% da

população total e vinha demonstrando um processo de êxodo rural¹⁶⁶. Ainda assim devemos considerar um caráter de ocupação da fronteira territorial.

No que tange a produção, foi constatado ainda um grande impacto do extrativismo na produção local, apesar da diminuição de sua importância nas décadas de 1950 e 1960. Apesar do aumento do número dos estabelecimentos industriais, ainda observa-se uma produção incipiente com pouca absorção de operários no setor e com baixo crescimento dos salários pagos¹⁶⁷. Apesar de incipiente, é possível observar uma evolução na utilização da força motriz nas indústrias da região, caracterizando um aumento do capital empregado no setor. Constatou-se também que os salários médios pagos aos operários foram maiores dos que observados nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, porém ainda representando cerca da metade dos salários médios praticados no centro sul brasileiro como pode ser observado na tabela 3.4.

Tabela 3. 4. BRASIL E REGIÕES: Censo industrial, variações percentuais entre 1950 e 1960.

Região	Variação 1960/1950 (%)			Participação dos salários (%)				Operários (%)	
	Nº Estab.	Operários Ocupados	Força Motriz	Valor da Produção		Valor da Transformação		Força Motriz	
				1950	1960	1950	1960	1950	1960
- Norte	47,0	26,0	54,0	11,0	9,6	22,3	16,1	0,45	0,37
- Nordeste	20,0	-17,0	46,0	9,2	7,4	20,7	18,1	9,66	0,37
- Leste	21,0	15,0	53,0	10,6	10,0	23,8	20,2	0,42	0,32
- Sul	38,0	47,0	122,0	10,4	8,2	23,2	18,2	0,41	0,27
- Centro-Oeste	153,0	114,0	285,0	5,0	6,3	14,0	14,4	0,57	0,32
Brasil	32,0	28,0	93,0	10,3	8,6	23,1	18,7	0,44	0,29

Fonte: SNR *apud* SUDAM, 1967.

Nota: Salientamos que a divisão política do território nacional na época considerava o estado de São Paulo como integrante da Região Sul, e a Região Leste com os Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro Minas Gerais e Sergipe.

Sendo assim foi diagnosticada uma série de fatores que geraram barreiras para o pleno desenvolvimento da região da Amazônia Legal. De forma sucinta, o plano de desenvolvimento quinquenal apontou problemas de ordem Geográfica, Social, Econômica e institucional.

¹⁶⁶ Ainda que de maneira tímida.

¹⁶⁷ Adiante aprofundaremos essa discussão, observando o processo de evolução do setor industrial no Norte brasileiro.

No campo geográfico, foram constatados dois problemas fundamentais: 1) o primeiro consistia na extensão física e na dispersão dos núcleos populacionais, ao ponto de que os investimentos deveriam considerar uma extensa área de atuação o que poderia gerar problemas, no sentido de que a SUDAM deveria buscar a equidade da região como um todo. Buscando solucionar tais entraves o plano de desenvolvimento traçou como diretrizes a eficiente delimitação de polos ou faixas de desenvolvimento em toda a Amazônia Legal, buscando concentrar investimentos para consolidar regiões de crescimento. Ainda considerava a necessidade de revisão do conceito de Amazônia Legal, para que esta coincidissem ao máximo com as delimitações da Região Norte, com o objetivo de facilitar a apuração de dados e políticas econômicas¹⁶⁸.

Ainda no campo dos problemas geográficos, o plano de desenvolvimento aponta o desconhecimento do real potencial da utilização dos recursos naturais da região. Para sanar esse problema foi levantada a necessidade de se investir no estudo das fontes de recursos naturais, bem como, no real potencial econômico de cada recurso encontrado.

Na área social foram considerados dois pontos fundamentais que merecem maiores cuidados. Primeiramente a escassez de recursos humanos para a ocupação das fronteiras econômicas e geográficas. Assim, objetivava-se facilitar as correntes migratórias qualificadas para os diversos setores da economia, bem como o treinamento da mão de obra, a conscientização da população local para o projeto de desenvolvimento proposto para a região e a promoção do intercâmbio técnico, empresarial, profissional e científico de outras áreas do país e do exterior. Em segundo, considerava-se ainda a necessidade de concentração demográfica, para ser possível o melhor atendimento da população local em questões como educação e saúde, facilitando ainda a oferta de mão de obra nas cidades.

Na área econômica foram diagnosticados quatro problemas fundamentais para o desenvolvimento de setor produtivo na Amazônia Legal. Primeiramente levaremos em consideração o dualismo econômico característico da região como exposto anteriormente. Assim foi recomendado o apoio técnico para as comunidades extrativistas com vistas a integrar essas atividades ao comércio local, ao passo que se buscasse um esforço para reduzir cada vez mais a participação do extrativismo na dinâmica produtiva regional.

¹⁶⁸ No plano de desenvolvimento foram consideradas as vantagens que algumas regiões da Amazônia Legal possuem dada sua posição geográfica, por exemplo, o norte do Mato Grosso possui maior proximidade para com o Centro-Sul brasileiro e portanto possui maiores possibilidades de se integrar com a dinâmica produtiva do centro econômico brasileiro.

O segundo ponto abordado pelo relatório consiste na observação da precariedade da infraestrutura local para o atendimento das necessidades de transporte, comunicação e energia dos dispersos núcleos populacionais e para com o restante da economia brasileira. Neste sentido, o plano busca as seguintes diretrizes centrais: 1) promover a equidade dos investimentos nos diversos meios de transportes possíveis de serem utilizados na região e que deste modo busque o maior benefício geral para a área da Amazônia Legal; 2) priorizar as vias de comunicação entre os polos de crescimento dentro da Região Norte, bem como a interligação entre a Amazônia Legal e o restante do país; 3) investimento no aparelhamento dos portos e demais instalações de acostamento de embarcações e em recursos de apoio a navegação; 4) investimentos em geração de energia elétrica deveriam favorecer a criação de sistemas hidroelétricos¹⁶⁹ isolados que servissem a polos de desenvolvimento e abrissem perspectivas para a exploração dos potenciais do interior; 5) a implantação do sistema de telecomunicações deveria obedecer aos princípios de realidade tarifárias, com o intuito de atenuar os problemas de isolamento, principalmente dos núcleos populacionais.

O terceiro ponto levantado correspondia à precariedade de abastecimento de produtos agropecuários aos núcleos populacionais, bem como na dificuldade de escoamento das safras, somado ainda às dificuldades de aplicação dos investimentos e falta de assistência aos produtores. Assim o plano apontava as seguintes diretrizes para o segmento: 1) aparelhar e proporcionar recursos aos órgãos de fomento, defesa e extensão agropecuária para subsidiar o desenvolvimento da agropecuária da região; 2) estimular os órgãos públicos e a iniciativa privada para o melhoramento do transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos.

O quarto e último ponto de preocupação levantado pelo plano de desenvolvimento corresponde ao estímulo a atividade industrial da região, a síntese do problema é expresso no seguinte trecho do documento: SUDAM (1967, p. 34)

A industrialização da Amazônia encontra obstáculos na pequena dimensão do mercado local e no afastamento dos demais mercados. Somente onde as vantagens de proximidade as fontes de matérias primas ou a mercados externos igualmente afastados dos demais centros de suprimento torna econômica a produção local, é que tem se desenvolvido as indústrias de maior porte, em escala proporcional aos recursos da região ou mesmo, em alguns casos, com a implantação de uma infraestrutura própria. A singularidade das indústrias de maior porte e a predominância de pequenos estabelecimentos – muitos deles em bases semi-

¹⁶⁹ Na década de 1970 se intensifica o projeto brasileiro de investimento em geração de energia hidroelétrica em face da crise internacional do petróleo que aumentou muito o preço do produto no mercado internacional, essa medida visou diminuir a necessidade de consumo do petróleo como matriz energética utilizada na indústria e diminuir custos de produção.

artesanal e quase todos com baixos coeficientes de compras locais de produtos manufaturados – se traduz na reduzida dimensão do mercado de bens industriais e no fraco poder germinativo da indústria local. O espírito empresarial da Amazônia só agora se volta para a indústria e deve ser orientado para empreendimentos de sólida justificativa econômica, afim de poder competir com a maior experiência industrial das demais regiões do país. Igualmente o aparelhamento educacional da região necessita orientar-se para o atendimento das necessidades profissionais, tecnológicas e científicas da indústria.

Desse modo fica evidente o esforço da SUDAM em buscar o desenvolvimento industrial na região por meio da indução ao aparecimento de cadeias produtivas inseridas na dinâmica produtiva local, que, de alguma forma se integrasse à dinâmica produtiva nacional, bem como se utilizasse da oferta de recursos naturais existentes¹⁷⁰.

Com o objetivo de desenvolver a atividade industrial, o plano de desenvolvimento delimitava as seguintes diretrizes: 1) promover a modernização e a expansão das indústrias de mercado local, mediante crédito e assistência técnica ao industrial; 2) promover a implantação de novas indústrias de mercado nacional e internacional que pudessem se apropriar das fontes de matérias primas locais, especialmente aquelas com alto coeficiente de insumos provenientes dos demais setores da economia local e elevado poder germinativo de novas indústrias; 3) estudar a criação de complexos econômicos estruturados sobre indústrias básicas de alto poder multiplicador; 4) promover a implantação de indústrias médias ou pequenas, de alto valor adicionado local, para beneficiamento de matérias primas exportadas; 5) promover a criação de mentalidade industrial na Amazônia mediante orientação do sistema educacional para a moderna tecnologia.

No campo institucional, foram elencados dois problemas principais. Primeiramente foi observada a insuficiência da iniciativa privada em gerir os investimentos necessários e a falta de espírito empresarial da população local. Em segundo caso foi apontada a falta de integração da economia amazônica para com o restante do país, bem como na baixa atuação dos órgãos governamentais na região. Para solucionar tais problemas, o plano buscava promover e financiar a elaboração de projetos e programas para novos empreendimentos, assumir a iniciativa pioneira de empreendimentos econômicos de grande alcance para a região e acompanhar a execução de todos os projetos ligados ao desenvolvimento econômico da Amazônia.

¹⁷⁰ Essa preocupação se traduz na aparição da cadeia produtiva da transformação da madeira no Pará e nos complexos agroindustriais, que serão discutidos em outro momento deste trabalho.

Buscava ainda promover o aparelhamento de sua economia bem como o fortalecimento da estrutura social e política que a integram ao restante do país, promovendo a atuação dos órgãos federais na Amazônia. Promover ainda a estruturação do órgão responsável pelo planejamento de Valorização da Amazônia, capacitando as estruturas sociais.

Em parte, algumas destas diretrizes apresentadas pelo 1º plano de desenvolvimento quinquenal já tinham sido defendidas pelos órgãos que buscavam a valorização da Amazônia assim como pela extinta SPEVEA. Contudo após a criação da SUDAM algumas dessas diretrizes foram revisadas e aprofundadas, consolidando a formulação do plano em si.

Desse modo o plano quinquenal de desenvolvimento traça oito objetivos globais para induzir o processo de desenvolvimento. Esses objetivos estão divididos em dois grupos, o primeiro grupo está ligado diretamente ao crescimento econômico e as alterações estruturais da região. Esse grupo foi chamado de Grupo Endógeno e abarcava as seguintes estratégias: 1) Crescimento do produto interno bruto real; 2) Crescimento do consumo “per capita”; 3) Alteração da estrutura da economia e 4) Criação de empregos.

No campo do crescimento do PIB real, o documento da SUDAM (1967) aponta que segundo a análise da evolução dos indicadores econômicos o PIB da região amazônica cresceu entre as décadas de 1950 e 1960 acima dos índices do país, contudo, chamamos a atenção para a observação de que o próprio caráter de atraso da região Norte possibilita esse quadro principalmente ao considerar o quadro estrutural da região, que consistia em uma economia de subsistência. Podemos perceber essa condição ao analisar a estrutura do PIB regional para o período nas tabelas 3.5 e 3.6.

Observamos que o setor primário, apesar de ter crescido menos que o setor secundário (8,7% no setor primário, contra 11,9% no setor secundário) permanecia como a estrutura de maior relevância para a dinâmica produtiva regional, participando com 42,1% do produto gerado para o período. O setor terciário possui grande relevância para a dinâmica produtiva regional, destacando o papel do comércio para o resultado.

Tabela 3. 5. AMAZÔNIA: Economia Amazônica 1962.

Setor	1962 - % PIB			Crescimento Amazônia 1952 - 1962 (%)
	Amazônia	Brasil	São Paulo	
- Primário	42,1	29,0	21,0	8,7
- Secundário	16,6	27,8	34,0	11,9
- Terciário	41,3	43,2	45,0	5,4
Totais	100,0	100,0	100,0	8,2

Fonte: MONTOR¹⁷¹ - DEPLAN/SUDAM *apud* SUDAM, 1967.

Ao olharmos para a estrutura de setores desagregados observamos que o setor primário apresenta forte participação da produção agropecuária (30,8% em 1962) e que seu crescimento projetado para o ano de 1971 será acelerado, consolidando-a como a atividade de maior relevância na Amazônia com 38,4% da PIB interno. Podemos ainda constatar a grande participação do extrativismo na dinâmica produtiva da região amazônica, porém, observa-se que o objetivo do plano é de diminuir a importância desta atividade para o contexto da dinâmica produtiva regional, dado sua baixa projeção de crescimento.

Tabela 3. 6. AMAZÔNIA: Projeção da economia Amazônica 1971.

Setores	Setores desagregados	1962 % PIB		Crescimento Amazônia (%)		Estrutura 1966 PIB (%)	Crescimento 1967/1971 (%)	Estrutura 1971 PIB (%)
		Amazônia	Brasil	1952/ 1962	1962/ 1966			
1°	- Extrativo	11,3	1,8	2,6	3,5	9,6	1,7	6,7
	- Agropecuário	30,8	27,2	11,0	11,2	34,7	11,5	38,4
2°	- Indústria	16,6	27,8	11,9	8,2	16,6	11,9	18,7
3°	- Comércio	15,6	12,2	8,4	8,2	15,6	5,4	13,0
	- Governo	8,3	7,4	3,5	5,4	7,6	9,1	7,5
	- Outros serviços	17,4	23,6	3,6	5,4	15,9	9,1	15,7
	Totais	100,0	100,0	8,2	8,2	100,0	9,4	100,0

Fonte: MONTOR - DEPLAN/SUDAM *apud* SUDAM, 1967.

Esse quadro estrutural reforça ainda mais o discurso da SUDAM em buscar alterar a estrutura produtiva da região, que se encontrava em condições de subdesenvolvimento, com

¹⁷¹ A sigla MONTOR significa Montreal Organização Industrial e Economia S/A, empresa contratada pela SUDAM para fazer estudos acerca da economia da Amazônia Legal.

grande participação de atividades extrativistas e de subsistência, característica que contribuiu fortemente para o dualismo produtivo da região. Com a ampliação da participação dos setores dinâmicos na composição do PIB regional, a tendência esperada era a ampliação da oferta de empregos e de aumento da circulação de renda.

O outro grupo de atuação¹⁷² foi denominado de Grupo Autônomo e consiste em uma série de esforços que independem da formulação de políticas econômicas do Grupo Endógeno. Dentre as medidas destacam-se o estímulo à exportação com o objetivo de diminuir ou atenuar os constantes déficits na balança comercial da região amazônica. A criação de infraestrutura social e econômica mediante investimentos autônomos. O levantamento dos reais potenciais de recursos naturais da região e a garantia da ocupação efetiva da Amazônia Legal, nas áreas prioritárias para fins de desenvolvimento, colonização e segurança nacional.

3.2.3 Estratégias de investimento

Dado o diagnóstico mostrado pelo Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971, agora mostraremos de qual maneira foi elaborada a estimativa da captação e aplicação de recursos para se alcançarem os objetivos globais e setoriais desejados para a Amazônia Legal.

O processo de estimação dos valores investidos se utilizou do modelo de crescimento econômico de Harrod-Domar, como pode ser observado no trecho à seguir do documento da SUDAM (1967, p. 61):

A estimativa de investimentos globais a serem realizados na Amazônia Legal, quer pelo setor público quer pelo o setor privado, a fim de serem cumpridos os objetivos globais de crescimento estabelecidos para o quinquênio 1967-1971, foi feita pela aplicação do modelo macroeconômico do tipo Harrod-Domar, mediante o uso de relações capital-produto estipuladas para o conjunto da economia regional. Os valores das relações capital-produto (Conhecidas internacionalmente por ICOR, iniciais de "Incremental Capital-Output Ratio) baseou-se em uma análise de crescimento da economia da Amazônia entre o período de 1953-1962, que indicou uma taxa histórica de 2,8 : 1 (e PAEG para 1965-1966 admitia para o Brasil o valor de 2,5 : 1). Algumas razões tendem a aceitar valores mais baixos de ICOR para o desenvolvimento da Amazônia (as altas taxas de crescimento agropecuário e de indústrias leves), outras levam a adotar valores mais elevados (a necessidade de investimentos pesados de infraestrutura econômica e social em face do desempenho da região). Assim, as projeções de investimentos consideraram dois valores para ICOR no período 1967-1971: o valor de 2,5, para investimentos autônomos moderados nos setores de infraestrutura, e o valor de 3,0, considerando um esforço mais intensivo de formação de capital social na região.

¹⁷² Os grupos de atuação foram as frentes de planejamento destacadas para se cumprir os objetivos traçados pelo Plano.

Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, o modelo de crescimento do tipo Harrod-Domar consiste em uma simples formulação teórica com base na evolução da teoria keynesiana. A concepção do modelo busca estimar investimentos necessários para se alcançar uma projeção de crescimento pré-estipulada, com base na relação capital-produto. Tal concepção teórica foi alvo de intensas críticas da escola neoclássica, por não ser capaz de considerar a substituição de fatores de produção no longo prazo, portanto, seria o mesmo que dizer que a função produção permaneceria constante. Segundo Bresser-Pereira (1975) essa observação não está totalmente correta, e propõe uma análise acerca do debate, mostrando que o modelo Harrod-Domar suporta a substituição de trabalho por capital.

Devemos considerar, entretanto, as limitações metodológicas que a aplicação de uma análise por modelo possui. Isso se dá principalmente dadas os pressupostos por traz da argumentação teórica que, no caso, não incorporam as características particulares da localidade em questão.

A partir da concepção teórica exposta, foi estimado o aporte de capital necessário para manter o crescimento da atividade econômica na região da Amazônia Legal. Como pode ser visto na tabela 3.6, considerando o ICOR de 2,5 a necessidade de captação de recursos externos correspondia ao valor de 1.249 Bilhões de Cruzeiros, que representa 41,8% do total que deveria ser investido entre os anos de 1967-1971. Ao considerar o ICOR de 3,0, o valor de recursos externos necessários passa a corresponder 1.845 Bilhões de Cruzeiros que representa 51,5% do total de investimentos necessários.

Assim, foram estipuladas as metas de investimento necessário por setor produtivo, os objetivos expressos condiziam com as necessidades de cada setor, e assim determinou-se o incremento de cada atividade no produto interno da região. Todas as previsões de investimento setorial podem ser observadas na tabela 3.7, que mostra a expectativa de recursos induzidos.

Tabela 3. 7. AMAZÔNIA: Investimento setorial induzido para 1967-1971.

Setor	PIB 1966 (%)	PIB 1971 (%)	ICOR setorial	Invest. setorial (%)
- Extrativismo	9,6	6,7	0,2	0,2
- agropecuário	34,7	38,4	1,5	36,9
- industrial	16,6	18,7	3,0	36,9
- comércio	15,6	13,0	0,1	0,5
- governo	7,6	7,5	0,1	0,4
- outros serviços	15,9	15,7	3,0	25,2
Total	100	100	1,83	100,0

Fonte: MONTOR - DEPLAN/SUDAM *apud* SUDAM, 1967. Elaboração própria

Observamos que no que tange a atividade extrativista os baixíssimos investimentos programados condizem com a estratégia da SUDAM em reduzir gradativamente sua participação na dinâmica produtiva regional e pelo fato da baixíssima necessidade de investimento tecnológico, salvo poucas exceções. O maior aporte de recursos iria se concentrar nas atividades agropecuárias e industriais, que buscaram cada vez mais a utilização de níveis tecnológicos na produção agrícola¹⁷³, ao passo que, no setor industrial se propunha investir tanto em indústrias leves como pesadas.

No campo correspondente a outros serviços, foram considerados os grandes investimentos em serviços de energia elétrica, transportes e comunicações, que visavam tanto dar base de sustentação ao crescimento das atividades produtivas, como aparelhar a região para o aumento populacional necessário para o desenvolvimento econômico. Esse aporte de investimentos corresponde ao montante de capital endógeno que deveria ser aplicado para a consolidação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971. É importante salientar que esses investimentos correspondem ao total de recursos endógenos e que existia a necessidade de se estimular os investimentos autônomos para evitar o surgimento de pontos de estrangulamentos estruturais, que ameaçariam o colapso econômico regional¹⁷⁴. Desse

¹⁷³ Superior ao implantado em outros países subdesenvolvidos (por exemplo, a Índia) onde se aplicou o mesmo modelo teórico de crescimento econômico (Harrod-Domar). O objetivo de tal medida é contornar os gargalos e entraves observados nessas economias.

¹⁷⁴ Essa observação é bastante clara no próprio discurso presente no relatório do Plano Quinquenal de Desenvolvimento (SUDAM, 1967), que busca aprender com as experiências observadas da aplicação do modelo Harrod-Domar em países subdesenvolvidos.

modo, é compreensível a adoção de valores de ICOR (2,5 e 3,0), superiores ao mostrado na tabela 3.7, que foi estimado na ordem de 1,87.

Já em relação aos investimentos autônomos, foi determinado um montante de capital necessário para qualificar a infraestrutura econômica e social da região, a princípio, o plano de desenvolvimento não considerava a aplicação de recursos autônomos diretamente nos setores produtivos, principalmente por constatar a necessidade de se criar antes um ambiente favorável para a atividade econômica¹⁷⁵.

O plano de desenvolvimento considerava a ainda a necessidade de manter o planejamento proposto em constante adequação aos problemas e necessidades observadas ao longo dos anos. Assim a utilização dos recursos autônomos deveria ser absorvida de acordo com o próprio desenvolvimento da região.

De modo geral, a distribuição de recursos autônomos deveria corresponder a dois fatores básicos: 1) devido a consolidação dos programas setoriais já determinados pela SUDAM e o órgãos do governo em execução durante os anos de 1967-1971; 2) e a alocação de recursos mediante a análise das relações Inter setoriais.

Dadas essas necessidades apontadas pelo Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971 estipulou-se o aporte de investimentos totais necessários, demonstrando as divisões de investimento pelos setores definidos. A quantidade de capital destinado a cada área de atuação do plano de desenvolvimento foi determinado a partir dos objetivos previamente estipulados. Na tabela 3.8 é apresentada a divisão de investimento (Totais, endógenos ou induzidos, e autônomos) por cada área de atuação considerando o ICOR de 2,5. Na tabela 3.9 é apresentada a mesma divisão de recursos considerando o valor de ICOR de 3,0.

¹⁷⁵ No que foi citado anteriormente como a necessidade de se criar um instinto empreendedor nos empresários da região.

Tabela 3. 8. AMAZÔNIA: Quadro geral dos investimentos considerando ICOR de 2,5 (Valores relativos).

Setor	Investimento Global (%)			Investimento Anual (%)				
	Invest. Induzido	Invest. Autônomo	Invest. Total	Invest. 1967	Invest. 1968	Invest. 1969	Invest. 1970	Invest. 1971
- Extrativismo	0,16	-	0,11	0,10	0,11	0,10	0,11	0,11
- Agropecuário	36,89	-	24,39	24,37	24,35	24,34	24,44	24,43
- Industrial	36,89	-	24,39	24,37	24,35	24,34	24,44	24,43
Total setor produtivo	73,94	0,00	48,89	48,85	48,80	48,78	48,99	48,97
- Abastecimento	-	5,00	1,69	1,69	1,69	1,70	1,70	1,68
- Comércio	0,46	-	0,30	0,31	0,29	0,31	0,31	0,29
- Governo	0,40	-	0,27	0,25	0,26	0,27	0,28	0,28
- Outros serviços	0,46	-	0,30	0,31	0,29	0,31	0,31	0,29
Total setor serviços	1,32	5,00	2,56	2,56	2,54	2,59	2,59	2,54
- Transportes	13,67	35,01	20,90	20,91	20,94	20,92	20,72	21,01
- Energia	8,04	15,00	10,40	10,39	10,41	10,41	10,40	10,39
- Comunicações	1,37	5,00	2,60	2,60	2,60	2,60	2,60	2,60
- Recursos naturais	-	10,00	3,39	3,40	3,41	3,40	3,40	3,35
Total infraestrutura econômica	23,08	65,01	37,29	37,30	37,35	37,33	37,12	37,35
- Habitação	1,66	5,00	2,79	2,80	2,80	2,81	2,80	2,76
- Saúde e saneamento	-	10,00	3,39	3,40	3,41	3,40	3,40	3,35
- Educação	-	10,00	3,39	3,40	3,41	3,40	3,40	3,35
- Segurança e colonização	-	5,00	1,69	1,69	1,69	1,70	1,70	1,68
Total infraestrutura social	1,66	30,00	11,26	11,30	11,31	11,31	11,30	11,14
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SUDAM (1967), Elaboração própria.

A alocação de recursos autônomos foi dividida em nove áreas de investimento que competiam às infraestruturas econômicas e sociais. No campo de infraestrutura econômica os investimentos se dividiam da seguinte maneira: 1) Transporte, 35,01% dos recursos; 2) Energia - 15%; 3) Comunicação - 5%; 4) Recursos Naturais - 10%. Totalizando assim, 65,01% dos recursos autônomos totais.

No campo de infraestrutura social se concentrou os 35% dos recursos autônomos restantes. A divisão destes recursos foi feita da seguinte forma: 1) Habitação, 5% dos recursos

totais; 2) Saúde e Saneamento - 10%; 3) Educação - 10%; 4) Segurança e Colonização - 5% e 5) Abastecimento - 5%.

Tabela 3. 9. AMAZÔNIA: Quadro geral dos investimentos considerando ICOR de 3,0 (Valores relativos).

Setor	Investimento Global (%)			Investimento Anual (%)				
	Invest. Induzido	Invest. Autônomo	Invest. Total	Invest. 1967	Invest. 1968	Invest. 1969	Invest. 1970	Invest. 1971
- Extrativismo	0,16	-	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09
- Agropecuário	36,89	-	20,33	20,31	20,31	20,30	20,38	20,36
- Industrial	36,89	-	20,33	20,31	20,31	20,30	20,38	20,36
Total setor produtivo	73,94	0,00	40,76	40,70	40,71	40,68	40,86	40,81
- Abastecimento	-	5,00	2,24	2,20	2,20	2,20	2,20	2,38
- Comércio	0,46	-	0,25	0,29	0,26	0,26	0,24	0,22
- Governo	0,40	-	0,22	0,21	0,22	0,23	0,23	0,23
- Outros serviços	0,46	-	0,25	0,29	0,26	0,26	0,24	0,22
Total setor serviços	1,32	5,00	2,97	2,99	2,93	2,94	2,91	3,06
- Transportes	13,67	35,01	23,24	23,20	23,27	23,28	23,14	23,32
- Energia	8,04	15,00	11,16	11,20	11,20	11,21	11,20	11,04
- Comunicações	1,37	5,00	3,00	3,01	3,00	3,01	3,00	2,99
- Recursos naturais	-	10,00	4,49	4,50	4,50	4,50	4,50	4,46
Total infraestrutura econômica	23,08	65,00	41,89	41,91	41,97	41,99	41,84	41,81
- Habitação	1,66	5,00	3,16	3,20	3,20	3,21	3,21	3,03
- Saúde e saneamento	-	10,00	4,49	4,50	4,50	4,50	4,50	4,46
- Educação	-	10,00	4,49	4,50	4,50	4,50	4,50	4,46
- Segurança e colonização	-	5,00	2,24	2,20	2,20	2,20	2,20	2,38
Total infraestrutura social	1,66	30,00	14,38	14,40	14,39	14,40	14,39	14,33
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SUDAM (1967), Elaboração própria.

Observando o total de investimento destinado aos setores produtivos (49% para ICOR de 2,5 e 41% para ICOR de 3,0) e setores de infraestrutura (49% para ICOR de 2,5 e 56% para ICOR de 3,0) o Plano Quinquenal de Desenvolvimento objetiva conseguir resultados melhores do que os observados para a Índia e o Sul da Itália (Mezzogiorno), localidades onde foi aplicado o mesmo modelo de desenvolvimento proposto para a região da Amazônia Legal.

Ainda podemos considerar que os investimentos na região da Amazônia Legal provenham de recursos internos, ou seja, da poupança interna, que correspondia aos recursos da poupança pessoal, o lucro retido das empresas e a poupança em conta corrente do governo¹⁷⁶. A outra fonte de recursos correspondia aos investimentos externos que foram estimados na ordem de 9,8% para ICOR de 2,5 e 14,5% para ICOR de 3,0, conforme exposto na tabela 3.10.

Tabela 3. 10. AMAZÔNIA: Taxas de formação de capital.

Ano	Investimento para ICOR = 2,5		Investimento para ICOR = 3,0	
	Investimento Total (% PIB)	Recursos Externos (% PIB)	Investimento Total (% PIB)	Recursos Externos (% PIB)
1967	23,0	11,0	27,6	15,6
1968	23,6	11,0	28,3	15,7
1969	23,4	9,9	28,0	14,5
1970	23,7	9,3	28,5	14,1
1971	23,9	8,6	28,7	13,4
Total	23,6	9,8	28,3	14,5

Fonte: SUDAM, 1967. Elaboração Própria

As fontes de recursos externos estão discriminadas da seguinte forma: 1) Recursos da SUDAM que correspondem a 2% da renda tributária da União, calculados sobre o orçamento federal do exercício anterior, para 1967 foram estimados recursos para a SUDAM na ordem de 109 bilhões de Cruzeiros, admitindo um crescimento de 3,5% para os anos contemplados no Plano. 2) Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), correspondendo a quantia inferior a 1% da renda tributária da União. Para o ano de 1967, foi estimado um valor de 54 bilhões de Cruzeiros, considerando um acréscimo de 3,5% para os seguintes anos. 3) Investimentos diretos do Governo Federal¹⁷⁷, não vinculados às taxas destinadas a fundos especiais. 4) Investimentos dos fundos especiais¹⁷⁸, considerando a parcela de participação que cada Fundo possui no PIB nacional, assim foi estimado um aporte de investimentos na ordem de 2,8% em 1967, chegando a 3,8% em 1971.

¹⁷⁶ A estimativa da composição destes recursos pode ser observada na tabela 6.

¹⁷⁷ Esses recursos provêm dos orçamentos dos ministérios e seus programas específicos, e a estimativa destes investimentos foram feitas a partir de metas globais, que correspondem a uma parcela do PIB da Amazônia.

¹⁷⁸ Fundo rodoviário nacional; Fundo Portuário Federal; Fundo de Marinha Mercante; Fundo Federal de Eletrificação; Fundo Nacional de Habitação; Fundo Nacional de Reforma Agrária.

Outras fontes de recursos, assim como as expressas anteriormente, podem ser observadas na tabela 3.11, que demonstra a evolução da participação de cada fonte de recursos externos na Amazônia Legal durante o quinquênio 1967-1971.

Tabela 3. 11. AMAZÔNIA: Fontes de recursos (Valores relativos).

Anos	Fontes de Financiamento											Recursos Totais (%)*
	SUDAM	FIDAM	Orçamento Governo Federal		Fundos Especiais		Empréstimos autônomos		Lei 5174	Fundos finan.	Invest. Diretos	
			PIB (%)	(%)	PIB (%)	(%)	PIB (%)	(%)	(%)	(%)	(%)	
1967	25,5	12,6	2,0	9,8	2,8	13,8	1,0	4,9	13,6	6,1	13,6	100,0
1968	24,4	9,9	2,2	11,0	3,0	14,9	1,1	5,4	13,0	6,3	13,0	100,0
1969	23,3	11,6	2,4	12,0	3,2	16,1	1,2	6,0	12,4	6,4	12,4	100,0
1970	22,0	10,9	2,7	13,4	3,5	17,4	1,3	6,5	11,6	6,5	11,6	100,0
1971	20,6	12,2	3,0	14,8	3,8	18,8	1,5	6,4	10,9	6,4	10,9	100,0
Total	22,9	11,5	12,3	12,4	16,3	16,4	6,1	5,9	12,2	6,4	12,2	100,0

Fonte: SUDAM, 1967. Elaboração própria

Nota: * O somatório dos dados oficiais para os anos de 1968, 1970 e 1971 não totalizam 100%, desse modo apresentamos os valores aproximados, uma vez que, no relatório da SUDAM não é possível constatar qual seria o erro.

O aporte projetado de recursos externos foi programado para superar a necessidade de investimentos considerando as duas propostas e, desse modo, garantir adequações ao longo da execução dos projetos. Caso as metas fossem cumpridas, a viabilização do projeto de valorização da Amazônia Legal se tornaria apenas um problema de aplicação eficiente das políticas e dos projetos.

Partiremos agora para a análise dos programas de desenvolvimento propostos pelos setores considerados prioritários. Como este trabalho se propõe prioritariamente analisar o processo de industrialização da Região Norte do Brasil, buscaremos uma análise mais objetiva do setor industrial a partir de agora.

3.2.4 O projeto industrial no Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971).

Como abordado anteriormente, o diagnóstico sucinto da atividade industrial na região da Amazônia Legal, consiste na observação de um setor produtivo de baixíssima complexidade e pouca utilização de tecnologia. De uma forma geral, a indústria da região na

década de 1960 se caracteriza em sua maior parte por pequenos estabelecimentos com pouca mão de obra ocupada¹⁷⁹. É apontado que a produtividade do operário na região da Amazônia é bem menor do que a constatada na média para o país como um todo¹⁸⁰. Porém no período já era constatado o incremento da produção dada o maior nível de capitalização do setor.

Alguns dos obstáculos observados consistem na pequena demanda do mercado local dada a baixa taxa de densidade demográfica da região e o relativo afastamento e a dificuldade de comunicação com as regiões mais dinâmicas do país. Porém é importante salientar a proximidade com fontes de matérias primas abundantes na Amazônia, fato que pode gerar a diminuição dos custos de produção. A predominância de pequenos estabelecimentos e o baixo coeficiente de compras locais de produtos industriais gerou um entrave para a consolidação de uma estrutura industrial com capacidade germinativa de novas indústrias.

As indústrias de bens de consumo não duráveis eram predominantes na região, com destaque para a indústria de beneficiamento de produtos alimentares, que na década de 1960 apresentava, segundo o relatório, os maiores índices de pessoal ocupado, salários, valor de produção e valor de transformação industrial. Dentre as principais atividades industriais na região, no ano de 1962, destacaram-se a extração e transformação de Manganês, arroz beneficiado, óleo de babaçu, juta, aguardente de cana e pão, representando mais de 40% do valor de produção da indústria.

Como citado anteriormente, as diretrizes básicas para o desenvolvimento da indústria perpassaram pelo o incentivo às indústrias já instaladas para garantir a modernização com o objetivo de melhorar as condições destas perante a concorrência das indústrias consolidadas do centro econômico do Brasil, buscando sempre diminuir o grau de importações de produtos industrializados das demais áreas do país. Promover também a instalação de novas indústrias para intensificar a concorrência regional, bem como investir na aparição de novas indústrias que se utilizem da grande oferta de recursos naturais da Amazônia.

¹⁷⁹ Mais afrente nesse trabalho buscaremos analisar essa condição de uma maneira mais específica, com a confrontação dos dados do setor, neste capítulo consideraremos o discurso oficial da SUDAM contido no relatório do Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971, bem como nos demais documentos da superintendência que serão analisados *a posteriori*.

¹⁸⁰ Segundo dados da SUDAM (1967), a produtividade *per capita* da produção industrial na Amazônia corresponde a 16,1% da produtividade *per capita* do Brasil como um todo.

Na tabela 3.12 é apresentada a estrutura do produto industrial para a Amazônia Legal no ano de 1959 e uma estimativa para o ano de 1966¹⁸¹. Como podemos observar a concentração produtiva apontada mostra a grande participação de indústrias leves na composição do PIB industrial¹⁸². O Plano de desenvolvimento estipula a meta mínima de crescimento do produto industrial de 11,9% ao ano, durante o quinquênio 1967-1971. Esse crescimento estaria amparado nos investimentos programados e na consolidação de um mercado interno que buscasse a ampliação do consumo regional dos produtos industrializados produzidos na Amazônia Legal. Foram traçados objetivos específicos para cada gênero industrial sempre observando o real potencial para o crescimento de cada atividade na região.

Tabela 3. 12. AMAZÔNIA: Estrutura do produto industrial (Valores relativos).

Gênero	Produto - 1959 (%)	Operários por Estabelecimentos	Produto (%)
- Produtos Alimentares	28,65	3,40	26,00
- Química	14,98	10,90	16,00
- Têxtil	14,78	55,70	15,20
- Madeira	7,54	8,90	8,00
- Minerais não metálicos	8,46	4,00	7,80
- Bebidas	4,91	8,00	5,40
- Fumo	2,78	13,60	3,70
- Perfume, Sabonete e Velas.	2,97	8,00	3,40
- Borracha	4,08	29,80	3,20
- Editorial e Gráfica	2,22	9,20	2,80
- Metalúrgica	2,26	14,40	2,00
- Vestuário	1,91	4,90	1,90
- Couros e Peles	1,86	9,20	1,60
- Mobiliário	1,47	3,30	1,50
- Mat. Transportes	0,38	10,00	0,50
- Prod. Farmacêutico e Medicinais.	0,24	8,90	0,30
- Papel e Papelão	0,21	5,40	0,30
- Mecânica	0,01	1,50	0,10
- Mat. Elétricos e de comunicação.	-	-	-
- Produtos plásticos	-	-	-
- Diversos	0,28	5,30	0,30
Total Indústria de Transformação	100,00	5,70	100,00
Indústria de Transformação	76,29	-	67,80
Indústria de Mineração	13,60	-	21,60
Construção	10,12	-	10,60
Produto Industrial	100,00	-	100,00

Fonte: MONTOR - DEPLAN/SUDAM apud SUDAM, 1967 Alterações do autor.

¹⁸¹ Os dados foram tabulados junto ao Censo industrial de 1960 que mostrou as informações para o ano de 1959, para o ano de 1966 foi feita uma estimativa pela MONTOR para o resultado.

¹⁸² A estrutura industrial do Norte ficará mais evidente no quarto capítulo deste trabalho quando analisarmos a evolução da atividade entre os anos de 1950 e 2012.

Na tabela 3.13, são apresentados alguns apontamentos sobre o potencial de desenvolvimento das atividades industriais dados os seus coeficientes de localização que demonstra o grau de importância e abrangência que cada ramo industrial possuía com o mercado interno da região. No que tange a capacidade de suprimento da demanda local, observa-se um maior potencial de crescimento para a produção de produtos alimentares, transformação de madeira, produção de bebidas e produtos de perfumaria, que se sustentavam na oferta de recursos naturais da região, bem como, na facilidade em atender o mercado local.

Tabela 3. 13. AMAZÔNIA: Coeficientes de localização das indústrias em 1959.

Gênero	Pessoal Ocupado		Coeficientes		Valor de transformação (%)	
	Amazônia	Brasil	Intrínseco	Per Capita	Amazônia	Brasil
- Produtos Alimentares	10.434	267.545	1,78	0,338	28,63	16,62
- Química	1.753	78.681	1,07	0,336	14,96	8,73
- Têxtil	4.410	328.251	0,63	0,243	14,78	12,04
- Madeira	4.013	87.847	2,16	0,455	7,54	3,26
- Minerais não metálicos	6.187	163.466	1,79	0,249	8,46	6,66
- Bebidas	2.403	43.912	2,58	0,330	4,90	2,92
- Fumo	395	13.176	1,42	0,415	2,78	1,31
- Perfume, Sabonete e Velas.	700	14.684	2,26	0,417	2,98	1,40
- Borracha	813	20.211	1,90	0,354	4,09	2,27
- Editorial e Gráfica	1.297	60.420	1,02	0,145	2,23	3,02
- Metalúrgica	692	174.560	0,19	0,037	2,26	11,93
- Vestuário	1.362	97.899	0,66	0,103	1,90	3,58
- Couros e Peles	940	24.733	1,80	0,332	1,86	1,10
- Mobiliário	954	63.384	0,71	0,130	1,48	2,22
- Mat. Transportes	416	79.537	0,25	0,010	0,38	7,56
- Prod. Farmacêuticos e Medicinais.	93	27.272	0,16	0,018	0,24	2,51
- Diversos	247		-	-	-	-
Total Indústria de Transformação	37.133	1.751.900	1,00	0,196	100,00	100,00

Fonte: MONTOR - DEPLAN/SUDAM *apud* SUDAM, 1967 Alterações do autor.

Seguindo na análise do setor industrial na Amazônia Legal, foi projetado um nível de crescimento da produção no setor condizente com as características da economia e sociedade do local. Com base no diagnóstico da região apresentado anteriormente que considerou as

dificuldades estruturais da Amazônia Legal, como a baixa densidade demográfica, os grandes vazios populacionais, bem como, a distância para com o restante do mercado brasileiro optou-se pelo crescimento de atividades já consolidadas, visando a ampliação da circulação de bens e serviços na Amazônia.

Na tabela 3.14 são apresentadas as projeções de crescimento para o produto industrial da região como um todo para o quinquênio 1967-1971. Com base nos dados observamos que nos cinco anos a produção da indústria de transformação cresceria um acumulado de pouco mais de 1,5 Trilhões de Cruzeiros¹⁸³, com o produto do setor industrial completo crescendo em torno de 2,3 Trilhões de Cruzeiros.

Nas projeções podemos observar que os setores de transformação de produtos alimentares, produtos químicos, a indústria têxtil, de madeira e de transformação de minerais não metálicos, correspondem a 74,22% do PIB da indústria de transformação no quinquênio. Esses ramos industriais se sustentam na base de recursos naturais e na produção agropecuária da região e não correspondiam a indústrias de grande porte, em sua maioria.

Como será abordado no quarto capítulo deste trabalho, durante a década de 1960 de fato não se observou o surgimento ou consolidação de indústrias pesadas. A dinâmica industrial presente na região se assemelhava com a observada nos primeiros anos de industrialização da nação, ou seja, transformação de bens de consumo não duráveis intensivos em mão de obra, mesmo que muitas vezes apresentassem menos de cinco trabalhadores empregados, de acordo com os Censos Industriais para os estados do Norte no ano de 1960. As primeiras grandes transformações na estrutura industrial da Amazônia aconteceram durante a década de 1970, no estado do Amazonas através da indústria de equipamentos eletrônicos, situada na Zona Franca de Manaus (ZFM).

¹⁸³ Considerando preços de 1966.

Tabela 3. 14. AMAZÔNIA: Crescimento do PIB por gênero da indústria (valores relativos).

Gênero de Indústria	Taxa ajustamento (%) ao ano	PIB Industrial na Amazônia (%)					67/71 PIB Industrial
		1967	1968	1969	1970	1971	
- Produtos Alimentares	10,8	25,92	25,81	25,72	25,15	25,35	25,55
- Químico	9,0	15,69	15,37	15,07	14,49	14,37	14,92
- Têxtil	13,5	15,32	15,63	15,82	17,45	16,49	16,23
- Madeira	15,0	8,28	8,56	8,85	8,98	9,39	8,87
- Min. Não metálicos	15,0	8,07	8,34	8,63	8,76	9,16	8,65
- Bebidas	8,3	5,26	5,12	4,99	4,77	4,70	4,93
- Fumo	2,0	3,39	3,11	2,85	2,57	2,38	2,81
- Perfumaria	8,6	3,32	3,24	3,16	3,04	3,00	3,13
- Borracha	6,0	3,05	2,91	2,77	2,59	2,51	2,74
- Editorial e gráfica	6,3	2,68	2,56	2,44	2,29	2,22	2,41
- Metalurgia	21,0	2,18	2,37	2,57	2,75	3,03	2,62
- Vestuário	12,0	1,92	1,93	1,94	1,92	1,96	1,93
- Couros e peles	11,2	1,60	1,60	1,60	1,57	1,59	1,59
- Mobiliário	14,0	1,54	1,58	1,62	1,63	1,69	1,62
- Mat. Transporte	20,0	0,54	0,58	0,62	0,67	0,73	0,64
- Prod. Farma. Medicinais	15,0	0,31	0,32	0,33	0,34	0,35	0,33
- Papel e papelão	20,0	0,32	0,35	0,38	0,40	0,43	0,38
- Mecânica	11,9	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
- Mat. Elétr. e Comu.	20,0	0,11	0,12	0,13	0,13	0,15	0,13
- Prod. Mat. Plástico	6,3	0,10	0,09	0,09	0,08	0,08	0,09
- Diversos	14,0	0,31	0,31	0,32	0,32	0,34	0,32
Total Indústria de Transformação	11,3	100	100	100	100	100	100
I - Indústria de Transformação	11,3	67,45	66,87	66,01	65,30	63,63	65,62
II - Indústria de Mineração	4,6	20,22	18,85	17,50	15,98	14,82	17,14
III - Indústria de Construção	30,0	12,33	14,28	16,49	18,71	21,56	17,24
PIB Industrial	12,8	100	100	100	100	100	100

Fonte: MONTOR – DEPLAN/SUDAM *apud* SUDAM, 1967. Alterações do autor.

Por fim, o relatório busca mostrar as estimativas de investimento por gênero da indústria de transformação. Com base no modelo geral¹⁸⁴ utilizado para prever os investimentos totais, foram estipulados valores de ICOR para o investimento necessário em cada setor industrial. As estimativas foram feitas baseadas nos objetivos gerais e de desenvolvimento da atividade industrial na região. Os resultados podem ser observados na

¹⁸⁴ Modelo Harrod-Domar.

tabela 3.15. Além dos ramos industriais supracitados destacamos também o grande investimento planejado para a indústria metalúrgica e de transformação de borracha.

Tabela 3. 15. AMAZÔNIA: Aplicação dos investimentos por gênero da indústria (valores relativos).

Gênero Industrial	ICOR	1967	1968	1969	1970	1971	1967-71	(%)
Indústria de Transformação	2,16	100						
- Produtos Alimentares	1,65	19,35	19,04	18,71	18,37	18,02	18,62	26,00
- Químico	2,00	12,03	11,64	11,25	10,87	10,49	11,17	16,00
- Têxtil	2,00	16,92	17,04	17,16	17,26	17,34	17,17	15,00
- Madeira	3,80	19,06	19,46	19,85	20,23	20,59	19,93	8,00
- Minerais Não metálicos	2,75	13,44	13,72	14,00	14,27	14,52	14,06	7,80
- Bebidas	2,00	3,29	3,17	3,04	2,92	2,80	3,01	5,40
- Fumo	1,25	0,39	0,35	0,32	0,29	0,26	0,31	3,70
- Perfumaria	1,00	1,22	1,18	1,13	1,09	1,05	1,12	3,40
- Borracha	5,00	4,01	3,78	3,55	3,34	3,13	3,51	3,20
- Editorial/Gráfica	2,00	1,47	1,39	1,31	1,23	1,16	1,29	2,80
- Metalurgia	2,50	4,38	4,71	5,05	5,42	5,80	5,16	2,00
- Vestuário	0,80	0,76	0,76	0,75	0,74	0,74	0,75	1,90
- Couros/Peles	1,00	0,75	0,74	0,73	0,72	0,71	0,73	1,60
- Mobiliário	1,00	0,88	0,89	0,90	0,91	0,92	0,90	1,50
- Material de Transporte	0,50	0,63	0,67	0,71	0,76	0,80	0,72	0,50
- Farmacêuticos/Medicinais	1,25	0,23	0,24	0,24	0,25	0,25	0,24	0,30
- Papel/Papelão	3,00	0,75	0,80	0,85	0,89	0,96	0,86	0,30
- Mecânica	1,50	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,10
- Material Elétrico/Comunicação	1,25	0,11	0,11	0,12	0,13	0,14	0,12	0,10
- Plástico	1,00	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,10
- Diversos	1,25	0,22	0,22	0,22	0,23	0,23	0,22	0,30
1 - Indústria de Transformação	2,16	54,39	51,72	48,92	46,01	43,05	47,81	67,80
2 - Indústria de Mineração	2,50	8,32	7,35	6,45	5,62	4,87	6,22	21,60
3 - Indústria de Construção	3,50	37,29	40,93	44,63	48,36	52,07	45,97	10,60
Total	2,65	100						

Fonte: MONTOR - DEPLAN/SUDAM *apud* SUDAM, 1967 Alterações do autor.

Complementando as diretrizes para o setor industrial contidas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971, mostraremos quais foram as principais fontes de recursos para investimento no setor. Como apontado anteriormente, as fontes de recursos se dividia em recursos internos à região amazônica e externos à Amazônia Legal. A distribuição dos recursos pode ser observada na tabela 3.16.

Tabela 3. 16. AMAZÔNIA: Fontes de recursos para investimentos na indústria (%).

Fontes	Crescimento a 11,9% ao ano
- Poupança das Empresas e Indústrias	30,00
- Lei 5.174	20,00
- Investimentos Diretos Externos	15,00
- FIDAM	15,00
- Fundos Nacionais	10,00
- Recursos da SUDAM	5,00
- Saldo Crédito Fornecedor Externo	5,00
- Saldo Financiamento do Exterior	-
Total	100,00

Fonte: MONTOR - DEPLAN/SUDAM *apud* SUDAM, 1967 alterações do autor.

Segundo Marques (2007) o plano não obteve grande êxito, ao ponto que a própria estratégia de se promover um processo regional de substituição de importações era falha. A própria integração do mercado nacional impossibilitava tal medida, ao passo que, seria necessário um intenso esforço conjunto para a consolidação do mercado regional. O problema na consolidação do Plano perpassou também na estrutura social da Amazônia, caracterizada por intensa concentração de renda, diminuindo ainda mais os potenciais do já limitado mercado regional.

Com certa conformidade Lira (2005) argumenta que o plano falhou em alcançar seus objetivos, ao passo que, a SUDAM não teve controle direto sobre os recursos destinados e também pelo fato de que se concentraram muito os investimentos em infraestrutura básica, limitando os impactos diretos no setor produtivo.

Desse modo, em 1968, foi criado o I Plano Diretor que visava medidas emergenciais para a adequação do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento, as realidades observadas. Foi reelaborado o aporte de investimento através da constatação que a necessidade de investimento era maior do que a projetada inicialmente para o quinquênio. Contudo, foram reduzidos os investimentos programados para a infraestrutura de transportes, dado que a construção de rodovias tenderia a reafirmar a condição de dependência da economia da Amazônia para com a produção industrial do Centro-Sul brasileiro. Por fim, o I Plano Diretor acabou por não ser sancionado, porém, deixou claras as necessidades de reformulação do ideal de desenvolvimento proposto para a Amazônia (LIRA, 2005; MARQUES, 2007).

3.2.5 I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)

Com o “milagre econômico” e o I PND, foi definida uma agenda de desenvolvimento nacional, em consequência disso, foi possível elaborar de maneira mais precisa projetos mais concisos de desenvolvimento regional, afetando as formulações de políticas públicas para a Amazônia Legal (MARQUES, 2007).

Analisaremos agora as propostas do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia, partindo da análise do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974). Buscaremos constatar em que foi alterado discurso após o período de vigência do Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971). A análise partirá de dois relatórios da SUDAM (1971a; 1971b) que mostram as estratégias globais e setoriais para o desenvolvimento da região da Amazônia Legal.

A consolidação do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia foi um marco para a definição da região amazônica com características particulares, pois até então, definia-se Amazônia como uma região idêntica ao Nordeste. Segundo Marques (2007) a década de 1970 se caracterizou por uma fase de planejamento regional mais eficiente.

Segundo Lira (2005) na década de 1970 os planos de desenvolvimento regional passaram a ser concebidos como uma extensão da política nacional. Desse modo, os chamados Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's) se inseriram na dinâmica de planejamento do I e II PND's implantados durante os anos 70.

O Plano de Desenvolvimento partia da observação da necessidade em buscar a interligação da economia regional com os demais mercados, buscando um processo de crescimento econômico que impulsionasse o desenvolvimento para a Amazônia Legal, Nordeste¹⁸⁵ e o restante do país. O projeto buscava a integração do mercado nacional, com o objetivo de levar o desenvolvimento para a periferia nacional, bem como, qualificar oferta de matérias primas para o centro econômico¹⁸⁶. De uma maneira geral, foi objetivo do plano a promoção do conhecimento do exato potencial dos recursos naturais, desenvolvimento da

¹⁸⁵ Nos relatórios da SUDAM (1971a; 1971b), fica bastante claro os apontamentos na necessidade de buscar um diálogo entre a SUDENE e SUDAM, para buscar meios de integrar as duas regiões, bem como integrá-las à dinâmica produtiva nacional.

¹⁸⁶ Cristalizado nos grandes projetos de expansão dos eixos rodoviários, como a Belém-Brasília, a Brasília-Acre e a Cuiabá-Santarém.

economia, formação de recursos humanos e a dotação de uma infraestrutura socioeconômica capaz de sustentar os parâmetros traçados para a Amazônia Legal¹⁸⁷.

Em 1968 a produção industrial se concentrava basicamente nos bens de consumo não duráveis de baixo valor agregado, com destaque para os setores de produção de alimentos, produtos de madeira e a indústria têxtil. Como pode ser observada na tabela 3.17, a base industrial da região continuava sendo de indústrias leves e ligadas a base agrícola da Amazônia Legal.

Tabela 3. 17. AMAZÔNIA: Produção industrial - 1968.

Indústria	Pessoal Ocupado (%)	Valor Bruto da Produção (%)	Valor Agregado Bruto (%)
1. Bens de Consumo	61,6	50,5	51,6
- Produtos Alimentares/Bebida/Fumo/etc.	30,7	33,0	30,6
- Vestuário	1,2	0,9	1,0
- Madeira e Móveis	22,8	10,9	13,5
- Editorial e Gráfica	4,4	3,0	3,8
- Couros	2,5	2,7	2,7
2. Bens Intermediários	26,8	41,4	37,5*
- Têxtil	13,6	13,1	12,6
- Papel e Papelão	0,5	0,6	0,7
- Borracha	5,2	12,9	9,6
- Produtos Químicos	7,5	14,8	14,0
3. Bens de Investimento	11,6	8,1	10,9
- Minerais Não Metálicos	8,8	5,7	8,6
- Equip. de Transporte	2,8	2,4	2,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - BASA/DESEC *apud* SUDAM, 1971^a

Nota: * O somatório dos valores agregados bruto para os ramos industriais de bens intermediários não batem com o valor total apresentado na tabela (37,5%). Não foi encontrada nenhuma explicação no corpo do texto do relatório que explique a inconsistência, portanto, decidimos utilizar as informações como são apresentadas na tabela original.

Essa demonstração ainda não mede eficientemente os benefícios provocados pelas políticas de desenvolvimento industriais adotadas pela SUDAM desde sua criação oficial. Contudo, na tabela 3.18, podemos observar o processo de alocação espacial dos investimentos industriais na Amazônia Legal.

¹⁸⁷ Em suma, busca-se a valorização e o desenvolvimento como estratégia global para a Amazônia.

Tabela 3. 18. AMAZÔNIA: Alocação dos Investimentos*

Unidades da Federação	Número de Projetos		Investimentos (%)
	Absoluto	(%)	
- Acre	1	0,66	0,69
- Amapá	4	2,65	5,46
- Amazonas	33	21,85	30,96
- Goiás	7	4,64	2,47
- Maranhão	23	15,23	9,99
- Mato Grosso	5	3,31	3,02
- Pará	73	48,34	45,87
- Rondônia	5	3,31	1,55
Total	151	100	100

Fonte: SUDAM, 1971a. Alterações do autor.

Nota: * Esses dados se referem à região da Amazônia Legal, no caso de Goiás, Maranhão e Mato Grosso consideram-se apenas as regiões destes estados que pertence a Amazônia Legal.

Como podemos observar o Estado do Pará concentrou quase metade dos recursos investidos para projetos industriais. O Estado do Amazonas se encontrava em uma crescente de investimentos com o início dos projetos de estruturação da Zona Franca de Manaus, que foi pensada no ano de 1968 e teve sua instalação completa projetada para o ano de 1975. Os investimentos provieram principalmente de recursos próprios da SUDAM (Cerca de 350 Milhões de Cruzeiros) e de incentivos fiscais (cerca de 980 Milhões de Cruzeiros).

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia delimitava a necessidade de se investir em zonas prioritárias, com o objetivo de concentrar os recursos e obter os melhores resultados possíveis. Existiram alguns projetos que ganharam destaque na visão da SUDAM para um melhor aproveitamento das condições socioeconômicas da região. Listaremos a seguir alguns deles.

O primeiro projeto que foi apresentado foi a implantação da Indústria Química de Manaus S/A – SPUMA. Esse projeto visava a produção de bens para o mercado regional, nacional e de países próximos. Na linha de produção destacavam-se produtos derivados do petróleo, detergentes para uso doméstico e industrial e garrafas plásticas de PVC. O projeto, que iniciou em 1970 estava programado para terminar em 1972, com um investimento total de quase 40 Milhões de Cruzeiros e estava previsto a criação de 196 novos empregos diretos. A

instalação desta indústria visava a oferta de insumos para outras indústrias da região, bem como a demanda de produtos da Amazônia Legal.

Outros projetos em destaque consistem na extração e transformação de minérios (Metálicos e não metálicos) no estado do Amapá e Amazonas, com destaque para a companhia siderúrgica da Amazônia – SIDERAMA, que estava projetada para consumir 120 Milhões de Cruzeiros entre os anos de 1969 e 1972. O projeto final considerava uma capacidade de produção de 60.000 toneladas, utilizando minério de ferro das jazidas da região e absorvendo um total de 808 trabalhadores.

Outro Projeto citado corresponde à produção de embarcações para a navegação fluvial da bacia hidrográfica do Amazonas, essas indústrias se localizariam nos estados do Pará e Amazonas. Os dois projetos deveriam consumir um total de recursos na casa de 30 Milhões de Cruzeiros até o ano de 1973. Os projetos visavam estruturar a navegação nos rios como meio de transporte de pessoas e de escoamento de cargas.

Outro ponto que mereceu destaque no planejamento da SUDAM consiste na implantação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), visando concentrar os esforços para o crescimento da atividade industrial na região, o projeto foi iniciado em 1968 e estava programado para ser finalizado em 1975 com todas as obras de infraestrutura necessárias para o suporte da indústria finalizadas. O projeto previa a instalação do distrito industrial e do distrito agropecuário. O investimento planejado para o triênio 1972-1974 ultrapassava os 15 Milhões de Cruzeiros.

3.2.6 II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)

A partir de agora analisaremos as estratégias de desenvolvimento traçadas para a Amazônia nos relatórios do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia 1975-1979 (1974; 1976). Destacaremos o discurso e os projetos prioritários para o crescimento da produção na região, com uma ênfase maior no setor industrial.

Inicialmente foi tratado o padrão de desenvolvimento observado no país inteiro que acabou por dividir o país em três regiões diferentes. A região desenvolvida, que abrange os estados do Sudeste¹⁸⁸ e Sul do país, possui grande dinamismo produtivo, era responsável pela maior parcela do PIB nacional e possuía elevadas taxas de densidade demográfica. A segunda região considera os estados do Nordeste mais o Espírito Santo, e foi denominada região em

¹⁸⁸ Menos o Espírito Santo.

desenvolvimento caracterizada como uma área com grande concentração de renda, altas taxas de densidade demográfica e estrutura produtiva atrasada, essa região encontrava-se basicamente sobre a tutela da SUDENE na busca pelo desenvolvimento socioeconômico.

A terceira região consistiu basicamente na Amazônia Legal, caracterizada por um grande atraso para com o restante do país, baixos índices de densidade demográfica e de desenvolvimento produtivo. Era uma região com abundância de recursos naturais com intenso esforço governamental para o início de um sistema produtivo capitalista de fato, tendo em vista que até 1960 a região era caracterizada principalmente por uma economia extrativista vegetal de subsistência. Foi política do Governo Federal a continuidade dos programas de transferência de renda que buscava o beneficiamento das regiões mais atrasadas, essa era uma das estratégias abordadas pelo II PND, como exposto anteriormente.

Para o desenvolvimento da Amazônia o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia visava um objetivo geral, com o crescimento do produto e uma distribuição mais equitativa da renda. Desse modo derivaram-se cinco outros objetivos, que eram: 1) Acelerar o crescimento regional amparado nas vantagens comparativas de setores da região; 2) Intensificar a integração da Amazônia com o restante do país; 3) Contribuir substancialmente para a receita cambial do país¹⁸⁹; 4) Elevar o nível de vida da população; 5) Promover a ampliação da fronteira econômica do país, por meio da ocupação territorial, visando também o aumento do nível de segurança da região.

Desse modo a estratégia traçada correspondia a um modelo puro de vantagens comparativas com um modelo complexo de crescimento desequilibrado, como pode ser observado no trecho a seguir: (SUDAM, 1976, p. 27).

“O sistema estratégico assim concebido como Modelo Amazônico de Desenvolvimento segue as linhas do que se poderia chamar de modelo de crescimento desequilibrado corrigido. É desequilibrado, na medida em que privilegia determinados setores e produtos – os dotados de vantagens comparativas – pondo em plano secundário aos demais. É corrigido na medida em que nele se inserem complementações e correções que visam fundamentalmente a conduzir a Região a participar das vantagens e utilidades que cederá ao País e ao exterior.”

Contudo, é salientado que o sucesso do plano se daria a partir da eficiente aplicação e consolidação dos projetos propostos e a constante análise do sucesso ou fracasso do plano em si. Para tal, foi considerada a necessidade da organização racional do espaço concentrando

¹⁸⁹ Uma clara referência ao contexto de crise econômica que o país vinha sofrendo e que se intensificava na década de 1980, como abordado no capítulo 2 deste trabalho.

áreas de desenvolvimento setoriais, objetivando a alocação eficiente dos recursos, diminuindo assim custos de produção¹⁹⁰.

No que correspondem às diretrizes setoriais, destacaremos as medidas que visavam o fortalecimento da indústria de transformação na região, objetivo central deste trabalho. Considera-se primeiramente a necessidade de implantação de novos ramos industriais, buscando a diversificação do setor. Essa condição estava amparada ainda nas vantagens comparativas observadas para a região, e se destacam a implantação dos ramos de produção de móveis e de madeiras desmontadas, produtos de estanho, fábricas de artefatos de couro, transformação de borracha, processamento de melão, produção de eletroquímicos e fertilizantes.

Foi considerada ainda a necessidade de ampliação das atividades industriais já consolidadas, por meio da modernização das pequenas e médias indústrias existentes. Ainda foi apontada a necessidade de reformulação da sistemática de análise e aprovação de projetos industriais, para que se priorizassem projetos que se encaixassem nas estratégias globais de desenvolvimento para a região e para o país.

Assim, foram apontados três projetos industriais centrais. O primeiro consistia na ampliação das pesquisas industriais, para um melhor aproveitamento das matérias primas da região para a formação de complexos industriais altamente consumidores de energia hidroelétrica, conciliando o potencial regional em minérios, madeira e energia. Incluía também estudos sobre viabilidade de indústrias eletrotérmicas e eletrolíticas, com claras respostas à crise do preço do petróleo abordado no capítulo dois deste trabalho. Ainda objetivava-se a ampliação de estudos para a implantação de ramos industriais complementares à matriz industrial existente.

O projeto supracitado buscava ainda uma análise da conjuntura estrutural da indústria da Amazônia e pesquisas de mercado para produtos industrializados, buscando levantar a viabilidade da ampliação do produto industrial na região. O projeto foi orçado inicialmente em 9,4 Milhões de Cruzeiros¹⁹¹ com recursos da própria SUDAM. O projeto foi planejado para o Quinquênio 1975-1979, e era destinado para as regiões selecionadas como prioritárias, assim como os demais projetos.

¹⁹⁰ Inclusive considera-se a necessidade de ampliação da importância de núcleos urbanos como Manaus através da Zona Franca de Manaus e de Belém.

¹⁹¹ A preços de 1974.

O segundo projeto considerado, dizia respeito à instalação e estruturação dos distritos industriais, com vistas à diminuição dos custos de produção e a menor degradação do meio ambiente possível. O projeto visava a criação de estrutura necessária para o suporte de indústrias pesadas. Foram orçados 4 Milhões de Cruzeiros de investimento de recursos da própria SUDAM.

O terceiro projeto industrial visava o desenvolvimento do setor e foi orçado em 6,26 Milhões de Cruzeiros de recursos próprios do setor privado, financiamentos oficiais e incentivos fiscais. O projeto tinha como objetivo a expansão da atividade industrial apoiada na transformação das matérias primas existentes na região. O projeto buscava prioritariamente a suplementação e complementação dos setores chaves da economia regional, como a transformação de madeira, minérios e produção sustentada pela pecuária. Para tal, buscou-se a ampliação do parque industrial existente, a ampliação e modernização da pequena e média indústria.

Destacamos a ampliação dos projetos energéticos para a alteração da matriz energética amplamente utilizada nos setores produtivos, visando a substituição da importação do petróleo, que como exposto anteriormente, passou por fortes períodos de crise durante a década de 1970 impactando fortemente nos custos de produção brasileiros.

Além de projetos globais, destacamos ainda o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia o POLOAMAZÔNIA, que visava a integração das potencialidades florestais, minerais, agropecuárias, agroindustriais e atividades urbanas em áreas prioritárias da Amazônia. Esse projeto foi apontado pelo relatório (SUDAM, 1974) como prioritário na busca do desenvolvimento da região da Amazônia Legal e foi orçado em até 4 Bilhões de Cruzeiros (com gastos programados para os anos de 1974 a 1977 em 2,5 Bilhões de Cruzeiros).

Por fim, devemos considerar ainda o Projeto Grande Carajás (PGC) que visava um esforço muito grande entorno da exploração da mina de ferro do estado do Pará. Segundo Hall (1991) os grandes investimentos visavam a consolidação de toda uma matriz produtiva entorno da atividade de extração de ferro da região do Carajás no Pará. O projeto de instalação de indústrias e de setores agrícolas complementares ao processo produtivo se caracterizou por grandes investimentos.

3.2.7 III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985).

Analisaremos agora o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia para os anos de 1980-1985, com base no relatório de planejamento da SUDAM (1982). Considerando o contexto da economia brasileira exposto anteriormente, os projetos de desenvolvimento produtivo e de desenvolvimento regional foram deixados em segundo plano em detrimento das políticas de estabilização.

De forma geral o Plano de Desenvolvimento buscou, (SUDAM, 1989, p. 18) “[...] acelerar o crescimento da economia regional com a manutenção do equilíbrio ecológico e redução das desigualdades sociais.”. Assim, objetivava-se, a melhoria da qualidade de vida da região, o aumento e diversificação das exportações para os mercados externos e internos, aumentar a participação da região no processo de desenvolvimento nacional e reorientar e consolidar o processo de ocupação da Amazônia Legal.

No ramo industrial foi apresentado que os esforços para o desenvolvimento da atividade não foram suficientes para consolidar a produção na região. A absorção de mão de obra se dá em ritmo mais lento que o crescimento populacional e os esforços para buscar um efeito germinativo na indústria tiveram baixo reflexo, salve alguns exemplos em determinados ramos industriais. Apesar das vantagens na transformação das matérias primas abundantes, o fluxo de capitais ainda tendia a se voltarem para as regiões mais desenvolvidas, onde esses recursos se originaram.

A estratégia para o desenvolvimento do setor foi traçada com o objetivo de valorizar a indústria que se utilizava dos recursos naturais locais abundantes, promovendo o desenvolvimento das pequenas e médias indústrias e das atividades que complementem as atividades agropecuárias. Portanto, buscava-se a integração da economia interna, visando a complementação do desenvolvimento nacional por meio da ampliação da fronteira econômica, o aumento da receita cambial do País, a desconcentração produtiva regional e a criação de um modelo de oferta amparado nas capacidades tecnológicas disponíveis na região. Assim busca-se ainda a produção de bens intermediários e de consumo popular, como produtos alimentares, como estratégia de desenvolvimento industrial da Amazônia.

Segundo Marques (2007), de fato o planejamento regional deu salto muito grande durante a década de 1970, consolidando projetos de maior aplicabilidade real para a dinâmica produtiva amazônica. O problema chave nos resultados obtidos pelos Planos de

Desenvolvimento da Amazônia foi o entrave que a crise fiscal provocou na capacidade do Estado brasileiro em arcar com os investimentos.

Como abordado no capítulo anterior a crise que se intensifica na década de 1980 direcionou quase que totalmente os esforços governamentais para as políticas de estabilização econômica e essa condição acabou por debilitar a capacidade de desenvolvimento da Amazônia (MARQUES, 2007).

O Governo foi capaz de imprimir com algum sucesso projetos setoriais, como a consolidação da ZFM, que possibilitou a alteração da estrutura industrial do estado de Amazonas¹⁹². Em outras frentes o resultado não foi tão satisfatório.

Hall (1991) argumenta que o PGC, teve certo êxito, gerando um processo de crescimento econômico para a região do Carajás, porém, o autor destaca que os danos ao meio ambiente e o caráter concentrado do processo de acumulação de capital, acabou por escancarar a crise agrária da bacia amazonense¹⁹³.

Outro problema constatado foi o caráter concentrador dos investimentos que se consolidaram fortemente nos estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas, como pode ser observado na Tabela 3.19.

¹⁹² Como será apresentado no capítulo posterior

¹⁹³ Como abordado anteriormente, a sociedade nortista já apresentava, desde o Ciclo da Borracha, intensa concentração de renda.

Tabela 3. 19. AMAZÔNIA LEGAL: Distribuição espacial dos incentivos fiscais liberados pela SUDAM - 1965-1983 (%)

Ano	Acre	Amapá	Amazonas	Goiás	Maranhão	Mato Grosso	Pará	Rondônia	Roraima	Total
1965	-	-	42,5	-	14,5	-	43,7	-	-	100
1966	-	17	5,5	-	10	6,1	61,2	-	-	100
1967	-	15,4	11,8	0,2	7	19	43,9	0,5	2,2	100
1968	0,5	2,5	9,5	2	5,9	40,5	37,1	0,1	0,2	100
1969	0,3	0	5,7	6	5,8	31,2	48,5	0,2	2,2	100
1970	2	1	11,9	5,3	3,9	37,5	37,9	-	0,5	100
1971	1,3	12,6	11,2	4,1	5,4	33,2	32,1	0,2	-	100
1972	0,7	6,4	12,2	4,3	6	41,7	28,4	0,2	-	100
1973	0,5	0,5	15,1	5,2	6	36,1	35,8	0,7	-	100
1974	0,3	2,3	16,9	5,3	5,9	40,2	27,6	1,5	-	100
1975	1	0,4	22,7	5,1	9,9	35,6	25,1	0,2	-	100
1976	0,7	0,6	18,9	6,4	6,8	37,1	28,3	1,3	-	100
1977	0,2	0,4	15,5	7,4	5,1	37,3	33,1	0,8	-	100
1978	0,5	0,4	19,3	5,6	7	30,9	35	1,1	0,2	100
1979	2,1	0,2	24,6	8,4	6,4	21	36,6	0,5	0,2	100
1980	2,8	0,6	20,1	1,9	9,4	24,2	39,3	1,2	0,5	100
1981	1,3	1,6	20	2	4,3	28,3	41	0,8	0,7	100
1982	1,3	2	18,7	6,5	5,4	18,9	45,8	0,6	0,9	100
1983	1,2	3,3	18,9	8,2	4,1	22,3	39,7	0,3	2	100
Total	1,1	2,4	16,9	5,4	6,2	31,5	35,4	0,6	0,5	100

Fonte: SUDAM *apud* FEITOSA (2011)

Durante toda a atuação dos planos de desenvolvimento apresentados, observamos impactos que garantiram a aparição de polos de crescimento. Agora analisaremos a evolução da estrutura industrial do Norte entre os anos de 1950 e 2012, buscando levantar as características do processo de industrialização regional, considerando o contexto nacional.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA INDUSTRIAL DA REGIÃO NORTE.

Buscaremos agora analisar as transformações que os planos de desenvolvimento regional de fato provocaram na Região Norte, consolidando uma análise aprofundada sobre a dinâmica industrial do local. Considerando os contextos históricos de transformação que o país enfrentou ao longo do processo de industrialização, concentração e desconcentração produtiva, o processo de crise exposto provocou um reordenamento das políticas econômicas do Governo, no sentido de buscar cada vez mais a estabilização econômica, do que de fato o desenvolvimento do País.

Tentaremos ainda mostrar o real impacto que as políticas de desenvolvimento regional trouxeram para a periferia nacional, no caso específico da Região Norte. Essa análise partirá da observação dos resultados empíricos alcançados com os planos de valorização da Amazônia, propostos pela SUDAM, e que foram analisados no capítulo 3 deste trabalho. A atuação da SUDAM foi pensada para o benefício de toda a região da Amazônia Legal, o que em grande parte consiste na atual divisão política que denomina a Região Norte.

A análise parte, em um primeiro instante, das informações apresentadas nos Censos Industriais dos anos de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. Em um segundo instante analisaremos a evolução industrial por meio da Pesquisa Industrial Anual entre os anos de 1996 e 2012, essa alteração se faz necessária pelo abandono da política governamental em fazer os chamados Censos Econômicos¹⁹⁴.

4.1 Evolução da estrutura industrial do Norte (1950 – 2012)

Iniciaremos a análise por meio da observação da base industrial existente na Região Norte nos anos de 1950 e 1960, buscando analisar o processo de desenvolvimento do setor ao longo do tempo. Desse modo, faremos três recortes temporais na análise, no primeiro momento destacaremos a estrutura industrial do Norte no período anterior as políticas de desenvolvimento regionais adotadas a partir dos planos da SUDAM, que foram mostrados no terceiro capítulo deste trabalho. Para tal, utilizaremos os Censos Industriais dos anos de 1950 e 1960.

¹⁹⁴ Essa análise foi explicada de uma maneira mais detalhada no capítulo sobre metodologia deste trabalho, onde foi feita uma análise das implicações da alteração da base de dados para o resultado da pesquisa.

O segundo recorte se dará na década de 1970¹⁹⁵, buscando contrapor a evolução da estrutura industrial do Norte com os planos de desenvolvimento propostos pela SUDAM, levando em consideração todo o processo de desconcentração produtiva regional, discutido no segundo capítulo deste trabalho. Por fim, analisaremos os anos mais recentes, a partir das informações divulgadas pela Pesquisa Industrial Anual (PIA Empresa). Essa diferenciação se faz necessária pela alteração da metodologia de pesquisa, como foi explicado na metodologia deste trabalho. Faremos essa análise geral para o Norte como um todo e posteriormente buscaremos tratar das questões particulares dos estados que compõem a região.

4.1.1 Estrutura industrial do Norte entre os anos de 1950 e 1960.

Como exposto no terceiro capítulo deste trabalho, a economia do Norte do Brasil, se caracterizou pela atividade extrativa de subsistência, com alguns períodos de produção mais acentuados como a época de cultivo das chamadas Drogas do Sertão e ao final do século XIX com o surto exportador do Ciclo da Borracha. Tais dinâmicas produtivas tiveram rápida ascensão e declínio, como exposto anteriormente, onde a pouca população vis-à-vis a grande extensão territorial permaneceu realizando atividades de subsistência.

O processo de industrialização da economia brasileira teve pouquíssimos impactos diretos sobre a dinâmica produtiva regional, destacando-se apenas a aparição de estabelecimentos que transformavam produtos de base agrícola da região, visando o abastecimento local. As políticas de valorização da Amazônia que tiveram início a partir da criação da SPEVEA, em 1943, marcaram o começo de um pensamento para o desenvolvimento desta. Para analisar a estrutura industrial da região Norte consideraremos os estados que atualmente constituem tal agrupamento no âmbito da divisão política do País¹⁹⁶.

A estrutura industrial observada no ano de 1950 se mostrou bastante atrasada em comparação com o centro econômico do País. A indústria extrativa continha 5 estabelecimentos na região como um todo, o que lhe competia 0,41% das empresas industriais do local. As outras 1.212 firmas eram classificadas como indústrias de transformação e

¹⁹⁵ A partir dos dados dos Censos de 1970, 1975 e 1980.

¹⁹⁶ Para os anos de 1950 e 1960 não incluiremos o Estado do Tocantins dado que, no Censo, não era disponibilizado informações sobre a produção por municípios divididos por gênero da indústria, portanto não pudemos separar os municípios que hoje fazem parte do Estado do Tocantins e que, até o ano de 1988 faziam parte do Estado de Goiás. Para os anos posteriores, o Censo já disponibiliza as informações quanto à produção municipal por gênero da indústria, sendo assim possível levantar a produção para o território que hoje constitui o Estado do Tocantins.

concentravam basicamente toda a produção e absorção de mão de obra do setor na Região Norte.

Destacamos a transformação de produtos alimentares como o principal ramo industrial o qual apresentava um total de 468 estabelecimentos (38,46% do total), concentrando a maior parte da mão de obra empregada pelo setor industrial no Norte, com 23,5%, porém, em média cada estabelecimento empregava cerca de sete funcionários, uma das menores médias constatadas para o conjunto da macrorregião. No que tange aos salários, o setor concentrava 18,01% do total, o que nos mostra que os rendimentos pagos aos funcionários do setor eram baixos, dada a relação entre salários e mão de obra empregada. Essas informações podem ser observadas na tabela 4.1.

Continuando a análise do setor no período, observamos a grande importância dos ramos de transformação de minerais não metálicos, produtos alimentares, madeira, borracha e couros e peles, para a constituição do produto industrial regional, que somados representaram 63,85% dos estabelecimentos industriais, 61,34% do pessoal ocupado, 59,17% dos salários pagos e 63,29% do valor bruto da produção (com 58,73% do VTI).

Ao se considerar que são indústrias de baixo valor agregado e basicamente ligadas à base agrícola e extrativista presente na Amazônia, é demonstrado que o caráter industrial da região é de baixíssima especificidade técnica. O principal destaque para a evolução da produção durante a década de 1950 diz respeito à produção da indústria extrativa, que, aumentou consideravelmente sua participação no PIB industrial do Norte. Essa condição se deu principalmente pelo início da exploração de Manganês na Serra do Navio no estado do Amapá, que será discutido mais profundamente posteriormente.

Tabela 4. 1. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 1950 - 1960*.

Classe e Gênero da Indústria	1950					1960				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	0,41	0,83	1,78	0,63	1,28	0,33	9,00	25,18	10,70	17,07
<i>Indústria de transformação</i>	99,59	99,17	98,22	99,37	98,72	99,67	91,00	74,82	89,30	82,93
- Minerais não metálicos	12,33	10,64	9,08	3,07	4,66	18,96	12,68	7,19	2,68	3,56
- Metalúrgica	1,07	1,45	1,95	2,17	2,46	1,05	1,61	1,57	2,13	2,36
- Mecânica	-	-	-	-	-	0,17	0,05	0,08	0,01	0,02
- Material Elétrico/Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Material de transporte	3,62	2,67	4,21	1,50	1,97	1,54	1,57	1,50	0,55	0,66
- Madeira	7,89	13,48	16,34	11,96	12,67	10,53	12,50	9,35	5,70	5,23
- Mobiliário	2,05	2,36	2,84	1,04	1,24	5,40	2,72	2,07	0,94	1,12
- Papel/Papelão	0,33	0,06	0,06	0,11	0,06	0,39	0,19	0,17	0,18	0,22
- Borracha	1,48	7,89	8,80	6,60	10,02	1,27	3,88	3,84	5,42	4,53
- Couros/Peles	3,70	5,83	6,93	9,26	5,93	1,76	3,42	2,78	1,83	1,76
- Química	4,77	4,58	2,98	4,08	3,47	3,09	4,01	4,93	16,28	16,91
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	0,33	0,36	0,54	1,05	1,74	0,17	0,22	0,25	0,36	0,21
- Perfumaria/Sabões/Velas	3,04	2,29	2,05	6,66	7,97	1,87	2,75	2,38	4,49	3,14
- Produtos de materiais plásticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Têxtil	0,66	5,96	4,40	4,25	5,10	0,99	8,04	7,19	13,75	14,08
- Vestuário/Calçado/Arte. Tecidos	6,16	5,33	5,26	3,25	3,34	5,24	3,23	2,10	1,33	1,25
- Produtos alimentares	38,46	23,50	18,01	32,40	25,45	35,61	19,09	15,73	23,21	16,87
- Bebidas	7,64	6,96	5,33	5,34	5,68	7,22	8,27	6,68	4,73	5,08
- Fumo	0,74	0,89	0,95	2,19	1,98	0,66	1,80	1,96	3,58	3,60
- Editorial/Gráfica	4,52	4,04	8,11	3,91	4,53	2,81	4,49	4,69	1,95	2,16
- Diversos	0,82	0,86	0,63	0,51	0,47	0,94	0,48	0,34	0,15	0,17
Totais	100									

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1960. Elaboração própria.

Nota: * (-) representa valores inexistentes.

No mais, no ano de 1960, o dinamismo industrial se concentrou nas mesmas atividades produtivas de baixo valor agregado, se utilizando da oferta de recursos naturais do local, bem como se sustentando na base agrícola presente. Em valores absolutos, foram observados 1814 estabelecimentos industriais no Norte, com 6 indústrias extrativas e 1808 indústrias de transformação. A indústria extrativa foi responsável por 25,18% dos salários, 10,7% do valor bruto da produção e 17,07% do VTI do Norte, como exposto anteriormente, essa condição se concentrou principalmente na extração de manganês no estado do Amapá.

Na indústria de transformação, os ramos que se destacaram foram os de produtos alimentares, transformação de minerais não metálicos e de madeira. As indústrias química e têxtil, que, apesar dos poucos estabelecimentos, foram responsáveis por grande parte de valor bruto da produção (16,28% e 13,75% respectivamente) e de VTI com 16,91%¹⁹⁷ e 14,08% respectivamente.

Portanto podemos afirmar que, apesar de ter aumentado a produção industrial, não se observou uma evolução da estrutura produtiva, onde o setor ainda se baseava na produção intensiva em mão de obra. Essa condição mostra o relativo atraso da região para com o centro econômico do país que já dava passos para a industrialização pesada. De fato, a indústria local se assemelhava em muito com a constatada no início do PSI para o Brasil.

Salientamos que, como abordado anteriormente, as políticas de desenvolvimento e valorização da Amazônia ainda estavam iniciando, dado principalmente que a atuação da SPEVEA foi muito limitada e os recursos destinados pela SUDENE, não compensaram o atraso do local. Com a criação da SUDAM, de fato foi dado início ao pensamento de levar desenvolvimento para a Amazônia Legal. Agora analisaremos os impactos que os planos da SUDAM geraram em termos de seus resultados.

4.1.2 Década de 1970, transformações e crescimento.

Agora partiremos para um segundo momento da análise, onde se espera encontrar algum impacto das políticas de desenvolvimento regional adotadas pela SUDAM, observando de que maneira os objetivos foram alcançados. Ao analisar a estrutura industrial nas décadas de 1970 e 1980, poderemos constatar de que maneira o Norte brasileiro foi influenciado pelo processo de desconcentração produtiva, decorrente deste período.

Como exposto até o momento, a dinâmica industrial existente na Região Norte até a década de 1960 se baseava em indústrias de pequeno porte, de atividades de baixo valor agregado, voltadas para a base agrícola da região e a oferta de matérias primas existentes. Portanto, uma estrutura bastante atrasada em comparação com o desenvolvimento observado no centro econômico brasileiro. Outro ponto fundamental é que já estamos considerando a região que hoje representa o estado do Tocantins no conjunto da produção do Norte.

¹⁹⁷ Esse valor de VTI foi o maior observado para o conjunto do Norte. Esses ramos industriais se concentraram nos estados do Amazonas e do Pará, como será observado mais a frente.

Primeiro ponto a se considerar é a participação da indústria extrativa para o conjunto do Norte. Para o total da região, estimamos os valores de pessoal ocupado, salários, VBP e VTI, com base na diferença entre o total e a indústria de transformação. Essa necessidade se deve principalmente pela incidência de sigilo estatístico que omitiu os dados da indústria extrativa do Amapá. Ao considerar que grande parte da dinâmica produtiva deste estado se devia à extração de Manganês, acreditamos que, assim como na década de 1960, essa atividade tenha concentrado a maior parte da produção industrial, porém como não era possível estimar o valor exato optamos por manter as informações como são mostradas no Censo, com valores aproximados.

Considerando todos esses fatos observamos que a matriz industrial do Norte apresenta-se com as principais atividades a extração de minérios, representando 15,91% do valor bruto da produção e 24,77% do VTI para a região. Na indústria de transformação, destacaram-se as atividades ligadas a produção de artefatos de madeira (com 9,22% do VBP e 10,34% do VTI) e de produtos alimentares, que concentraram 23,86% da produção, com 16,41% do VTI regional. Essas informações podem ser observadas na tabela 4.2.

Desse modo não foi constatada uma alteração significativa da estrutura industrial ao ponto em que a dinâmica produtiva existente persistia na produção de baixo valor agregado e na oferta de recursos naturais, e na base agrícola característica da região.

No ano de 1975, de fato foi possível constatar algumas alterações mais significativas quanto à estrutura industrial do Norte. Os investimentos adotados a partir dos planejamentos de desenvolvimento regional efetuados pela SUDAM já geraram resultados tangíveis. Considerando ainda que o processo de desconcentração regional produtiva observado nos anos de 1970 tenha afetado de alguma forma a produção industrial do Norte brasileiro.

Primeiramente, observamos o ganho de importância da indústria de material elétrico e de comunicação, que passou a concentrar 22,64% do VTI total da Região Norte, configurando a primeira grande alteração de estrutura industrial. Essa alteração foi concentrada no estado do Amazonas como será visto mais à frente.

Observamos também o aumento da transformação de madeira, que se sustentou no aumento da atividade no estado do Pará. As demais atividades observadas com certa relevância para o conjunto do Norte são a transformação de minerais não metálicos e de

produtos alimentares, sustentados principalmente pela grande quantidade de empresas atuantes.

Tabela 4. 2. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.

Classe e Gênero da Indústria	1970					1975				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	2,39	9,02	14,27	15,91	24,77	1,33	5,75	8,21	4,56	6,20
- Extração de minerais	2,39	9,02	14,27	15,91	24,77	1,33	5,75	8,21	4,56	6,20
<i>Indústria de transformação</i>	97,61	90,98	85,73	84,09	75,23	98,67	94,25	91,79	95,44	93,80
- Minerais não metálicos	20,97	12,09	6,70	3,89	5,18	18,97	10,15	6,56	5,38	6,99
- Metalúrgica	1,55	2,08	2,39	3,40	2,01	2,29	2,48	2,89	4,08	3,21
- Mecânica	2,22	1,12	2,53	1,07	1,06	1,04	1,93	1,12	1,15	1,60
- Material Elétrico/Comunicação	0,70	0,21	0,28	0,15	0,18	0,66	5,90	7,82	16,21	22,64
- Material de transporte	5,29	2,18	1,31	0,81	0,98	3,53	2,83	2,97	2,00	2,55
- Madeira	12,33	18,66	17,03	9,22	10,34	16,98	22,25	19,62	11,07	13,14
- Mobiliário	6,92	3,08	2,19	1,24	1,38	4,03	1,88	1,09	0,57	0,62
- Papel/Papelão	0,11	(x)	(x)	(x)	(x)	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)
- Borracha	0,79	0,60	0,82	3,57	1,42	0,56	0,62	0,62	1,44	1,06
- Couros/Peles	1,01	0,96	1,23	0,97	1,34	0,52	(x)	(x)	(x)	(x)
- Química	1,77	1,67	1,07	0,75	0,80	1,00	1,07	2,16	0,53	0,65
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	0,08	0,20	0,21	0,07	0,10	0,02	(x)	(x)	(x)	(x)
- Perfumaria/Sabões/Velas	0,87	1,47	1,19	3,06	2,26	0,45	0,66	2,04	1,14	1,11
- Produtos de Materiais Plásticos	0,06	(x)	(x)	(x)	(x)	0,14	0,45	0,70	0,60	0,43
- Têxtil	0,65	(x)	(x)	(x)	(x)	0,72	3,33	6,62	5,36	4,49
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	1,24	1,47	1,78	1,01	0,80	1,16	3,05	2,74	4,89	4,50
- Produtos Alimentares	32,99	21,08	16,64	23,86	16,41	41,72	20,50	15,29	18,90	14,67
- Bebidas	4,33	3,17	3,37	2,06	2,39	1,58	4,06	3,43	2,91	4,25
- Fumo	0,14	0,74	2,09	1,70	2,30	0,07	0,56	1,00	1,80	2,45
- Editorial/Gráfica	2,39	3,85	6,30	2,24	2,80	1,92	2,83	4,86	1,71	2,33
- Diversos	1,18	0,30	0,30	0,30	0,14	0,86	0,15	2,29	0,04	0,06
- Apoio/Serviços de caráter industrial	-	-	-	-	-	0,34	0,28	0,31	0,17	0,11
Totais	100									

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1970 e 1975

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico, (-) representa valores inexistentes. No caso do ramo de apoio e serviços de caráter industrial não existia essa subdivisão no Censo de 1970, por esse fato não foram geradas observações para o ano de 1970.

No ano de 1975 foram observadas 5.583 indústrias no Norte, sendo 74 estabelecimentos da indústria extrativa e 5.509 empresas dos ramos de transformação. O setor industrial empregou ainda um total de 70.901 funcionários entre operários e outros

empregados. Observou-se grande ganho de importância da indústria de bens de consumo duráveis, evidenciando uma alteração significativa de estrutura produtiva.

Essa alteração acelera no ano de 1980, onde o ramo de materiais elétricos e de comunicação passa a ser responsável pela maior participação no valor bruto da produção (com 32,35%) e no VTI da região, concentrando 30,83% do total. Ao comparar o número de empresas atuante nesse ramo e sua participação relativa no PIB industrial da região, constatamos que se trata de uma atividade bastante dinâmica e que de fato representou grande relevância para a dinâmica produtiva regional.

Tabela 4. 3. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1980*.

Classe e Gênero da Indústria	1980				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	<i>0,67</i>	<i>5,61</i>	<i>9,95</i>	<i>6,95</i>	<i>10,04</i>
- Extração de minerais	0,67	5,61	9,95	6,95	10,04
<i>Indústria de transformação</i>	<i>99,33</i>	<i>94,39</i>	<i>90,05</i>	<i>93,05</i>	<i>89,96</i>
- Minerais não metálicos	20,56	9,53	7,31	3,91	4,28
- Metalúrgica	2,86	3,37	4,21	3,65	2,88
- Mecânica	0,87	2,96	4,37	2,45	2,81
- Material Elétrico/Comunicação	0,71	13,63	11,78	32,25	30,83
- Material de transporte	2,63	4,87	5,51	5,33	5,97
- Madeira	32,20	25,22	20,52	9,98	10,89
- Mobiliário	4,95	2,61	2,17	0,95	1,05
- Papel/Papelão	0,12	1,01	2,45	2,82	3,11
- Borracha	0,48	1,03	0,99	2,22	1,72
- Couros/Peles	0,24	0,47	0,66	0,33	0,27
- Química	0,57	0,86	1,40	3,86	3,50
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	0,04	(x)	(x)	(x)	(x)
- Perfumaria/Sabões/Velas	0,27	0,51	0,58	0,58	0,62
- Produtos de Materiais Plásticos	0,22	1,18	1,11	0,80	0,82
- Têxtil	0,71	4,90	3,93	7,21	5,55
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	0,92	1,94	1,43	1,50	0,98
- Produtos Alimentares	26,56	14,01	12,24	9,52	7,74
- Bebidas	1,01	2,15	3,12	1,89	2,44
- Fumo	0,05	0,28	0,53	0,70	0,49
- Editorial/Gráfica	2,18	2,21	2,80	0,78	0,85
- Diversos	0,94	2,05	2,55	2,89	3,47
- Apoio/Serviços de caráter industrial	0,23	0,71	1,19	0,19	0,23
<i>Totais</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1980.

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico, (-) representa valores inexistentes.

Outra atividade produtiva que continuou a crescer no período foi a transformação de madeira que apresentou o maior número de estabelecimentos industriais (2.634 de 8.179), e absorveu 25,22% da mão de obra do setor, pagando 20,52% dos rendimentos salariais totais da indústria no Norte. Podemos observar essas condições na tabela 4.3

Essas condições e alterações serão discutidas mais a fundo posteriormente, dado que foram transformações observadas principalmente nos estados do Amazonas e do Pará. No ano de 1980 ainda podemos observar certa relevância na produção de bens de consumo não duráveis, nos ramos de produtos alimentares e de transformação de minerais não metálicos, essa incidência continua sustentada pela grande diversificação da indústria paraense.

A indústria extrativa permanece com bastante relevância, sustentado principalmente pela produção nos estados do Amapá e Rondônia. O projeto Grande Carajás, discutido no terceiro capítulo deste trabalho ainda não estava em funcionamento, onde a extração de ferro da localidade é iniciada na década de 1980, transformando o Pará em grande extrator deste produto.

A década de 1980 é marcada na economia brasileira como um período de intensa instabilidade econômica, provocada pela crise financeira e de um processo inflacionário intenso. Durante praticamente toda a década de 1980 o Governo Federal deixa de lado as políticas de desenvolvimento regional e de crescimento das atividades industriais, no período que ficou conhecido como a década perdida. Nos anos 1990, é dado início ao processo de abertura comercial do país, e a indústria nacional sofre outro choque. Neste contexto, analisaremos a estrutura industrial durante os anos de 2000, 2005, 2010 e 2012, através dos dados da PIA empresa.

Observamos primeiramente uma continuidade da indústria extrativa, sustentada pelo ramo de minerais metálicos, nos estados do Pará, Amapá e Rondônia. Destacamos o grande crescimento da atividade no Pará, já no contexto do Projeto Grande Carajás. Em valores relativos, a indústria extrativa do Norte representou 8,43% do VBP e 13,72% do VTI total no ano de 2000, passando para 12,09% de valor bruto da produção e 18,64% do valor de transformação industrial no ano de 2005.

Tabela 4. 4. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.

Classe e Gênero da Indústria	2000					2005				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústrias Extrativas	1,77	3,03	6,64	8,43	13,72	2,14	3,30	8,34	12,09	18,64
- Carvão Mineral	0,08	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-	-	-	-
- Petróleo/Serviços relacionados	0,08	0,30	1,17	1,12	2,35	0,10	0,32	3,06	2,59	5,57
- Minerais Metálicos	0,29	1,50	4,19	6,65	10,81	0,50	1,96	4,03	8,99	12,49
- Minerais Não-Metálicos	1,31	0,65	0,56	0,40	0,34	1,54	0,16	0,10	0,02	0,02
Indústrias de Transformação	98,23	95,37	92,08	91,03	85,61	97,82	96,69	91,65	87,91	81,36
- Produtos Alimentícios/Bebidas	23,47	19,45	17,38	13,81	16,29	21,66	17,57	12,85	11,36	14,25
- Fumo	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,19	0,23	0,09	0,10
- Têxtil	0,80	1,37	0,84	0,51	0,41	0,52	1,20	0,48	0,13	0,19
- Vestuário/Acessórios	3,10	1,12	0,42	0,10	0,08	3,78	1,46	0,57	0,10	0,09
- Couro/Artigos de viagem/Calçados	0,72	0,26	0,13	0,08	0,04	0,71	0,92	0,47	0,48	0,42
- Madeira	28,20	27,87	13,11	4,40	4,99	26,22	20,92	12,21	3,66	4,15
- Celulose/Papel/Produtos de papel	0,62	1,72	2,91	1,82	1,98	0,64	1,54	1,84	1,22	1,56
- Edição/Impressão/Reprodução	6,37	4,04	3,94	2,29	2,08	5,80	3,19	3,25	2,48	3,77
- Derivados de Petróleo/Outros combustíveis	0,16	0,55	2,14	0,06	0,07	0,12	(x)	(x)	(x)	(x)
- Produtos Químicos	2,33	2,22	3,20	3,07	2,88	5,55	2,81	3,20	2,24	2,23
- Borracha/Plástico	2,65	3,34	3,30	2,07	1,83	3,64	5,20	5,10	2,96	2,48
- Minerais não metálicos	9,63	5,50	3,13	2,03	2,58	9,21	5,13	3,30	1,52	1,89
- Metalurgia básica	0,91	2,24	4,41	8,13	5,99	1,08	2,81	4,59	7,47	5,56
- Produtos de metal	3,59	2,19	2,42	1,85	3,02	4,89	3,00	3,35	2,39	2,99
- Máquinas/Equipamentos	1,34	1,64	1,95	2,28	2,01	1,23	1,10	1,23	1,31	1,25
- Máquinas para escritório/Equipamentos de informática	0,86	1,42	3,39	4,66	4,87	0,71	1,96	1,52	2,10	0,98
- Materiais elétricos	0,94	1,57	1,42	0,99	0,63	1,06	3,14	2,86	1,51	1,28
- Material eletrônico/Aparelhos e equipamentos de comunicações	1,71	10,34	15,46	27,15	20,94	1,50	12,39	17,44	27,99	16,87
- Instrumentação médico-hospitalar, Instrumentos de precisão e ópticos	1,07	1,40	1,77	1,74	2,16	0,69	1,15	1,59	0,93	1,40
- Fabricação e montagem de veículos automotores / Reboques / Carrocerias	1,74	1,05	0,96	0,48	0,28	1,60	0,83	0,59	0,28	0,23
- Equipamentos de transporte	1,42	4,09	7,18	9,79	6,68	1,56	6,13	11,10	11,43	7,58
- Móveis/Indústrias diversas	6,23	2,94	2,48	1,36	1,54	5,09	2,50	2,17	0,98	1,22
- Reciclagem	0,19	0,08	0,06	0,02	0,02	0,29	0,50	0,20	0,06	0,07
- Outros	1,63	1,12	2,05	3,15	5,11	2,18	1,91	2,68	5,71	11,38
Total	100									

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2000, 2005. Formulação Própria.

Essas informações podem ser observadas na tabela 4.4, que demonstra a estrutura industrial do Norte nos anos de 2000 e 2005. Na indústria de transformação observamos o mesmo quadro da década de 1970, com grande participação da indústria de bens de consumo duráveis, sustentado principalmente nos resultados do estado do Amazonas, nos ramos de equipamentos eletrônicos e de comunicação e de materiais de transporte. A cadeia produtiva da madeira continuou com lugar de destaque, amparada na produção paraense. De resto observamos a produção de bens de consumo não duráveis, como a transformação de produtos alimentares.

Já no ano de 2012 observamos um forte crescimento da indústria extrativa, amparado principalmente pelo excelente resultado observado no Pará. A indústria extrativa do Norte sustentou seu resultado praticamente na extração de minerais metálicos, concentrando 36,93% do VTI regional.

Na indústria de transformação a dinâmica produtiva permanece sustentada pela produção de equipamentos eletrônicos, situada espacialmente na ZFM. O ramo produtivo foi responsável por 21,17% do VBP e 12,40% do valor de transformação industrial totais.

No mais, destacamos ainda os ramos de bens de consumo não duráveis, com a produção de alimentos e bebidas, que se observou em todos os estados que compõem o Norte. Por fim, observamos a produção de equipamentos de transporte (exceto automotores) que se concentrou nos estados do Pará e Amazonas. Essas informações podem ser observadas na Tabela 4.5.

Tabela 4. 5. NORTE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.

Classe e Gênero da Indústria	2012				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústrias extrativas</i>	3,71	8,57	19,25	21,93	36,93
- Carvão Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Petróleo/Gás Natural	0,02	(x)	(x)	(x)	(x)
- Minerais Metálicos	0,88	6,52	14,55	20,12	34,14
- Minerais não-metálicos	2,46	0,42	0,30	0,10	0,13
- Atividades de apoio à extração de minerais	0,30	0,35	0,68	0,23	0,40
<i>Indústrias de transformação</i>	96,29	91,43	80,75	78,07	63,07
- Produtos Alimentícios	18,49	18,07	11,41	10,58	6,44
- Bebidas	1,99	4,08	4,95	7,32	12,29
- Fumo	0,26	0,03	0,04	0,00	0,00
- Têxtil	0,64	0,60	0,24	0,06	0,07
- Confecção/estuário/acessórios	4,34	1,35	0,55	0,15	0,15
- Couros	0,62	0,73	0,36	0,31	0,16
- Madeira	18,86	10,12	5,44	2,09	1,97
- Celulose/Papel/Produtos de papel	0,75	1,57	1,69	0,86	0,80
- Impressão/Reprodução de gravações	4,23	1,68	1,57	1,01	1,28
- Coque/Derivados do petróleo/Biocombustíveis	0,32	0,85	1,78	3,09	4,98
- Química	2,63	1,63	1,84	1,79	1,46
- Farmoquímicos/Farmacêuticos	0,24	0,06	0,05	0,04	0,05
- Borracha/Material plástico	3,95	4,48	3,86	2,28	1,62
- Minerais não-metálicos	14,24	7,33	4,45	2,57	2,70
- Metalurgia	0,88	2,68	4,02	6,12	1,94
- Metal, exceto máquinas e equipamentos	6,26	4,21	3,94	2,79	2,67
- Informática/Produtos eletrônicos/Ópticos	1,90	13,10	14,51	21,17	12,40
- Máquinas/Aparelhos/Materiais elétricos	1,13	2,95	2,44	1,38	1,25
- Máquinas e equipamentos	1,41	2,24	1,78	1,76	0,92
- Veículos automotores/Reboques/Carrocerias	2,18	1,29	1,05	0,57	0,52
- Outros equip. de transporte/Exceto veículos automotores	1,34	7,13	9,39	9,80	6,27
- Móveis	4,04	1,47	0,90	0,31	0,33
- Diversos	1,90	1,49	1,78	1,56	2,12
- Manutenção/Reparação/Instalação de máquinas e equip.	3,69	1,91	2,45	0,40	0,62
<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2012. Formulação Própria.

Nota: (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico.

A partir desta análise, buscaremos agora observar de fato o grau de concentração espacial das indústrias extrativas e de transformação na economia nortista. Com base nas contas regionais, iremos mostrar a participação relativa do PIB industrial dividido pelas microrregiões do Norte. Efetuamos tal divisão para facilitar a observação da divisão territorial.

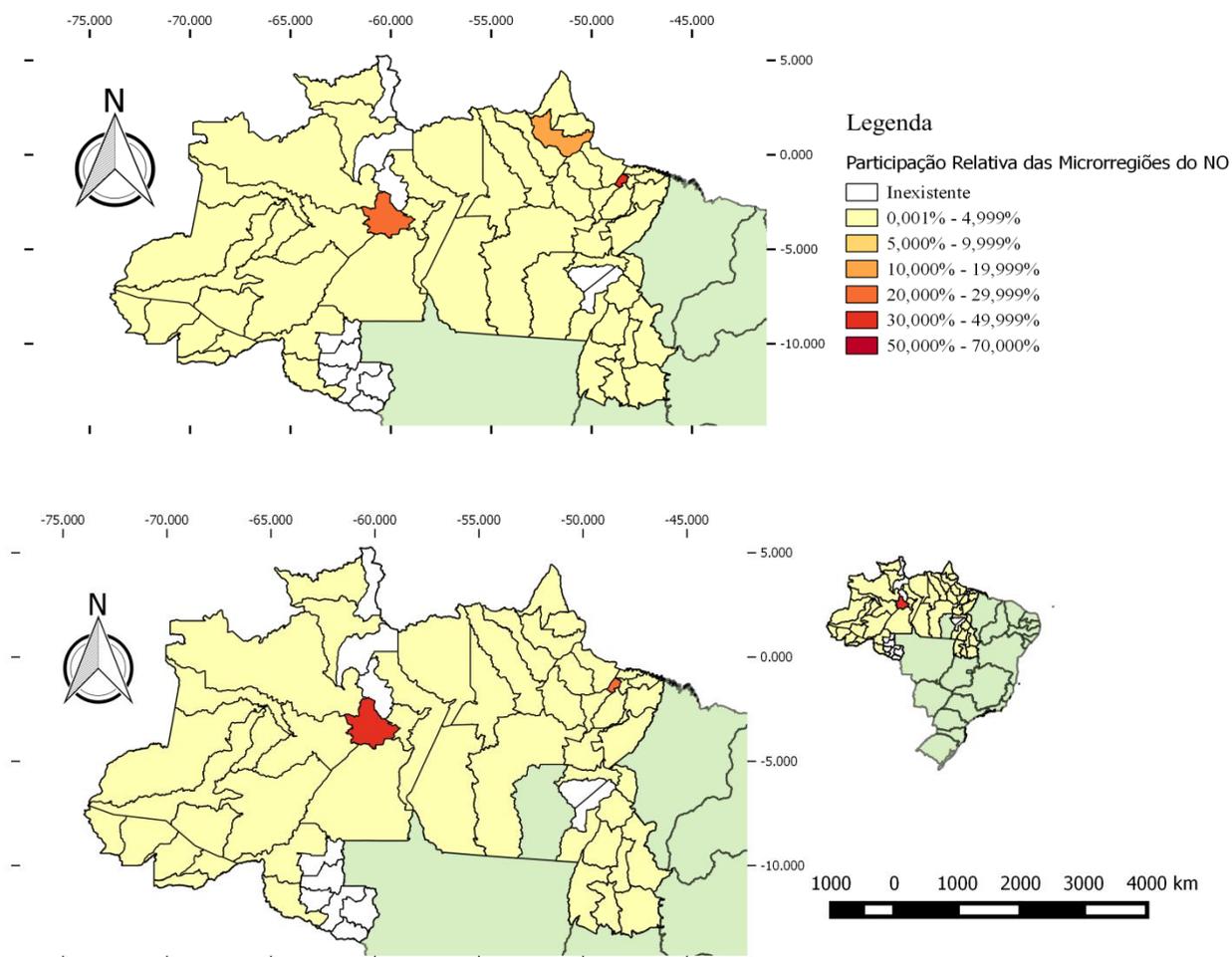
A primeira observação temporal que analisaremos parte da divisão da produção industrial no ano de 1970 em comparação com o ano de 1975. Através dos dois primeiros eirós contidos na Figura 4.1¹⁹⁸, observamos o elevado grau de concentração da produção industrial do Norte. Porém, chamamos a atenção do leitor para a constatação de que esse quadro reflete muito mais a incipiente produção observado na Região, do que dinamismo de alguma localidade.

Em valores relativos a produção industrial de Belém apresentou o principal resultado, concentrando 30,73% do PIB industrial nortista. Em segundo lugar aparece Manaus que foi responsável por 29,82% da produção. Por fim, destacamos a importância de Macapá para o contexto regional, dado que a capital amapaense foi responsável por gerar 14,57% de Produto. As demais cidades pouco acrescentaram para o conjunto

Em 1975, é iniciado um processo de reversão onde Manaus passa a despontar como principal potência industrial regional. A participação relativa da cidade sobe para 47,11% do PIB, deixando Belém com pouco mais de 25% da parcela produtiva do setor no Norte. Macapá perde bastante espaço na dinâmica produtiva nortista, passando a se colocar no patamar de produção de Porto Velho, outra capital fortemente articulada com a base da indústria extrativista.

¹⁹⁸ Os Mapas foram construídos com base nos dados das contas regionais disponibilizados no Ipeadata as microrregiões em branco consistem nos conjuntos de municípios que inexistiam nos anos de 1970 e 1975. A microrregião em verde no segundo mapa (referente ao ano de 1970) apresentou produção, porém, em casa decimal inferior ao estipulado na legenda do mapa.

Figura 4. 1. NORTE: Distribuição (%) do PIB da indústria extrativa mineral e da indústria de transformação pelas microrregiões 1970/1975.



Fonte: IPEADATA – Contas regionais 1970-1975. Formulação Própria

Nota: Os Mapas foram construídos com base nos dados das contas regionais disponibilizados no Ipeadata as microrregiões em branco consistem nos conjuntos de municípios que inexistiam nos anos de 1970 e 1975. A microrregião em verde no segundo mapa (referente ao ano de 1975) apresentou produção, porém, em casa decimal inferior ao estipulado na legenda do mapa.

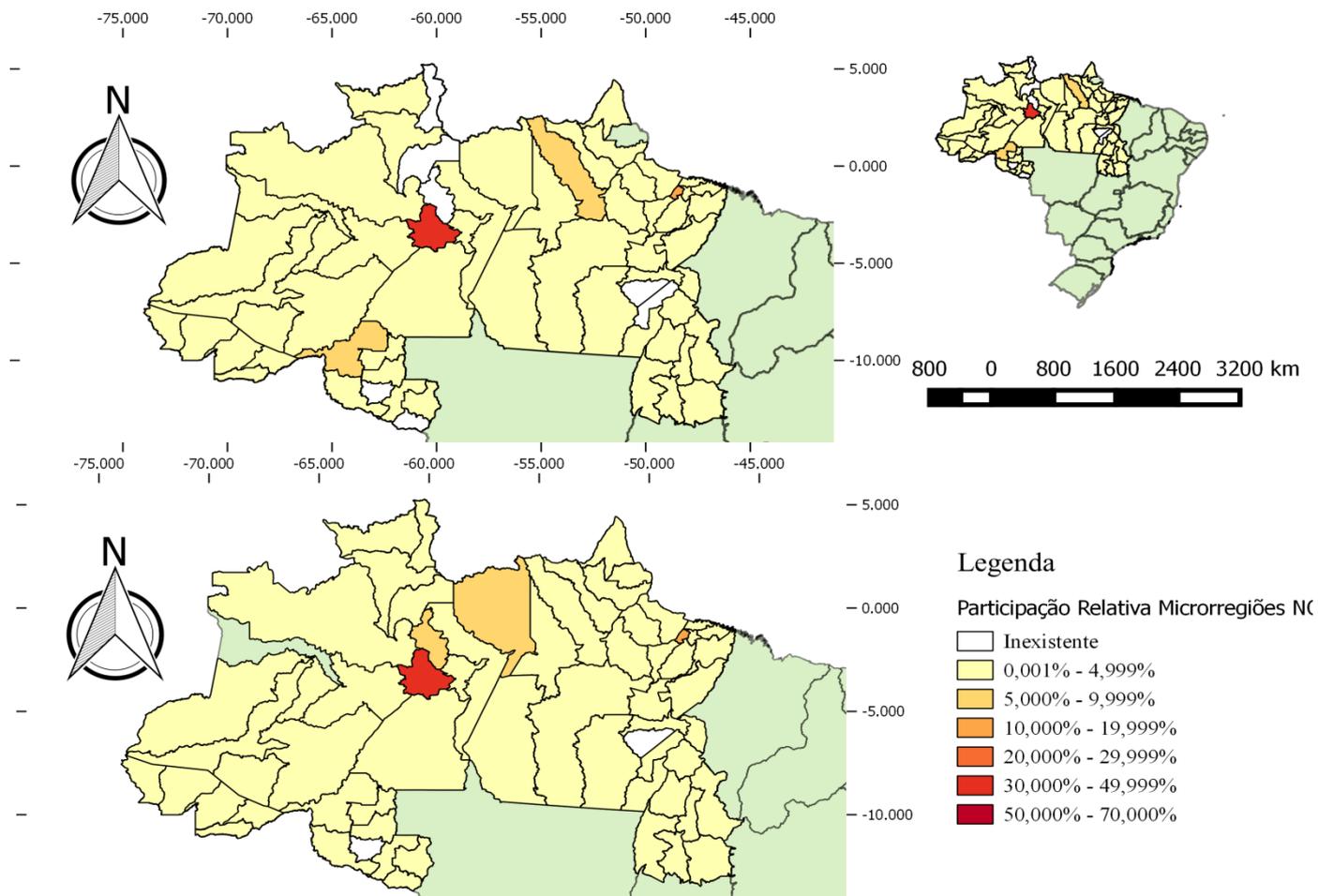
Na década de 1980, a condição produtiva permanece com o quadro observado ao longo dos anos 1970. Manaus se consolida como a grande concentradora da produção industrial no Norte, onde foi responsável por 43,57% e 37,93% do PIB nos anos de 1980 e 1985 respectivamente. Como observado nas informações contidas nos Censos industriais, a produção manauara se destacou fortemente devido o excelente resultado da fabricação de equipamentos eletrônicos.

O estado do Pará continuou perdendo sua importância relativa, demonstrando que apesar de numerosa, sua indústria teve pouco grau de capacidade tecnológica empregado, caracterizando indústrias leves de produção de bens de consumo não duráveis. Nos anos de 1980 e 1985 o Pará foi responsável por cerca de 40% do PIB industrial do Norte, resultado próximo dos observados em Manaus. A principal cidade paraense na dinâmica industrial do Norte continuou sendo Belém (com 16,5% em 1980 e 16,53% em 1985). Essas condições podem ser observadas na Figura 4.2.

Na década de 1980 é iniciada de fato a exploração de Carajás, que passou a ser de grande relevância para a dinâmica produtiva regional, principalmente nos anos mais recentes, como será mostrado mais a frente. Acrescentamos que as demais cidades do Norte pouco somaram no PIB industrial. Lembrando que a economia brasileira se encontrava em profunda crise no período, época que limitou o poder do Governo em intervir no processo de desenvolvimento econômico nacional e regional.

No ano de 1996, a dinâmica de acumulação da indústria do Norte caminhou para um quadro de intensa concentração com a produção manauara responsável por 66,30% de todo o produto do setor. Esse quadro se intensifica no contexto de abertura comercial e de intensa valorização cambial a partir do Plano Real. A indústria da Zona Franca de Manaus se caracteriza por montagem de equipamentos eletrônicos, ou seja, é uma produção que necessita de grandes importações de insumos. Mota (2010) analisa a dinâmica recente do mercado externo na economia brasileira, e aponta para o quadro de intensos déficits da balança comercial do estado do Amazonas que durante a década de 1990, foi responsável por cerca de 90% das importações totais do Norte.

Figura 4. 2. NORTE: Distribuição (%) do PIB da indústria extrativa mineral e da indústria de transformação pelas microrregiões 1980/1985.

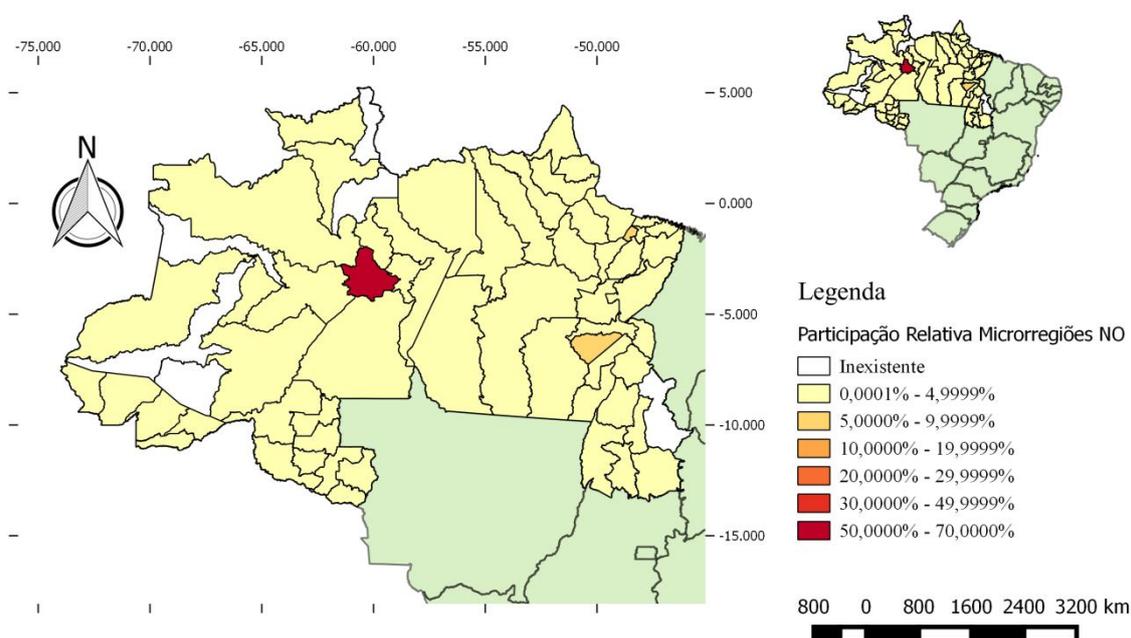


Fonte: IPEADATA, Contas regionais – 1980-1985. Formulação própria.

Nota: Os Mapas foram construídos com base nos dados das contas regionais disponibilizados no Ipeadata as microrregiões em branco consistem nos conjuntos de municípios que inexistiam nos anos de 1980 e 1985. A microrregião em verde nos mapas apresentou produção, porém, em casa decimal inferior ao estipulado na legenda do mapa.

O restante da produção industrial do Norte se distribuiu pelas demais cidades, onde no ano de 1996 nenhuma outra localidade apresentou grande relevância para dinâmica produtiva do setor. A cidade de Belém concentrou pouco mais de 5% do PIB da indústria, e a microrregião de Parauapebas que se caracterizou principalmente pela extração de minério de ferro na cerra do Carajás, no contexto do PGC, discutido ao fim do terceiro capítulo deste trabalho. Essas condições podem ser observadas na Figura 4.3.

Figura 4. 3. NORTE: Distribuição (%) do PIB da indústria extrativa mineral e da indústria de transformação pelas microrregiões - 1996.



Fonte: IPEADATA, contas regionais – 1996. Formulação própria.

Nota: Os Mapas foram construídos com base nos dados das contas regionais disponibilizados no Ipeadata as microrregiões em branco consistem nos conjuntos de municípios que inexistiam no ano de 1996.

Ainda assim, não podemos observar o real impacto da atividade industrial para o contexto regional, desse modo, analisaremos a estrutura do PIB do Norte com o objetivo de levantar o real peso da indústria na dinâmica produtiva local. Com base na Tabela 4.6, constatamos que a produção está fortemente ligada ao setor de serviços que chegou a concentrar 60,72% do PIB total em 2009.

A indústria extrativa encontrou-se em processo de crescimento, ao passo que os ramos de transformação perderam participação nos últimos dez anos. Essa condição pode estar diretamente vinculada com o alto crescimento das atividades de serviços, porém, demonstra pelo menos, o processo de tímido crescimento recente.

Tabela 4. 6. REGIÃO NORTE: Participação relativa do PIB por setores da economia (1985-2009 a preços de 2000).

Setores	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Agricultura	18,13	19,66	15,99	12,53	10,88	10,55
Indústria	41,43	35,28	37,85	39,18	31,88	28,73
- Indústria extrativa	5,42	1,62	1,53	3,61	4,08	4,24
- Indústria de transformação	25,50	24,95	23,60	23,82	17,55	14,05
- Construção civil/ Util. Pública.	10,51	8,71	12,72	11,76	10,24	10,44
Serviços	40,44	45,05	46,16	48,29	57,24	60,72
PIB Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ipeadata, contas regionais, vários anos. Elaboração própria

Nota: Os dados da indústria extrativa mineral só apresentam informações para os estados do Acre, Roraima e Tocantins nos anos de 2005 e 2009; Para o Estado do Tocantins as informações passaram a ser divulgadas apenas a partir de 1990.

Dado todo o contexto histórico apresentado no terceiro capítulo deste trabalho, observamos que a dinâmica de desenvolvimento econômico da Amazônia esteve diretamente associada às variações do mercado externo, onde o processo de acumulação de capital mostrou forte vinculação com o capital estrangeiro. No caso do período colonial, como aponta Celso Furtado (2005), observou-se o isolamento da Amazônia frente às demais regiões da colônia, predominando uma produção calcada na extração vegetal destinada à exportação¹⁹⁹. Essa característica persistiu com a abertura dos portos e com o advento do período imperial com destaque para o crescimento da importância de Belém do Pará no contexto regional, porém ainda fortemente vinculado ao mercado externo, principalmente durante o auge do ciclo da borracha.

Durante todo o período estudado (1950 – 2012), podemos ainda observar alguns casos onde a dinâmica produtiva esteve diretamente vinculada a uma dinâmica de exportação. Como será observada à *posteriori*, a extração do manganês na Serra do Navio no Amapá e de ferro no PGC na região de Parauapebas, estado do Pará, visava um processo basicamente de extração e exportação dos produtos em seu estado bruto²⁰⁰.

A partir das políticas de valorização da Amazônia, que ganharam força com a criação da SUDAM, o discurso desenvolvimentista buscava uma desvinculação da região com o

¹⁹⁹ Inserido na dinâmica colonial do exclusivo metropolitano, e, portanto como mecanismo de acumulação primitiva de capital da metrópole, cf. Novais (1989)

²⁰⁰ Principalmente na extração de manganês no Amapá, dadas suas características peculiares, como serão abordadas no momento que analisarmos o caso específico do estado.

capital externo, estimulando um processo autônomo de crescimento²⁰¹. Essa condição esteve expressa na formulação do projeto da ZFM, porém sofreu algumas alterações, tanto devido os acontecimentos do golpe militar, quanto do intenso processo de crise instaurado na economia brasileira durante, principalmente, a década de 1980. Com a abertura comercial e as políticas liberais adotadas pelo Estado brasileiro durante a década de 1990, o Polo Industrial de Manaus (PIM) se fortalece principalmente amparado no capital estrangeiro, com o destaque para as indústrias multinacionais.

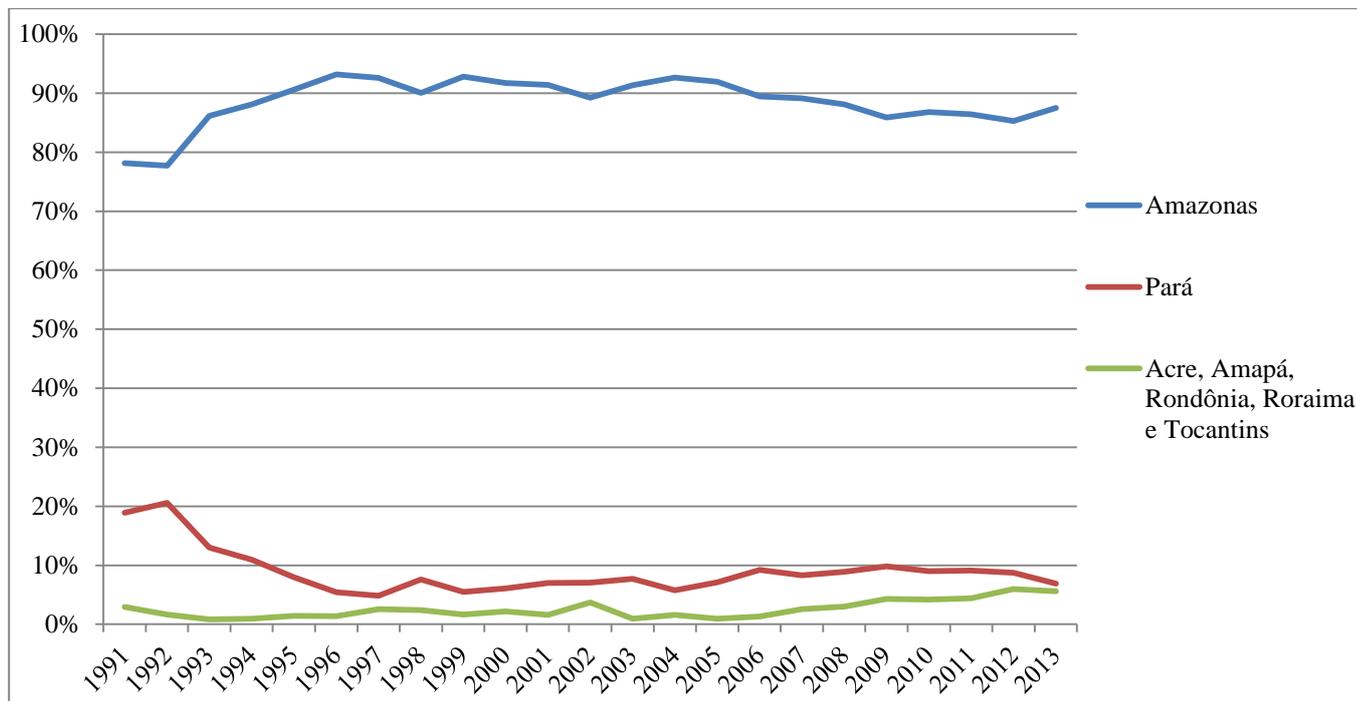
Como discutido anteriormente, a indústria manauara se caracterizou por uma forte vinculação com o capital externo, por se tratar de uma indústria montadora de equipamentos eletrônicos, e, portanto, consumidora de insumos estrangeiros.

Dada essa característica, o crescimento da produção esteve diretamente vinculado às flutuações da política cambial brasileira. Como exposto no segundo capítulo deste trabalho, ao início do Plano Real, a incidência das chamadas Âncoras Cambial e Monetária garantiram a vantagem para a importação²⁰² de produtos. Essa condição favoreceu a dinâmica industrial de Manaus, que incorreu em seguidos déficits na Balança Comercial, como pode ser observado nas contas nacionais divulgadas. Como bem salienta Mota (2010), o estado do Amazonas, a partir dos anos 1990, concentrou quase que a totalidade das importações da Região Norte, essa condição essa que pode ser observada no Gráfico 4.1.

²⁰¹ Autônomo no sentido de se priorizar um processo de desenvolvimento voltado ao mercado interno e ao capital nacional, uma característica do modelo de industrialização substitutiva de importações proposto pela CEPAL.

²⁰² Dado o câmbio fixo e a valorização do Real frente o Dólar.

Gráfico 4. 1. REGIÃO NORTE: Distribuição das importações pelos estados da Região Norte entre os anos de 1991 e 2013 (%).



Fonte: MIDIC/SECEX, Vários anos. Elaboração própria.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), em termos absolutos, os anos de 1996 e 1997²⁰³ representaram os maiores valores de importação da década de 1990 no estado do Amazonas, sendo superada apenas nos anos mais recentes do estudo (após o ano de 2004). Durante toda a série histórica as importações amazonenses se concentraram em Manaus.

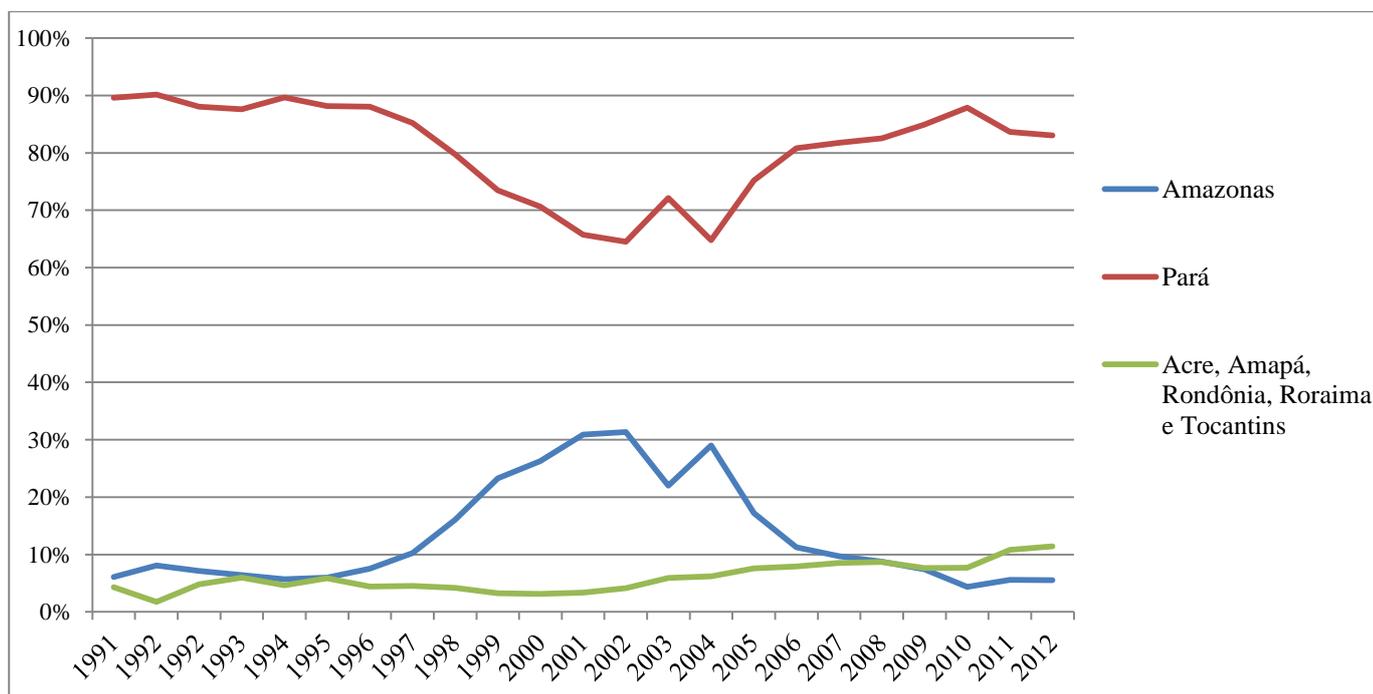
É importante salientar que durante todo o período apontado no gráfico 4.1 (1991-2013) a Balança Comercial do Amazonas se mostrou deficitária, principalmente vinculada à importação de componentes eletrônicos e bens de capital (cerca de 80% das compras internacionais durante todo o período) configurando uma indústria consumidora de Divisas e que apresenta um desenvolvimento atrelado ao capital estrangeiro. Em outras palavras, dependente, tanto da política externa brasileira, quanto da disponibilidade de recursos externos, condição observada por Baptista (1987) como característica da indústria do PIM desde seu início²⁰⁴.

²⁰³ Anos onde a Âncora Cambial do Plano Real esteve em vigor. Após o abandono da equiparação cambial as importações declinaram levemente, se recuperando a partir do ano de 2004.

²⁰⁴ Como comentamos no terceiro capítulo deste trabalho.

Quanto às exportações do Norte, observou-se uma forte concentração no estado do Pará principalmente devido à dinâmica de extração de minério de ferro no Carajás, que se intensificou a partir do ano de 2006. Observamos ainda um aumento das exportações do estado do Amazonas, principalmente após o abandono da âncora cambial do Plano Real em 1999. Essas exportações se concentraram principalmente para os países do MERCOSUL. Tais condições podem ser observadas no gráfico 4.2.

Gráfico 4. 2. REGIÃO NORTE: Distribuição das exportações pelos estados da Região Norte entre os anos de 1991 e 2013 (%).



Fonte: MDIC/SECEX, Vários anos. Elaboração própria.

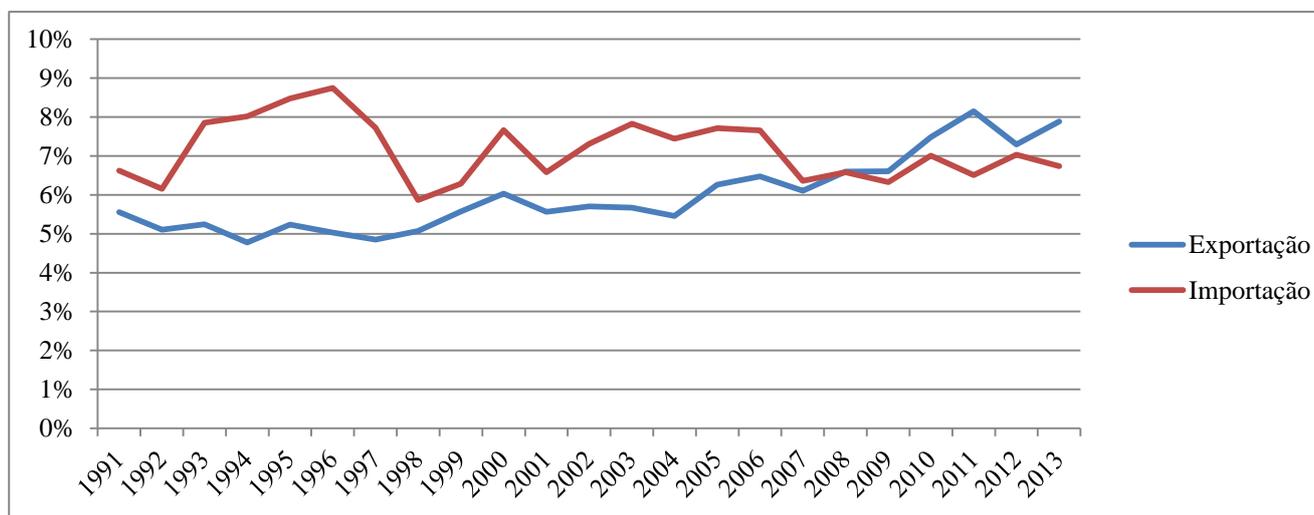
Os demais estados do Norte apresentaram pouca relevância para o conjunto da região, bem como pouco impacto no total do Brasil, como será abordado agora.

Considerando essa dinâmica de importações e exportações da Região Norte, podemos ainda analisar o impacto das compras internacionais destes estados no total do país. As exportações vieram de uma crescente após o ano de 2004, principalmente amparado na extração de ferro no Pará, que se caracterizou por uma atividade voltada para exportação bruta do produto.

No caso das importações, o auge da participação do Norte no conjunto do Brasil se deu principalmente no período de atuação da Âncora Cambial, quando no ano de 1996 representou cerca de 9% das importações brasileiras totais. Com o processo de desvalorização

cambial do fim dos anos 1990 ocorre uma diminuição da participação nacional. Essas condições podem ser observadas no gráfico 4.3.

Gráfico 4. 3. REGIÃO NORTE: Participação da Região Norte nas exportações e importações do Brasil entre 1991 e 2013 (%).



Fonte: MDIC/SECEX, vários anos. Elaboração própria.

Por fim, ao se observar a dinâmica do comércio exterior da Região Norte por fator agregado, constatamos uma espécie de inversão da ótica desenvolvimentista, que esteve em voga durante todo o período de industrialização do país. Podemos observar claramente que, de uma produção voltada para a exportação de produtos básicos e semimanufaturados, as exportações do Norte do Brasil passaram a se assentar em grande medida na em produtos básicos, como pode ser constatado na tabela 4.7.

De acordo com os dados do MDIC/SECEX, a exportação se caracterizou principalmente por produtos básicos de ordem agropecuária e pela dinâmica da indústria extrativa mineral, esse último motivado prioritariamente pela extração de ferro na região do Carajás no Pará. Os bens industrializados exportados basicamente foram produtos metalúrgicos de baixo valor agregado, provenientes da transformação do ferro extraído. A exportação de materiais eletrônicos e de veículos de duas rodas (produção característica da Zona Franca de Manaus) teve pouca influência no total das vendas externas, exportando principalmente para os mercados latino-americanos.

Tabela 4. 7. NORTE: Fator agregado das exportações 1991 - 2013 (valores relativos).

Ano	Básicos	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Industrializados (A+B)	Operações especiais	Total
1991	55,89	33,85	10,18	44,03	0,07	100,00
1992	52,30	34,90	12,76	47,65	0,04	100,00
1993	48,09	37,17	14,69	51,86	0,05	100,00
1994	45,50	41,07	13,34	54,41	0,09	100,00
1995	44,22	44,47	11,01	55,48	0,30	100,00
1996	44,07	42,34	13,33	55,67	0,26	100,00
1997	42,46	41,97	15,26	57,24	0,31	100,00
1998	45,18	35,84	18,62	54,46	0,36	100,00
1999	39,63	34,38	25,68	60,06	0,31	100,00
2000	33,59	32,58	33,57	66,15	0,26	100,00
2001	34,91	29,32	35,55	64,87	0,22	100,00
2002	32,32	28,32	39,26	67,59	0,09	100,00
2003	30,88	25,16	43,77	68,93	0,19	100,00
2004	36,65	27,99	35,22	63,21	0,14	100,00
2005	36,69	23,31	39,87	63,18	0,14	100,00
2006	40,76	26,19	32,98	59,17	0,08	100,00
2007	45,38	25,51	28,86	54,37	0,25	100,00
2008	54,66	20,87	24,24	45,10	0,24	100,00
2009	61,30	14,57	23,88	38,46	0,25	100,00
2010	68,68	12,23	18,83	31,06	0,26	100,00
2011	75,71	10,62	13,31	23,93	0,36	100,00
2012	74,59	10,23	14,65	24,87	0,54	100,00
2013	79,09	8,05	12,41	20,46	0,45	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, vários anos.

Por outro lado, as importações se concentram fortemente em produtos industrializados, principalmente em manufaturados, que subsidiaram a produção industrial do PIM, uma vez que essas importações se concentraram na cidade de Manaus. Essa condição expressa uma forte dependência da indústria manauara ao capital externo essa condição pode ser observada na tabela 4.8. De acordo com os indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus, divulgados pela SUFRAMA (2013), PIM se mostrou deficitário no que compete ao comércio exterior durante todo o período de 1988 e 2010, onde o escoamento da produção se caracterizou por atender o mercado interno.

Tabela 4. 8. NORTE: Fator agregado das importações 1991 - 2013 (valores relativos).

Ano	Básicos	Industrializados		Total
		Semimanufaturados	Manufaturados	
1991	4,14	0,05	95,81	100,00
1992	4,25	0,22	95,53	100,00
1993	2,63	0,34	97,03	100,00
1994	2,68	0,68	96,65	100,00
1995	1,82	0,46	97,72	100,00
1996	2,05	0,08	97,87	100,00
1997	1,66	1,32	97,01	100,00
1998	2,45	1,95	95,60	100,00
1999	2,36	3,26	94,38	100,00
2000	1,73	3,50	94,77	100,00
2001	1,77	4,51	93,72	100,00
2002	1,99	3,71	94,30	100,00
2003	1,34	2,81	95,84	100,00
2004	1,21	2,70	96,09	100,00
2005	0,57	2,90	96,52	100,00
2006	0,79	3,50	95,71	100,00
2007	1,35	4,34	94,31	100,00
2008	2,06	3,79	94,15	100,00
2009	1,52	3,84	94,64	100,00
2010	1,82	3,67	94,51	100,00
2011	1,96	4,13	93,91	100,00
2012	1,24	3,38	95,39	100,00
2013	1,37	2,58	96,04	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, vários anos.

Dentro deste contexto total analisaremos agora a estrutura industrial pelos Estados que compõe a Região Norte. Inicialmente observaremos o setor amazonense e sua dinâmica, buscando a contraposição com os dados totais do Norte, depois analisaremos o estado do Pará. Por fim faremos uma descrição das características dos demais estados que compõem a Região Norte.

4.2 Estrutura industrial do estado do Amazonas (1950 – 2012)

O estado do Amazonas na década de 1950 apresentava uma estrutura industrial muito parecida com a observada para o Norte como um todo. De fato a produção amazonense junto com a paraense representaram quase que a totalidade da produção industrial do Norte, durante praticamente todo o período estudado²⁰⁵. São nestes dois estados que são observadas as características mais marcantes do setor estudado.

Na tabela 4.9 observamos a base estrutural da indústria presente no estado do Amazonas, com ênfase na produção de bens de consumo não duráveis. Destacaram-se os ramos de transformação de borracha, madeira, produtos alimentares e de minerais não metálicos.

Tabela 4. 9. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960.

Classe e Gênero da Indústria	1950					1960				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	<i>0,87</i>	<i>0,29</i>	<i>0,75</i>	<i>0,11</i>	<i>0,22</i>	-	-	-	-	-
<i>Indústria de transformação</i>	<i>99,13</i>	<i>99,71</i>	<i>99,25</i>	<i>99,89</i>	<i>99,78</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
- Minerais não metálicos	8,23	7,07	3,85	1,72	2,85	10,86	7,28	5,78	1,12	1,50
- Metalúrgica	1,73	1,25	1,33	1,03	1,00	2,88	1,88	1,50	1,10	1,21
- Mecânica	-	-	-	-	-	0,32	0,13	0,07	0,01	0,01
- Material de transporte	4,33	4,22	6,76	2,46	3,14	2,88	2,10	1,86	0,54	0,71
- Madeira	6,06	17,26	22,04	19,06	16,36	8,95	15,59	12,97	3,83	3,54
- Mobiliário	1,73	1,66	2,07	0,68	1,09	6,07	1,33	0,90	0,29	0,34
- Papel/Papelão	-	-	-	-	-	0,32	0,32	0,33	0,23	0,34
- Borracha	3,03	17,69	16,56	10,62	16,55	1,60	5,72	4,40	2,48	2,73
- Couros/Peles	4,76	6,37	8,74	7,72	4,42	1,92	2,89	2,08	1,47	1,43
- Química	8,23	8,88	4,76	3,97	4,96	5,75	12,67	18,58	38,30	40,81
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	0,43	0,15	0,03	0,02	0,02	-	-	-	-	-
- Perfumaria/Sabões/Velas	2,16	1,02	1,11	6,28	8,49	1,92	1,16	1,14	1,71	0,90
- Têxtil	-	-	-	-	-	3,83	16,78	19,24	27,93	28,58
- Vestuário/Calçado/Arte. Tecidos	6,06	2,47	3,29	1,68	2,37	6,07	1,82	1,15	0,43	0,37
- Produtos alimentares	35,50	18,10	12,41	30,36	20,67	36,10	17,98	17,09	16,60	12,74
- Bebidas	6,93	6,81	5,55	7,26	9,35	4,47	6,27	5,28	2,13	2,46
- Fumo	1,30	1,16	1,39	2,61	2,54	0,96	0,73	0,88	0,69	0,87
- Editorial/Gráfica	6,06	4,98	9,13	4,20	5,65	4,15	5,16	6,69	1,10	1,43
- Diversos	2,60	0,61	0,25	0,23	0,36	0,96	0,19	0,07	0,05	0,04
<i>Totais</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1960, formulação própria.

Nota: * (-) representa valores inexistentes. Constatam apenas os ramos industriais que geraram observações em pelo menos um dos anos.

²⁰⁵ A principal exceção foi a extração de manganês no Amapá nas décadas de 1960 e 1970.

No ano de 1950 as indústrias do Amazonas representam 18,89% do total da região, concentrando por volta de 25% dos trabalhadores, valor de produção e valor de transformação industrial. Podemos observar que a produção de manufaturados do estado apresenta grande parte das indústrias de bens de capital e de bens duráveis do Norte, onde as indústrias de matérias de transporte e do ramo diversos que representam 82,73% dos estabelecimentos destas atividades para o total do Norte, concentrando mais de 50% dos trabalhadores, salários e produção (com 59,73% do VTI destes ramos para o resultado do Norte).

Esse resultado para a indústria de bens duráveis do Amazonas se sustenta na fabricação de embarcações, com o objetivo de atender à demanda local por meios de transporte que se apropriem da grande bacia hidrográfica, característica da região amazônica, e das precárias vias de comunicação terrestres existentes na época. Como salientado no terceiro capítulo deste trabalho, as políticas, de desenvolvimento industrial, promovidas pela SUDAM na década de 1970 buscaram o crescimento deste tipo de atividade, aproveitando a estrutura já existente nos estados do Amazonas e Pará²⁰⁶. Contudo, é importante salientar que na década de 1950 essa produção permanecia muito incipiente, buscando atender apenas as demandas locais, onde seu destaque se deu muito mais pelo fato da dinâmica industrial permanecer em estágios muito atrasados.

No ano de 1960 não foi observada nenhuma indústria de extração de minério. A grande alteração observada condiz com o aumento da produtividade da indústria de produtos químicos que no ano do Censo concentrou cerca de 40% do valor bruto da produção e do VTI do estado. Essa produtividade se sustentou no resultado de apenas um estabelecimento, o de transformação de derivados da destilação do petróleo que foi responsável por 38,30% do valor bruto da produção e 40,81% do VTI do estado (concentrando em torno de 98% destas variáveis para o conjunto do Norte). Essa foi a grande transformação da estrutura produtiva local que mereceu destaque.

Assim como a produção química, observamos a aparição da atividade de manufatura têxtil que não existia no estado no ano de 1950 e passa concentrar 16,78% dos operários, 19,24% dos salários, 27,93, do valor bruto da produção e 28,58 do VTI total amazonense.

No mais a produção se concentrou em atividades de baixo valor agregado como a produção de minerais não metálicos, madeira e de produtos alimentares. A indústria de bens

²⁰⁶ Que será analisado à frente neste trabalho.

de consumo duráveis e de capital se concentra na produção de materiais de transporte, indústria mecânica e o ramo de diversos, porém, agregando pouco produto para o conjunto do estado.

Durante a década de 1970 é que são observadas as principais alterações na dinâmica industrial do Amazonas e que repercutem sobre a matriz produtiva do Norte como um todo. Podemos destacar algumas alterações que são provocadas a partir das políticas de desenvolvimento regional da SUDAM, que tinham como objetivo a valorização industrial de Manaus.

Tabela 4. 10. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.

Classe e Gênero da Indústria	1970					1975				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	3,14	0,56	0,16	0,05	0,08	-	-	-	-	-
- Extração de minerais	3,14	0,56	0,16	0,05	0,08	-	-	-	-	-
<i>Indústria de transformação</i>	96,86	99,44	99,84	99,95	99,92	100	100	100	100	100
- Minerais não metálicos	10,56	6,21	3,58	1,42	1,78	10,01	4,71	3,18	1,66	2,56
- Metalúrgica	2,31	1,93	1,95	5,29	1,86	5,21	2,00	2,63	5,42	3,18
- Mecânica	2,97	(x)	(x)	(x)	(x)	3,34	2,71	(x)	1,71	2,22
- Material Elétrico/Comunicação	0,83	(x)	(x)	(x)	(x)	2,94	17,44	19,30	32,83	46,23
- Material de transporte	15,35	5,16	2,45	1,39	1,85	10,15	5,85	5,99	3,55	4,51
- Madeira	7,59	15,83	16,21	6,42	6,89	14,42	15,74	13,15	5,00	6,98
- Mobiliário	6,44	2,38	1,75	0,90	1,07	7,61	1,12	0,59	0,33	0,31
- Papel/Papelão	-	-	-	-	-	0,67	(x)	(x)	(x)	(x)
- Borracha	0,99	2,32	2,90	10,10	4,37	1,60	(x)	(x)	(x)	(x)
- Couros/Peles	0,66	1,72	2,76	1,96	3,45	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)
- Química	3,14	(x)	(x)	(x)	(x)	2,67	(x)	3,06	(x)	(x)
- Perfumaria/Sabões/Velas	0,33	(x)	(x)	(x)	(x)	0,40	1,99	5,13	2,32	2,29
- Produtos de Materiais Plásticos	-	-	-	-	-	0,53	(x)	(x)	(x)	(x)
- Têxtil	1,16	(x)	(x)	(x)	(x)	2,94	10,06	7,77	10,89	9,21
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	1,82	1,31	2,06	1,03	1,00	2,40	3,75	2,63	3,23	2,60
- Produtos Alimentares	34,65	15,17	12,54	22,48	15,57	27,10	13,86	10,41	10,29	7,50
- Bebidas	2,48	(x)	(x)	(x)	(x)	1,47	6,08	8,60	2,54	3,55
- Fumo	0,17	(x)	(x)	(x)	(x)	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)
- Editorial/Gráfica	3,47	4,61	7,41	2,56	3,60	3,34	2,68	4,08	1,02	1,54
- Diversos	1,98	(x)	(x)	(x)	(x)	2,67	(x)	5,56	(x)	(x)
- Apoio/Serviços de caráter industrial	-	-	-	-	-	0,27	(x)	(x)	(x)	(x)
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1970 e 1975, formulação própria

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico, (-) representa valores inexistentes. No caso do ramo de Atividades de apoio e de serviços de caráter industrial não existia essa subdivisão no Censo de 1970, por esse fato não foram geradas observações para o ano de 1970.

Considerando a dinâmica industrial observada para a Região Norte como um todo, o estado do Amazonas participava fortemente do processo de desenvolvimento do setor, mesmo sem a observação de indústrias de grande porte, já era possível a observação de atividades mais diversificadas. Em 1970, o estado apresentava um total de 606 estabelecimentos (representando 17,06% dos estabelecimentos industriais totais do Norte). Desse total, existiam 19 indústrias extrativas que contribuíram pouco para a constituição do produto amazonense.

Na tabela 4.10 observamos toda a estrutura da indústria amazonense. Constatamos que de fato ocorreram poucas mudanças na dinâmica produtiva do setor, assim como foi constatado para o Norte como um todo. Devido ao sigilo estatístico não foi possível constatar se a evolução da indústria química persistiu durante a década de 1960. O que pode ser constatado é que o número de estabelecimentos deste ramo aumentou em uma unidade, passando de 18 em 1960 para 19 empresas em 1970, porém não é possível extrair a informação se alguma empresa fechou ao longo da década de 1960. De maneira semelhante ocorreu com a produção da indústria têxtil que teve excelente resultado para o ano de 1960 e, devido ao sigilo estatístico, não teve seus dados divulgados.

Podemos observar que o número de empresas que atuam no ramo de material de transportes teve grande crescimento (partindo de 9 em 1960 para 93 em 1970), porém sem acrescentar muito no produto total do estado. Acreditamos que isso representasse investimentos recentes à época que ainda não tinham gerado os resultados no ano de 1970, estando em fase de maturação. Outro ponto que nos chama atenção consiste no aumento de absorção de mão de obra por parte da indústria da madeira, que concentrou 15,83% dos trabalhadores industriais do estado.

No mais, ainda destacamos a importância da produção de alimentos para o conjunto da indústria do estado amazonense, assim como é observado para os demais estados. E como característica dessa atividade, destacamos o fato de não ser uma grande geradora de valor agregado para o produto final.

No ano de 1975, constatamos a primeira, e significativa, alteração da estrutura produtiva do estado do Amazonas que impactou na dinâmica industrial do Norte, a modificação se caracterizou pelo intenso ganho de produtividade que o ramo de produção de materiais elétricos e de comunicação que passou a representar 46,23% do VTI do estado.

Este tipo de indústria se concentrou na cidade de Manaus, principalmente pela consolidação da Zona Franca de Manaus e do projeto apresentado no I Plano de Desenvolvimento da Amazônia que busca a ampliação da participação do estado na indústria do Norte.

Dentre as atividades do ramo de materiais elétricos e de comunicação, se destacaram a fabricação de equipamentos eletrônicos para veículos, produção e montagem de equipamentos eletrônicos como fitas e discos magnéticos virgens e fabricação de aparelhos de comunicação.

Podemos observar também que de fato o setor de fabricação de material de transporte ganhou produtividade, porém esse aumento não teve grande representatividade para o conjunto do estado pelo fato principal de que o aumento relativo da participação da produção de materiais elétricos e de comunicação foi muito maior.

Outro ramo que apresentou destaque no ano foi a da indústria têxtil, que passou a representar importância relativa maior do que a produção de alimentos. O setor representou 10,89% do valor bruto da produção e 9,21% do VTI do estado (contra 10,29% de Valor Bruto da produção e 7,50% do VTI para o setor de alimentos).

Outra atividade que apresentou relevância para a produção industrial do estado foi a transformação de madeira, com 14,42% dos estabelecimentos industriais, 15,74% dos empregados, 13,15% dos salários pagos, 5,00% do valor bruto da produção e 6,98% do VTI estadual. Essas informações podem ser observadas na tabela 4.6.

No ano de 1980 a alteração da estrutura produtiva do estado se consolida, ao ponto que as indústrias de materiais elétricos e de comunicação e de matérias de transporte se destacaram como os principais resultados (Concentrando 52,68% e 8,87% do VTI do estado respectivamente, os maiores valores observados). De fato observamos que a dinâmica produtiva amazonense caminhava para uma modernização, sustentada nos incentivos fiscais promovidos pela implantação da Zona Franca de Manaus, dado que a produção se concentrou fortemente na capital amazonense.

Tabela 4. 11. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1980*.

Classe e Gênero da Indústria	1980				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústria extrativa	1,00	0,30	0,54	0,48	0,91
- Extração de minerais	1,00	0,30	0,54	0,48	0,91
Indústria de transformação	99,00	99,70	99,46	99,52	99,09
- Minerais não metálicos	10,42	3,90	3,51	1,02	1,21
- Metalúrgica	8,52	4,79	6,89	4,92	3,75
- Mecânica	2,81	3,99	5,58	3,43	3,82
- Material Elétrico/Comunicação	4,31	35,37	30,65	54,30	52,68
- Material de transporte	5,31	8,97	8,27	8,01	8,87
- Madeira	14,03	10,79	9,11	2,62	3,84
- Mobiliário	9,82	3,19	2,84	0,93	1,14
- Papel/Papelão	0,40	0,28	0,26	0,10	0,12
- Borracha	0,90	0,78	0,80	0,90	0,58
- Couros/Peles	0,30	0,33	0,26	0,10	0,06
- Química	1,70	0,95	1,85	4,53	3,99
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	0,10	(x)	(x)	(x)	(x)
- Perfumaria/Sabões/Velas	0,20	(x)	(x)	(x)	(x)
- Produtos de Materiais Plásticos	1,30	2,44	2,38	1,02	1,19
- Têxtil	3,01	7,23	6,15	7,88	6,55
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	2,00	1,02	1,04	0,28	0,38
- Produtos Alimentares	24,55	5,57	5,57	2,96	2,79
- Bebidas	1,00	2,64	4,22	1,14	1,47
- Fumo	0,10	(x)	(x)	(x)	(x)
- Editorial/Gráfica	3,81	1,75	2,16	0,33	0,39
- Diversos	3,61	4,92	6,34	4,72	5,83
- Apoio/Serviços de caráter industrial	0,80	0,52	1,36	0,17	0,20
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1980.

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico, (-) representa valores inexistentes.

Na tabela 4.11 observamos a estrutura produtiva completa do estado no ano de 1980. Observamos que os ramos de transformação de minerais não metálicos, madeira e produtos alimentares continuam a apresentar a maior parte dos estabelecimentos indústrias no estado, porém sem grande participação no valor agregado.

Considerando as alterações provocadas pela conjuntura de crise que se sucedeu ao longo da década de 1980 e a abertura comercial promovida nos anos 1990, analisaremos a estrutura recente da indústria de Amazonas. Na tabela 4.12 podemos observar a matriz manufatureira amazonense.

De fato não observamos grandes alterações na estrutura industrial amazonense, onde a produção de equipamentos eletrônicos continua a demonstrar alto dinamismo sustentando a importância da atividade para o conjunto do Norte. O ramo concentrou em torno de 35% da produção industrial no estado nos dois anos estudados.

Tabela 4. 12. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005*.

Classe e Gênero da Indústria	2000					2005				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústrias Extrativas	0,97	2,27	3,41	1,96	3,74	0,76	1,42	6,08	3,92	8,57
- Petróleo/Serviços relacionados	0,41	0,79	2,12	1,59	3,43	0,43	0,74	5,30	3,74	8,38
- Minerais Metálicos	0,14	(x)	(x)	(x)	(x)	0,11	(x)	(x)	(x)	(x)
- Minerais Não-Metálicos	0,41	(x)	(x)	(x)	(x)	0,22	(x)	(x)	(x)	(x)
Indústrias de Transformação	99,03	97,73	96,59	98,04	96,26	99,13	98,58	93,92	96,08	91,43
- Produtos Alimentícios/Bebidas	21,41	10,71	12,98	9,60	17,32	18,26	5,71	4,82	6,65	12,74
- Fumo	0,14	(x)	(x)	(x)	(x)	0,22	(x)	(x)	-	-
- Têxtil	2,07	1,53	0,73	0,54	0,36	0,76	0,59	0,20	0,02	0,03
- Vestuário/Acessórios	1,93	0,68	0,21	0,04	0,04	3,04	1,30	0,41	0,07	0,05
- Couro/Artigos de viagem/Calçados	0,14	(x)	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	-
- Madeira	5,94	5,41	1,84	0,35	0,32	5,76	2,37	1,26	0,16	0,19
- Celulose/Papel/Produtos de papel	1,52	2,20	1,91	0,72	0,63	2,28	2,13	1,42	0,73	0,73
- Edição/Impressão/Reprodução	6,35	4,71	3,72	2,76	2,37	7,17	4,52	3,88	3,34	5,33
- Derivados de Petróleo/Outros combustíveis	0,14	(x)	(x)	(x)	(x)	0,22	(x)	(x)	(x)	(x)
- Produtos Químicos	3,73	3,10	3,76	3,79	3,67	4,02	1,67	2,66	2,11	1,98
- Borracha/Plástico	6,91	7,02	5,35	2,79	2,56	9,57	9,95	7,87	3,96	3,46
- Minerais não-metálicos	6,49	2,49	1,23	0,69	0,95	6,20	1,88	0,96	0,50	0,61
- Metalurgia básica	0,69	0,31	0,39	2,20	0,51	1,30	0,41	0,45	1,41	0,22
- Produtos de metal	5,11	3,19	3,51	2,46	4,22	8,80	4,48	4,68	2,96	4,14
- Máquinas/Equipamentos	3,73	3,38	2,61	3,10	2,63	3,37	1,85	1,49	1,83	1,75
- Máquinas para escritório/Equipamentos de informática	4,14	3,71	6,16	6,64	7,13	2,39	4,55	2,63	3,03	1,47
- Materiais elétricos	2,62	3,65	2,26	1,39	0,89	3,80	7,19	4,91	2,17	1,91
- Material eletrônico/Aparelhos e equipamentos de comunicações	8,56	27,03	28,10	38,68	30,63	6,74	28,59	29,60	40,40	25,36
- Instrumentação médico-hospitalar, Instrumentos de precisão e ópticos	4,28	3,59	3,13	2,47	3,15	2,83	2,59	2,52	1,32	2,06
- Fabricação e montagem de veículos automotores/Reboques/Carrocerias	1,10	1,39	1,37	0,65	0,35	1,74	1,11	0,69	0,38	0,30
- Equipamentos de transporte	5,52	10,04	12,58	13,72	9,60	5,43	13,81	18,96	16,48	11,36
- Móveis/Indústrias diversas	6,08	2,90	2,72	1,62	1,99	4,46	2,65	2,60	1,15	1,54
- Reciclagem	0,41	0,22	0,12	0,03	0,03	0,65	0,92	0,27	0,07	0,09
- Outros	0,97	1,93	3,19	4,17	7,22	0,76	1,00	2,41	7,52	16,27
Total	100									

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2000, 2005. Formulação Própria.

Nota: * Constam apenas os ramos que geraram observações em pelo menos um dos anos.

A indústria de equipamentos de transporte também manteve sua importância relativa durante o processo de crise e abertura comercial da economia brasileira. No ano de 2005 o setor foi responsável por empregar 13,71% dos operários, pagou 18,96% dos rendimentos totais do setor e concentrou 16,48% do valor bruto da produção e 11,36% do valor de transformação industrial, considerando os valores totais do estado.

A indústria extrativa teve seu resultado sustentado pela atividade de prospecção de petróleo e serviços relacionados, contribuindo com 3,43% do VTI total. Os demais ramos que se destacaram ao longo destes cinco anos estavam ligados à produção de bens de consumo não duráveis, com destaque para a transformação de alimentos, borracha/plástico e minerais não metálicos, porém sem grande representatividade no PIB total do setor. No ano de 2012 ocorreram poucas mudanças no quadro produtivo do Amazonas, ao passo que, a dinâmica produtiva pode ser observada na Tabela 4.13. A produção permaneceu concentrada em Manaus, com ênfase na produção de equipamentos eletrônicos e de materiais de transporte, basicamente a estrutura apresentada no Norte como um todo, demonstrando a importância regional da ZFM. A partir das informações apresentadas no início deste capítulo a cerca da balança comercial do Norte, podemos apontar que a dinâmica de importações e exportações do estado do Amazonas se concentrou em Manaus.

Nos dados apresentados pelo MDIC/SECEX²⁰⁷ observamos que as principais empresas que importaram produtos se localizaram em Manaus, com destaque para a Samsung e LG do ramo de produtos eletrônicos e a montadora Honda de veículos automotores.

²⁰⁷ Exposto na seção 4.1.2 deste capítulo.

Tabela 4. 13. AMAZONAS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) – 2012.

Classe e Gênero da Indústria	2012				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústrias extrativas</i>	2,75	1,88	7,51	2,70	4,82
- Petróleo/Gás Natural	0,09	(x)	(x)	(x)	(x)
- Minerais não-metálicos	1,33	(x)	(x)	(x)	(x)
- Atividades de apoio à extração de minerais	1,23	0,79	1,32	0,41	0,81
<i>Indústrias de transformação</i>	97,35	98,12	92,49	97,30	95,18
- Produtos Alimentícios	14,20	3,74	2,33	1,18	1,28
- Bebidas	3,50	4,34	6,24	11,28	22,45
- Fumo	0,19	(x)	(x)	(x)	(x)
- Têxtil	1,14	0,52	0,21	0,03	0,02
- Confecção/estuário/acessórios	2,94	0,79	0,34	0,13	0,12
- Couros	0,19	(x)	(x)	(x)	(x)
- Madeira	4,07	1,01	0,69	0,12	0,17
- Celulose/Papel/Produtos de papel	2,75	2,10	1,31	0,72	0,86
- Impressão/Reprodução de gravações	3,79	2,34	2,37	1,62	2,29
- Coque/Derivados do petróleo/Biocombustíveis	0,38	0,34	1,88	4,89	9,43
- Química	4,07	1,38	1,56	1,72	1,64
- Farmoquímicos/Farmacêuticos	0,28	0,08	0,08	0,06	0,08
- Borracha/Material plástico	9,09	8,29	6,58	3,71	2,93
- Minerais não-metálicos	5,97	2,37	1,56	0,96	1,18
- Metalurgia	1,33	1,43	1,82	2,49	0,93
- Metal, exceto máquinas e equipamentos	9,66	6,52	5,63	4,10	4,67
- Informática/Produtos eletrônicos/Ópticos	8,71	29,99	28,14	37,66	24,89
- Máquinas/Aparelhos/Materiais elétricos	3,60	6,50	4,55	2,43	2,49
- Máquinas e equipamentos	3,13	4,22	2,55	2,79	1,51
- Veículos automotores/Reboques/Carrocerias	2,75	2,02	1,63	0,95	0,96
- Outros equip. de transporte/Exceto veículos automotores	4,92	15,63	17,91	17,25	12,44
- Móveis	2,94	0,65	0,31	0,12	0,12
- Diversos	3,22	2,82	3,14	2,73	4,19
- Manutenção/Reparação/Instalação de máquinas e equip.	4,64	0,99	1,60	0,34	0,53
<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – PIA Empresa 2012. Formulação Própria.

Nota: (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico.

Agora analisaremos a evolução industrial do estado do Pará, buscando salientar as principais características, bem como o impacto para a evolução da indústria regional.

4.3 Estrutura industrial do estado do Pará (1950 – 2012)

O estado do Pará no ano de 1950 já apresentava uma estrutura industrial diversificada, com a observação de grande parte dos estabelecimentos totais do Norte. Como exposto anteriormente, a dinâmica produtiva da região amazônica se concentrou fortemente no Pará e Amazonas. Nos anos de 1950, 1960, 1970 a indústria paraense era responsável pela maior parte do PIB do setor na macrorregião. Essa condição persiste ao longo dos anos, sem se observar grandes alterações da estrutura produtiva do estado, ao passo que Amazonas apresenta crescimento do dinamismo, principalmente na produção de bens de consumo duráveis.

A estrutura industrial observada no Pará no ano de 1950 apresenta o maior dinamismo observado para o conjunto da Região Norte. Em valores absolutos o Estado concentrou 884 estabelecimentos industriais, o que corresponde a 72,64% do total de empresas do Norte para o período. Esse grau de concentração foi observado para as outras variáveis estudadas, destacando a importância do Estado para a dinâmica produtiva regional.

Na tabela 4.14 observamos a estrutura industrial do estado do Pará no ano de 1950 e 1960, com a participação relativa por ramos da indústria. A dinâmica produtiva do setor no Pará se concentra na transformação de minerais não metálicos, madeira e no beneficiamento de produtos primários, com destaque para a indústria de produtos alimentares. Apesar de apresentar mais dinamismo que os demais estados da Região Norte, a estrutura industrial observada na época se assemelha com a observação do restante do local. Existe uma concentração na produção de indústrias leves e de baixo valor agregado.

Tabela 4. 14. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.

Classe e Gênero da Indústria	1950					1960				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	0,23	0,10	0,12	0,18	0,35	0,08	0,08	0,005	0,003	0,01
<i>Indústria de transformação</i>	99,77	99,90	99,88	99,82	99,65	99,92	99,92	99,995	99,997	99,99
- Minerais não metálicos	12,22	8,36	7,69	2,56	3,65	21,69	14,20	9,86	4,10	6,30
- Metalúrgica	1,02	1,63	2,45	2,70	3,13	0,74	1,92	2,51	3,73	4,72
- Material de transporte	3,85	2,37	3,63	1,22	1,67	1,47	1,78	2,28	0,74	0,95
- Madeira	8,60	12,47	14,27	9,55	11,63	8,43	12,42	11,68	7,92	8,15
- Mobiliário	2,15	2,75	3,48	1,22	1,36	3,85	2,94	2,77	1,47	1,90
- Papel/Papelão	0,45	0,09	0,09	0,16	0,08	0,49	0,20	0,20	0,19	0,21
- Borracha	1,24	5,21	6,57	5,42	8,27	1,39	3,63	5,19	9,44	8,09
- Couros/Peles	3,73	6,13	6,98	10,28	6,82	2,13	4,54	4,94	2,77	3,01
- Química	4,41	3,50	2,58	4,32	3,14	3,03	1,69	1,32	1,17	1,09
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	0,34	0,47	0,82	1,49	2,46	0,25	0,37	0,53	0,82	0,52
- Perfumaria/Sabões/Velas	3,62	2,91	2,68	7,13	8,25	2,13	4,08	4,54	8,50	7,02
- Têxtil	0,90	8,48	6,77	6,05	7,24	0,49	6,86	5,93	5,07	6,45
- Vestuário/Calçado/Arte. Tecidos	6,79	6,66	6,59	3,96	3,86	5,89	4,52	3,83	2,54	2,73
- Produtos alimentares	37,22	25,90	20,63	32,28	26,75	35,43	21,77	22,47	32,45	26,63
- Bebidas	8,60	7,56	5,83	4,86	4,65	8,67	10,78	11,25	8,24	9,83
- Fumo	0,45	0,81	0,76	2,09	1,86	0,57	2,66	3,75	7,40	8,24
- Editorial/Gráfica	3,73	3,59	7,20	3,89	4,28	2,54	4,96	6,26	3,15	3,76
- Diversos	0,45	1,02	0,86	0,64	0,54	0,74	0,61	0,69	0,29	0,39
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1960, formulação própria.

Nota: * Constam apenas os ramos industriais que geraram observações em pelo menos um dos anos.

Como abordado no terceiro capítulo deste trabalho a importância do estado do Pará se deveu à ascensão de sua capital no contexto comercial como via de escoamento da produção de borracha em meados do século XIX. Segundo Penteadó (1988) o grande crescimento do comércio do produto gerou um processo de intensa estruturação de Belém, que mesmo após o declínio do ciclo da borracha continuou a se desenvolver com a integração comercial com a Região Nordeste. A evolução da estrutura industrial paraense foi amparada na evolução da dinâmica social de Belém e na exploração e transformação de minerais e madeira, consolidada na região do sul do estado.

Ainda assim, a estrutura industrial observada para o ano de 1950 se encontra em grande atraso se comparada com a dinâmica industrial observada no centro econômico

brasileiro. Lembrando que no ano de 1955 é iniciada a segunda fase do PSI com a instalação da indústria pesada como bem salientou Maria da Conceição Tavares (1998a) e João Manoel Cardozo de Mello (1982).

No ano de 1960 a estrutura produtiva paraense não sofreu grandes alterações. Ainda assim destacamos que o estado continuou a determinar a dinâmica industrial do Norte, concentrando quase 70% da produção da indústria de transformação. As alterações constatadas consistem principalmente ao aumento da produção dos setores chaves, que permanecem praticamente os mesmos. Destacam-se a produção de minerais não metálicos que correspondeu a praticamente 70% dos empregados, salários, valor bruto da produção e VTI, em comparação com as outras indústrias do setor no total da Região Norte.

O principal ramo de produção constatado foi a produção de alimentos, assim como para os demais estados, concentrando 35,43% dos estabelecimentos de manufatura do Pará, com 21,77%, 22,47% dos salários, 32,45% do valor bruto de produção e 26,63% do VTI estadual. O estado do Pará continuou apresentando a estrutura mais diversificada, e concentrando boa parte da produção dos ramos mais dinâmicos e de maior valor agregado.

Assim fica claro que a produção industrial se concentrou muito nos estados do Amazonas e do Pará, com a maioria dos ramos responsável por mais de 80% da produção total do Norte. A única atividade que destoou deste quadro foi a indústria extrativa mineral, que teve seu resultado sustentado pela extração de manganês no estado do Amapá, que se tornou uma atividade estratégica, inclusive no contexto brasileiro.

No ano de 1970 observamos o ganho de importância da indústria da madeira que aumentou sua participação no VTI estadual. A indústria de minerais não metálicos apresentou um grande número de estabelecimentos (485 de 2137 indústrias no estado), porém teve pouca relevância em agregar no produto total paraense.

A atividade que continuou a concentrar a maior parte da produção foi a de transformação de produtos alimentares, porém, esse resultado foi amparado muito mais na grande quantidade de empresas (649 estabelecimentos) do que de fato no dinamismo do setor, que se caracteriza por atividades de baixo valor agregado. Estas condições podem ser observadas na tabela 4.15, que mostra a estrutura industrial do Pará nos anos de 1970 e 1975.

Constatamos que a concentração industrial nos estado do Amazonas e do Pará persiste como característica da indústria no Norte, aonde essas Unidades da Federação chegam a

representar a produção total dos ramos mais dinâmicos. Essa é uma característica natural do processo de industrialização, e se deu principalmente pelo fato de nesses estados já existirem condições estruturais de suporte a atividade e o capital industrial se instalar.

Tabela 4. 15. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.

Classe e Gênero da Indústria	1970					1975				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústria extrativa	1,92	0,71	0,44	0,26	0,49	0,33	0,27	0,40	0,39	0,74
- Extração de minerais	1,92	0,71	0,44	0,26	0,49	0,33	0,27	0,40	0,39	0,74
Indústria de transformação	98,08	99,29	99,56	99,74	99,51	99,67	99,73	99,60	99,61	99,26
- Minerais não metálicos	22,70	14,13	7,59	6,44	9,84	17,60	12,78	9,62	10,06	12,70
- Metalúrgica	1,50	2,60	3,40	3,32	3,48	2,08	3,23	4,10	3,25	3,96
- Mecânica	2,34	1,14	1,64	0,82	1,47	0,93	1,95	2,57	0,76	1,29
- Material Elétrico/Comunicação	0,80	0,34	0,52	0,32	0,44	0,36	0,25	0,30	0,15	0,26
- Material de transporte	3,37	1,30	1,13	0,67	0,90	3,13	1,54	1,25	0,54	0,77
- Madeira	13,90	19,00	15,06	9,75	11,97	17,00	24,62	23,34	16,15	18,73
- Mobiliário	6,27	3,56	2,85	1,80	2,29	3,38	2,23	1,44	0,70	0,81
- Papel/Papelão	0,09	(x)	(x)	(x)	(x)	0,06	(x)	(x)	(x)	(x)
- Borracha	0,84	(x)	(x)	(x)	(x)	0,39	0,62	1,01	2,36	2,13
- Couros/Peles	0,98	0,85	0,83	0,61	0,54	0,54	(x)	(x)	(x)	(x)
- Química	1,92	2,76	1,98	1,62	1,99	0,99	2,03	2,15	1,28	1,61
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	0,14	0,32	0,39	0,15	0,24	0,03	(x)	(x)	(x)	(x)
- Perfumaria/Sabões/Velas	1,31	2,42	2,21	6,65	5,59	0,66	(x)	(x)	(x)	(x)
- Produtos de Materiais Plásticos	0,09	(x)	(x)	(x)	(x)	0,12	0,86	1,61	1,45	1,08
- Têxtil	0,70	(x)	(x)	(x)	(x)	0,54	(x)	8,09	(x)	(x)
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	1,26	1,85	2,22	1,41	1,19	0,96	3,39	3,88	8,01	8,04
- Produtos Alimentares	30,37	23,50	22,07	31,36	24,40	45,96	25,80	22,96	28,90	23,20
- Bebidas	6,18	5,06	6,02	4,41	5,82	2,11	3,89	(x)	4,03	6,27
- Fumo	0,14	1,22	3,86	3,69	5,68	0,09	1,05	2,29	4,35	6,11
- Editorial/Gráfica	2,15	3,72	7,14	2,66	3,64	1,54	2,84	6,09	2,47	3,28
- Diversos	1,03	0,35	0,25	0,15	0,18	0,72	0,28	0,16	0,11	0,14
- Apoio/Serviços de caráter industrial	-	-	-	-	-	0,45	0,54	0,72	0,41	0,28
Totais	100									

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1970 e 1975, formulação própria.

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico, (-) representa valores inexistentes. No caso do ramo de Atividades de apoio e de serviços de caráter industrial não existia essa subdivisão no Censo de 1970, por esse fato não foram geradas observações para o ano de 1970.

Como expresso no terceiro capítulo, a SUDAM buscou concentrar investimentos em áreas prioritárias visando a aparição de um processo de desenvolvimento desequilibrado, tanto em priorizar certos ramos produtivos em detrimento de outros, como concentrando investimentos para a obtenção de resultados mais rápidos. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a polarização na industrialização é um efeito natural e necessário para possibilitar resultados mais destacados.

No ano de 1980, a indústria paraense continua a mostrar uma estrutura diversificada, porém sem a observação de alguma alteração relevante da matriz industrial. Nos ramos extrativos destaca-se o início da corrida do ouro que mobilizou grande contingente de pessoas para a região da Serra Pelada (sudoeste do estado) e foi responsável por 12,33% do VTI estadual.

Na indústria de transformação a produção permanece concentrada nos ramos de bens de consumo não duráveis, com destaque para o grande crescimento de participação do ramo de manufatura de madeira, que concentrou 33,43% dos trabalhadores industriais, 26,61% dos rendimentos pagos e foi responsável por 18,75% do VBP e 19,34% do VTI estadual, configurando nos melhores resultados observados. O Pará apresentou um total de 4.838 estabelecimentos de indústrias de transformação, destes, 1.863 representavam atividades ligadas à manufatura de madeira.

Destacamos ainda a produção de minerais não metálicos e de produtos alimentares, que juntos somaram cerca de 40% das indústrias do estado, sendo responsáveis por 25,54% do VTI paraense. Essas informações podem ser observadas na tabela 4.16, que mostra a estrutura industrial do estado do Pará no ano de 1980, pela participação relativa dos ramos produtivos.

Observamos ainda que na produção de bens de consumo duráveis, o estado ficou para trás em relação ao Amazonas. Constatamos ainda uma produção bastante incipiente no estado, evidenciando uma concentração dos investimentos para os setores na região manauara.

Essa dinâmica produtiva é alterada durante as décadas de 1990 e 2000 onde observamos a incidência, principalmente da produção da indústria de extração de minerais metálicos, que foi responsável por concentrar 44,77% do VTI o estado no ano de 2005.

Tabela 4. 16. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1980*.

Classe e Gênero da Indústria	1980				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	<i>0,45</i>	<i>2,90</i>	<i>8,17</i>	<i>7,63</i>	<i>12,33</i>
- Extração de minerais	0,45	2,90	8,17	7,63	12,33
<i>Indústria de transformação</i>	<i>99,55</i>	<i>97,10</i>	<i>91,83</i>	<i>92,37</i>	<i>87,67</i>
- Minerais não metálicos	20,10	13,07	10,25	9,45	10,02
- Metalúrgica	2,43	2,94	3,07	2,21	2,10
- Mecânica	0,58	2,38	2,81	0,92	1,22
- Material Elétrico/Comunicação	0,29	(x)	(x)	(x)	(x)
- Material de transporte	3,02	2,86	4,77	1,77	2,44
- Madeira	38,33	33,43	26,61	18,75	19,34
- Mobiliário	4,44	2,34	1,86	1,02	0,96
- Papel/Papelão	0,12	1,88	4,85	8,63	9,59
- Borracha	0,33	0,92	0,83	2,84	2,73
- Couros/Peles	0,29	0,72	1,15	0,86	0,73
- Química	0,53	1,02	1,43	3,64	3,69
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	0,04	(x)	(x)	(x)	(x)
- Perfumaria/Sabões/Velas	0,39	1,05	1,20	1,80	1,95
- Produtos de Materiais Plásticos	0,10	0,49	0,39	0,60	0,40
- Têxtil	0,56	4,38	3,22	7,91	5,40
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	0,80	3,15	2,11	4,14	2,37
- Produtos Alimentares	23,40	19,62	17,90	19,28	15,52
- Bebidas	1,15	2,10	2,90	3,64	4,78
- Fumo	0,06	0,58	1,09	2,20	1,56
- Editorial/Gráfica	1,69	2,33	3,21	1,52	1,55
- Diversos	0,68	0,29	0,22	0,28	0,18
- Apoio/Serviços de caráter industrial	0,21	1,06	1,38	0,27	0,35
<i>Totais</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1980. Elaboração própria.

Nota: * (x) representam valores omitidos pelo sigilo estatístico.

A indústria de transformação também mostrou algumas alterações interessantes ao ponto que a metalurgia básica teve grande aumento de produtividade, amparada na extração de ferro da mina de Carajás. Porém observamos que a produção local voltada para a transformação de minérios metálicos, não se desenvolveu ao ponto de gerar uma produção de

maior valor agregado, uma vez que, o ramo de produtos de metal não apresentou grande relevância para o contexto produtivo regional.

Tabela 4. 17. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.

Classe e Gênero da Indústria	2000					2005				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústrias Extrativas	1,52	3,90	12,51	27,17	39,62	1,97	5,69	14,11	36,84	45,99
- Carvão Mineral	0,19	0,03	0,03	0,02	0,04	-	-	-	-	-
- Petróleo/Serviços/Relacionados	-	-	-	-	-	0,05	(x)	(x)	-	-
- Minerais Metálicos	0,32	3,29	11,67	25,89	38,73	0,79	4,83	12,46	35,57	44,77
- Minerais Não-Metálicos	1,01	0,58	0,82	1,26	0,86	1,13	(x)	(x)	(x)	(x)
Indústrias de Transformação	98,54	96,10	87,49	72,83	60,38	98,03	94,31	85,89	63,16	54,01
- Produtos Alimentícios/Bebidas	24,02	22,29	19,90	18,35	10,74	21,19	23,13	19,83	13,32	9,91
- Fumo	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)	0,30	0,49	0,72	0,37	0,36
- Têxtil	0,82	1,86	1,25	0,51	0,60	0,39	2,31	1,07	0,45	0,58
- Vestuário/Acessórios	2,92	1,26	0,62	0,17	0,14	3,25	1,19	0,55	0,10	0,11
- Couro/Artigos de viagem/Calçados	1,01	0,42	0,25	0,22	0,08	0,89	1,18	0,72	0,69	0,66
- Madeira	38,66	45,43	25,00	12,55	12,24	33,66	37,06	25,95	9,84	8,69
- Celulose/Papel/Produtos de papel	0,32	2,00	5,23	5,22	5,56	0,20	1,45	3,15	2,79	3,85
- Edição/Impressão/Reprodução	5,26	2,09	3,15	0,61	0,71	4,98	1,65	2,14	0,41	0,47
- Derivados de Petróleo/Outros combustíveis	0,25	1,31	6,06	0,23	0,24	0,10	(x)	(x)	(x)	(x)
- Produtos Químicos	2,66	2,14	2,90	1,43	1,17	9,51	4,77	4,87	2,83	3,03
- Borracha/Plástico	1,77	1,01	0,67	0,27	0,18	1,97	1,23	0,81	0,32	0,24
- Minerais não-metálicos	7,67	5,12	4,69	5,32	6,23	8,33	6,32	5,92	4,00	4,70
- Metalurgia básica	1,08	4,53	11,40	25,69	20,20	1,13	6,11	13,26	25,58	19,31
- Produtos de metal	2,47	1,41	0,94	0,39	0,38	3,25	1,54	1,32	1,18	0,68
- Máquinas/Equipamentos	1,01	0,76	1,43	0,40	0,75	1,18	0,74	1,16	0,18	0,29
- Máquinas para escritório/Equipamentos de informática	0,06	(x)	(x)	(x)	(x)	0,10	(x)	(x)	(x)	(x)
- Materiais elétricos	0,82	0,42	0,51	0,07	0,08	0,34	0,09	0,08	0,02	0,02
- Material eletrônico/Aparelhos e equipamentos de comunicações	0,06	(x)	(x)	(x)	(x)	0,15	0,19	0,82	0,05	0,04
- Instrumentação médico-hospitalar, Instrumentos de precisão e ópticos	0,32	0,07	0,13	0,01	0,01	0,15	0,10	0,42	0,05	0,10
- Fabricação e montagem de veículos automotores/Reboques/Carrocerias	1,65	0,54	0,30	0,05	0,06	1,38	0,41	0,28	0,05	0,06
- Equipamentos de transporte	0,70	0,58	0,72	0,63	0,42	0,89	0,46	0,42	0,07	0,08
- Móveis/Indústrias diversas	4,82	2,70	2,15	0,67	0,53	4,44	2,23	1,36	0,56	0,53
- Reciclagem	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)	0,30	0,28	0,14	0,02	0,02
- Outros	0,38	0,14	0,20	0,04	0,08	1,38	2,23	2,55	1,55	1,49
Total	100									

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2000, 2005. Formulação Própria.

Nota: * Constam apenas os ramos que geraram observações em pelo menos um dos anos.

Complementando a matriz industrial do Pará, observamos ainda grande incidência da produção de bens de consumo não duráveis, destacando-se a transformação de madeira e produtos alimentares como base de sustentação da atividade manufatureira na região. Essa característica se deve principalmente ao fato do estado do Pará concentrar grande contingente populacional, o que impulsiona por sua vez a demanda por produtos industrializados para o consumo local.

Tabela 4. 18. PARÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.

Classe e Gênero da Indústria	2012				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústrias extrativas</i>	2,97	18,12	39,28	56,58	77,25
- Minerais Metálicos	1,04	16,97	38,48	56,31	76,97
- Minerais não-metálicos	1,88	1,15	0,80	0,28	0,28
<i>Indústrias de transformação</i>	97,08	81,88	60,72	43,42	22,75
- Produtos Alimentícios	17,40	23,13	15,22	12,86	6,91
- Bebidas	1,38	3,49	3,09	1,60	1,12
- Têxtil	0,44	0,96	0,34	0,13	0,14
- Confecção/estuário/acessórios	3,81	1,19	0,43	0,10	0,09
- Couros	0,74	1,16	0,58	0,52	0,26
- Madeira	27,43	19,06	9,92	4,58	3,17
- Celulose/Papel/Produtos de papel	0,35	1,80	2,76	1,32	0,85
- Impressão/Reprodução de gravações	3,86	0,85	0,53	0,17	0,19
- Coque/Derivados do petróleo/Biocombustíveis	0,35	0,71	0,74	0,18	0,14
- Química	2,57	1,97	1,98	1,56	1,01
- Borracha/Material plástico	2,62	1,64	0,97	0,43	0,28
- Minerais não-metálicos	15,52	9,70	6,12	3,92	3,17
- Metalurgia	1,09	5,25	7,98	13,26	3,20
- Metal, exceto máquinas e equipamentos	5,14	2,54	2,19	1,23	0,63
- Móveis	3,71	2,28	1,57	0,60	0,52
- Diversos	1,53	0,39	0,30	0,04	0,04
- Manutenção/Reparação/Instalação de máquinas e equip.	4,60	3,67	4,21	0,57	0,78
<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2012. Formulação Própria.

Nota: Apresenta apenas os ramos de maior relevância para o estado.

No ano de 2012, destaca-se a indústria extrativa mineral no contexto produtivo do estado, ao ponto em que o estado do Pará chega a recuperar em parte seu papel na produção industrial da Região Norte. Essa condição pode ser observada na Tabela 4.18

De fato a indústria local se caracterizou por grande diversificação produtiva e alta produtividade, porém, não foram observadas alterações significativas na estrutura industrial ao longo dos anos no estado.

Observamos principalmente o grande salto de importância da extração de minerais metálicos, especificamente o ferro, que proporcionou grande relevância para a região de Carajás, no interior do estado. Entretanto, a área sempre teve um destaque negativo em seus indicadores sociais, bem como em relação à difusão dos frutos do desenvolvimento do Pará, que concentrou bastante os benefícios na capital, Belém. No terceiro capítulo deste trabalho apresentamos a visão de Hall (1991) sobre o PGC, em um contexto de concentração de renda e degradação ambiental, porém, mesmo concordando em parte com o autor, salientamos os efeitos positivos desencadeados pelo projeto para a região como polo de crescimento.

Com a dinâmica da indústria extrativa paraense observou-se um intenso aumento do estado na participação das exportações brasileiras, como exposto anteriormente. A região de Carajás conseguiu até promover o surgimento de metalúrgicas no local, porém, a produção quase sempre esteve voltada para a exportação do minério em seu estado bruto, ou com baixo grau de transformação. Essa produção ainda demonstra fortes características de dependência externa que, como exposto anteriormente esteve diversas vezes presente na dinâmica produtiva amazônica.

4.4 Amapá e Rondônia, dinâmica extrativa (1950 – 2012)

Analisaremos agora as transformações que os estados do Amapá e de Rondônia sofreram ao longo dos anos estudados. Decidimos estudar esses dois estados em conjunto, pois os dois apresentaram dinâmicas industriais parecidas, ao ponto em que, toda a estrutura produtiva se baseou na extração de minérios²⁰⁸, principalmente para a exportação. Primeiramente observaremos a base industrial do Amapá, para assim buscar caracterizar as alterações. Posteriormente analisaremos o caso do estado de Rondônia.

²⁰⁸ No caso do Amapá, o minério em questão é o manganês. No caso de Rondônia, os recursos são mais diversificados, como será mostrado mais a frente. Existiam minérios metálicos, como o próprio manganês, metais preciosos, minérios não metálicos preciosos entre outros.

4.4.1 O estado do Amapá.

Como podemos observar na tabela 4.19 a indústria do Amapá, no ano de 1950, se baseava na transformação de produtos primários, diretamente ligados a base agrícola ou na oferta de recursos naturais da região. De fato, em 1950, existiam apenas 25 indústrias, todas elas de transformação, onde se destacavam as atividades de manufatura de minerais não metálicos e de produtos alimentares.

No ano de 1950 ainda não havia se iniciado a exploração do manganês, apesar de o Governo Federal já ter ciência do potencial da região desde a década de 1940²⁰⁹, como bem argumenta Monteiro (2003). Todo o processo de licitação para a liberação da exploração se arrastou durante a primeira metade da década de 1950, caracterizada por uma forte resistência à entrada do capital externo na região, o impasse apenas é solucionado com a associação entre o capital estrangeiro e o capital privado nacional. A exploração se iniciou de fato no ano de 1957, em um contexto de flexibilização da política externa do Governo de JK, que previa no Plano de Metas a aceitação de investimentos externos para o desenvolvimento do planejamento.

Segundo Silva (2002) a descoberta de que o manganês encontrado na Serra do Navio no Amapá se tratava de minério de alto teor, tornando-se assim uma das principais jazidas do mundo, criou grande cobiça mundial, principalmente dos Estados Unidos, o maior parque metalúrgico mundial na época. As tratativas para a concessão da exploração do manganês amapaense se arrastaram durante muitos anos, culminando na organização da empresa de capital misto, Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI).

²⁰⁹ Monteiro (2003) argumenta que existem correntes que defendem que o Governo Federal já sabia da capacidade de extração do manganês na região desde antes da década de 1940 e que decidiu por guardar segredo do fato para evitar a cobiça de países estrangeiros. Porém, o autor comenta que as informações da descoberta no ano de 1945 apresentam mais consistência de fatos.

Tabela 4. 19. AMAPÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.

Classe e Gênero da Indústria	1950					1960				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	-	-	-	-	-	2,99	74,70	91,66	86,99	93,25
<i>Indústria de transformação</i>	100	100	100	100	100	97,01	25,30	8,34	13,01	6,75
- Minerais não metálicos	12,00	68,38	54,92	30,96	40,70	7,46	8,49	1,60	0,82	0,40
- Metalúrgica	-	-	-	-	-	1,49	0,13	0,20	0,18	0,07
- Mecânica	-	-	-	-	-	2,99	0,18	0,25	0,10	0,06
- Madeira	8,00	11,00	14,10	13,14	16,45	13,43	4,90	1,72	3,30	1,87
- Mobiliário	8,00	1,37	0,63	0,82	0,61	16,42	3,68	1,82	0,92	0,93
- Química	-	-	-	-	-	1,49	0,44	0,16	0,04	0,02
- Perfumaria/Sabões/Velas	-	-	-	-	-	1,49	0,09	-	0,04	0,02
- Vestuário/Calçado/Arte. Têxteis	4,00	2,75	4,82	4,05	2,89	1,49	0,18	0,09	0,03	0,01
- Produtos alimentares	60,00	11,34	12,49	47,29	33,95	35,82	4,42	1,62	6,23	2,40
- Bebidas	4,00	1,03	1,54	2,70	4,74	11,94	1,75	0,46	1,07	0,75
- Editorial/Gráfica	4,00	4,12	11,51	1,04	0,66	2,99	1,05	0,41	0,28	0,21
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1960, formulação própria.

Nota: * (-) representa valores inexistentes. Constatam apenas os ramos industriais que geraram observações em pelo menos um dos anos.

No ano de 1960 foram observadas 2 indústrias de extração no estado, que foram responsáveis por quase toda a produção do setor no Amapá. A atividade no Território da Federação²¹⁰ foi responsável por 98% da produção da indústria extrativa em toda a Região Norte, elevando a importância do local para o setor industrial.

Na tabela 4.17 observamos a dinâmica industrial do estado, onde podemos concluir que as demais atividades do setor se consolidaram apenas como meio de garantia da subsistência da população local e apoio à produção extrativista. Em valores absolutos, foram observados 65 estabelecimentos de indústrias de transformação, onde se destacaram os ramos de minerais não metálicos, alimentos, bebidas, madeira e mobiliário.

Ao considerar o grande potencial de exploração de minerais metálicos e o baixo valor de produção da indústria metalúrgica no estado constatamos que a produção é exportada para outros estados que fazem a transformação ou é negociada diretamente no mercado

²¹⁰ Na época as regiões do Amapá e Roraima eram Territórios da Federação e não estados propriamente ditos.

internacional. Essa condição justifica os planos de instalação e modernização de metalúrgicas nos estados do Pará e do Amazonas, expressos no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, discutidos no terceiro capítulo deste trabalho.

A exploração do manganês na Serra do Navio, no Amapá, iniciou-se no ano de 1957, e consistiu em uma associação entre o capital estrangeiro e o capital privado nacional proveniente do centro econômico brasileiro²¹¹. De fato caracterizou-se pela exploração e exportação do produto em seu estado bruto, para ser transformado nas siderúrgicas instaladas no Sudeste e Sul brasileiro ou no exterior (MONTEIRO, 2003).

O projeto de exploração visava ainda grandes investimentos na área de infraestrutura com a construção de uma ferrovia para o transporte do minério e um embarcadouro para o escoamento da produção para o mercado internacional. A concessão foi assinada para atender um período de 50 anos de exploração (SILVA, 2002).

As próprias características do manganês e sua utilização como insumo para a fabricação de ligas metálicas contribuíram para esse padrão de exploração²¹² do produto no Brasil. O manganês é um insumo básico e fundamental para a indústria siderúrgica moderna, porém sua utilização é pequena se comparada com os demais minérios utilizados²¹³, porém não é possível produzir as ligas metálicas necessárias sem a adição do manganês. Assim, a utilização deste minério torna-se essencial, ao mesmo tempo em que não é muito utilizado (DRUMMOND, 2004).

De fato, o que se observou foi uma atividade de extração mineral e exportação do produto *in natura* para o mercado externo, tanto de países desenvolvidos, como, posteriormente, para as regiões mais ricas do país, onde se instalaram as siderúrgicas brasileiras²¹⁴. No estado do Amapá não se observou a aparição de qualquer atividade que buscasse a transformação do mineral (PAZ, 2011).

²¹¹ A concessão para exploração do minério foi dada à mineradora *Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI)*, que se associou à empresa *Bethlehem Steel*, após tornar-se uma empresa de capital aberto, em meados da década de 1950.

²¹² Voltado para o mercado externo, na sua maioria.

²¹³ Para a produção de Aço, por exemplo, é utilizado apenas 2% de Manganês, o restante advém de outros minérios, como o Ferro. Em certas ligas metálicas a utilização de manganês pode aumentar, porém, a utilização permanece pequena.

²¹⁴ As siderúrgicas brasileiras se instalaram próximas do centro econômico brasileiro por uma questão estratégica e que gerasse estímulos para a concentração produtiva no início da industrialização brasileira, como foi comentado no segundo capítulo deste trabalho.

Drummond (2004) aponta alguns dos fatos que levaram à exploração da mina da Serra do Navio não ter gerado estímulos para a instalação de siderúrgicas na região. Mesmo considerando que o manganês é um metal muito denso, que gera grandes custos para o transporte, o fato de sua utilização ser muito pequena, em comparação com outros minérios, leva a uma tendência geral das siderúrgicas se localizarem mais próximas às minas de ferro, que não são abundantes no Amapá. Outro fator levantado pelo autor diz respeito ao fato de que existem outras minas de manganês no Brasil e, a despeito do fato de que essas fontes eram bem menores, já supriam a necessidade de demanda interna, deste modo à produção da Serra do Navio gerou excedentes do produto para o mercado interno, assim a decisão era exportar o produto para mercados mais desenvolvidos. Outro ponto levantado era a falta de capacidade energética da região Norte para alimentar uma grande indústria siderúrgica

Uma solução seria a implantação de siderúrgicas de pequeno ou médio porte na região para pelo menos buscar algum grau de ramificação entre os setores industriais da Região Norte. Ainda assim o grau de consumo interno do Manganês seria muito baixo, e o excedente deveria ser destinado a mercados mais desenvolvidos. O argumento favorável à exportação do manganês ganha ainda mais força com a política de valorização das exportações dos governos militares, a partir do fim da década de 1960.

Drummond (2004), contudo, argumenta que a extração de manganês na Serra do Navio no Amapá, com destino quase total ao mercado externo, em nada limitou o desenvolvimento das indústrias siderúrgicas do Brasil. Desse modo, foi constatado que a exportação do produto foi quase sempre referente a excedentes não utilizados, e que a melhor forma era manter a exportação para o mercado internacional. As minas dos estados de Minas Gerais²¹⁵ e do Pará²¹⁶ geraram capacidade suficiente para suprir a demanda interna pelo minério.

Assim constatamos que a mina de manganês da Serra do Navio no Amapá, foi de importância estratégica para a balança comercial do Brasil, porém teve pouca relação com a dinâmica produtiva regional, tornando uma atividade sem efeitos germinativos para a indústria do Norte. As barreiras para a consolidação de uma cadeia produtiva siderúrgica na

²¹⁵ Minas Gerais sempre foi um estado que teve destacada participação na extração de Manganês no Brasil, e pelo fato de se localizar próximo as principais siderúrgicas do país, foi sempre a principal fonte de Manganês utilizado no Brasil.

²¹⁶ As minas de Manganês do Pará foram descobertas posteriormente e passou a ter importância apenas ao fim da década de 1980.

localidade foram a falta de matriz energética que suprisse a necessidade do setor, a ausência de grandes minas de ferro, e as distâncias para as grandes siderúrgicas nacionais.

Segundo Silva (2002) a exploração do potencial manganífero na Serra do Navio foi direcionada no contexto de importância da metalurgia como motor dinâmico da indústria internacional. A parceria entre a ICOMI e a Bethlehem Steel possibilitou a exploração do manganês de alto teor, que passou a ser exportado para os estados Unidos e estocado. O autor analisa todo o processo de degradação ambiental e social vinculada à atividade que gerou inclusive a contaminação da região por arsênio²¹⁷. A atividade esteve em expansão até meados da década de 1980, período onde a incidência do manganês de alto teor se esgotou na Serra do Navio.

A análise da evolução da estrutura industrial do estado do Amapá no ano de 1970 se torna difícil, uma vez que, devido ao sigilo estatístico, não foram apresentadas informações a respeito dos valores de mão de obra, salários e de produção da indústria extrativa. O que podemos inferir é que no ano existia apenas uma empresa atuando no ramo e que, ao considerar a literatura que trata do tema, a produção tenha ampliado ao longo da década de 1960 até atingir seu pico no ano de 1986. Portanto, podemos inferir que a estrutura industrial tenha se mantido em patamares próximos ao observado no ano de 1960. Na tabela 4.20 está demonstrada a estrutura industrial do estado nos anos de 1970 e 1975.

²¹⁷ A contaminação esteve vinculada ao processo de tratamento efetuado no manganês de baixo teor e na separação do mineral de outras substâncias, processo denominado de Pelotização.

Tabela 4. 20. AMAPÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.

Classe e Gênero da Indústria	1970					1975				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústria extrativa	1,03	(x)	(x)	(x)	(x)	1,75	16,96	36,85	47,51	46,11
- Extração de minerais	1,03	(x)	(x)	(x)	(x)	1,75	16,96	36,85	47,51	46,11
Indústria de transformação	98,97	(x)	(x)	(x)	(x)	98,25	83,04	63,15	52,49	53,89
- Minerais não metálicos	3,09	5,71	1,23	0,35	0,30	2,18	1,42	0,45	0,27	0,48
- Metalúrgica	1,03	(x)	(x)	(x)	(x)	1,31	0,31	0,01	0,04	0,04
- Mecânica	6,19	8,05	14,00	5,35	2,20	0,87	(x)	(x)	(x)	(x)
- Material Elétrico/Comunicação	-	-	-	-	-	0,44	(x)	(x)	(x)	(x)
- Material de transporte	2,06	(x)	(x)	(x)	(x)	1,31	1,02	0,49	0,47	0,57
- Madeira	19,59	37,38	29,56	12,85	11,27	12,66	54,76	31,84	28,87	29,95
- Mobiliário	17,53	4,39	1,07	0,59	0,38	5,68	2,68	0,85	1,01	1,13
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	2,06	(x)	(x)	(x)	(x)	0,44	(x)	(x)	(x)	(x)
- Produtos Alimentares	37,11	6,44	1,91	2,77	1,14	69,43	7,95	2,45	7,49	5,73
- Bebidas	1,03	(x)	(x)	(x)	(x)	0,87	(x)	(x)	(x)	(x)
- Editorial/Gráfica	3,09	3,42	1,50	0,30	0,25	1,75	3,42	1,90	0,96	1,53
- Diversos	6,19	1,66	1,46	1,78	0,32	0,44	(x)	(x)	(x)	(x)
- Apoio/Serviços de caráter industrial	-	-	-	-	-	0,87	(x)	(x)	(x)	(x)
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1970 e 1975, formulação própria

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico, (-) representa valores inexistentes. Constatam apenas os ramos que geraram alguma observação em pelo menos um dos anos estudados.

No ano de 1975 a exploração de manganês no Amapá persistiu como a principal atividade industrial do estado, gerando cerca de 50% do VTI estadual. Observamos que a indústria de madeira aumentou a sua participação na produção da região, porém, salientamos que essa condição não expresse necessariamente uma perda de importância da indústria extrativa, uma vez que, por se tratar de uma *commodity*, a exploração do manganês foi controlada para a manutenção do seu preço no mercado externo, o caminho natural do produto, como abordado anteriormente.

Essa dinâmica produtiva persiste no ano de 1980, com a observação da divisão do produto estadual entre as atividades de extração de manganês e na transformação da madeira.

Juntos, os ramos foram responsáveis por quase 85% do valor de transformação industrial do Amapá.

Tabela 4. 21. AMAPÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.

Classe e Gênero da Indústria	2000					2005				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústrias Extrativas	2,30	(x)	(x)	(x)	(x)	2,78	6,03	6,61	8,52	4,71
- Minerais Metálicos	1,15	(x)	(x)	(x)	(x)	2,78	6,03	6,61	8,52	4,71
- Minerais Não-Metálicos	1,15	(x)	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	-
Indústrias de Transformação	97,70	(x)	(x)	(x)	(x)	97,22	93,97	93,39	91,48	95,29
- Produtos Alimentícios/Bebidas	33,33	33,41	27,47	21,98	22,64	33,33	29,49	21,56	12,72	10,10
- Fumo	1,15	(x)	(x)	(x)	(x)	0,93	(x)	(x)	-	-
- Têxtil	-	-	-	-	-	1,85	(x)	(x)	(x)	(x)
- Vestuário/Acessórios	1,15	(x)	(x)	(x)	(x)	2,78	1,15	0,55	0,13	0,07
- Madeira	14,94	30,20	45,68	34,56	51,74	7,41	32,85	55,66	73,83	81,50
- Celulose/Papel/Produtos de papel	1,15	(x)	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	-
- Edição/Impressão/Reprodução	11,49	8,55	6,58	1,94	1,44	10,19	5,33	3,13	0,95	0,73
- Produtos Químicos	2,30	(x)	(x)	(x)	(x)	2,78	1,41	0,69	0,10	0,05
- Borracha/Plástico	2,30	(x)	(x)	(x)	(x)	0,93	(x)	(x)	(x)	(x)
- Minerais não-metálicos	13,79	9,22	3,57	1,12	0,91	15,74	14,39	7,06	1,95	1,44
- Produtos de metal	3,45	2,67	1,76	0,55	0,52	4,63	2,52	1,17	0,42	0,39
- Máquinas/Equipamentos	2,30	(x)	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	-
- Máquinas para escritório/Equipamentos de informática	-	-	-	-	-	1,85	(x)	(x)	(x)	(x)
- Instrumentação médico-hospitalar, Instrumentos de precisão e ópticos	2,30	(x)	(x)	(x)	(x)	1,85	(x)	(x)	(x)	(x)
- Fabricação e montagem de veículos automotores/Reboques/Carrocerias	-	-	-	-	-	2,78	1,04	0,61	0,17	0,15
- Equipamentos de transporte	-	-	-	-	-	0,93	(x)	(x)	(x)	(x)
- Móveis/Indústrias diversas	9,20	4,37	2,04	0,52	0,55	10,19	3,40	1,82	0,52	0,41
- Outros	14,94	11,58	12,90	39,34	22,19	8,33	2,40	1,14	0,69	0,45
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2000, 2005. Formulação Própria.

Nota: * Constam apenas os ramos que geraram observações em pelo menos um dos anos.

Nos anos 2000, a extração de manganês entra em declínio no estado do Amapá, motivo pelo qual podemos observar a nova distribuição da produção industrial no estado nos

anos de 2000 e 2005, apresentados na tabela 4.21. A atuação da principal empresa responsável pela extração do manganês no Amapá²¹⁸ é encerrada no ano de 2007.

Tabela 4. 22. AMAPÁ: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.

Classe e Gênero da Indústria	2012				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústrias extrativas</i>	9,62	30,22	46,01	63,39	58,93
- Minerais Metálicos	7,05	22,16	34,79	60,74	54,95
<i>Indústrias de transformação</i>	89,74	69,78	53,99	36,61	41,07
- Produtos Alimentícios	20,51	13,87	8,66	6,27	4,98
- Bebidas	1,92	8,56	8,61	17,25	22,33
- Confeção/estuário/acessórios	2,56	1,20	0,64	0,19	0,21
- Madeira	12,82	14,44	15,39	7,02	7,33
- Impressão/Reprodução de gravações	9,62	3,07	2,21	0,55	0,64
- Minerais não-metálicos	21,79	19,11	11,12	3,32	3,63
- Metal, exceto máquinas e equipamentos	3,21	1,28	1,32	0,40	0,42
- Outros equip. de transporte/Exceto veículos automotores	2,56	0,69	0,34	0,12	0,12
- Móveis	3,85	0,95	0,54	0,08	0,11
- Manutenção/Reparação/Instalação de máquinas e equip.	2,56	3,94	3,41	0,35	0,19
<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2012. Formulação Própria.

Nota: Apresenta apenas os ramos de maior relevância para a dinâmica produtiva do estado.

No ano de 2012 a extração de minérios metálicos volta a ganhar importância no estado, porém, tais valores não se destacam comparados ao resultado da indústria extrativa do estado do Pará.

4.4.2 O estado de Rondônia.

A trajetória da dinâmica produtiva de Rondônia segue o padrão observado no estado do Amapá, com indústrias de bens de consumo não duráveis de baixo valor agregado. Ao longo dos anos estudados a indústria extrativa ganha força na dinâmica estadual, tornando-se a principal atividade do setor.

²¹⁸ A ICOMI.

Tabela 4. 23. RONDÔNIA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.

Classe e Gênero da Indústria	1950					1960				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	-	-	-	-	-	3,64	14,56	15,89	7,27	11,78
<i>Indústria de transformação</i>	100	100	100	100	100	96,36	85,44	84,11	92,73	88,22
- Minerais não metálicos	23,81	41,13	48,73	18,68	30,48	27,27	25,05	23,91	14,17	19,05
- Madeira	14,29	29,03	36,49	10,11	11,18	7,27	9,13	8,69	7,80	8,61
- Borracha	-	-	-	-	-	1,82	14,17	16,87	13,88	15,82
- Vestuário/Calçado/Arte. Tecidos	-	-	-	-	-	1,82	1,17	0,74	0,93	0,75
- Produtos alimentares	52,38	20,97	20,35	64,62	49,29	47,27	26,02	25,16	47,47	34,74
- Bebidas	-	-	-	-	-	3,64	3,50	3,94	4,17	4,82
- Editorial/Gráfica	9,52	8,87	11,32	6,58	9,05	7,27	6,41	4,81	4,30	4,41
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1960, formulação própria.

Nota: * (-) representa valores inexistentes. Constatam apenas os ramos industriais que geraram observações em pelo menos um dos anos.

Na tabela 4.23 observamos a base industrial do estado de Rondônia, inicialmente observamos que no ano de 1950 a dinâmica produtiva regional se concentrou em atividades de baixo valor agregado, geralmente ligadas a base agrícola ou aos recursos naturais. A produção visava prioritariamente atender às necessidades locais. Os ramos que se destacaram foram os de transformação de minerais não metálicos, madeira e produtos alimentares. Destacamos que, de fato, a produção local era incipiente.

Em 1960 começa a surgir a atividade de extração de minerais, com algum destaque na dinâmica produtiva da região. Quadros e Rizzotto (2007) argumentam que as jazidas de minérios do estado encontradas se classificam em minerais metálicos (ferro e manganês), gemas, com o destaque para a extração de diamante e rochas e minerais industriais, utilizados na agricultura e na construção civil, como o calcário.

A atividade extrativa se desenvolve ao longo da década de 1970, aumentando sua participação relativa no produto industrial de Rondônia. No ano de 1980 a extração de minérios foi responsável por 62,22% do VTI do estado. O setor foi responsável ainda

empregar 27,35% dos operários industriais, pagar 44,79% dos salários do setor e concentrar 46,03% do valor bruto da produção. Essa condição pode ser observada na tabela 4.17.

Os demais ramos que demonstraram certa relevância na dinâmica industrial do estado consistem na fabricação de bens de consumo não duráveis. Destacamos prioritariamente o papel da transformação de madeira na estrutura produtiva regional, que foi responsável por concentrar 43,54% mão de obra industrial do estado, 32,61% dos rendimentos pagos, 31,27% do VBP e 23,57% do valor de transformação industrial de Rondônia.

Destacamos ainda certa relevância dos setores de transformação de alimentos e de minerais não metálicos, que juntos concentraram cerca de 50% dos estabelecimentos industriais do estado, porém, sem apresentar significativas parcelas do produto setorial, com pouco menos de 10% do VTI observado. Essa condição demonstra que a dinâmica produtiva local esteve fortemente centralizada nas atividades de extração de minérios.

Tabela 4. 24. RONDÔNIA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1975*.

Classe e Gênero da Indústria	1980				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	1,43	27,35	44,79	46,03	62,22
- Extração de minerais	1,43	27,35	44,79	46,03	62,22
<i>Indústria de transformação</i>	98,57	72,65	55,21	53,97	37,78
- Minerais não metálicos	18,38	8,68	5,07	2,09	2,43
- Metalúrgica	0,39	0,15	(x)	0,06	0,03
- Mecânica	0,26	(x)	(x)	(x)	(x)
- Material de transporte	0,78	0,57	0,27	0,15	0,13
- Madeira	39,63	42,54	32,61	31,27	23,57
- Mobiliário	3,00	1,50	0,98	0,69	0,69
- Borracha	0,52	1,31	1,65	5,81	2,45
- Química	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)
- Perfumaria/Sabões/Velas	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)
- Têxtil	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	0,13	(x)	(x)	(x)	(x)
- Produtos Alimentares	29,99	12,85	8,93	11,83	6,60
- Bebidas	0,78	0,66	0,28	0,12	0,12
- Editorial/Gráfica	3,78	3,03	2,84	1,20	1,14
- Diversos	0,52	0,15	0,17	0,04	0,03
<i>Totais</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1980.

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico, (-) representa valores inexistentes.

Nos anos de 2000 e 2005, observamos significativa perda de participação da indústria de extração, que manteve sua sustentação nas atividades voltadas a exploração de minérios ferrosos e não metálicos. Desse modo a dinâmica produtiva regional se concentrou nas atividades da indústria de transformação, como pode ser visto na tabela 4.24.

Dentre os ramos industriais que se destacaram, encontraram-se as atividades de fabricação de alimentos, de transformação de madeira e de minerais não metálicos. Juntas, essas atividades concentraram 80,72% do VBP e 85,82% do VTI estadual.

Tabela 4. 25. RONDÔNIA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.

Classe e Gênero da Indústria	2000					2005				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústrias Extrativas	1,65	1,60	2,06	5,79	2,92	2,69	1,63	1,85	2,49	3,15
- Minerais Metálicos	0,47	0,91	1,38	5,43	2,36	0,28	0,15	0,27	1,79	2,51
- Minerais Não-Metálicos	1,18	0,68	0,68	0,37	0,55	2,41	1,48	1,58	0,70	0,64
Indústrias de Transformação	98,35	98,40	97,94	94,21	97,08	97,31	98,37	98,15	97,51	96,85
- Produtos Alimentícios/Bebidas	20,56	26,95	30,07	43,43	33,63	20,98	30,14	34,16	60,11	60,63
- Fumo	0,12	(x)	(x)	(x)	(x)	0,19	(x)	(x)	-	-
- Têxtil	0,24	(x)	(x)	(x)	(x)	0,46	0,21	0,16	0,07	0,05
- Vestuário/Acessórios	3,76	1,58	0,98	0,64	0,53	4,36	2,35	1,63	0,45	0,35
- Couro/Artigos de viagem/Calçados	0,35	0,11	0,09	0,25	0,28	0,65	2,82	2,48	7,44	5,57
- Madeira	40,66	46,95	46,54	33,89	48,34	41,78	42,87	40,49	19,85	22,19
- Celulose/Papel/Produtos de papel	0,35	0,28	0,20	0,24	0,25	0,37	0,62	0,33	0,36	0,28
- Edição/Impressão/Reprodução	5,29	6,24	5,80	3,82	3,89	4,09	2,77	2,49	0,98	1,00
- Derivados de Petróleo/Outros combustíveis	-	-	-	-	-	0,09	(x)	(x)	-	-
- Produtos Químicos	1,18	0,53	0,85	0,87	1,57	1,58	0,78	0,83	0,48	0,66
- Borracha/Plástico	0,82	0,87	1,25	1,12	0,99	1,86	1,66	1,80	0,99	0,69
- Minerais não-metálicos	9,28	6,79	4,70	3,40	3,85	7,15	6,72	5,79	2,14	2,21
- Metalurgia básica	1,06	1,10	2,48	4,25	1,45	0,74	1,11	1,45	3,19	2,02
- Produtos de metal	3,76	1,64	1,15	0,35	0,50	4,18	2,41	1,95	0,56	0,43
- Máquinas/Equipamentos	0,47	0,21	0,15	0,12	0,10	0,28	0,15	0,12	0,04	0,02
- Máquinas para escritório/Equipamentos de informática	0,12	(x)	(x)	(x)	(x)	0,19	(x)	(x)	(x)	(x)
- Materiais elétricos	0,12	(x)	(x)	(x)	(x)	0,56	0,11	0,08	0,03	0,02
- Material eletrônico/Aparelhos e equipamentos de comunicações	0,12	(x)	(x)	(x)	(x)	0,46	0,25	1,47	0,02	0,03
- Instrumentação médico-hospitalar, Instrumentos de precisão e ópticos	0,12	(x)	(x)	(x)	(x)	0,09	(x)	(x)	(x)	(x)
- Fabricação e montagem de veículos automotores/Reboques/Carrocerias	2,00	1,51	1,23	0,38	0,64	1,21	0,74	0,65	0,09	0,12
- Equipamentos de transporte	0,24	(x)	(x)	(x)	(x)	0,28	0,14	0,16	0,04	0,04
- Móveis/Indústrias diversas	7,64	3,24	2,04	1,32	0,88	5,66	2,31	1,77	0,58	0,44
- Reciclagem	-	-	-	-	-	0,09	(x)	(x)	(x)	(x)
- Outros	1,06	0,41	0,40	0,14	0,18	0,65	0,21	0,33	0,09	0,09
Total	100									

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2000, 2005. Formulação Própria.

Nota: * Constam apenas os ramos que geraram observações em pelo menos um dos anos.

Destacamos que os dois estados só apresentaram relevância para o conjunto da produção industrial do Norte na indústria extrativa, entre as décadas de 1960 e 1980²¹⁹. Os demais ramos produtivos apresentaram valores de produção incipientes e insignificantes para a macrorregião em questão. Constatamos assim, que a produção industrial destes estados visava apenas o atendimento do mercado local, e foi sustentado pela demanda interna de cada estado.

4.5 Acre, Roraima e Tocantins: análise das estruturas industriais (1950 – 2012).

Analisaremos agora a dinâmica produtiva dos estados que de fato apresentaram poucas alterações ao longo dos anos estudados. Nestes estados foram observadas estruturas indústrias incipiente sem a observação da consolidação de alguma atividade de alto valor agregado. O que observamos, demonstra uma atividade basicamente ligada a base agrícola e de pouca produtividade.

Buscaremos analisar o estado do Tocantins a partir do ano de 1970, dado que não foi possível tabular as informações sobre a produção por ramos industriais dos municípios que hoje compõem o Tocantins e que até o ano de 1988²²⁰ faziam parte do chamado norte de Goiás.

4.5.1 Estado do Acre.

Como exposto anteriormente a dinâmica produtiva do estado do Acre se baseou na indústria de transformação de bens de consumo não duráveis, e de baixo valor agregado. No ano de 1950, foram observadas 48 indústrias na região, que se dividiram conforme expresso na tabela 4.26.

Constatamos a concentração da produção nos ramos de transformação de minerais não metálicos e produtos alimentares, que juntos foram responsáveis por 88% do valor bruto da produção e 87% do VTI estadual.

²¹⁹ Não podemos inferir sobre a década de 1990, por falta de dados precisos.

²²⁰ Ano da criação oficial do estado do Tocantins, a partir da divisão do antigo estado de Goiás.

Tabela 4. 26. ACRE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.

Classe e Gênero da Indústria	1950					1960				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
Indústria de transformação	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
- Minerais não metálicos	20,83	44,16	36,45	24,02	39,60	15,33	33,11	29,49	12,83	18,39
- Material de transporte	-	-	-	-	-	0,67	0,45	0,85	0,29	0,42
- Madeira	2,08	8,12	10,77	6,56	9,80	31,33	26,35	28,69	14,28	22,32
- Mobiliário	-	-	-	-	-	14,00	9,91	9,77	8,02	12,09
- Couros/Peles	2,08	-	-	0,26	0,33	-	-	-	-	-
- Perfumaria/Sabões/Velas	-	-	-	-	-	0,67	0,23	0,32	0,57	0,80
- Vestuário/Calçado/Arte. Tecidos	-	-	-	-	-	1,33	1,13	0,95	1,10	1,61
- Produtos alimentares	60,42	32,49	25,30	64,85	47,76	30,67	24,10	27,48	60,87	42,10
- Bebidas	-	-	-	-	-	0,67	0,23	0,42	0,22	0,23
- Fumo	4,17	3,05	3,26	2,90	1,53	1,33	0,90	0,78	0,97	0,65
- Editorial/Gráfica	10,42	12,18	24,21	1,41	0,98	0,67	0,68	0,42	0,23	0,32
- Diversos	-	-	-	-	-	3,33	2,93	0,83	0,61	1,07
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1960, formulação própria.

Nota: * (-) representa valores inexistentes. Constatam apenas os ramos industriais que geraram observações em pelo menos um dos anos.

No ano de 1960 observamos o ganho de produtividade que o setor de transformação de madeira apresentou, consolidando-se como o segundo ramo que mais agregou valor ao PIB industrial acreano. Esse ganho de produtividade se deu também pelo fato de a produção de minerais não metálicos ter aumentado pouco sua produtividade. Essa dinâmica persiste durante a década de 1970.

No ano de 1980 constatou-se um grande aumento da produtividade do setor de transformação de borracha, passando a concentrar 38,10% do VTI estadual. Ao considerar que apenas 7 empresas atuavam neste ramo no período, concluímos que tal atividade demonstrou grande dinamismo, inclusive para o Norte como um todo, dado que a indústria da borracha acreana foi responsável por 22,26% do VTI do setor, ficando atrás apenas do estado do Pará.

Tabela 4. 27. ACRE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1980*.

Classe e Gênero da Indústria	1980				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	0,38	(x)	(x)	(x)	(x)
- Extração de minerais	0,38	(x)	(x)	(x)	(x)
<i>Indústria de transformação</i>	99,62	(x)	(x)	(x)	(x)
- Minerais não metálicos	20,45	17,67	15,73	4,84	8,90
- Metalúrgica	2,27	2,01	2,20	0,64	0,78
- Mecânica	1,14	2,15	2,23	0,96	2,06
- Material de transporte	0,76	(x)	(x)	(x)	(x)
- Madeira	18,94	27,00	26,92	13,48	21,42
- Mobiliário	6,82	3,52	3,47	1,67	1,96
- Borracha	2,65	12,72	11,70	47,14	38,10
- Química	0,38	(x)	(x)	(x)	(x)
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	2,27	0,73	0,66	0,24	0,27
- Produtos Alimentares	38,26	19,54	20,12	22,02	15,44
- Bebidas	1,52	4,94	5,08	3,63	5,58
- Editorial/Gráfica	3,79	8,19	9,79	3,10	4,76
- Diversos	0,38	(x)	(x)	(x)	(x)
<i>Totais</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1980.

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigfio estatístico, (-) representa valores inexistentes.

Nos anos de 2000 e 2005 observamos que a principal alteração se deu na perda de produtividade do setor de transformação de borracha. Desse modo, a produção voltou a se concentrar nos ramos de fabricação de minerais não metálicos, produtos alimentares e madeira. No ano de 2000 a produção de edição, impressão e reprodução de gravações apresentou grande parte do valor de transformação industrial (38,15%), porém, em 2005 essa participação voltou a se retrain.

Tabela 4. 28. ACRE: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2000 - 2005.

Classe e Gênero da Indústria	2000					2005				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústrias Extrativas</i>	-	-	-	-	-	1,08	(x)	(x)	(x)	(x)
- Minerais Não-Metálicos	-	-	-	-	-	1,08	(x)	(x)	(x)	(x)
<i>Indústrias de Transformação</i>	100	100	100	100	100	98,92	99,73	99,81	99,80	99,67
- Produtos Alimentícios/Bebidas	32,21	35,28	37,85	49,25	35,37	27,03	39,15	43,56	48,80	42,24
- Fumo	1,34	(x)	(x)	(x)	(x)	1,08	(x)	(x)	(x)	(x)
- Vestuário/Acessórios	3,36	1,93	0,81	0,74	0,86	3,24	1,87	1,29	0,66	0,73
- Couro/Artigos de viagem/Calçados	0,67	(x)	(x)	(x)	(x)	0,54	(x)	(x)	(x)	(x)
- Madeira	18,79	24,60	15,96	10,58	10,40	20,00	23,09	18,40	19,58	26,29
- Celulose/Papel/Produtos de papel	1,34	(x)	(x)	(x)	(x)	0,54	(x)	(x)	(x)	(x)
- Edição/Impressão/Reprodução	11,41	12,65	22,29	23,53	38,15	7,57	5,85	7,38	4,23	6,21
- Produtos Químicos	1,34	(x)	(x)	(x)	(x)	2,16	1,23	0,96	0,69	1,03
- Borracha/Plástico	1,34	(x)	(x)	(x)	(x)	1,62	3,03	3,06	3,59	4,06
- Minerais não-metálicos	13,42	12,28	10,95	5,80	6,62	13,51	12,28	9,25	7,04	8,09
- Metalurgia básica	-	-	-	-	-	0,54	(x)	(x)	-	-
- Produtos de metal	2,01	1,78	1,57	1,40	1,35	5,95	2,59	2,11	2,96	3,09
- Máquinas para escritório/Equipamentos de informática	-	-	-	-	-	1,08	(x)	(x)	(x)	(x)
- Materiais elétricos	0,67	(x)	(x)	(x)	(x)	0,54	(x)	(x)	(x)	(x)
- Material eletrônico/Aparelhos e equipamentos de comunicações	-	-	-	-	-	1,08	(x)	(x)	-	-
- Instrumentação médico-hospitalar, Instrumentos de precisão e ópticos	0,67	(x)	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	-
- Fabricação e montagem de veículos automotores/Reboques/Carrocerias	1,34	(x)	(x)	(x)	(x)	1,62	1,01	0,71	0,47	0,72
- Equipamentos de transporte	-	-	-	-	-	0,54	(x)	(x)	(x)	(x)
- Móveis/Indústrias diversas	10,74	6,21	5,52	2,07	2,99	10,27	5,20	4,11	2,86	4,17
- Outros	8,72	5,31	5,04	6,63	4,25	7,03	4,69	9,16	9,12	3,37
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2000, 2005. Formulação Própria.

Nota: * Constam apenas os ramos que geraram observações em pelo menos um dos anos.

4.5.2 Roraima

O estado de Roraima se caracterizou pelo baixo dinamismo do setor industrial. Em 1950 e 1960 o estado apresentou apenas 7 e 8 indústrias respectivamente. Observamos uma concentração da produção na indústria extrativa, porém, essa condição se sustentou muito mais na desqualificada produção industrial do estado, do que, de fato ter alta produtividade. Na tabela 4.29 esta demonstrada a estrutura manufatureira do estado.

Tabela 4. 29. RORAIMA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1950 - 1960*.

Classe e Gênero da Indústria	1950					1960				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	12,50	45,45	71,22	58,52	69,66	14,29	42,86	69,34	9,17	31,20
<i>Indústria de transformação</i>	87,50	54,55	28,78	41,48	30,34	85,71	57,14	30,66	90,83	68,80
- Minerais não metálicos	62,50	47,73	23,38	23,06	23,01	28,57	32,65	3,91	4,60	11,26
- Produtos alimentares	25,00	6,82	5,40	18,43	7,32	57,14	24,49	26,75	86,23	57,55
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1960, formulação própria.

Nota: * Constam apenas os ramos industriais que geraram observações em pelo menos um dos anos.

Ao longo dos anos estudados não foi observada nenhuma mudança significativa da estrutura industrial do estado, destacamos apenas que no ano de 1980 não foi observado indústrias extrativas na região, consolidando que de fato a atividade não apresentava grande dinamismo, ao ponto que, seu resultado nos anos anteriores, esteve muito mais ligado a baixa produtividade geral do setor no local.

Nos anos de 2000 e 2005 a produção extrativa reaparece, porém, não podemos quantificar precisamente seu impacto na dinâmica total da indústria no local, devido ao sigilo estatístico. De fato a atividade observada consistia na extração de minerais não metálicos. De resto, a produção permaneceu concentrada nas atividades de fabricação de bens de consumo não duráveis.

Em 2012, a estrutura industrial do estado permanecia muito atrasada, constatamos apenas a extração de minerais não metálicos, a produção de madeira e de produtos alimentares, com certa relevância em Roraima.

Tabela 4. 30. RORAIMA: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.

Classe e Gênero da Indústria	2012				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústrias extrativas</i>	3,13	2,93	2,50	6,05	7,51
- Minerais não-metálicos	3,13	2,93	2,50	6,05	7,51
<i>Indústrias de transformação</i>	96,88	97,07	97,49	93,95	92,49
- Produtos Alimentícios	29,17	24,11	22,25	42,98	34,41
- Bebidas	3,13	11,25	14,20	8,75	9,99
- Confeção/estuário/acessórios	6,25	2,12	1,42	0,77	0,86
- Madeira	16,67	26,46	25,68	19,46	23,68
- Impressão/Reprodução de gravações	3,13	2,76	3,23	2,29	2,29
- Minerais não-metálicos	18,75	19,92	15,84	8,09	8,95
<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2012. Formulação Própria.

Nota: Apresenta apenas os ramos de maior relevância para a dinâmica produtiva do estado.

4.5.3 O estado do Tocantins.

O estado do Tocantins foi, originalmente, criado em 1988 com a promulgação da constituição de 1988, através do Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Até então a região se encontrava subordinada ao estado de Goiás estando quase sempre aquém do processo de desenvolvimento do restante do estado e muito distante da realidade socioeconômica do Brasil. Salientamos aqui, a necessidade de se efetuar uma análise que contemple a região desde antes de sua criação oficial, ou seja, considerando todo o período que esta esteve vinculada ao estado de Goiás, quando era conhecida como, norte goiano.

Durante os primeiros séculos da colonização brasileira a região que viria a ser o estado de Goiás, representava um enorme vazio demográfico onde as poucas atividades estavam voltadas para a subsistência dos silvícolas nativos. Com o desenvolvimento da pecuária, no século XVII, passou a se observar migrações para a região de Goiás, porém sem ser constatada a incidência de formação de núcleos populacionais (FEITOSA, 2011).

Apenas a partir do surto minerador do século XVIII pode ser constatada a aparição dos primeiros núcleos de povoamento na região de Goiás, primeiro na parcela do sul e mais tarde

chegando ao norte de Goiás. Esse fluxo migratório penetrou no Centro-Oeste pelo sul de Goiás e foi seguindo ao norte sempre em busca de novas jazidas de ouro (PARENTE, 2007). O ciclo do gado possibilitou certa migração para o território do norte goiano, porém, não estabeleceu núcleos de povoamento, que só foram observados com a febre do ouro de aluvião da segunda metade do século XVIII (SILVA, 1996).

No começo da mineração em Goiás toda a região estava subordinada a capitania de São Paulo, com o aumento da importância das minas da região a Coroa opta por instalar postos de controle na parcela Sul do estado. Com a descoberta de novas jazidas o sistema de controle ficou insustentável tornando necessária a separação da capitania goiana da paulista (PARENTE, 2007).

O ciclo minerador possibilitou a aparição de três zonas de povoamento distintas na região do antigo estado de Goiás, as duas primeiras se referiam quase que completamente ao atual estado de Goiás. A terceira zona de exploração do ouro abrangia toda a extensão da região entre o rio Tocantins e o sertão da Bahia, local que hoje corresponde ao estado do Tocantins (FEITOSA, 2011).

Com o declínio do Ciclo do Ouro a região do antigo norte de Goiás passou a experimentar um esvaziamento, onde a população remanescente passou a transitar para uma economia de subsistência. O norte goiano passou por uma fase de quase total esquecimento.

No governo de Getúlio Vargas deu-se início a “Marcha para o Oeste”, que consistia em incentivos para a instalação de colônias agrícolas no interior do Brasil. No estado de Goiás instalou-se a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) chefiada pelo engenheiro agrônomo Bernardo Sayão de Carvalho Araújo que conhecera a região alguns anos antes e acreditava na possibilidade de integração do país (AQUINO, 2004).

A Marcha para o Oeste começou a mostrar a importância em investir na infraestrutura do interior do Brasil. Essa medida possibilitou os planejamentos que mais tarde culminariam na construção de Brasília e em estradas de rodagem que ligariam o Norte e o Sul brasileiro. Estes investimentos foram necessários para o povoamento do Centro-Oeste e Norte do Brasil e a integração das regiões seria o primeiro passo para o desenvolvimento destas regiões.

Com o começo do governo de Juscelino Kubitschek optou-se por colocar em prática o desenvolvimento do centro do Brasil. Para tal deveria primeiro pensar em ocupar o território e delegar importância para a região, deste modo, se decide por transferir a capital do Brasil

para a região central do país e assim é planejada a construção de Brasília. O problema estava na dimensão da obra, desse modo, é construída a rodovia Belém-Brasília (BR-153) para buscar duas frentes de serviço, uma do Norte e outra do Sul do país (AQUINO, 2004).

Durante a primeira metade do século XX a agricultura se desenvolveu no norte de Goiás ao ponto de abastecer a região, porém, sem estabelecer comércio com os demais estados. Esse desenvolvimento continuava a garantir apenas o sustento da pequena população da região sem se observar desenvolvimento ao qualquer integração com o restante do país.

Esse quadro só vai começar a mudar na década de 1950 com a implantação do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (JK), que dentre as diversas medidas adotadas, buscou medidas para o desenvolvimento do interior do país. No caso da região do norte de Goiás, a construção da rodovia BR-153 (Belém-Brasília) foi à medida que causou maior impacto, tanto que nos anos seguintes observou-se a aparição de núcleos urbanos às margens da rodovia.

De fato a construção da BR-153 foi importante para a aparição dos principais núcleos urbanos no Tocantins, inclusive em meio à construção a valorização das terras que margeavam a rodovia já foi muito grande. Até então os núcleos urbanos do norte goiano, mesmo que poucos e de tamanho reduzido, se alojaram às margens do rio Tocantins, com a construção da rodovia a configuração alterou e surgiram novos núcleos urbanos, agora às margens da Belém-Brasília, com isso observou-se muito mais atração de imigrantes para estas novas cidades (AQUINO, 2004).

A construção da Belém-Brasília veio a transformar completamente a realidade econômica da região do norte goiano, uma vez que, o fluxo migratório só cresceu na década de 1960, amparado principalmente na facilidade em adquirir terras. Além do aumento do fluxo de pessoas aumentou também a circulação de mercadorias no estado, bem como de dinheiro, possibilitando inclusive integração com outros estados (SILVA, 1996).

O objetivo principal da construção da rodovia era a ligação entre o Norte e o Sul do Brasil, de modo à, inserir a nova capital federal na dinâmica produtiva do país. Mesmo assim a construção da rodovia foi importante por criar núcleos urbanos, principalmente no norte goiano, e dinamizar algumas regiões que passaram a obter grande destaque na região, como Araguaína e Gurupi (SOUZA, 2004).

A própria construção da rodovia já contribui diretamente para o surgimento e ampliação de núcleos urbanos no norte de Goiás. Há de se considerar também que a facilidade

em comprar terras próximas à rodovia gerou estímulo a concentração fundiária, possibilitando o surgimento de grandes propriedades, com isso expulsou-se os pequenos produtores que buscaram outros meios de renda nas cidades, contribuindo ainda mais para a urbanização da população (FEITOSA, 2011).

Com o processo de desconcentração produtiva e expansão da fronteira agrícola, a região do antigo norte de Goiás passa a experimentar políticas de desenvolvimento econômico. Com isso surge uma insipiente atividade industrial, que não sofre grandes alterações ao longo dos anos.

A estrutura industrial da região é marcada pela produção de bens de consumo não duráveis de baixo valor agregado, basicamente ligado à base agrícola e na oferta de recursos naturais do local. Essa condição pode ser observada na Tabela 4.31, que mostra a estrutura industrial da região em 1970 e 1975.

Com a criação do estado do Tocantins, em 1988, criou-se um novo fluxo migratório, e a construção da capital, Palmas, foi responsável por gerar o segundo grande elemento de crescimento econômico²²¹ para a região (BRITO, 2009)

Tabela 4. 31. TOCANTINS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários, valor bruto da produção (VBP) e Valor da transformação industrial (VTI) - 1970 - 1975*.

Classe e Gênero da Indústria	1970					1975				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústria extrativa</i>	0,28	(x)	(x)	(x)	(x)	0,29	(x)	(x)	(x)	(x)
<i>Indústria de transformação</i>	99,72	(x)	(x)	(x)	(x)	99,71	72,35	65,89	80,48	55,92
- Minerais não metálicos	26,99	9,42	6,26	3,49	5,87	31,05	17,41	10,83	3,49	4,58
- Mecânica	1,14	1,07	0,32	0,19	0,37	-	-	-	-	-
- Material de transporte	0,85	(x)	(x)	(x)	(x)	0,87	0,38	0,12	0,01	0,08
- Madeira	10,51	21,95	27,29	23,78	27,99	19,83	18,12	20,45	10,61	10,63
- Mobiliário	10,23	2,46	1,28	0,84	1,01	1,60	0,80	1,06	0,42	0,28
- Vestuário/Calçado/Artef. Tecidos	0,57	(x)	(x)	(x)	(x)	1,75	0,76	0,18	0,23	0,29
- Produtos Alimentares	42,05	26,66	13,96	34,37	26,36	40,67	34,87	33,24	65,71	40,07
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo industrial de 1970 e 1975, formulação própria

Nota: * (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico, (-) representa valores inexistentes. Constatam apenas os ramos que geraram alguma observação em pelo menos um dos anos estudados.

²²¹ O primeiro foi a construção da Belém-Brasília.

Em 2012 o quadro na se altera muito, observamos o ganho de produtividade da indústria de produtos químicos e de biocombustíveis. Destacou-se também a cadeia produtiva de minérios não metálicos. De fato a industrialização do estado encontrou barreiras para sua consolidação, tanto na falta de infraestrutura local, quanto na ausência de uma qualificada esfera de circulação de renda.

Tabela 4. 32. TOCANTINS: Participação relativa da indústria referente ao número de estabelecimentos, mão de obra, salários, Valor Bruto da Produção (VBP) e Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2012.

Classe e Gênero da Indústria	2012				
	Estab.	Mão de obra	Salários	VBP	VTI
<i>Indústrias extrativas</i>	7,14	8,94	8,48	5,50	11,18
- Minerais Metálicos	0,40	(x)	(x)	(x)	(x)
- Minerais não-metálicos	6,75	(x)	(x)	(x)	(x)
<i>Indústrias de transformação</i>	92,86	91,06	91,52	94,50	88,82
- Produtos Alimentícios	22,02	39,19	35,98	55,94	34,59
- Coque/Derivados do petróleo/Biocombustíveis	0,79	8,65	16,42	11,42	15,74
- Química	2,78	3,96	7,20	9,33	10,03
- Minerais não-metálicos	27,98	19,32	15,56	11,17	18,96
<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - PIA Empresa 2012. Formulação Própria.

Nota: (x) representa valores omitidos pelo sigilo estatístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o processo de desconcentração produtiva possibilitou certo ganho de dinamismo para a periferia nacional. A crise econômica enfrentada pelo país ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 reorientou as políticas públicas para a busca da estabilização econômica, deixando o desenvolvimento produtivo e as políticas regionais em segundo plano.

Tais medidas tiveram por consequência um baixo crescimento da indústria nacional ao longo da chamada década perdida, agravado com o processo de abertura comercial que desencadeou um choque no setor. Tais mudanças não atingiram de forma equilibrada as diferentes regiões do país, levando à manutenção, ou mesmo, em alguns casos, aprofundamento dos desequilíbrios regionais, oriundos do processo de concentração produtiva observada a partir da industrialização da Nação. Assim, não se observa a superação do relativo atraso socioeconômico das regiões periféricas nacionais para com o centro econômico brasileiro.

Durante o período estudado se observou uma única alteração significativa da estrutura produtiva presente no Norte, que correspondeu à consolidação da Zona Franca de Manaus. Todo o esforço para a valorização da Amazônia Legal foi importante para romper alguns dos traços pré-capitalistas existentes no local²²², porém, apresentou poucas condições de manter o processo de desenvolvimento socioeconômico pleno no Norte.

Os objetivos traçados pelos planos de desenvolvimento da Amazônia por intermédio da SUDAM foram parcialmente alcançados, no que tange principalmente à ocupação da região, bem como na melhoria da infraestrutura presente. Na produção regional, observaram-se poucos resultados em relação ao crescimento de atividades industriais de grande valor agregado, permanecendo na área indústrias intensivas em mão de obra²²³. Observou-se também elevado grau de concentração produtiva, principalmente nos estados do Pará e Amazonas.

Parte do insucesso apresentado na política de desenvolvimento regional parte também de condições desfavoráveis da conjuntura econômica nacional²²⁴ e internacional. Porém, devemos considerar ainda a incapacidade do Estado em gerir de maneira eficiente os

²²² Principalmente através da base extrativista, fortemente presente na economia nortista até meados da década de 1960.

²²³ Salve alguns casos particulares, como por exemplo, o caso da Zona Franca de Manaus.

²²⁴ Do referido processo de crise e inflação enfrentadas durante as décadas de 1970, 1980 e 1990.

investimentos necessários e alguns planejamentos equivocados²²⁵ que atrapalharam o andamento das políticas.

Analisando as transformações dos estados do Norte, observamos o grande salto quantitativo que a indústria de bens de consumo duráveis apresentou no Amazonas, consolidando o estado como a principal força industrial na Amazônia. Porém, destacamos o forte caráter concentrado deste processo, uma vez que em 1996, 66,3% da produção industrial do Norte estava vinculada à Manaus. Outro ponto negativo consiste na articulação da indústria manauara com o mercado externo, ao ponto de concentrar cerca de 90% das importações do Norte²²⁶.

O estado do Pará, que despontou como economia central do Ciclo da Borracha, apresentou até a década de 1970 a principal matriz industrial do Norte. A dinâmica produtiva do estado foi superada por Manaus a partir dos esforços do Governo em buscar a ampliação da produção manauara. Desse modo, a estrutura produtiva do Pará se deteriora ao ponto em que na década passada é consolidada a expansão da atividade extrativa de minério de ferro na região do Carajás, alvo de intensas críticas, por destruir o meio ambiente e a qualidade de vida do local, como abordou Hall (1991).

Já em relação aos estados de Rondônia e Amapá, destacamos as características da indústria extrativa fortemente presente em tais áreas, que se constituíram amparadas no mercado externo, uma vez que a produção destinava-se quase que totalmente para as exportações.

Os demais estados do Norte apresentaram baixo grau de desenvolvimento industrial, e pouco dinamismo e articulação com a economia regional. Podemos assim considerar que as políticas de desenvolvimento regional, adotadas a partir da criação da SUDAM, foram responsáveis por ampliar a oferta de infraestrutura na Amazônia, possibilitando migração para o local. Os planos de valorização do território conseguiram gerar crescimento econômico²²⁷ e ampliação da acumulação capitalista na região, aumentando a circulação de renda local.

Assim, retomamos o debate apresentado no início deste trabalho, para buscar responder se a dinâmica de valorização econômica foi suficiente para desacorrentar as

²²⁵ Como por exemplo, a tentativa de se conciliar um processo de substituição de importações com uma política de integração do mercado interno. Considerando todas as dificuldades em se fechar um mercado consumidor tão pequeno como o do Norte nas décadas de 1960 e 1970.

²²⁶ Cf. Mota (2011).

²²⁷ Mesmo que em grau bem menores do que os planejados.

condições tecnológico-industriais do Norte de sua condição de dependência²²⁸. Ao considerarmos a visão otimista de David Landes (2003) e pessimista de Marx (1996) em relação a acumulação de capital industrial, expressa na introdução do corrente trabalho, observamos que as políticas governamentais foram suficientes para retirar a Amazônia do seu relativo atraso²²⁹ e gerar um processo de crescimento econômico, assim de certa forma desacorrendo a dinâmica produtiva de elementos pré-capitalistas.

Entretanto, ao passo que gerou um intenso processo de concentração regional, podemos dizer que, de fato, ao longo dos últimos anos a dinâmica produtiva da Região Norte foi agrilhoadada em novas frentes. Tanto no abandono das políticas de desenvolvimento, ou mesmo através do mecanismo de concessão de incentivos fiscais que possibilitou certo ganho de capital para o centro econômico brasileiro²³⁰. O último ponto que reafirmou a dependência amazônica para com outras regiões se caracterizou nas empresas que se alojaram na Zona Franca de Manaus, firmas essas quase sempre estrangeiras com amplo grau de importação de insumos.

Desse modo, o processo de desenvolvimento do Norte esteve contido pelos argumentos de Cratos, que a todo instante buscava convencer Hefesto a manter a sentença de Prometeu, destruindo a esperança do condenado. Talvez o limite ao processo de desenvolvimento econômico da Amazônia tenha sido estabelecido pela ausência de uma política nacional de desenvolvimento articulada, por sua vez, a uma política regional que buscasse contemplar verdadeiramente a periferia.

²²⁸ Dependência aqui baseada na ideia de centro-periferia.

²²⁹ Ao considerar que na década de 1960 ainda existia um forte vínculo entre a economia regional e atividades de base extrativista vegetal.

²³⁰ Uma vez que, grande parte destes investimentos provinha dos estados do Sudeste e Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, N. A. de. *A Construção da Belém-Brasília e Suas Implicações no processo de urbanização do estado do Tocantins*. In: GIRALDIN, Odair; (org). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. 2. Ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.

ALMEIDA, J. G; BELLUZZO, L. G. *A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira*. In: Belluzzo e Batista Jr. (orgs). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

_____. *Depois da queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

ARIDA, P; LARA-RESENDE, A. *Inflação inercial e reforma monetária: Brasil*. In: ARIDA, P. (org.) *Inflação zero: Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

ARRUDA, José Jobson de A., *O Brasil no comércio colonial*. Ensaios 64. São Paulo: Editora Ática, 1980.

BAER, M. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.

BAPTISTA, M. A. C. *A indústria eletrônica de consumo a nível internacional e no Brasil: padrões de concorrência, inovação tecnológica e caráter da intervenção do Estado*. 500f. IE/UNICAMP (dissertação de mestrado). 1987.

BARROS, L. C. M. de. *A moeda indexada: uma experiência brasileira*. *Economia e Sociedade*, N° 1, ago. 1992.

BRIANEZI, T. *O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus: do progresso à modernização ecológica*. 156f. PROCAM/USP (tese de doutorado). 2013.

BRITO, Eliseu Pereira de, *O papel de Palmas – TO na rede de integração regional*. 2009, 260f. Dourados, MS: UFGD (Dissertação de mestrado), 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *o Modelo Harrod-Domar e a substitutibilidade de fatores*. *Estudos Econômicos*. 1975

CAIADO, A. S. C. (), *Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985-1998) Pausa ou retrocesso?*. 269f. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado). 2002

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 – 1970*. 3. Ed. - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

_____. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: 1970-2005*. 3. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998

_____. *A desindustrialização no Brasil*. Texto para discussão. IE/UNICAMP. Campinas – SP n° 200, jan. 2012.

CARDOSO, F. H.; MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, D. F. *O ciclo da economia brasileira e a Amazônia na dinâmica regional Centro-Periferia*. NAEA/UFPA. 1999.

CARVALHO, F. F. *A extinção da SUDENE – um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil*, 247f. IE/UNICAMP (tese de doutorado) 2006.

CAVALCANTI, F. C. da S. *A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas*. 223f. IE/UNICAMP (tese de doutorado). 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L. G. *Política econômica, inflexões e crise*. In BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

DINIZ, C. C. *A questão regional e as políticas governamentais do Brasil*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001

_____. *Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização*. Belo Horizonte. Nova Economia Vol 1, 1993

_____. *A nova configuração urbano-industrial do Brasil*. In: KON, Anita. *Unidade e Fragmentação: A questão regional do Brasil*. São Paulo. Editora: Perspectiva, 2002.

_____. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Texto para discussão n.º 375. IPEA. 1995.

_____. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Nova Economia. Belo Horizonte, 2009.

DOBB, M. H. *O crescimento econômico*. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1965.

_____. *Economia política e capitalismo*. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1978.

_____. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Portugal, Editora Presença, 1977.

DRUMMOND, J. A. *O manganês no Amapá – e o seu papel no desenvolvimento regional e nacional (1957-1998)*. In. II encontro nacional da ANPPAS, 2004.

ÉSQUILO. *Prometeu acorrentado*. Tradução: J. B. Mello e Souza. Versão para eBook, digitalização do livro em papel, Clássicos Jackson, Vol. XXII, 2005.

FEITOSA, C. O. *Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação*. 2011, 201f. Campinas. UNICAMP (Tese de doutorado), 2011.

FERREIRA, S. M. P. *federalismo, economia exportadora e representação política: O Amazonas na República Velha (1889-1912)*. 2005, 201f. Campinas. IE/UNICAMP (Tese de Doutorado), 2005.

FIORI, J. L. *Globalização, hegemonia e império*. In FIORI, J. L.; TAVARES, M. da C. *Poder e dinheiro uma economia política da globalização*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1997

_____. *A propósito de uma construção interrompida*. Economia e Sociedade, nº 14, 2000.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 32º Ed. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora: Paz e terra. 1974

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10º Ed. São Paulo: Editora: Paz e terra. 2000

_____. *Brasil, a construção interrompida*. 2º ed. Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra, 1992.

HALL, A. L., *Amazônia – desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC)*. Rio de Janeiro, Editora: Zahar, 1991.

HASTINGS, L. W. *The emigrant's guide to Brazil*. Mobile: sem editora, 1867.

HERNDON, W. L. *Exploration of the valley of the Amazon, made under direction of the Navy Department*. Washington: Robert Armstrong, 1853.

HORNE, G. *O sul mais distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo, Editora: Companhia Das Letras. 2010.

IBGE. *Censos Industriais: Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Rondônia e Roraima*. 1950.

_____. *Censos Industriais: Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Rondônia e Roraima*. 1960.

_____. *Censos Industriais: Amazonas, Amapá, Acre, Goiás, Pará, Rondônia e Roraima*. 1970.

_____. *Censos Industriais: Amazonas, Amapá, Acre, Goiás, Pará, Rondônia e Roraima*. 1975.

_____. *Censos Industriais: Amazonas, Amapá, Acre, Goiás, Pará, Rondônia e Roraima*. 1980.

KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juros e da moeda*. Os economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1996.

LANDES, D. S., *The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*. Cambridge University press. 2003.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

LIRA, S. R. B. de. *Morte e Ressurreição da SUDAM: Uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia*, UFPA (tese de doutorado). 2005.

_____. *A crise do Estado brasileiro e o financiamento do desenvolvimento da Amazônia*. Revista Econômica do Nordeste, v. 39, p. 7-24, 2008.

LOPES, F. L. *Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas*. Revista de economia política, Vol. 5, n° 2, 1985.

LUZ, N. V. *A Amazônia para os negros americanos (as origens de uma controvérsia internacional)*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MANTOUX, P, *A revolução industrial no século XVIII*. São Paulo. UNESP, Ed. Hucitec, 1927.

MARQUES, G. S. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. UFRRJ. Rio de Janeiro (Tese de Doutorado), 316f. 2007.

MARX, K. *O Capital I tomo 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O Capital I tomo 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O Capital I tomo 1*. São Paulo: Nova cultura, 1996a.

_____. *O Capital I tomo 2*. São Paulo: Nova cultura, 1996b.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAURY, M. F. *The Amazon, and the atlantic slopes of South américa*. Cornell University Library. Digital Collections, 1853.

MELLO, J. M. C. de. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

MONTEIRO, M. A. *ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral*. Novos Cadernos NAEA/UFPA. 2003.

MOTA, F. C. M., *Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)*. 2011, 286f. Campinas, UNICAMP. (Tese de Livredocência), 2011.

MOURA, H. A.; MOREIRA, M. M. *A População da Região Norte: Processos de Ocupação e de Urbanização Recentes*. Brasília: Parceria e Estratégias, 2001.

MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Textos de economia contemporânea: Rio de Janeiro, 1960.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3ª edição. Editora Paz e terra: Rio de Janeiro, 1981.

PASTORE, A. C., *A reforma monetária do Plano Collor*. Revista de economia brasileira. Rio de Janeiro. 1991.

PACHECO, C. A. *Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional - Economia e Sociedade*, Campinas, 1996.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. *Migratórios nos anos 80: Novos Padrões?* Anais do Encontro Nacional sobre Migrações. Curitiba: ABEP, 1997.

PAULANI, L. M. *A Utopia da Nação: esperança e desalento*. In: Luiz Carlos Bresser Pereira e José Márcio Rego. (Org.). *A Grande Esperança em Celso Furtado*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, v. 1, p. 139-156. 2001.

PARENTE, T. G. *Fundamentos históricos do estado do Tocantins colonial*. Goiânia: Ed. UFG, 2007.

PAZ, A. J. F. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. 2011, 180f. Campinas, Departamento de História, Filosofia, e Ciências Humanas/UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2011.

PENTEADO, A. R. *Belém: estudo de geografia urbana*. Universidade Federal do Pará. Belém, 1988.

PEREIRA, S. M. *Da Economia Colonial à Crise da Borracha*. In: V Encontro de Economia Política e XVII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, 2000.

_____. *Região amazônica: estrutura e dinâmica na economia de Rondônia (1970-2003)*. 210f. IE/UNICAMP (tese de doutorado). 2007.

PERROUX, F. *O conceito de polo de crescimento*. In. SCHWARTZMAN, J. (Org.) *Economia Regional*. Belo Horizonte, CEDEPLAR. 1977.

PINTO, N. P. A. *Evolução e consequências da política da borracha no Brasil (falência da borracha vegetal)*. 198f. IFCH/UNICAMP (dissertação de mestrado). 1980.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 33º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PREBISCH, R. *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*. Revista Brasileira de Economia. 1949.

QUADROS, M. L. E. S.; RIZZOTTO, G. J. *Geologia e recursos naturais do estado de Rondônia (SIG)*. Texto explicativo do mapa geológico e dos recursos naturais do estado de Rondônia. Porto Velho, Ministério de Minas e Energia, 2007.

REZENDE, T. V. F., *A conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: definição das fronteiras*. 2006, 337f. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. (Tese de Doutorado), 2006

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, R. A. de O. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHUMPETER, J. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1912). São Paulo: Ed. Abril, 1982.

SERAFICO, M.; SERAFICO, J. *A zona franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. Estudos Avançados, v. 19, p. 99-113, 2005.

SILVA, C. E. A. da. *Exploração e degradação social dos trabalhadores na Amazônia: o fim do projeto ICOMI*. 111f. IFCH/UNICAMP (dissertação de mestrado). 2002.

SILVA, C. A. A. *Capitalismo e escravidão: a imigração confederada para o Brasil*. 2011, 363f. Campinas. IE/UNICAMP. (Tese de doutorado), 2011

SILVA, O. B. da. *Breve história do Tocantins e de sua gente: uma luta secular*. Araguaína, FIETO, Solo Editores, 1996

SOUZA, S. M. de. *Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano ((atual Tocantins) – (1958-1988)*. In: GIRALDIN, Odair; (org). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. 2. Ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.

STERNBERG, H. O'R. "Manifest Detiny" and the brazilian amazona: A backdrop to contemporary security and development issues. International Conference of Latin Americanist Geographers, Mérida, Mexico. 1987.

SUDAM. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém: SUDAM, 1971a

_____. *Subsídios ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém: SUDAM, 1971b

_____. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)*. Belém: SUDAM, 1976.

_____. *Anexo ao II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)*. Belém: SUDAM, 1974.

_____. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971) Volume 1*. Belém: SUDAM, 1967a.

_____. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971) Volume 2*. Belém: SUDAM, 1967b.

_____. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971) Volume 3*. Belém: SUDAM, 1967c.

_____. *III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985)*. Belém: SUDAM, 1982.

_____. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia Nova República (1986-1989)*. Belém: SUDAM, 1986.

_____. *Avaliação do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia Nova República (1986-1989)*. Belém: SUDAM, 1990.

SUFRAMA. *Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus*. MDIC. 2013.

STELLA, T. H. de T. *A integração econômica da Amazônia (1930-1980)*. 2011, 213f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). IE/UNICAMP. Campinas – SP, 2011.

SUZIGAN, W. *Estado e industrialização no Brasil*. *Revista de economia política*, Vol. 8 N.º 4. 1998.

SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1962.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 4. ed. 1975.

_____. *A retomada da hegemonia americana*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Vol. 5 n.º 2, 1985.

_____. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3. ed. Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 1998a.

_____. *Ciclo e crise o movimento recente da industrialização brasileira* 3. ed. Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 1998b.

TAVARES, M. da C; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora: Vozes. 1997.

WICKHAM, H. A. *On the plantation, cultivation, and curing of Para Indian Rubber (Hevea Brasiliensis) with an account of its production from the west to the eastern tropics*. London. 1908